

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3º Vice-Presidente: Gelson Loiola

4º Vice-Presidente: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Geral: Adriana Pereira Campos

Secretário Adjunto: Rubens Libardi Peruzzo

Tesoureiro Geral: Gilber Rubim Rangel

Tesoureiro Adjunto: Vinicius Muline dos Santos

Conselho Fiscal: Anaximandro Oliveira Santos Amorim, Assunta Baliana Zamprognó, Rogério Zanon da Silveira, Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel, Ricardo Brunow Costa, Sylvio Silva Vitali

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Francisco Aurélio Ribeiro, Karulliny Silverol Siqueira Vianna, Eliana Barbosa de Souza

Orador: Manoel Goes da Silva Neto

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

A revisão dos artigos e as imagens neles contidas são responsabilidade dos respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

EDITORIAL

Sai a público mais um número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, exatos 105 anos depois da sua instituição, em 1917. A publicação deste septuagésimo nono número significa a continuação da produção literária e acadêmica dos associados, apesar dos tempos estranhos que vivemos. A isto, soma-se o fato de que o pesquisador não profissional (e estes são a maioria nos Institutos Históricos e Geográficos), aquele que não tem compromisso com produção, prazos e contrapartidas, depara-se com a transformação muito rápida das condições em que se movimenta: à pouca valorização do “material”, do “campo” (infelizmente uma realidade entre nós), opõe-se uma hipervalorização do remoto, a ponto de os investigadores em geral exigirem cada vez mais a digitalização dos seus meios de pesquisa.

Esta realidade se reflete sobre a nossa Revista: os últimos números estão publicados *on line* no nosso sítio na internet, enquanto a sua edição por meio físico se dá atualmente numa tiragem cada vez mais reduzida. É que o que interessa de fato, e sempre foi assim, é a disseminação da informação, e a essa exigência estivemos sempre atentos.

Os últimos editoriais têm chamado a atenção para a importância da *Revista* internamente à nossa instituição. Trata-se, e assim é concebida nesta quadra, de um documento do estado atual da pesquisa sobre os temas de nosso interesse. Das suas páginas pode-se acompanhar como vem sendo escrita a História do Espírito Santo no último século, e felizmente os pesquisadores vêm se dando conta do fato. Já para o autor, o que produz simplesmente porque se interessa por um tema a ponto de se propor a investigá-lo de maneira metódica, a *Revista* continua a ser um meio propício a veicular sua produção. Repositório de textos de qualidade, o seu crescente interesse como referência para pesquisadores não precisa ser lembrado.

Este número está dividido em seções, sendo a primeira alusiva ao Bicentenário da Independência política nacional. Tendo ficado infelizmente restrita aos meios acadêmicos, a riquíssima efeméride permite incontáveis formas de abordagem, constituindo os trabalhos aqui veiculados contribuição local a se somar ao debate produzido país afora. A segunda seção, de artigos e estudos em geral, demonstra a diversidade de temas e objetos de pesquisa que ocupam os associados: da cartografia histórica à história política, de vultos históricos a reminiscências locais, incluída aí a memória de personagens de interesse para a cultura do Espírito Santo. A seção institucional continua reservada a registros e pronunciamentos referentes à Casa do Espírito Santo, em sentido amplo, o que inclui o registro da homenagem aos associados que nos deixaram no período.

O esforço para manter a regularidade da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* se deve à Diretoria e aos associados que mais uma vez acorrem ao Edital de chamamento para publicação. A eles, nossos pesquisadores, e ao público em geral, os destinatários do nosso apreço pelas coisas do Espírito Santo, temos o prazer de entregar mais este número do nosso longo períodoico.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

SUMÁRIO

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Os Indígenas do Espírito Santo na Época da Independência do Brasil | 11

Henrique Antônio Valadares Costa

São Mateus: Fundação da Vila e Retorno ao Espírito Santo na Independência (1764-1823) | 27

Tiago de Matos Alves

O Governo e a Segurança Pública na Província do Espírito Santo no Ano da Independência do Brasil | 49

Gelson Loiola

Gabriel Bittencourt e o Estudo da Independência no Espírito Santo | 85

Getúlio Marcos Pereira Neves

Ancestrais de D. Pedro I (10 gerações) | 97

Paulo Stuck Moraes

ARTIGOS

Cartografia Holandesa do Espírito Santo no Século XVII | 153

Fabio Paiva Reis

“Viva a Nossa Religião, Viva o Throno Imperial, Viva P’ra o Bem da Nação – O Partido Liberal”: Elementos do Liberalismo na Imprensa do Espírito Santo | 175

Jefferson Ferreira Alvarenga

O Início do Uso das Praias em Vitória como Lazer | 205

Willis de Faria

Simón Bolívar — O Libertador da América — Aclamado e Reprovado | 217

Ester Abreu Vieira de Oliveira

Sobre o Nascimento de Vasco Fernandes Coutinho | 233

Paulo Stuck Moraes

Prof. Américo Menezes | 237

Regina Menezes Loureiro

Inesquecível Amigo Solidário | 249

Aldo José Barroca

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

Associados Falecidos IHGES 2021–2022 | 257

Manoel Goes Neto

Nos 75 Anos de Instalação da Justiça Militar do Espírito Santo | 263

Getúlio Marcos Pereira Neves

Genealogia | 273

Paulo Stuck Moraes

BICENTENÁRIO DA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

OS INDÍGENAS DO ESPÍRITO SANTO NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

*Henrique Antônio Valadares Costa**

Resumo: Este artigo busca tratar a representação e a configuração da população indígena na época da Independência e no nascimento do Império na província do Espírito Santo. Buscamos evidenciar a diversidade étnica do período entre as categorias integradas e não integradas e sua significativa relevância na consolidação tanto da Independência quanto na infraestrutura da província.

Palavras chave: história indígena capixaba, índios e a independência, etnias indígenas na história do Espírito Santo.

Introdução

Nos primeiros anos que se decorreram a processo de Independência e formalização do Espírito Santo como uma província do Império do Brasil, a formação da sociedade capixaba estava consolidada, como tal, séculos anteriores, durante o período colonial. Para as populações indígenas as reformas administrativas e mudanças políticas e econômicas que se decorreram na fundação do Império estavam em processo desde a chegada da família Real portuguesa que deu início ao período Joanino (1808-1821) e seus reflexos nas comunidades indígenas estavam vigentes durante a Independência. Com este artigo pretende-se apresentar um quadro de quem eram essas populações do ponto de vista étnico? E como se configurava sua relação com o restante da sociedade?

* Doutor em arqueologia e associado do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

O debate sobre a formação da sociedade brasileira como uma composição de três grupos distintos, o indígena, o africano e o europeu era tema entre intelectuais, destacando Carl Friedrich Philipp von Martius, no início do século XIX. Martius foi o primeiro a destacar na época essas categorias, que foram definidas por “raças” pelo pensamento eugenista na qual se enquadrava (SPIX, J.; MARTIUS, 1981). E o Espírito Santo não era diferente do restante do País da época em termos de composição social (ROSA, 2015; VASCONCELOS, 1978).

Quem eram os indígenas do Espírito Santo na Independência?

Duas categorias de indígenas estavam distribuídas no alvorecer da província do Espírito Santo: os integrados e os não integrados. A diferenciação dessas duas categorias se deu pelo grau de relação que estabeleceram com o Estado Nacional. Em suma, se determinados grupos de indígenas compunham parte direta da dinâmica social e econômica ou não do País.

Os indígenas integrados

Os integrados eram os indígenas que faziam parte da sociedade nacional tanto do ponto de vista econômico quanto cultural. Eram atores sociais atuantes como força de trabalho imediata em diversos empreendimentos públicos e privados. Estavam enquadrados nessa categoria pela ação do próprio projeto de colonização europeu, com a interação com os demais agentes nacionais do período pós-contato europeu do século XVI. Habitavam as periferias das vilas e

idades da faixa litorânea concentrados principalmente nos antigos aldeamentos jesuítas ou próximo deles.

A documentação oficial tratou-os como “índios genéricos” sem etnia específica. No entanto, novas pesquisas indicam que as fontes tanto arqueológicas quanto etnográficas evidenciam que eram populações que se enxergavam não apenas como “índio indeterminado”, mas revelaram maior profundidade informativa e que a uma etnicidade singular (CORRÊA, 2018, 2021; COSTA, 2019; RIBEIRO; JÁCOME, 2014).

Verifica-se com o processo de uniformização da identificação étnica com o avanço da economia cafeeira, elas passaram a ser invisibilizadas dentro dos inventários demográficos e cartográficos. É interessante se notar que a história cartográfica oficial da província do Espírito Santo gradativamente apagou dos espaços os pontos indicando as concentrações dessas populações indígenas, com a última indicação no mapa da província de 1878 elaborado pelos engenheiros C. Cintra e C. Rivierre.

No entanto, a etnicidade dessas populações ditas genéricas se apresentava dentro de um bilinguismo Tupi (Língua Geral) e português além de uma cultura material e imaterial própria. As populações ditas genéricas foram as comunidades diversas formadas pelas relações entre as antigas sociedades indígenas pré-coloniais (majoritariamente Tupi) em interação com as sociedades não indígenas, prioritariamente portuguesa seguida negra africana. Esse processo não findou com o fim da Colônia, mas se continuou na fase Imperial. E apesar do processo de apagamento informativo e políticas contra afirmativas dessas sociedades, de forma mais intensa, terem se iniciado na segunda metade do século XIX, foi durante a República que evidenciou-se sua forma mais agressiva (GAGLIARDI, 1989). Isso pode ser verificado no relato do Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Antônio Estigarribia, houve a pretensão

de que nas comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil (1922) não houvessem, no sentido étnico, mais indígenas no Brasil, principalmente sobre as populações não integradas que estavam em estado de guerra (ESTIGARRIBIA, 1937).

O mesmo tratou das populações indígenas integradas não mais como indígenas, mas como “já completamente acabocladados, existe numerosa descendencia de indios Tupis, que já perderam a lingua e organização, e apenas de indios tem o físico inconfundível, certos hábitos e uma ou outra palavra tupi-guarani” (Ibidem, p. 12). Não houve política de proteção a essas comunidades, somente o processo inviabilização e generalização, continuada pelo SPI, para que se “apagassem” diluídos na sociedade nacional. No entanto, esse processo encontra nas mesmas populações resistência, quando após SPI ser extinto, fora substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), eclodiu nas lutas afirmativas dessas populações, na década de 1960, que conflou na formação das Terras Indígenas Tupiniquim e Guarani em Aracruz (COTA, 2008; LOUREIRO, 2019; TEO; LOUREIRO, 2009).

No entanto, durante a década de 1820, esses indígenas eram sob muitos aspectos étnicos com cultura material distinta, mesclada a da europeia, com o bilinguismo da Nheengatu (Língua Geral), uma derivação do Tupi antigo e do português. É interessante relatar a relevância da cultura indígena no final do século XVIII, mesmo entre os não indígenas, quando em 1795, na vila de Vitória foi estabelecida uma proibição sob pena de prisão a todos que não falassem português (DAEMON, 2010):

1795. Tendo-se introduzido, pelo contato com os indígenas, o costume de só falar-se na capitania a língua dos silvícolas, viciando-se assim o idioma português, por uma ordem dimanada da Câmara Municipal da vila de Vitória, datada de 23 de

maio de deste ano, e outra da mesma data da vila de Nova Almeida, são proclamados, bandos pelas ruas ordenando-se que só falassem a língua portuguesa, sendo infratores sujeitos às penas de prisão. (DAEMON, 2010, p. 250).

O interessante que, mesmo após os atos legais pombalinos que mudaram nomes de localidades e proibiram o uso das línguas indígenas, com a introdução do Diretório dos Índios, que substituiu os jesuítas na administração dos mesmos em 1758¹ ainda estava presente a força da língua no Espírito Santo (MOREIRA, 2019).

Mesmo assim, em comunidades como a de Nova Almeida, mantiveram durante o século XIX inteiro expressivo contingente demográfico indígena e representação cultural. Isso é claro quando verificamos relatos sobre a permanência do uso da língua entre diversos cronistas entre 1815 a 1885 (BIARD, 2002; COUTINHO, 2002; LACERDA, 2012; ROCHA, 2008; SAINT-HILARIE, 2002; SIQUEIRA, 1999; WIED, 1942).

Por sua vez, outro ponto relevante é que na época da Independência e nos anos que se procederam, a representação dessas popula-

¹ Lei de 17 de agosto de 1758, parágrafo § 6:

Sempre foi máxima inevitavelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência que, ao mesmo tempo que se introduz neles o uso da língua do príncipe que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo príncipe.

Observando, pois, todas as nações polidas do mundo este prudente e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da língua que chamam geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que, privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição em que até agora se conservaram.

ções não se resumiu simples a expectadores. A relevância desses indígenas na vida social da emergente província do Espírito Santo foi alta. Com grupos ligados diversos quadros em diversas esferas socioeconômicas, integrando o campesinato, a comunidades de pescadores, a funções militares e institucionais que a exemplo de Nova Almeida assumiram cargos relevantes na hierarquia social da municipalidade (CERQUEIRA; KAINGANG; COSTA, 2022; MOREIRA, 2019).

A presença institucional de indígenas na câmara de Nova Almeida, dentro de quadros de importância burocrática como representantes eleitos e no corpo de militares, teve grande participação no processo de Independência do Brasil como pode evidenciar Adriana Pereira Campos em sua palestra “Sob fogos das armas: a independência no Espírito Santo (1822-1823)” no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.²

Sobre sua presença, o primeiro presidente da província Ignácio de Accioli Vasconcelos (1824-1829) declarou em relatório uma diminuição da população da província pela emigração de indígenas devido ao envio dos mesmos as forças militares da Corte, quando o informa o motivo:

“razão bem pequena na verdade o que prova emigração, e esta bem se manifesta na classe Indios, e Pretos forros onde o aumento nestes trez anos he

Para desterrar este pernicioso abuso será um dos principais cuidados dos diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum que os meninos e meninas que pertencem às escolas e todos aqueles índios que forem capazes de instrução nessas matérias usem a língua própria das suas nações, ou da chamada geral, mas unicamente a portuguesa, na forma que sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora não observaram, com total ruína espiritual e temporal do Estado.

² Essa apresentação realizada no auditório do IHGES no dia 27/09/2022 as 18h00 foi resultado de uma pesquisa em andamento sobre como se posicionou as Câmaras Municipais nas Atas sobre a Independência e a Aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil.

negativo podem-se atribuir quanto aos índios ao recrutamento para a Força de terra, Arsenal, e Marinha da Corte para onde tem remetido por vezes não poucos [...]” (VASCONCELOS, 1828, p. 28)

Como pôde ser apresentado, evidenciamos diversas atividades das populações indígenas ditas genéricas no alvorecer da Independência, distante de um quadro de alienação e sem protagonismo. Dois pontos são importantes para se afirmar: 1. Eles possuíam densidade étnica oposta à da simplificada generalização apresentada e; 2. Foram importantes para a construção do Estado brasileiro, tanto no Espírito Santo quanto em outras regiões, que se consagrou com a fundação do Império do Brasil.

Os indígenas não-integrados

Os não-integrados eram as comunidades com sistema de economia autárquica em relação a sociedade nacional e que ofereciam resistência direta ao avanço de seus territórios tradicionais e a influência ao seu modo de vida. Habitavam as regiões dos sertões de floresta densa em oposição ao litoral policiado pelas vilas e cidades. O pensamento político dos intelectuais da Independência, destacando José Bonifácio em *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil* de 1823, apresentou um posicionamento mais brando em relação a prática (SILVA, 1823). Nesse tratado José Bonifácio, apesar de não denunciar a guerra contra os “Índios Bravos” declarada por Dom João em 1808, se posicionou contra a guerra extensiva, defendeu, ao contrário, uma estratégia pacifista de integração para que fossem cidadãos potenciais do Império (SANTOS, 1999). Segundo Estilaque Ferreira dos Santos que trata do pensamento político da Independência concluiu que:

No momento em que José Bonifácio escreve sua memória sobre o índio, a probabilidade de criação de uma corrente emigratória européia para o Brasil era ainda remota e as dificuldades impostas à continuidade do tráfico africano, associadas às necessidades crescentes de mão-de-obra para a agricultura faziam com que ele acreditasse sinceramente na possibilidade de transformação índios bravos em hábeis agricultores. O otimismo pedagógico da ilustração associado ao pragmatismo e realismo da antiga catequese jesuíta faziam com que ele acreditasse nessa possibilidade. (Ibidem, p. 298)

Os índios não integrados estavam previstos ao processo de integração tanto em escala regional com a política das províncias e em nacional com a estruturação de aldeamentos imperiais. E gradativamente, muitos foram incorporados, dentro da dinâmica socioeconômica da sociedade nacional. E no caso do Espírito Santo, que possuía no início do século XIX extensas florestas, repletos de indígenas vivendo de forma autônoma e em constante luta de preservação desse modo de vida, o potencial de captação de mão-de-obra era elevado. Por sua vez, neste artigo não trataremos dos aldeamentos e o processo de integração e o uso da mão-de-obra (AMOROSO, 2014; MOREIRA, 2017, 2019; OLIVEIRA, 2020; OLIVEIRA; COSTA, 2019). Mas tratamos de apresentar a diversidade étnica indígena desse momento e sua distribuição na recém criada província do Espírito Santo.

Como citado, os indígenas não integrados estavam no horizonte de interesse do Estado nacional tanto pela absorção como mão-de-obra e pelos territórios tradicionais para expansão da economia agrícola pastoril. A percepção dessas populações, segundo o primeiro relatório governamental de província (1828), eram dos denominados Botocudo, concentrados na região entre o rio São Mateus e rio

Doce ausente de povoações e vilarejos (ALMEIDA, 1959; VASCONCELOS, 1978). O presidente da província Inácio de Vasconcelos trata da tentativa em 1824 de aldeamento de Botocudos na “que se hião domesticando, mas estes abandonarão o lugar, o foram para Linhares, e Porto de Souza donde se retirão e tornão a aparecer quando querem, se distribuhirão as suas cazas” (VASCONCELOS, 1978, p. 29). Os Botocudo, estavam na época distribuídos entre as margens do rio São Mateus e a Norte do rio Doce principalmente. No entanto, compartilhavam e/ou disputavam espaço com os Purí da margem sul do rio Doce ao rio Santa Maria da Vitória (BRITO; TERRA, 2019; EMMERICH; MONTSERRAT, 1975; PARAÍSO, 2009).

Sobre outro grupo étnico relevante, no mesmo relatório trata de ataques sofridos de indígenas no extremo sul da província, esse, correlacionado com outros dados relacionados aos indígenas Purí (BANDEIRA, 2009; RUGENDAS, 1999). Os Puri foi um grupo que distribuiu-se entre ao sul, no interior montanhoso até as margens sul do rio Doce (COSTA, 2017; RAMIREZ; VEGINI; FRANÇA, 2015).

Segundo a historiadora Maria Hilda Paraíso relata que no norte do Espírito Santo entre os anos de 1788 a 1850 nas margens do rio São Mateus, na parte capixaba, habitaram os povos Kumanaxó, Maxacali, Pataxó, Makoni e Malali (PARAÍSO, 1998). É importante mencionar que essas populações não refletiam seus territórios a partir das divisões político administrativas da época mas marcos naturais e culturais com as bacias hidrográficas e os ecossistemas que eram base sua economia de exploração (FERNANDES, 1963; OLIVEIRA, 2003). Em outras palavras, havia uma ampla circulação de assentamentos, que podiam variar de ano a ano todavia sempre com as mesmas etnias, pelo menos desse início de século XIX.

Sobre essas populações verificou-se um predomínio dos falantes do tronco linguístico Macro Jê, em específico dos Macro Jê orientais Kumanaxó, Maxacali, Pataxó, Makoni, Malali e Botocu-

do (em específico os Naknanuk na época) (BÓRMIDA, 1965; METRAUX, 1946; METRAUX; PLOETZ, 1929; RIBEIRO, 2006, 2009; RODRIGUES, 1999; STEWARD et al., 1946).

Para as regiões centro e sul da Província, habitada pelos Purí, desde os primeiros séculos de contato foi-lhes atribuído a filiação ao tronco Macro Jê, atualmente há questionamentos sobre seu vínculo linguístico com os mesmos. As pesquisas mais recentes os distanciam e atribuem a língua Puri como isolada, ou seja, sem vínculo conhecido com nenhum tronco linguístico conhecido (NIKULI, 2020; RAMIREZ; VEGINI; FRANÇA, 2015).

Nestes termos, verificamos que o início do Império no Espírito Santo a diversidade étnica indígena era muito maior do que trata o senso comum de generalizações a “Tapuias” e “Botocudos”, mas no mínimo, um conjunto de sete etnias que ocupavam as matas do “sertão” capixaba em processo de conquista.

Distribuição e representatividade demográfica

Para melhor percepção da importância dos indígenas na província do Espírito Santo, em seu início, apresentamos brevemente sobre a demografia das populações indígenas do Espírito Santo na década de 1820. Segundo dados apresentados pela historiadora Vânia Maria Losada Moreira (2017) dispõe uma tabela populacional da década de 1820 (Tabela 1, na próxima página).

Como pode ser observado na tabela apresentada, a população do Espírito Santo na década de 1820, incluindo dados do sertão do rio Doce e da capital, vilas e povoações, que aponta entre índios súditos do Império e Independentes (integrados e não integrados) e demais categorias era de 61% de indígenas e 39% entre outros livres e escravos (Ibidem). No entanto, esse número pode

Tabela 1: População da província do Espírito Santo e sertões do rio Doce na década de 1820.

Localidade	Extratos e condição civil da população							Total	
	Livres				Escravos		Independente		
Província	Brancos	Índios	Pardos	Pretos	Pardos	Pretos	Índios		
	8.094	5.788	5.601	2.682	3.287	9.901		35.352	
Sertão do rio Doce								20.000	
Total									55.353

Fonte: MOREIRA, 2017, p. 139.

ser subestimado pelo fato de não contemplar as regiões Central e Sul da província, ainda repleta de Purí e o extremo norte no rio São Mateus cujas florestas eram abundantes em indígenas. Mesmo os indígenas integrados podem ter sido também subestimados se levarmos em conta a debilidade dos censos realizados na época, a fala do próprio presidente da província Ignacio de Acciole Vasconcelos sobre a disparidade entre os números do número verdadeiro de escravos quando escreveu “Que derróta se póde fazer tal bussola!” (VASCONCELOS, 1978, p. 28).

Conclusão

Em suma, buscou-se aqui tratar de maneira muito resumida a relevância demográfica, política e social dos indígenas no período da Independência. Essa relevância atribuída em várias esferas se opõe categoricamente ao apagamento construído pela historiografia oficial tanto na época da Província quanto na construída durante a República. A figura do indígena foi inevitável no cotidiano da sociedade capixaba seja como força fundamental de trabalho seja como obstáculo a expansão econômica.

Referências

ALMEIDA, Ceciliano Abel. *O desbravamento das selvas do Rio Doce (Memórias)*. 1º ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1959. Disponível em: <https://estacaocapixaba.com.br/o-desbravamento-das-selvas-do-rio-doce/>.

AMOROSO, Marta Rosa. *Terra de Índio: imagem dos aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

BANDEIRA, Julio. *Debret e o Brasil: obra completa 1816-1831*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Capivara Ed, 2009.

BIARD, August-François. *Viagem à Província do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Secretária Municipal de Cultural de Vitória, 2002.

BÓRMIDA, Marcelo. Los Gê, panorama etnológico. Los Gê, panorama etnológico. *Revista del Instituto de Antropología de la Universidad Nacional de Córdoba*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 135–176, 1965.

BRITO, Rossana; TERRA, Bruna. Os Krenak: do Espírito Santo à margem esquerda do rio Doce. In: BENTIVOGLIO, Julio (org.). *Os povos indígenas no Espírito Santo. Volume 4: Os Krenak*. 1º ed. Vitória: Milfontes, 2019. p. 39–58.

CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes De; KAINGANG, Danilo Braga; COSTA, João Paulo Peixoto. *200 da Independência: Os povos indígenas na formação do Brasil Império e o acervo da BN* - YouTube. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MLAjVgmXJQI>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CORRÊA, Luiz Rafael Araújo. *Feitiço caboclo: um índio mandigueiro condenado pela Inquisição*. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

CORRÊA, Luiz Rafael Araújo. *Insurgentes brasílicos: uma comunidade indígena rebelde no Espírito Santo colonial*. Jundiá: Paco Editorial, 2021.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. Um pouco da história e da cultura Purí. In: BENTIVOGLIO, Julio (org.). *História dos povos indígenas no Espírito Santo: os Purí*. 1. ed. Serra: Milfontes, 2017. p. 41–70.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. Cerâmica Neo-brasileira, contato, regional ou cabocla? Como se estrutura esse debate no Espírito Santo. In: DEBATES SOBRE CERÂMICA DE CONTATO, NEOBRASILEIRA E REGIONAL. II ENCONTRO CAPIXABA DE ARQUEO-

LOGIA (ENCA II) 2019, Vitória. *Anais* [...]. Vitória: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica - Adam Orsich, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iienca/239438-ceramica-neo-brasileira-contato-regional-ou-cabocla-como-se-estrutura-esse-debate-no-espírito-santo/>.

COTA, Maria das Graças. Os Tupinikim e a questão da luta pela terra. *Dimensões. Revista de História da UFES*. [S. l.], v. 1, n. 21, p. 83–100, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2484>.

COUTINHO, Dom José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando em sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. 1º ed. Vitória: Estação Capixaba Cultural, 2002.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2º ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Provincia_do_espírito_santo.pdf.

EMMERICH, Chalotte; MONTSERRAT, Ruth. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos: notas linguísticas. *Boletim do Museu do Índio*, Antropologia. Rio de Janeiro, n. 3, Antropologia, 1975.

ESTIGARRIBIA, Antonio. Índios do rio Doce. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 12–20, 1937. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Revista_IHGES/07.pdf.

FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. 2a. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1989. v. 25

LACERDA, Dom Pedro Maria. *Diários das visitas pastorais de 1880 e 1886 à província do Espírito Santo*. 1º ed. Vitória: Phoenix Cultura, 2012.

LOUREIRO, Klítia. *Os Tupiniquim: quem somos nós?* 1º ed. Vitória: Milfontes, 2019.

METRAUX, Alfred. The Botocudo. In: *Handbook of South American Indians. The marginal tribes*. Washington: Smithsonian Institution, 1946. p. 531–540.

METRAUX, Alfred; PLOETZ, Hermann. La civilization matérielle et lá vie sociale et religieuse des indiens zè du Brésil meridional et oriental. *Revista del Instituto de Etnologia de la Universidad de Tucumán*. [S. l.], v. I, 1929.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860*. 1. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo (1535-1822)*. São Paulo, SP: Humanitas, 2019.

NIKULI, Andrey. *Proto Macro-Jê: um estudo desconstrutivo*. 2020. Universidade de Brasília, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38893>.

OLIVEIRA, Jorge Eremites De. Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 16, p. 71–86, 2003.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves De. *Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da Província do Espírito Santo (1845-1889)*. 2020. UFRRJ, [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/48917230/OLIVEIRA_Tatiana_Gonçalves_de_Terra_trabalho_e_relações_interétnicas_nas_vilas_e_aldeamentos_indígenas_da_Província_do_Espírito_Santo_1845_1889_.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves De; COSTA, Henrique Antônio Valadares. OS PURI NO SUL DO ESPÍRITO SANTO: OCUPAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E TRABALHO COMPULSÓRIO. *Revista Habitus – Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 462–475, 2019. DOI: 10.18224/HAB.V17I2.7325. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7325>. Acesso em: 26 mar. 2022.

PARÁISO, Maria Hilda B. *O tempo da Dor e do Trabalho: A conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste*. (v.1 a 5). 1998. Universidade de São Paulo, [S. l.], 1998.

PARÁISO, Maria Hilda B. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretária Municipal de Cultura: FAPESP, 2009.

RAMIREZ, Henri; VEGINI, Valdir; FRANÇA, Maria Cristina Victorino De. Koropó , puri , kamakã e outras línguas do Leste brasileiro : revisão e proposta de nova classificação. *Liames*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 223–277, 2015.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. Macro-Jê. In: BROW, Keith (org.). *Encyclopedia of Language & Linguistics*. Second ed. Oxford: Elsevier Inc., 2006. v. 7p. 422–426.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. Tapuya connections: language contact in eastern Brazil. *Liames*, [S. l.], v. 9, n. Lowie 1946, p. 61–76, 2009.

RIBEIRO, Loredana; JÁCOME, Camila. Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 465–486, 2014. DOI: 10.1590/1981-81222014000200012.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Viagem_Pedro_II_ES_Levy_Rocha.pdf.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Macro-Jê. In: DIXON, R. M.; AI-KHENVALD, Alexandra Y. (org.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 165–206. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:rodrigues-1999-macro-je>.

ROSA, Afonso Claudio de Freitas. *Ensaio de sociologia, etnografia e crítica - 1931*. 2. ed. Vitória: Causa, 2015.

RUGENDAS, J. M. *Viagem Pitoresca através do Brasil (1835)*. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1999.

SAINT-HILARIE, August De. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Vitória: Secretária Municipal de Cultural de Vitória, 2002.

SANTOS, Estilaque Ferreira Dos. *A monarquia no Brasil: o pensamento político da Independência*. Vitória: EdUFES, 1999.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>.

SIQUEIRA, Francisco Antunes. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século: folhetim publicado no jornal A Província do Espírito Santo em 1885*. Vitória: Florecultura Editores, 1999.

SPIX, J.; MARTIUS, Baptist Von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1981.

STEWART, Julia H. et al. *Handbook of South American Indians*. 1. ed. Washington: Smithsonian Institution, 1946.

TEAO, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klítia. *História dos índios do Espírito Santo*. 1º ed. Vitória: Ed. do Autor, 2009.

VASCONCELOS, Ignácio Accioli De. *Memoria Statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1978. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/sndt9287-1.pdf>.

WIED, Maximiliano Prinz Von. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. São Paulo: Editora Nacional, 1942. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/437>.

SÃO MATEUS: FUNDAÇÃO DA VILA E RETORNO AO ESPÍRITO SANTO NA INDEPENDÊNCIA (1764-1823)

*Tiago de Matos Alves**

Resumo: O presente artigo foi baseado no primeiro capítulo da dissertação sobre São Mateus apresentada em 2021.¹ No processo de anexação do território norte do Espírito Santo à Bahia e a transformação do povoado em Vila em 1764, a região de São Mateus é vista como estratégica para a coroa portuguesa. Vários estudos são realizados e neste período são implementadas as diretrizes propostas: fornecimento de alimentos (farinha de mandioca) para o mercado interno (Rio e Bahia), baseado na mão-de-obra de negros escravizados, sendo o transporte realizado por navegação fluvial e marítima. Estas redes comerciais criadas acabam sendo fundamentais para o retorno da vila de São Mateus ao Espírito Santo em 1823.

Palavras-chave: São Mateus. Bahia. Farinha de Mandioca. Independência.

A fundação da Vila de São Mateus em 1764

Com a chegada do Marquês de Pombal ao poder em 1755, através da nomeação para o cargo de secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, cargo semelhante ao atual primeiro-ministro, há uma maior centralização do poder e uma série de medidas administrativas e econômicas. Podemos citar como medidas emble-

* Historiador da Coordenação de Atendimento ao Usuário (COATEN) no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Associado do IHGES.

¹ ALVES, Tiago de Matos. *Sociedade e economia portuária de São Mateus (1848-1889): A exportação da farinha de mandioca pelas águas “dorminhocas” do rio Cricaré*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2021.

máticas deste período a criação do Diretório dos Índios (1755) e a expulsão dos jesuítas (1759).

A Capitania Real da Bahia incorporou as Capitanias de Ilhéus em 1754 e Porto Seguro em 1761, aumentando a centralização política. O projeto de Pombal incluía a ocupação de todas as antigas povoações para um maior controle administrativo e do território por parte da Coroa, com a elevação à vila sob o comando político de suas elites locais.

No lugar das antigas capitanias, são criadas em 1763 as Comarcas de Ilhéus e de Porto Seguro. Em 1764 assume como ouvidor da Comarca de Porto Seguro Tomé Couceiro de Abreu, para executar o projeto administrativo do Reino de Portugal, através da Capitania Real da Bahia.

O atual território do norte do Espírito Santo foi considerado como pertencente à capitania da Bahia, sendo a divisa delimitada no rio Doce. O principal objetivo era incorporar a povoação às margens do rio Cricaré, transformá-la em vila, assegurar o controle do território, explorar as riquezas como a madeira, produzir alimentos para o abastecimento interno e controlar o acesso e a navegação do rio.

Recapitulando o histórico da capitania do Espírito Santo no século XVIII, em 1711 ocorre o falecimento do donatário Manuel Garcia Pimentel, com ausência de descendentes. Assumem o capitão-mor e os oficiais da Câmara de Vitória. Em 1715 o Conselho Ultramarino indicou ao soberano a compra da donataria pela Fazenda Real, para se incorporar à coroa, situação que se estendeu até 1811 (OLIVEIRA, 2008, p. 195).

Desde 1718 os capitães-mores do Espírito Santo foram nomeados pela Bahia, sendo que em 1764 o capitão-mor era Anastácio Joaquim Moita de Furtado. Por conta desta subordinação e ligação direta dos capitães com a poderosa Capitania Real, não havia inte-

resse em “defender” este território de São Mateus da anexação por parte da Bahia. Mesmo tendo ocorrido alguma resistência local à decisão imposta, provavelmente não haveria a possibilidade de se recorrer da medida tomada pela Coroa Portuguesa e a Capitania Real da Bahia. É importante ressaltar que não foi uma decisão nem uma anexação de São Mateus por Porto Seguro, mas sim da Capitania da Bahia, a mando do projeto de poder pombalino. A capitania de Porto Seguro já tinha sido extinta neste período.

É possível verificar as instruções do Marques de Pombal para o ouvidor Thomé Couceiro de Abreu,² de acordo este o trecho do documento:

8) Uma das partes principais daquela capitania é o importante Rio de São Mateus no qual, além de se dizer, que há preciosas madeiras para construção de naus, se afirma também que decorrendo pela serra dos cristais, trás o seu nascimento das minas do serro do frio. E como os novos moradores, que forem se estabelecer nas margens do dito rio, achando a notícia de que por ele podem ir àquelas preciosíssimas terras não cuidarão em outra coisa alguma, senão a de passarem a elas, deve V. Mercê por hora vigiar com todo o cuidado que nenhum passe daqueles limites, que V. Mercê lhe assinar até nova ordem de Sua Majestade (AMARAL apud NARDOTO, 2016, p. 91).

Neste oitavo item do auto é orientado ao ouvidor verificar as madeiras para construção de naus e outras embarcações navais, além da vigilância para que não se ultrapassasse o limite da povoação e a proteção da navegação rio adentro, em direção à região da Comarca do Serro Frio, Minas Gerais. O intuito era a proteção real

² Ordens Régias do Livro 4, de 1758-1765, Lisboa, Arquivo de Marinha e Ultramar, página 198.

às minas e bloqueio dos rios para evitar o fluxo de pessoas e possíveis contrabandos. O nono item do documento esclarece:

9) Não deve a V. Mercê, nem pela imaginação passar o objeto de ir fazer o descobrimento de Minas, mas antes se deve aplicar muito seriamente, depois dos estabelecimentos das novas vilas que puder erigir, e da educação dos seus habitantes; na cultura dos frutos para se sustentarem com abundância, não só os moradores das mesmas terras, mas fazerem o comercio deles para a Bahia e o Rio de Janeiro. Fazendo V. Mercê compreender aqueles novos colonos que não podem ter maior riqueza do que lavrarem muita qualidade de frutos e algodões, para socorrerem as duas maiores capitais do grande império do Brasil, porque o seu produto lhes trará dinheiro em abundância, para comprarem todos os negros que lhe forem precisos para adiantarem cada nas suas plantações e dilatarem a mesma proporção os seus descobrimentos a favor da barra do mesmo rio, para o comércio e da cultura, que houverem adiantado (AMARAL apud NARDOTO 2016, p. 91).

No nono item é ressaltada a proibição para a passagem para Minas Gerais com o intuito de descoberta de novas minas e caminhos. É incentivado o comércio com a Bahia e o Rio de Janeiro através da agricultura, que poderá proporcionar recursos financeiros para a compra de negros escravizados, aumentando a área e produção agrícola, direcionando essa expansão entre a antiga povoação e a barra do rio, atual Conceição da Barra, com o intuito de desenvolver o comércio e a produção agrícola.

Interessante observar que estas instruções econômicas realmente foram implementadas nas últimas décadas do século XVIII e no século seguinte: a área entre São Mateus e Barra de São Ma-

teus (Conceição da Barra) foi ocupada com fazendas de plantação de farinha de mandioca, com mão de obra de negros escravizados, atendendo principalmente aos mercados do Rio de Janeiro e Bahia. O décimo terceiro item do documento, afirma:

13) A comunicação da nova ouvidoria que V. Mercê vai criar com a do Espírito Santo é sumamente interessante, tanto ao serviço de sua majestade, como ao bem comum daqueles moradores; pelo que ordena o mesmo senhor que V. Mercê dê toda providencia que julgar necessária, para que as duas ouvidorias, se façam comunicáveis, visto o interesse recíproco, que ambas a segue (AMARAL apud NARDOTTO, 2016, p. 91).

A comunicação com a ouvidoria do Espírito Santo, vizinha, é incentivada, demonstrando o interesse em interligar os moradores e o comércio entre as Ouvidorias de Porto Seguro, pertencente à Capitania da Bahia e a Ouvidoria e Capitania do Espírito Santo. Conforme Braz do Amaral *apud* Nardotto (2016):

16) uma das averiguações que V. mercê deve fazer logo que chegar a dita capitania e com o maior segredo é examinar a largura e função dos rios de São Mateus e das Caravelas, vendo quantas braças de água tem no baixa-mar em águas vivas, e o quanto sobem as mesmas águas na preamar; quantas léguas de cada um dos ditos rios se podem navegar, desde as suas barras, até onde forem praticáveis no país descoberto; e os fundos que neles se forem achando; pondo V. Mercê nessa diligência o maior cuidado. Dando conta a sua majestade do que achar a esse respeito de sua mesma letra sem que possa expedir-se por amanuense algum; porque tem consequências gravíssimas a relaxação desse segredo (AMARAL apud NARDOTTO, 2016, p. 92).

Informações sobre a largura, profundidade e as condições do Rio São Mateus (Cricaré) e seus afluentes, fundamentais para a navegabilidade, foi solicitada para o Ouvidor, no mais absoluto segredo, por conta da possibilidade de adentrar os sertões e chegar até as minas do Serro Frio. Este levantamento solicitado foi importante para o incremento futuro da navegação no rio.

As instruções do Marques de Pombal para o ouvidor Thomé Couceiro de Abreu, deixam claro um projeto muito bem planejado e posteriormente executado de ocupação daquela região, com estudos detalhados das condições geográficas da região, com informações sobre a navegabilidade do rio Cricaré, tribos indígenas, principais plantas e madeiras encontradas. Os estudos prévios verificaram todas as condições necessárias para a implantação da vila, demonstrando que não foi uma aventura ou meramente uma aposta da Coroa Portuguesa. O documento apresenta relevantes diretrizes militares, econômicas e sociais.

São Mateus cumpriu à risca as determinações nas décadas seguintes: ocupação das margens do rio Cricaré para fornecimento de alimentos (farinha de mandioca) para os grandes mercados da Bahia e do Rio de Janeiro, utilizando mão-de-obra escrava e escoando a produção agrícola pelo rio e pela navegação de cabotagem. É interessante ver a correspondência do ouvidor Tomé Couceiro de Abreu descrevendo a região da ouvidoria de Porto Seguro, pertencente à capitania da Bahia, conforme documento do Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, com cópia no Arquivo do Estado da Bahia.³ Importante depoimento sobre a presença indígena na região, já em contato com a povoação de São Mateus. No levantamento realizado em 1764, antes da fundação da vila, consta:

³ Ordens Régias do Livro 4 (1758-1765), fls. 198 e seguintes, Lisboa, Arquivo de Marinha e Ultramar apud AMARAL, Braz. *Limites entre a Bahia e o Espírito Santo*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1917.

também me informaram, parece-me que com verdade, que a povoação de São Mateus tem desido por várias vezes bastante gentios em tom de paz a fazer o seu negócio e que o mais que querem são facões e machados dando por eles redes e cintos de penas, e que nas suas aldeias são governados por um João da Silva Guimarães, que há anos desceu fugido das minas.

Tão bem lhes mandei carta para o mesmo João da Silva, convidando-o a que descesse com os mesmos índios, que eu lhe prometia da parte de Sua Majestade dar-lhes terra para ele fundar uma boa povoação e se estabelecerem todos nas terras que ele quisesse e que ao mesmo senhor representaria todo o bom serviço, que ele nesta parte lhe fizesse, para o premiar conforme o seu merecimento e que se não intimidasse se tinha algum crime porque SM usaria com ele de sua real clemencia(AMARAL apud NARDOTTO 2016, p. 92-93).

Também antes da fundação da vila o ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, com grande esforço e dificuldades, fez um levantamento minucioso do Rio Cricaré, conforme solicitado pelo Marquês de Pombal, informando a largura, profundidade, denominação de algumas localidades ribeirinhas e madeiras encontradas nesta região. Na descrição do Rio São Mateus, é informado pelo documento:

16/06/1764 [...] Da largura, profundidade e localidades do Rio São Mateus [...] Rio – Pouco acima da Barra do Pontal no Norte por onde vê o canal, principia o Rio...Tem de fundo o canal defronte das mesmas ilhas de baixa-mar, braça e meia de preamar 2 e $\frac{1}{2}$ e de largo 110 braças pouco mais ou menos. (AMARAL apud NARDOTTO 2016, p. 95).

Esse trecho descreve a foz do rio Cricaré, em Conceição da Barra. Após isso, Couceiro vai descrevendo as condições de nave-

gabilidade das localidades da região. São citadas as seguintes, na ordem a partir da Barra do Pontal (Foz): Pedras, Barreiras, Povoação Velha, Mariricu, Registro, Carreira dos Dois Irmãos, Pedra D'água e Outeirinhos, até chegar ao Porto da Povoação, futura vila de São Mateus:

Tem este mesmo rio no Porto da Povoação 35 braças de largo em partes e em outras 40, e de fundo de baixa-mar perto de 2 braças e de preamar 2 e meia, fundo de área e em outras partes se acha com mais seis e sete braças de largo e com menos de dois e três palmos de fundo em outras partes com mais três para quatro palmos, porém estas medidas não correm geralmente em todo o rio (AMARAL apud NARDOTTO 2016, p. 95-96).

Depois das medições e observações realizadas, constata-se a navegabilidade do rio e as condições favoráveis do Porto da Povoação para receber embarcações. A importante expedição continua até a localidade de Jacarandá, três léguas (18 Km) rio acima, onde é informado o limite navegável para embarcações. Este limite já era conhecido, pois era a última localidade na direção oeste, fronteira agrícola da região, com distribuição de sesmarias na primeira metade do século XVIII:

Este rio é navegado de embarcações até a paragem chamada Jacarandá, que fica acima da povoação 3 léguas e desta paragem para cima até a repartição dos rios só podem navegar canoas ou barcas meio dia de viagem de Jacarandá até a dita repartição dos rios só podem navegar canoas ou barcas meio dia de viagem por ser daí para cima o rio estreito com 10 braças de largo e com muitas voltas e brejos nas suas margens e em poucas partes se acham terras enxutas (AMARAL apud NARDOTTO, 2016, p. 96).

A viagem continua até a Cachoeira do Cravo, futura sede da fazenda homônima da família Cunha, principal oligarquia de São Mateus no século XIX, estando descrito:

Das repartições dos rios a chegar à primeira cachoeira do sul, se gastam 2 a 3 dias de viagem... de forma que só com abundância de água pode navegar-se... Da boca do mesmo rio da parte do Norte até a primeira cachoeira se gastam 6 dias não havendo inundações de águas e por esta parte se acham pelas suas margens mais terras enxutas que nas do Sul (AMARAL apud NAR-DOTTO, 2016, p. 96).

Foram comprovadas as dificuldades para navegação em direção oeste e o acesso ou contrabando de metais pela via fluvial a partir do Rio Cricaré. Ao mesmo tempo, confirmou-se o potencial econômico para a intensificação das fazendas de plantação de mandioca e da utilização do Rio Cricaré para transporte e comércio no trecho entre Jacarandá até a foz em Conceição da Barra.

Estas incursões comprovaram a importância estratégica e econômica para a fundação de uma vila na povoação de São Mateus, que ocorreu em setembro de 1764. Estes relatórios revelam o planejamento e os diversos estudos realizados que serviram de base para a ocupação direcionada da região para os produtos agrícolas de abastecimento do mercado interno, especialmente Rio de Janeiro e Bahia, além do transporte fluvial e marítimo, conforme determinações do Marquês de Pombal e confirmadas nas expedições realizadas pelo ouvidor Couceiro.

Contava com 350 habitantes em 1764, entre brancos e índios “civilizados”, número suficiente de moradores para se constituir câmara própria e território demarcado a ser administrado (CANCELA, 2012, p. 177).

A partir do Auto de Demarcação da Vila, pode-se dimensionar a povoação no ano de 1764, que já contava duas ruas paralelas e outras três perpendiculares menores, a partir da praça da Igreja Matriz. Na praça foi levantado o pelourinho, demarcado o sítio urbano, a dimensão e local da Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu Municipal de São Mateus) a ser construída para instalar os oficiais da nova vila (SANTOS, 2017, p. 180).

A povoação de São Mateus reúne as características das primeiras povoações portuguesas no Brasil, localizando-se ao longo do rio, no ponto mais elevado da região estrategicamente protegido, tendo o controle de guarda para a foz e para as nascentes do rio, nos sertões. A Igreja Matriz é o elemento centralizador de agrupamento e união, demarcando o centro urbano inicial da povoação, em torno da qual se consolidará a construção das demais edificações. A economia da vila de São Mateus no início do século XIX era crescente e se manteve em ascensão até meados desse século.

Com a prosperidade econômica, houve o aumento do número de estabelecimentos, em um crescimento contínuo do número de construções na primeira metade do século XIX. Este crescimento se deu em torno do centro religioso e cívico e também na região do porto de São Mateus. Um porto com grande movimento, que demandou a construção de edificações em torno do espaço de cais e da Praça do Porto. A atividade econômica relacionada com o grande movimento no seu porto refletiu-se na evolução urbana da vila, no fim do século XVIII, consolidando-a como núcleo urbano, e por isso, elevada a cidade em 1848 (SANTOS, 2017, p. 182-184).

A região de São Mateus também apresentava importantes atrativos naturais para a colonização portuguesa. As terras fertilizadas pelo rio Cricaré e seus afluentes formavam um terreno considerado excelente para todas as qualidades de agricultura, com diversas roças de mandioca, que já produziam considerável volume de farinha

desde meados do século XVIII, utilizada tanto para o consumo de subsistência local quanto para a exportação em direção à vila de Vitória, para a capital, Rio de Janeiro e para os portos da Bahia, especialmente Caravelas e Salvador.

A povoação se constituía no local mais avançado sobre os denominados sertões da recém-constituída comarca de Porto Seguro, subordinada à capitania Real da Bahia. Foi incorporado o território norte da capitania do Espírito Santo em 1764, aproveitando-se da indefinição de fronteiras entre as capitanias desde a divisão das capitanias hereditárias no século XVI.

Desta forma, na comarca de Porto Seguro, pertencente à capitania Real da Bahia, foram criadas diversas vilas neste período: São Mateus, Prado, Belmonte, Porto Alegre (Atual Mucuri), Viçosa (Atual Nova Viçosa) e Alcobaça, entre os anos de 1764-1772, sendo a principal atividade mercantil a produção de farinha de mandioca para abastecimento dos principais centros econômicos do Brasil no século XVIII (CANCELA, 2012, p. 160).

Após a instalação inicial da estrutura administrativa da vila, incremento do povoamento e aumento da produção, eram necessários incrementos na logística de escoamento da farinha de mandioca: trapiches, galpões, embarcações etc. Aos poucos a vila começa a implementar a estrutura necessária para a movimentação e armazenamento das cargas visando a exportação dos produtos. Surge uma rede comercial envolvendo o financiamento, transporte e vendas dos produtos nas praças comerciais.

Produção econômica – Farinha de Mandioca

A produção econômica de São Mateus, incorporada à comarca de Porto Seguro, pertencente à capitania Real da Bahia, estava den-

tro de um projeto político idealizado pelas reformas produzidas no Estado do Brasil pelo Marquês de Pombal: a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno, abastecimento das principais cidades da colônia, especialmente Salvador, capital até 1763, e o Rio de Janeiro, nascente capital da colônia.

Devido ao crescimento populacional, especialmente pela mineração na capitania de Minas Gerais, novas vilas se formaram no caminho da Estrada Real e nas zonas mineradoras. O ouro e o diamante, principais riquezas de Minas no século XVIII, eram exportados para Portugal pelo porto de Paraty, inicialmente e posteriormente, Rio de Janeiro, incrementando o comércio no porto desta cidade, que se tornou o principal centro comercial do Brasil colônia e, em virtude disso, capital a partir de 1763.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, com a instalação da família real no Rio de Janeiro, foi o outro grande fator de crescimento populacional e aumento do mercado consumidor interno, com o incremento das trocas comerciais e do porto. A abertura dos portos em 1810, consequência do acordo com os ingleses para o apoio e escolta naval da família real, resultou no final oficial do monopólio comercial aos navios portugueses no comércio com o Brasil aumentando o fluxo internacional com o Rio de Janeiro, especialmente da Inglaterra.

Todos esses processos da segunda metade do século XVIII e início do século XIX resultaram na concentração econômica, comercial, populacional e política no Rio de Janeiro, migrando o principal polo econômico do Brasil da atual região do Nordeste para o atual Sudeste. Tudo disso gerou uma demanda enorme por alimentos para a população crescente. Dessa forma era necessário pensar nos produtos de exportação, como o açúcar e o ouro, mas também nos produtos necessários para o abastecimento interno para a população livre e escravizada, como as carnes, grãos de cereais e a farinha de mandioca.

A mandioca é uma planta nativa do Brasil e encontrada em todas as regiões do atual território brasileiro, tendo sido incorporada no início da colonização da dieta alimentar de vários grupos originários que produziam beijus, tapiocas, farinha etc. A partir do contato inicial desses grupos, especialmente Tupi, com os portugueses e posteriormente com os africanos escravizados, houve uma adaptação e incorporação dessa planta na dieta alimentar, inclusive com o domínio da técnica da produção artesanal da farinha. O consumo da farinha de mandioca junto com a carne-seca e o feijão se tornou muito popular, sendo considerada a base da alimentação do Brasil colônia e império.

Por ser a mandioca de fácil plantio e a farinha de mandioca um produto barato, nutritivo, e não perecível, a dieta foi incorporada principalmente para os escravizados. Era o “arroz com feijão” da época: comida barata, popular, com carboidratos que proporcionam energia, “sustança” na linguagem popular, especialmente para trabalhos pesados na lavoura e na mineração.

Cascudo (1967), no seu clássico livro *História da Alimentação no Brasil*, enfatizou a importância da mandioca para a alimentação brasileira desde o início da colonização, escrevendo um capítulo dedicado ao tubérculo, denominado “A Rainha do Brasil”. Cascudo relata que diversos cronistas do século XVI, como os Padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, já enfatizavam a presença marcante da mandioca como principal alimento indígena, especialmente os Tupi, e que foi rapidamente incorporada à dieta dos colonos portugueses. Foi incluída nas trocas comerciais com a África e virou alimento básico fundamental dos negros escravizados no Brasil (CASCUDO, 1967, pp.93 e 95)

Explicando a denominação de rainha do Brasil, Cascudo afirma que “A mandioca é o primeiro conduto alimentar brasileiro pela extensão e continuidade nacional” (CASCUDO 1967, pp.99). Hen-

rique Ataíde da Silva ressaltou a importância da mandioca para a alimentação de São Paulo e do Brasil na dissertação *Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da Manihot esculenta*⁴ em São Paulo (2008), enfatizando que o tubérculo possui uma relação direta com a formação socioeconômica do Brasil desde o período colonial, se constituindo em uma “herança indígena” em todo o território brasileiro, assim como técnicas de cultivo indígenas, como a agricultura de coivara. A junção destes dois elementos consolidou uma forma segura para a subsistência dos colonos, especialmente em áreas de floresta tropical (SILVA, 2008, p. 37). O autor explica as características e propriedades da mandioca, citando os dois tipos principais e a diferenciação na utilização deles na alimentação humana:

A mandioca pode ser dividida em dois grandes grupos, genericamente chamados de “Amarga” ou “Doce”, dependendo da quantidade de ácido cianídrico contido nestas raízes. As raízes “amargas” contêm altas taxas desta substância, sendo necessário passar por um complexo processamento antes de ser consumida, envolvendo, entre outras etapas, ralar e espremer para tirar o caldo, no qual se concentra a maior quantidade da toxina. Notadamente, estas espécies deste grupo são as preferidas na fabricação de farinha, principalmente nas regiões da floresta tropical. Já as variedades doces, também chamadas de “aipim” ou “macaxeira”, possuem baixa taxa desta substância, sendo consumíveis apenas com cozimento (SILVA, 2008, p. 37).

Dentre os motivos para ter sido escolhida como preferida pelos indígenas do território brasileiro deve-se ao fato de que:

⁴ Nome científico da Mandioca. Referência ao termo encontrado no capítulo do livro de Câmara Cascudo (1967)

[...] seu cultivo é menos exigente em termos agronômicos e sua produção é certa; sua conservação no clima tropical é mais fácil, já que ela pode ser colhida após o primeiro ano de crescimento em qualquer estação; e também é uma fonte confiável de carboidratos, desempenhando importante papel nutricional.[...] No Brasil, durante o período colonial, a mandioca estava perfeitamente adaptada ao padrão itinerante de ocupação do território. Portanto, neste contexto de seminomadismo que marcou o início da colonização, a mandioca oferecia um alimento de fácil obtenção, bastando arrancá-las e processá-las. Isso garantiu ao tubérculo um papel de grande importância na alimentação, sendo, pelo menos durante três séculos e meio, principalmente em áreas onde a presença indígena foi mais acentuada, “a alimentação do Brasileiro” (SILVA, 2008, p. 37-38).

No século XIX o tubérculo era encontrado em todas as regiões do Brasil e incorporado à dieta dos índios, brancos e negros escravizados, como pode ser verificado nos relatos dos viajantes que percorreram o território brasileiro neste período. Nas proximidades de Vitória, em 1818, o francês Saint-Hilaire descreve a fabricação da farinha de mandioca feita pelos negros escravizados:

Os negros começam por tirar a casca das raízes com uma faca e depois as passam num ralador. Este ralador é de latão e cobre a volta de uma roda móvel, em estreita mesa [...]. Debaixo da roda há um aparador onde a polpa cai. Esta é comprimida a princípio com as mãos; em seguida, para acabar de fazer sair o líquido venenoso que a mandioca contém, como todos sabem, colocam-na numa peneira feita numa espécie de palmeira, que chamam tipiti (SAINT-HILAIRE, 1974, p.55)

Saint-Hilaire observa também que a farinha de mandioca é misturada ao feijão e a outros “pratos com molhos” (SAINT-HILAIRE 1974, p.56).

Independência do Brasil e retorno de São Mateus ao Espírito Santo em 1823

São Mateus já tinha estabelecido a dinâmica produtiva da farinha de mandioca quando houve o movimento de anexação à Província (Novo termo utilizado para a divisão político-administrativa do Brasil a partir de 1821) do Espírito Santo, em 1823, aproveitando a guerra da independência em 1822/23, deixando de ser subordinada à província da Bahia.

Rodrigo Goularte (2015) analisa a elite política do Espírito Santo e a sua relação com as redes comerciais no período de 1815-1825. Nesta tese, fica explícita a importância de São Mateus para os fluxos comerciais de Vitória. Do total de 860 viagens realizadas a partir do porto de Vitória entre 1815-1825, 191 tiveram São Mateus como destino e 180 para o Rio de Janeiro, respectivamente 22,20% e 20,9% (GOULARTE, 2015, p. 34-36).

Estas ligações comerciais e políticas foram fundamentais para que São Mateus retornasse em 1823, desta vez em definitivo, ao território do Espírito Santo. Foi feita uma articulação, com apoio militar, para que a vila declarasse apoio à independência do Brasil e o pertencimento à província do Espírito Santo, deixando de ser subordinada à Bahia.

A peculiaridade de São Mateus ressalta o valor das redes mercantis do Espírito Santo nas primeiras décadas do Oitocentos. Em 1764, a vila foi criada e anexada à capitania Real da Bahia. Em 1823, São Mateus voltou a integrar o território do Espírito Santo, por

conta das relações mercantis com Vitória e com as províncias do sul, além da turbulenta conjuntura política na Bahia no processo de independência da América Portuguesa. Desta forma, em relação à província do Espírito Santo, no decênio de 1815-1825, São Mateus foi porto externo enquanto pertencente à Bahia (1815-1822), e depois intraprovincial (1823-1825), pertencente à capitania do Espírito Santo (GOULARTE, 2015, p. 34-36).

Em fevereiro de 1822, tumultos começaram em quartéis contra a nomeação do novo governador das armas, Madeira de Mello. Após a independência em setembro de 1822, Madeira de Mello, em Salvador, permaneceu subordinado às Cortes portuguesas e até julho de 1823 a província não se sujeitou à autoridade do Rio de Janeiro, confrontando Dom Pedro I.

O Espírito Santo aderiu à emancipação da América Portuguesa, em virtude dos laços políticos e econômicos com o Rio de Janeiro. No conflito entre as tropas do Rio contra Salvador são criados bloqueios e proibições de comércio. Por ordem de Madeira de Mello, nas vilas da Bahia, incluindo São Mateus, são proibidas as trocas mercantis e a venda da farinha de mandioca para a corte e províncias aliadas, como o Espírito Santo. A ordem de Madeira de Mello impunha que toda a produção de farinha de mandioca dessas regiões deveria abastecer exclusivamente a capital da então Província da Bahia, Salvador.

Essa determinação foi o estopim para a articulação do Espírito Santo com a vila de São Mateus, pois a restrição deste comércio iria afetar bruscamente as redes mercantis e de abastecimento locais. São Mateus era o porto baiano de maior contato dos comerciantes espírito-santenses, recebendo de 1815 a 1820 mais de 40% das embarcações de Vitória que chegavam à Bahia. A junta de governo provisório espírito-santense decide apoiar militarmente São Mateus para que a câmara local declare a adesão à independência e à anexação ao Espírito Santo (GOULARTE, 2015, p. 156).

Devido à cisão política na província da Bahia, com uma junta de governo aderida ao império do Brasil em Cachoeira, no Recôncavo Baiano e outra às Cortes Lisboetas em Salvador, algumas câmaras das vilas do sul dessa província aproveitaram o momento conturbado, solicitaram apoio militar e articularam a anexação à província do Espírito Santo, especialmente as vilas de São Mateus e Caravelas, primeiro e terceiro destinos portuários baianos das embarcações originadas do Espírito Santo nas primeiras décadas do século XIX, reforçando a importância destas redes mercantis na definição política e territorial. No caso da vila de Caravelas o governo da Bahia conseguiu sufocar o movimento rebelde e anular a decisão da câmara local declarando a adesão ao Espírito Santo, permanecendo a importante vila como território baiano (GOULARTE, 2015, p. 158).

Os laços políticos relacionados ao Espírito Santo chegaram à vila de São Mateus. Em 08 de janeiro de 1823, documento da junta provisória de governo do Espírito Santo enfatizava ao comandante das armas a necessidade do envio de tropas para São Mateus.⁵ Em 29 do mesmo mês, os vereadores mateenses escreviam para a junta provisória de governo, garantindo a subordinação de São Mateus ao Espírito Santo em troca do apoio militar e político⁶ (GOULARTE, 2015, p. 161-162).

Apesar de ser vila baiana no período de 1764 a 1823, São Mateus tinha relações comerciais e políticas com o Espírito Santo, especialmente Vitória. A elite política e econômica dessa vila, conforme relatado no auto de sua independência, optou pela vinculação política

⁵ APEES. Fundo Governadoria, Série 751. Livro 22, Diário do Governo da Província do Espírito Santo, 1822-1824.

⁶ APEES. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 351. Assuntos Eclesiásticos e Outros. Correspondências recebidas pelo Presidente da Província da Câmara Municipal, 1823-1845

ao Espírito Santo para manter suas relações mercantis com a região econômica formada por essa província e pelo Rio de Janeiro.

A crise política na Bahia pós-independência fez São Mateus desvincular-se administrativamente dessa província para negociar com o sul da América portuguesa, saindo do embargo econômico estabelecido por D. Pedro I à Bahia em setembro de 1822. Esse retorno da vila de São Mateus também beneficiou muito o Espírito Santo. Voltava o território que tinha sido anexado à Bahia no século XVIII, com as altas rendas dos seus negócios, em especial da exportação da farinha de mandioca e as redes mercantis que ficavam sob o mesmo comando administrativo. No período de 1824-1825, São Mateus se consolidou como principal ponto dessa rede marítima, absorvendo 34,78% das embarcações oriundas de Vitória, ampliando a sua importância econômica (GOULARTE, 2015, p. 163-165).

O pertencimento de São Mateus à Bahia, de 1764 a 1823, não impediu que os negociantes mateenses tecessem as suas redes mercantis às dos negociantes do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Nas duas primeiras décadas do século XIX o fornecimento de gêneros alimentícios de subsistência, como a farinha de mandioca, por São Mateus era relevante para o Rio de Janeiro. Desta forma, o porto daquela vila junto aos do Espírito Santo unificavam-se com os da província do Rio de Janeiro formando uma única geoeconomia litorânea. A união simultânea de São Mateus ao Império do Brasil e à província do Espírito Santo consolidou politicamente essas redes comerciais naquele momento.

Apesar da ampla rede de mercados internos, a praça do Rio de Janeiro se destacou como o principal mercado consumidor em todo o século XIX para a produção de farinha de São Mateus. A tendência já apontada de predomínio das relações comerciais do Espírito Santo com o mercado da corte aparece ligada ao maior número dos consignatários das embarcações capixabas, que estavam localizados na praça fluminense.

Para Enaile Carvalho, a cabotagem foi fundamental para o Espírito Santo durante todo o período colonial, assim como o foi para todas as capitanias costeiras do Brasil. Neste período, a ocupação territorial manteve-se concentrada na faixa litorânea, em relação à formação dos núcleos urbanos e às atividades produtivas e de transporte. Desta forma, a utilização do mar costeiro como via de acesso de pessoas e mercadorias às diversas localidades foi fundamental no estabelecimento das relações socioeconômicas das regiões da colônia. A produção agrícola no Espírito Santo manteve-se na faixa litorânea e o destino dos gêneros cultivados era principalmente o abastecimento do comércio interno (CARVALHO, 2016, p. 156).

As vias de comunicação mais utilizadas para a ligação do interior com o litoral do Espírito Santo foram os rios, em especial aqueles que desaguam no Atlântico. Desta forma, o comércio de cabotagem compreendia o transporte fluvial e marítimo, fundamental para o fluxo de mercadorias e no deslocamento de pessoas. Os rios também serviram como marcos na demarcação territorial e meio de interiorização para o sertão. O abastecimento do mercado interno com a navegação de cabotagem margeando a costa brasileira, fez do Oceano Atlântico a principal via de transporte de mercadorias nacionais e importadas, em um fluxo constante entre os portos do Brasil (CARVALHO, 2016, p. 157-158).

A produção da farinha em larga escala, gênero amplamente consumido no Brasil do século XIX, intensificou o fluxo de embarcações em São Mateus. Tendo em vista as fontes pesquisadas, ao todo 367 embarcações partiram de Vitória, entre 1815 até 1831, com destino a São Mateus, sendo o porto com mais desembarques, acumulando próximo a 25% da amostra total (CARVALHO, 2016, p. 172). Entre os anos de 1823 e 1831, os portos espírito-santenses receberam mais embarcações provenientes da capital que aqueles

de fora da província, especialmente por conta da reanexação de São Mateus (CARVALHO, 2016, p. 179).

A exportação de Farinha de Mandioca era feita praticamente na sua totalidade pelo porto de São Mateus. Isso demonstra a importância econômica da receita dessa atividade não só para a Vila, mas para a administração da Província do Espírito Santo:

Pela comparação das taboas parece que o comércio é ativo, e é verdade, mas toda a atividade provém do gênero Farinhas da Vila de São Mateus, por que excetuando essa vila, toda a mais Província faz um comercio passivo, e só deixou de ser menos passivo em 1826 com a exportação das farinhas para as Províncias do Norte (VASCONCELLOS, 1978, p. 19).

Sem a renda proveniente de São Mateus, dificilmente a Província conseguiria custear as despesas administrativas e dependeria de aportes financeiros do Império. O relatório de Ignácio Accioli de Vasconcellos, *Memória Estatística da Província do Espírito Santo*, de 1828, demonstra também a existência da rede de comércio com as Províncias das atuais regiões Nordeste e Norte, principalmente Bahia, que na época eram denominadas conjuntamente de “Norte”.

Nas estatísticas apresentadas é explicitada a relevância de São Mateus, com uma produção econômica e arrecadação de impostos bastante superior à de Vitória. A farinha de mandioca representava 61,2% da renda proveniente de exportação pelo Espírito Santo, refletindo a importância financeira do retorno na segunda década do século XIX da vila de São Mateus e de todo o território da região Norte a partir da margem esquerda do Rio Doce para a Província do Espírito Santo.

Fontes primárias

APEES. Fundo Governadoria, Série 751. Livro 22, Diário do Governo da Província do Espírito Santo, 1822-1824.

Referências

ALVES, Tiago de Matos. *Sociedade e economia portuária de São Mateus (1848- 1889): A exportação da farinha de mandioca pelas águas “dorminhocas” do rio Cricaré*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2021.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)*. Salvador, Tese UFBA. 2012.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Rede de interesses: produção, abastecimento, cabotagem e estradas (Espírito Santo, 1790-1831)*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1967.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Portos e Sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América portuguesa (1815-1825)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF. 2015.

NARDOTO, Eliezer Ortolani. *História, Geografia e Economia de São Mateus*. São Mateus: Ed. do Autor. 2016.

SANTOS, Sofia Maria Valente Simões dos. *São Mateus: Do Lugar à Vila*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Vitória. 2017.

SILVA, Henrique Ataíde. *Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da Manihot esculenta*. Dissertação de História Social, USP, São Paulo. 2008.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. *Memoria Statistica da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Col. ‘Mário Aristides Freire’, v.1. Vitória, Arquivo Público Estadual. 1978.

O GOVERNO E A SEGURANÇA PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

*Gelson Loiola**

Resumo: O presente artigo tem por finalidade descrever os principais fatos políticos e administrativos e as contendas ocasionadas pelos conflitos entre o poder governativo e o comando das Armas com reflexo no sistema de segurança pública na Província do Espírito Santo no ano de 1822, ano em que D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil, que neste ano de 2022 completou 200 anos da realização de um dos mais importantes feitos da história da Nação Brasileira.

Palavras chave: Província do Espírito Santo – Junta Provisória de Governo. Comando das Armas. Independência. Conflitos. Decisões. Memória.

Introdução

A primeira tropa nos moldes de uma força de exército terrestre brasileiro foi criada pelo 1º governador Geral do Brasil, Tomé de Souza através do Decreto nº. 782, de 19 de abril de 1551, nos moldes da que existia em Portugal, com a denominação de Meio Batalhão de Caçadores da Bahia (1/2 BC), na cidade de São Salvador, Capitania da Bahia de Todos os Santos, inclusive este é o dia em que se comemora o aniversário do Exército Brasileiro, Corporação Militar que foi aos poucos se expandindo pelas demais capitânicas do território brasileiro.

O início da história do Exército Brasileiro no Estado do Espírito Santo, segundo Daemon (1879), deu-se após a tentativa de

* Coronel reformado da PMES, escritor, bacharel e professor de direito, pós-graduado em História Militar e Docência do Ensino Superior, pesquisador militar, associado efetivo e membro da diretoria do IHGES.

invasão holandesa de 1640, quando os integrantes da Câmara da Capitania do Espírito Santo, representou ao rei de Portugal, D. João IV, solicitando o envio de “40 infantes de tropa regular”, (p.116), para protegê-la, e que segundo o citado autor, fora atendida, conforme texto adiante transcrito:

Representão os officiaes da Camara d'esta então Capitania a D. João IV, já então no throno [...] – que tendo os hollandezes por duas vezes intentado a conquista do Espírito-Santo, pedião para que houvesse aqui quarenta infantes de tropa regular, “offerecendo para sua sustentação o donativo de 160 réis por canada de aguardente de canna e sobre a do vinho de mel, mais do que o vinho de Alto Douro, o que por El-Rei foi satisfeito”. (p. 116).

Apesar de a solicitação, segundo Daemon, ter sido atendida em 1640, somente quatro anos depois circulou o primeiro registro comprobatório do seu atendimento, através do seguinte documento:

1644, Dezembro, 03, Lisboa
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV sobre o pedido de Manuel de Almeida do Canto para que se pague seus soldos de capitão de Infantaria da capitania do Espírito Santo. (APE-ES, CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc.20)

O documento proveniente de “Lisboa, datado de 3 de dezembro de 1644, confirma que Manuel de Almeida Canto, como capitão de Infantaria da capitania do Espírito Santo”.

A presença do Exército Brasileiro no ES, segundo Rubim (1840), somente foi reforçada em 1767, quando o governo da Bahia enviou a denominada Companhia do Pinto pertencente ao Regimento Alvim sediado no território baiano, para juntar-se a Com-

panhia de Infantaria instalada desde a década de 1640 na Capitania do Espírito Santo.

As tropas militares ativas na Província do Espírito Santo em 1822

Apesar das instituições militares existente na Capitania do Espírito Santo terem passado por muitas modificações organizacionais, o foco sobre o assunto, aborda aquelas que foram efetivamente constituídas mais próximo do ano de 1822, e que estavam ativas naquele ano.

A COMPANHIA DE ORDENANÇAS

As Companhias de Ordenanças foram implantadas no Brasil Colônia em cumprimento ao Regimento dos Capitães-Mores de 10 de dezembro de 1570, aonde dispôs no art. 11, que: “Cada Companhia será de duzentos e cinquenta homens, em que haverá dez Esquadras, e terá um Capitão, um Alferes, um Sargento, um Meirinho, um Escrivão e dez Cabos”, sendo que o efetivo que corresponderia aos soldados seria composto por moradores civis das vilas, cidades ou Conselhos, com exceção dos eclesiásticos, fidalgos, proprietários de manada de cavalos, menores de dezoito e maiores de sessenta anos de idade, nos termos do art. 11, do citado Regimento.

Os Corpos de Ordenanças atuaram na segurança pública da província capixaba até a publicação da lei de 18 de agosto de 1831 que “cria as Guardas Nacionais e extingue os [...], e ordenanças”.

O REGIMENTO DE INFANTARIA DE MILÍCIAS DE 1789

A ordem para a instalação de um Regimento de Infantaria de Milícias com duas Companhias de Cavalaria agregadas, Capitania Espírito Santo, segundo Rubim (1840), data de 26 de janeiro de 1788, e foi emitida pelo governador e capitão-general da Capitania da Bahia, Dom Rodrigo de Menezes, ao qual a capitania capixaba estava subordinada, o qual somente foi organizado no ano seguinte, sob o comando do coronel e governador da Capitania do Espírito Santo, Ignácio João Monjardino, cargo efetivamente acumulativo na época.

As tropas de Infantaria de Milícias atuaram na segurança pública da província capixaba até a publicação da lei de 18 de agosto de 1831 que “cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias [...]”.

AS COMPANHIAS DE INFANTARIA E DE ARTILHARIA DO EXÉRCITO

Sobre a Companhia de Infantaria de Linha do Exército Brasileiro sediada na Capitania do Espírito Santo, desde a década de 1640, e segundo o citado autor, ela foi reorganizada, em 23 de agosto de 1793, com um efetivo de 114 praças, por ordem do governador e capitão-general da Bahia, Dom Fernando José de Portugal, a qual atuou isoladamente até 22 de janeiro de 1820, o governador da ainda, Capitania do Espírito Santo, solicita ao governo imperial a ampliação de organizações militares do Exército Brasileiro na Capitania do Espírito Santo, conforme consta do decreto de 22 de janeiro de 1820, com o qual sua majestade imperial atende ao pedido e:

Manda crear na província do Espírito Santo um
Corpo de Tropa de Linha, [...]. Sou servido a cre-

ar na sobredita Província um Corpo de Tropa de Linha composto de uma Companhia de Artilharia e duas de Infantaria, servindo para esta para estas de casco a já existente, na conformidade do plano que com este baixa assignado por Thomaz Antonio Villanova Portugal, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, [...]. (Coleção de Leis do Império, 1820, p. 10).

Assim, a Capitania do Espírito Santo, passa a contar com um Corpo de Tropa de Linha do Exército Brasileiro passa a contar com mais uma Companhia de Infantaria de linha, totalizando duas companhias de Infantaria com a já existente e uma Companhia de Artilharia do Exército Brasileiro, em atividades no ano de 1822, é bom lembrar que, apesar de constar no documento, o Espírito Santo, como Província, as Capitánias Hereditárias do Brasil somente seriam oficialmente extintas, em 28 de fevereiro de 1821.

As Companhias de Infantaria do Exército Brasileiro atuaram isoladamente defesa da província espiritosantense, até a publicação do decreto de 1o de dezembro de 1824, quando D. Pedro I, reorganizou o Exército Imperial, e fez a fusão das mesmas com o Corpo de Pedestres e criou na Província do Espírito Santo, o 12º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro.

O CORPO DE PEDESTRES DE 1800, EMBRIONÁRIO DA PMES

A primeira abordagem da necessidade de se criar um tipo específico de Corpo de Polícia na Capitania do Espírito Santo é citada por Teixeira (2008), quando se refere ao desbravador Pedro Bueno Cacunda que, em carta dirigida ao rei, datada de 8 de setembro de 1735, descreve:

Nesse documento, o audaz sertanista pedia a superintendência das minas e das passagens dos rios *Mayguassu* (Manhuaçu), Guandu e Itape-mirim e quatro hábitos de Cristo, lembrando a necessidade de se estabelecer uma espécie de corpo de polícia, constituído de oitenta homens armados, para manter em respeito as naçoens do gentio inhumano. (p. 204).

Apesar deste documento, ainda demoraria muito para que tal modelo de polícia fosse implantado na Capitania capixaba.

Podemos dizer que, a história da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES) começa a se delinear após o capitão de Fragata, Antônio Pires da Silva Pontes [Paes Lemes e Camargo], ter sido nomeado pelo Príncipe Regente, D. João, por meio do Decreto de Lisboa, datado de 11 de setembro de 1797, para presidir a Capitania do Espírito Santo, conforme documento existente no Arquivo Público do ES, (APE-ES, cx.05, doc.46), e promovido ao posto de coronel Comandante do Regimento de Infantaria de Milícias da Capitania do Espírito Santo (APE-ES, cx.06,doc.09), pelo Decreto Regencial, em 8 de agosto de 1799, ter assumido o cargo de presidente da referida Capitania, em no dia 29 de março de 1800.

Um dos primeiros atos do presidente Silva Pontes com base na Carta Régia, de 12 de março de 1798, de D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, foi criar, em 4 de abril de 1800, o Corpo de Pedestres, com 300 soldados, em Porto do Souza, distrito de Rio Doce, (Linhares-ES), para fiscalizar e combater roubos e ataques indígenas ao longo das vias fluviais da Capitania, única via de transporte da época, pois não havia estradas.

Segundo Rubim (1840, p. 18-23), foram instalados na Capitania capixaba os seguintes postos: Quartel do Porto do Souza instalado na parte sul do Rio Doce, com 1 inferior (sargento) e 11 soldados

(Sd) do Corpo de Pedestres (CP) em homenagem ao seu amigo, D. Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares), secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, o Quartel de Lorena, na margens do Rio Guandu, homenagem ao seu amigo pessoal e governador de Minas Gerais (1797-1803), capitão-general, Bernardo José da Silveira e Lorena, e o Quartel de Regência Augusta, na margem sul do Rio Doce, em homenagem ao Príncipe Regente, com 1 inferior e 4 Sd do CP, catalogados como os primeiros e principais quartéis da província capixaba.

E foram instalados ainda, o Quartel de Anadia, na margem sul do Rio Pancas, com 1 inferior e 7 Sd do CP (p.15), o 1º Quartel Linhares, em Povoação, com 1 inferior e 18 Sd do CP, o 2º Quartel Linhares, na lagoa Juparanã, com 1 inferior e 11 Sd do CP, o Quartel do Aguiar, em Povoação Linhares, com 1 sargento mor e 16 Sd índios, o Quartel do Riacho, a quatro léguas de Povoação, com 1 inferior e 4 Sd do CP, o Quartel de Comboios com 1 inferior e 2 Sd do CP, e quatro Quartéis na Povoação de Viana de Ilhéus, com 1 Alferes de Infantaria-EB e 34 Sd do CP, distribuídos em dois Quartéis nas extremidades e dois no sertão, em Altos Montes. O Quartel na face sul do Rio Itapemirim, com 1 inferior e 20 Sd do CP, o Quartel de Boa Vista, com 1 Alferes, 10 Sd de Infantaria-EB e 8 Sd do CP e o Quartel de Itabapoana situado às margens do Rio de mesmo nome, com 3 soldados de Pedestres.

Com a instalação dos quartéis ao longo da malha fluvial da capitania capixaba em 1800, e a proximidade com a água, começaram a surgir os vilarejos, inclusive onde passaram a residir os integrantes do efetivo do Corpo de Pedestres, os quais, além fazer a segurança nos principais pontos de escoamento da produção e transporte de passageiros, fiscalizando as vias fluviais no combate aos recorrentes assaltos, passou também, a efetuar o policiamento ostensivo nas vilas formadas em torno dos quartéis, constituindo-se no primeiro

passo para qualificá-lo como o “embrião” da Força Pública Provincial do Espírito Santo.

O Corpo de Pedestres realizou as atividades de policiamento ostensivo da província espiritosantense, até a publicação do decreto de 1º de dezembro de 1824, quando D. Pedro I fez a fusão do citado corpo com as Companhias de Infantaria do sediadas na Província do Espírito Santo e criou na mesma o 12º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro.

A INDEPENDÊNCIA MILITAR DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO DO GOVERNO DA BAHIA

Até o ano de 1810, a Capitania do Espírito Santo estava subordinada militarmente ao governo da Capitania da Bahia, e somente se desvinculou da mesma, pelo Decreto de 3 de setembro de 1810, (Coleção de Leis do Império), emitido pelo príncipe regente do Brasil, aonde dispôs que: “[...] sou servido ordenar que o referido Governo da Capitania do Espírito Santo pelo que pertence à parte militar fique ora em diante inteiramente independente do Governo da Capitania da Bahia”, (p.145), ou seja, a partir daquela data, e não “13 de setembro de 1810”, conforme afirma Rubim (1817, p. 12), as decisões referentes a parte militar, seriam tomadas diretamente pelo governo da Capitania do Espírito Santo e não mais pelo da Bahia.

O BATALHÃO DE ARTILHARIA MILICIANA DE 1810

A autorização para instalação de um Batalhão de Artilharia Miliciana, na Capitania do Espírito Santo, segundo Rubim (1817), emergiu: “Por Decreto de 18 de Agosto de 1810 foi creado hum batalhão de artilharia Miliciana organizado no primeiro de Dezembro do mesmo anno”; (p. 12), pelo governador da capitania, Manuel

Vieira de Albuquerque Tovar, porém, na coleção de leis do império do ano de 1810, além de não existir decreto com esta data, também não existe nenhum decreto autorizando a criação de tal corporação na capitania capixaba em 1810.

O que comprova a existência de um Batalhão de Artilharia na Capitania do Espírito Santo, advém da publicação feita pelo jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 16 de dezembro de 1812, aonde consta: “Batalhão de Artilharia da Capitania do Espírito Santo. Para capitão da 1ª Companhia, Antonio de Alvarenga Rangel, 2º tenente da mesma”, (p.9).

As tropas de Artilharia Milicianas atuaram na segurança pública da província capixaba até a publicação da lei de 18 de agosto de 1831 que “cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias [...]”,

Fatos antecedentes a independência na Província Capixaba em 1822

No início do ano de 1822, conforme anteriormente descrito, a segurança pública na Província do Espírito Santo era exercida desde 1789 pelo Regimento Infantaria de Milícias, desde 1800 pelo Corpo de Pedestres vinculado a Marinha do Brasil, e desde 1820 por duas Companhias de Infantaria de Linha, uma Companhia de Artilharia, vinculadas ao Exército Brasileiro atendendo as demandas de policiamento em vilas, vias fluviais, fronteiras e fortalezas instaladas em solo capixaba.

O primeiro fato marcante na história do Brasil está relacionado com a Revolução do Porto de 1820,¹ e na minha humilde opinião,

¹ A Revolução Liberal do Porto foi um movimento militar ocorrido em Portugal que exigiu a volta de Dom João VI a aquele país, a formação de uma monarquia constitucional, e a volta do Brasil a condição de colônia portuguesa.

respeitando as divergências, foi o primeiro passo para todas as outras medidas até a separação definitiva de Portugal, e ocorreu no dia 9 de janeiro de 1822, quando o príncipe regente, e português D. Pedro, segundo vários escritores, proclamou “O Dia do Fico”, que apesar de ser herdeiro do trono português, resolveu não cumprir a exigência da Corte Portuguesa de voltar para Portugal, e decidiu ficar no Brasil.

Em 12 de janeiro de 1822, conforme consta do catálogo de documentos manuscritos da Capitania do Espírito Santo, o governador da mesma, Baltazar de Souza Botelho e Vasconcelos, envia um ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Joaquim José Monteiro Torres, informando sobre a Lei nº 124, aos eleitores das paróquias capixabas.

Cinco dias depois da decisão de D. Pedro de permanecer no Brasil, em 13 de janeiro de 1822, o rei de Portugal, João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança, D. João VI pai de D. Pedro I, faz publicar na Corte Portuguesa, a lei de mesma data, oriunda das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituinte da Nação Portuguesa, extinguindo os tribunais por ele criado no Rio de Janeiro desde 1808, e estabelecendo uma nova forma de regular administração em todas as Províncias do Brasil, em destaque, o art. 3º, que ao extinguir os citados tribunais criados no Rio de Janeiro após a vinda da Corte em 1808, limitou a Casa de Suplicação, à condição de relação provincial, como as da Bahia, Recife e Maranhão, cujos recursos e apelação deveriam ser interpostos para Lisboa.

O governador da Província do Espírito Santo, Balthasar de Sousa Botelho do Nascimento, conforme documento constante na Biblioteca Nacional, em 14 de janeiro de 1822, faz o envio a D. João, monarca do reino Unido de Portugal e Brasil, de uma correspondência, aonde sugere e solicita ao citado rei, que: “[...] pela referida

Junta lhe propunhais tres pessoas com as qualidades precisas, e que mereção a confiança Pública para Eu nomear huma delas, que sirva de Administrador do Correio”, (fl.1)

A adoção desta e de outras medidas descritas na citada lei, acabam por reforçar o retrocesso do Brasil a condição de colônia portuguesa, o que agravou os conflitos que resultariam no processo de independência do país, ocorre que devido as imposições da Corte Portuguesa, D. Pedro faz publicar em 30 de janeiro de 1822, a decisão de nº 13, aonde: “Recomenda aos Governos Provisórios que promovam a união de todas as Províncias com sujeição à Regência de S. A. Real”, (p.11), devidamente assinada por José Bonifácio de Andrada e Silva.

Em 16 de fevereiro de 1822, após o regresso de D. João VI à Portugal, o príncipe regente D. Pedro I, resolve baixar o Decreto de mesma data, criando o Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil, sob a presidência do próprio príncipe regente, D. Pedro, a ser composto por representantes de cada província, e por todos os ministros e secretários de Estado,

O citado decreto estabelece que os procuradores provinciais, seriam “nomeados pelos eleitores do parochia juntos nas cabeças-de comarca” (p.7), em eleições provinciais que seriam apuradas pela Câmara da capital da respectiva Província, aonde seriam eleitos os mais votados, sendo no caso de empate, decidida a eleição por sorteio.

Nos termos do artigo 1º, do citado decreto, o conselho tinha como competências para: “Aconselhar-Me todas as vezes, que por Mim lhe fôr mandado, em todos os negócios mais importantes e difíceis”; Nos termo do artigo 2º, “Examinar os grandes projectos de reforma, que se devam fazer na Administração Geral e particular do Estado, que lhe forem comunicados”; pelo artigo 3º, “Propor-Me as medidas e planos, que lhe parecerem mais urgentes e vantajosos

ao bem do Reino-Unido e a prosperidade do Brazil”; e finalmente pelo artigo 4º “Advogar e zelar cada um dos seus Membros pelas utilidades de sua Província respectiva”. (Coleção de Leis do Brasil, 1822, p.7).

Fica evidente que ao baixar o Decreto de 16 de fevereiro de 1822, D. Pedro ao criar o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, restringi em determinadas proporções, a autoridade das Juntas Provisórias de Governo instaladas no Brasil em 1821, subordinadas diretamente a Portugal, bem como, solidificar a união de todas as províncias brasileiras ao redor das políticas a serem implementadas pelo príncipe regente do Brasil, uma vez que, nem todas o apoiavam, e mantinham fidelidade as ordens vindas de Portugal.

Em 28 de fevereiro de 1822, o provedor de Resíduos e Capelas, José Clemente Pereira, envia um ofício a José Bonifácio, apresentando dúvidas quanto ao cumprimento da Portaria que dispunha sobre a representação do jubilado juiz e do escrivão da capela de Mata-Porcos da Irmandade do Divino Espírito Santo, contrário a recondução do procurador e do tesoureiro aos respectivos cargos da citada irmandade.

Segundo Vasconcellos (1858), foi nomeado como comandante das Armas da Província capixaba, o tenente-coronel de Milícias, Inácio Pereira Duarte Carneiro, assumindo o cargo “em 1º de março de 1822”, (p.66), data em que, segundo Daemon (2010), cumpriu-se a determinação da Lei de 1º de outubro de 1821, com a eleição dos integrantes para compor a Mesa do Colégio eleitoral encarregada de realizar o respectivo pleito para a escolher os integrantes de uma Junta de Governo Provisória na Província do Espírito Santo.

A Comissão da Mesa do Colégio Eleitoral escolhida, foi composta sob a presidência do “juiz ordinário e presidente da Câmara, João Antônio Pientznauer, tendo como secretário, o capitão Luiz

Fraga Loureiro e escrutinadores o capitão-mor José Ribeiro Pinto e o capitão João Antônio de Morais” (p. 305), e logo em seguida, foi realizada a eleição para escolha dos integrantes da Junta do Governo Provisório da Província do Espírito Santo.

Após o resultado, conforme a Ata da citada eleição de 1822, citada por Daemon (2010), a Junta do Governo Provisório da Província capixaba foi eleita tendo como presidente, o vigário de Guarapari, José Nunes da Silva Pires, secretário, Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano, e membros o capitão-mor da Vila do Espírito Santo (Vila Velha), José Ribeiro Pinto, o capitão de Milícias, Sebastião Vieira Machado e o capitão de Infantaria de Linha, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, a qual substituiu o governador Balthazar de Souza Botelho de Vasconcellos, que governava o Espírito Santo desde 20 de março de 1820, até o dia em que baixou seu último ato, 1º de março de 1822.

No dia 2 de março de 1822, o Ministério da Fazenda faz publicar a Decisão de nº 22, determinando a suspensão de cobranças na Província do Espírito Santo, nos seguintes termos:

Caetano Pinto de Miranda Montenegro, do Conselho do Sua Magestade, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da, Fazenda e Presidente do Thesouro Público: Faço saber á Junta da Fazenda da Província do Espírito Santo, que, sendo presente a S. A. Real o Príncipe Regente a sua conta de 19 de Janeiro último, na qual participa a deliberação que tomou de suspender provisoriamente a cobrança, da vintena, ou residência do pescado, a reclamação dos pescadores; e attendendo o mesmo Senhor ás razões expendidas na sobredita conta, o querendo prestar todo o favor afim de promover o augmento das pescarias: Houve por bem ordenar que fiquem isentos daquelle pagamento os pescadores dessa Província. o que a Junta assim executará. José Francisco de Medeiros a fez no

Rio de Janeiro em 2 de março de 1822.- João Carlos Corrêa Lemos, no impedimento do Contador Geral, a fez escrever.- Caetano Pinto de Miranda Montenegro. (Coleção de leis do Império, p. 17)

A Junta de Governo Provisório eleita, conforme ofício datado de 3 de março de 1822, dirigido ao príncipe regente e publicado no suplemento do jornal Gazeta do Rio de Janeiro de 26 de março de 1822, nos seguintes termos:

Senhor. – A Junta Provisória do Governo instalado nesta Província do Espírito Santo, em conformidade da Carta de Lei do primeiro de outubro do anno próximo passado, tem a honra de participar a Vossa Alteza Real, que principiou a exercer suas funções no dia dois do corrente, sendo installada no dia primeiro às três horas da tarde. [...]. Villa da Victória 3 de março de 1822. (Gazeta do Rio, 26.03.1822, p. 6-7).

A comunicação não deixa qualquer dúvida quanto a divergência sobre as datas antagônicas em algumas obras, pois, a Junta Provisória de Governo da Província do Espírito Santo eleita em 1822, comprovadamente, se instalou no dia 1º de março, às três horas da tarde, porém, oficialmente, só iniciou seus trabalhos no dia 2 de março daquele ano de 1822, e conforme Vasconcellos (1858), a citada Junta Governativa foi “incumbida da administração civil e política, e separada da militar” (p.59), a qual seria administrada por um comandante a ser nomeado pelo governo central.

Ato contínuo, a Decisão da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino nº 27, de 13 de março de 1822, o príncipe regente, determina que “se concedam datas de terrenos com a condição de ficarem os possuidores obrigados aos concertos precisos para a conservação” (p.19), ao longo da estrada que liga a Província do Espírito Santo a de Minas Gerais.

Neste primeiro mês de gestão da Província do Espírito Santo a relação entre a Junta Governativa que exercia o poder administrativo e o Comando das Armas que exercia o poder bélico da província, não estava sendo muito promissora, tanto que, em 11 de março de 1822, a Junta Provisória Governativa emitiu ordens diretas ao comandante da Fortaleza da Barra determinando que ele não fosse rigoroso com a entrada e saída das embarcações do Porto de Vitória, o que levou ao comandante das Armas, tenente-coronel, Duarte Carneiro a enviar em 18 de março de 1822, um ofício aonde questiona a legalidade da ordem, nos seguintes termos:

[...], porquanto, hontem me participa o Tenente encarregado do commando da fortaleza da Barra por ocasião de o repreender por deixar sair sem as revistas, e formalidades do estilo a sumaca de João Ignácio Roiz, a qual se fez de vela a uma hora da manhã do dia 16, que tem ordem dos Senhores do Governo para deixar sair a qualquer hora todas as embarcações sem senha e só sujeitas ao registro. [...]. Se a Exma Junta Provisória julga conveniente, ou a benefício do Comércio, e da Navegação qualquer alteração no sistema estabelecido, e seguido até agora nas fortalezas, deve participar-me, para que eu lha faça pôr em prática, se também o julgar conveniente, útil pois como Commandante das Armas sou responsável pela defesa, e segurança da Província, e por outras obrigações que me impõe o Regimento que as Cortes me mandão seguir: este, e não outro o espírito do citado decreto. (Fundos de Governadoria, 751, Livro de Registros de Ofícios do Governo Provisório, 1822, p.4, APE/ES)

No dia 23 de março de 1822, a Junta Governativa apresentou ao comandante das Armas, o argumento de que:

Sabiam quais eram as próprias atribuições, defendendo que o despacho das embarcações era

objeto “meramente civil”, portanto o Commandante das Armas não deveria interferir no trânsito das embarcações no litoral da Província, mesmo que fosse uma obrigação a passagem dessas embarcações pelas fortalezas. Prosseguindo em sua argumentação, os membros da Junta entendiam que esse tema havia ficado indeterminado pela legislação vigente, o que havia lhe permitido seguir o adotado na Província da Bahia, onde o governo se dirigia diretamente ao Commandante da Fortaleza, sem a passagem pelo Commandante das Armas. (Fundo de Governadoria, 383, livro 208, 1822, p. s.n., APE/ES).

O conflito de competência continuou, pois, no dia 26 de março de 1822, o comandante das Armas da Província capixaba, respondeu aos membros da Junta Governativa que:

[...]. Seria necessário desconhecer o fim para que as fortalezas se estabeleceram nas barras e nas fronteiras para negar que o seu objeto não é todo militar: que não podem reconhecer outra autoridade a de que não seja a do Governador, ou commandante das Armas, e que o seu único e principal dever é proteger, ou proibir a entrada, e a saída de embarcações, e viajantes, do que depende a segurança do país, que se não pode conseguir sem que as mesmas fortalezas tenham toda a influência nas entradas e saídas, e porque os Comandantes das Armas, é a quem unicamente dão conta, está visto que não podem cumprir ordens de outra alguma autoridade, sem o consentimento daquele. [...]. (Fundo de Governadoria, 383, livro 208, 1822, p. s.n., APE/ES).

Após, o fim do mês de março de 1822, a postura da Junta Governativa da Província do Espírito Santo, permanece a mesma, quando no dia 2 de abril daquele ano, envia outro documento diretamente ao “Governador da Fortaleza da Barra” cobrando explicação sobre:

[...] a falta de cumprimento da Portaria que se lhe dirigiu em data de onze de março passado não só a respeito do que nella se contem, como da falta das listas das embarcações, e passageiros que entrão e sahem, e que na forma do costume e ordens anteriores devem ser remetidas a este Governo, a quem positivamente competem estes assumptos de policia para que Vossa Mercê assim execute, ou de as causas porque não tem executado. (Fundo de Governadoria, 751, livro 22, 1822, p.5vs, APE/ES).

De acordo com o trecho transcrito, fica evidente que o comandante da Fortaleza da Barra, preferiu obedecer ao Comandante das Armas, e não cumprir a ordem direta da Junta de Provisória de Governo da Província do Espírito Santo.

No mesmo dia 2 de abril de 1822, a Junta Provisória de Governo, envia um officio ao comandante das Armas da Província cobrando a respeito de ordem constante do officio datado de 22 de maio de 1822, nos seguintes termos: “Que a mesma Junta lhe peça vênha para cumprimento das medidas, que tomou a bem de facilitar as entradas e saídas das embarcações deste Porto, [...]”, e acrescenta que por haver questionamento, resolve: “levar este negocio a conhecimento de Sua Alteza Real para assinadas dilucidar”, (p.5vs), o que faz no dia 3 de abril de 1822, através de officio enviado ao secretário de Estado dos Negócios do Reino, José Bonifácio de Andrada e Silva, solicitando decisão sobre os fatos ocorridos.

Antes mesmo que Duarte Carneiro soubesse a resposta sobre a sua competência em relação às ordens da Junta Provisória de Governo, no dia 15 de abril de 1822, Sua Alteza Real, com base no Decreto da Corte, datado de 1º de outubro de 1821, que determinava “provisoriamente a forma de Administração Política e Administrativa das Províncias do Brazil”, (p. 35), em seu artigo 13 que estabelecia o seguinte:

Tanto os Governadores, de que trata o art. 10, como os Commandantes das Armas, na forma pelo art. 11 se regularão pelo Regulamento de 1 de Junho de 1678 em tudo o que se não acha alterado por Leis, e Ordens posteriores, suspensa nesta parte somente o Alvará de 21 de fevereiro de 1816. No caso de vacância, ou impedimento, passará o Commando a Patente de maior Gradação, e antiguidade, que estiver na Província, ficando para este fim sem effeito o Alvará de 12 de Dezembro de 1770. (Coleção de Leis do Brasil, 1821, p. 37, grifo nosso).

O dispositivo deixava claro que, aonde o cargo de Comandante das Armas estivesse vago, que era o caso da Província do Espírito Santo, o respectivo comando deveria recair sobre o oficial de maior patente ou mais antigo, e com base na legislação, decidiu que:

A Junta Provisória desta Província faça entregar o Commando interino das Armas ao Coronel Inspector Julião Fernandes Leão, e que, o Tenente Coronel Ignácio Pereira Duarte Carneiro, continue na interessante Commissão da Estrada de comunicação entre a província, e a de Minas Geraes. (*Governadoria. Catalogo provisório. Documentos Accioly nº 3. Correspondência Governo do Reino. Vitória, 1822, p. 312*).

Conforme a transcrição anterior, a legislação vigente de 1821, deu posse ao coronel Inspetor de Pedestres, Julião Fernandes Leão, oficial de maior posto militar na Província do Espírito Santo, portanto, hierarquicamente superior ao tenente-coronel de Milícias, Ignácio Pereira Duarte Carneiro que deveria apenas, permanecer na Comissão que administrava a Estrada de ligação entre as províncias do Espírito Santo e de Minas Gerais.

O parecer final do príncipe regente, sobre a consulta da Junta de Governo da Província do Espírito Santo, enviada em 3 de abril

de 1822, somente foi emitida em 24 de abril de 1822, por meio da Decisão nº 37, do Ministério da Guerra, dispondo sobre o serviço militar na Província do Espírito Santo, aonde definiu que estava certo, o ex-Comandante das Armas, no que dizia respeito as ordens dadas diretamente pela junta aos subordinados militar, porém, a força militar da Província devia ficar sujeita à autoridade da Junta, nos seguintes termos:

Sendo presentes ao Príncipe Regente o Officio de 3 do corrente mez de Abril da Junta Provisória do Governo da Província do Espírito Santo sobre a opposição que o Commandante das Armas da mesma Província fizera, á execução da ordem do Governo relativa á sabida das canoas e lanchas de pescaria, viu S. A. Real neste procedimento elo Governo um principio do desintelligencia que tanto convém evitar nas presentes circumstancias; e querendo, portanto, prevenir a sua repetição: Manda pela Secretaria de Estado dos Negocias da Guerra advertir a mesma Junta Provisória que posto a Força Militar da Província esteja sujeita à autoridade do Governo na conformidade das ordens que lhe mandara expedir pela Secretaria de Estado dos Negocias do Reino, com tudo é do dever do Governo fazer respeitar a dignidade do Commandante das Armas, e que portanto, sempre que tenha do passar alguma ordem relativa ao serviço Militar, deverá fazer expedir directamente ao Commandante das Armas a ordem para este as fazer executar pelas autoridades Militares subalternas, por ser esta a ordinaria marcha do serviço, e porque assim respeitando-se reciprocamente as autoridades, utiliza o serviço e se evitam ociosos conflictos sempre escandalosos aos Povos. Palácio do Rio de Janeiro, 24 de Abril de 1822.- Joaquim de Oliveira Alvares. (Coleção de leis do Império, 1822, p. 28).

Na Província do Espírito Santo, a eleição para o integrante iria representar a província no Conselho de Procuradores Gerais da Província, segundo Daemon (2010), foi no dia 1º de maio de 1822, na Igreja Matriz da Vila de Vitória, sendo a mesa eleitoral presidida pelo juiz João Antônio Pientznauer e tendo como membros, os vereadores Inácio Pereira Amorim, João Ribeiro das Chagas, o quartel-mestre João Pedro da Fonseca Portugal e o presidente do Conselho Francisco Caetano Simões.

Visando controlar as ordens de Portugal, em Decisão de nº 40 da Secretaria do Reino, o príncipe regente, D. Pedro I, determina em 4 de maio de 1822, a todas as secretarias que não execute qualquer decreto emitido pelas Côrtes Portuguesas, sem que haja o “Cumpra-se de Sua Alteza Real” (p.32).

Ao que parece, as relações entre a Junta Governativa do Espírito Santo e o comando das Armas da Província não estavam na mesma sintonia, pois, em 8 de maio de 1822, conforme Catálogo de Manuscritos do APE/ES, o Conselho Ultramarino faz uma consulta ao rei D. João VI, sobre o pedido do tenente-coronel e coronel graduado do Exército Brasileiro, Joaquim de Souza Quevedo Pizarro, para ser comandante as Armas da Província do Espírito Santo, porém, foi mantido no cargo, o coronel de Pedestres Julião Fernandes Leão, apesar de postura política de apoio a Corte Portuguesa

Através da Proclamação de 1º de junho de 1822, constante na Coleção de Leis do Império, o príncipe regente, D. Pedro, resolve alertar “o povo contra os inimigos da Santa causa as Liberdade do Brazil e sua independência”, (p.123), afirmando aos habitantes de todas as províncias, que a pátria brasileira se encontrava ameaçadas por facções e conclui dizendo:

Contai com o vosso Defensor perpetuo, que
Ha de em desempenho da Sua palavra, honra, e
amor do Brazil, dar a Sua vida, para que o Brazil

nunca mais torne a ser nem Colônia, nem Escravo, e nelle exista um systema liberal dictado pela prudência, que tanto caracteriza a nossa amável Pátria. Viva El Rei Constitucional o Senhor D. João VI, e Viva a Assembléa Geral Braziliense, e Viva a União Luso-Brazileira. (p.124).

Este documento, de certa forma, deixa bem claro o andamento do processo da Independência do Brasil do julgo português, apesar do príncipe regente, D. Pedro exaltar seu pai, D. João VI, rei de Portugal e a União Luso-Brasileira.

O príncipe regente, D. Pedro, através do decreto de 3 de junho de 1822, (Coleção de Leis do Império): “Mandar convocar uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa, composta de Deputados das Províncias do Brazil novamente eleitos na fórma das instrucções, que em Conselho se acordarem, e que serão publicadas com a maior brevidade”, (p.20).

Segundo Oliveira (2008), apud Daemon, “os corcundas dispuseram-se à luta. Contando com apoio de altas patentes da guarnição militar”, (p.300), e organizavam uma rebelião contra o governo central, fato este denunciado a junta governativa do Espírito Santo e, imediatamente, comunicada ao príncipe regente, D. Pedro, que ciente do fato, determinou a abertura de uma devassa (investigação, apuração dos fatos), a qual resultou em diversas prisões, efetuadas pelo comandante das Armas, coronel Julião Fernandes Leão em conluio com o juiz ordinário da Província do Espírito Santo, João Antônio Pientznauer, dentre as quais, o tenente-coronel e membro da Comissão da Estrada de Minas x Espírito Santo, Inácio Pereira Duarte Carneiro, o oficial da Secretaria de governo, Manuel dos Santos Ferreira, o capitão Luís Bartolomeu da Silva e outros que identificarei posteriormente.

Pelo Decreto de 18 de junho de 1822, o príncipe regente resolve proibir a acumulação em uma só pessoa de mais de um emprego,

e exige dos funcionários públicos que estão autorizados ao acúmulo empregatício em todas as províncias brasileiras, nos termos do Alvará de 8 de janeiro de 1627, que comprovem a assiduidade no exercício das funções para receber os respectivos vencimentos, e por outro Decreto de mesma data, cria provisoriamente, o “Corregedor da Corte e Causa, que por este nomeio Juiz de Direito nas causas de abuso da liberdade da imprensa, e nas províncias, que tiverem relação, o Ouvidor do crime” (p.24), e na mesma data, foi enviada pela Junta Provisória de Governo da Província do Espírito Santo ao ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, José Bonifácio, o seguinte comunicado:

Illustríssimo e Excellentissimo, Senhor. – A Junta Provisória do Governo da Província do Espírito Santo, tem a honra de participar a V. Ex. por meio deste, de que he portador o ajudante de Milícias, Severo Gomes Machado, que no dia dezesseis do corrente, se solemnizou, aqui com muita satisfação, e aplauso do Público o título, que sua Alteza Real, Se Dignou Subscrever nessa cidade, de Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpetuo deste Reino do Brazil. Nós antecipamos a V., Ex. que fica a expedir-se huma Deputação para ter a honra de depositar nas Reaes Mãos o Auto de Vereança, que se acaba de fazer nesta Villa, e ella significará a Sua Alteza Real quanto esta Província reconhece a bondade do Mesmo Augusto Senhor. Deos Guarde a V. Ex. Victória 18 de junho de 1822.

Illustríssimo e Excellentissimo, Senhor José Bonifácio de Andrada e Silva – José Nunes da Silva Pires; Luiz da Silva Alves de Azambuja; Sebastião Vieira machado; José Francisco de Andrada e Almeida Monjardim. (A Gazeta do Rio, 23.06.1822, p.1).

Pelo jornal *Gazeta do Rio*, publicado em 18 de junho de 1822, consta na seção “Artigos de Ofício” (p.1), que Ignácio Accioli de

Vasconcellos é o: “Ouvidor nomeado da Comarca do Espírito Santo”, (p.400).

Mais uma condição para que os interessados em ingressar no serviço público no Brasil advêm da Decisão da Secretaria do Reino de nº 60, de 21 de junho de 1822, aonde estabelece que qualquer pretendente a um emprego ou cargo público deverá comprovar a sua aderência “a favor da causa sagrada, da reunião e independência do Brazil”, (p.50), logicamente. Uma forma de pressionar a adesão dos descontentes com as manifestações de nossa independência.

Apurada a eleição que fora realizada em maio de 1822, conforme noticiou o jornal *O Papagaio* – RJ, em 22 de junho de 1822, foi eleito o representante do Espírito Santo no Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias: “Na Villa da Victoria, capital da Província do Espírito Santo, procedeo-se no 1º de maio à eleição do Procurador Geral da mesma província, e saiu eleito pela maioria de 15 votos, o Dr. José Vieira de Mattos”, (p.27), o qual, segundo Teixeira (2008), em 1822 ele “tomou posse a vinte e três de junho” (p.299).

Visando estabelecer uma unificação nas comunicações e prestigiar os governos provisórios das províncias, o Ministério da Guerra através da Decisão nº 72, de 12 de julho de 1822, determina que “Governadores e Commandantes das Armas se devem dirigir ao Príncipe Regente por intermédio do Governo Provisório das Províncias”, (p.60-1), em qualquer proposta, informação e representação endereçada ao príncipe regente.

Quanto às prisões e o processo (devassa) instaurado em junho de 1822, a carta datada de 20 de julho de 1822, endereçada ao padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, e por ele enviada e publicada pelo jornal, *Correio do Rio de Janeiro*, em 22 de julho daquele ano, fica esclarecido, com relação aos que foram processados na devassa, além do tenente-coronel, Inácio Pereira Duarte Carneiro, o oficial

da Secretaria de governo Manuel dos Santos Ferreira, o capitão Luís Bartolomeu da Silva, anteriormente citados, ainda constam da publicação, “o Ajudante José Barbosa, o Major Gaspar Manoel de Figueirôa; [...]; o Ajudante de Cirurgia, Matheus Alexandre Gaulete: já lá estarão o Tenente Jerônimo, [...]: e o capitão Ajudante Severo Gomes Machado desapareceu”, (p.353), e na mesma carta consta que:

Os Tyrannos da nossa Província, são, João Antônio Pientsnaner, e Julião Fernandes Leão, de mãos dadas para nos aniquilar, e perder: o 1º Que desgraça! Juiz Ordinário: o 2º Que vergonha! Commandante das Armas. A junta Governativa nada faz, conservando-se na sua apathia. (p.353-4).

A publicação anterior soou como uma premonição, pois, no dia seguinte, 23 de julho de 1822, segundo Vasconcellos (1858), a Junta Provisória se vê às voltas com um sério conflito que envolve o coronel do Exército Julião Fernandes Leão, comandante das Armas da Província, em desavenças com o juiz de Fora de Campos, ouvidor e corregedor interino da Comarca, José Libâneo de Souza, inclusive, determinando que suspendesse suas atividades e que “tratasse de se despejar da villa” (p. 67).

Diante da situação, segundo Daemon (2010), o presidente, Padre José Nunes da Silva Pires, acompanhado pelo cadete-sargento Antônio Ferreira Rufino,² comandante da Guarda do Palácio, e perante o povo reunido em frente à sede do governo, determinou ao escriturário da Fazenda que lesse a ordem imperial de D. Pedro I,

² Viria a ser o primeiro comandante da Companhia de Permanentes, nomeado pelo Conselho de Governo, em 12.12.1831, e, sequencialmente, sem interrupção e nomeação, continuou comandando da Guarda de Polícia da Província, instituída em 6.04.1835, em substituição a então, Corpo de Permanentes, até o ano 1839.

para que se obedecesse ao Governo Provisório, obtendo imediato apoio maciço dos presentes.

Quando o evento se realizava, o coronel Julião, juntamente com o capitão de Infantaria Antônio Cláudio Soído e outros, seguiram em direção ao Palácio do Governo, bradando: segundo Vasconcellos (1858), “Abaixo a Junta! Morra a Junta!”, (p.67), porém, segundo Daemon (2010), ao chegarem à sede do governo, a tropa recusou-se a obedecer-lhe, se unindo à Guarda e ao povo, então, o coronel Julião quebrou a sua espada e se refugiou em sua residência na Rua São Francisco, sendo dias após preso e enviado para a Corte.

Em 5 de agosto de 1822, publicou-se a decisão do Reino de nº 88, aonde a Alteza Real recomendou a circulação em todas as províncias brasileiras do periódico *Regulador Brasileiro-Luzo*, com os propósitos de que:

[...], não só se ofereçam ao público elementos de instrução, e armas para se destruírem os abusos conhecidos até aqui na educação pública, mas também se confutem com argumentos enérgicos e patrióticos o:3 princípios desorganizadores, e opostos aos verdadeiros interesses da grande causa do Brazil; e reconhecendo-se ter entre elles um log.tr muito distincto o novo periodico denominado « Regulador Brasileiro-Luzo » publicado nesta Cidade: [...]. Palácio do Rio de Janeiro, [...]. – *José Bonifácio de Andrada e Silva*. (Coleção de leis do Brasil, 1822, p. 68).

No mesmo dia 5 de agosto de 1822, através da Decisão do Reino nº 89, o príncipe regente, ordena aos governos provinciais, no caso, incluso o governo da província capixaba, que, em síntese, não concedam qualquer cargo público e nem deem posse eclesiástico, civil ou militar a pessoas provenientes e nomeados pelo governo de Portugal.

Após a prisão, destituição e envio do coronel do Exército Julião Fernandes Leão preso para a Corte, conforme Vasconcellos (1858) foi nomeado para o cargo de comandante das Armas da Província do Espírito Santo, o coronel graduado do Exército, Fernando Telles da Silva, em 15 de agosto de 1822.

Segundo Derenzi (1965), firmava-se a Junta, com autoridade acrescida, composta pelo presidente o vigário de Guarapari, José Nunes da Silva Pires; secretário, Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano; vogais, José Ribeiro Pinto, capitão-mor da vila do Espírito Santo, Sebastião Vieira Machado, capitão de milícias e José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, capitão de Infantaria de Linha. (p.133).

Em 2 de setembro de 1822, segundo Daemon (2010), a Junta Provisória de Governo recebe a comunicação de que fora eleito para deputado representante da Provincial do Espírito Santo na Assembleia Geral, o doutor, José Bernardino Batista Pereira.

Visando adotar medidas a respeito da circulação da moeda brasileira, o ministro e secretário dos Negócios da Fazenda e presidente do Tesouro Público, Martin Francisco Ribeiro de Andrada, em Decisão de nº 105, de 3 de setembro de 1822, da Coleção de Leis do Império, resolve determinar a todas as “Províncias do Reino do Brazil não permitam a saída de qualquer moeda para fora do dito Reino [...]”, (p.80) e expede para as respectivas ordens para serem cumpridas pelos Juizes das Alfandegas Provinciais, inclusive a do Espírito Santo.

Na data de 4 de setembro de 1822, foi lavrado um manifesto com 6 páginas, assinado pelo deputado escrivão da Junta, Antônio Joaquim Nogueira da Gama, pelo tenente-coronel, Ignácio Pereira Duarte Coelho, padres Manoel de Freitas Magalhães e Marcellino Pinto Ribeiro Duarte, ajudante do Corpo de 2ª linha, Matheos A. Ramalhette de Menezes, sargento-mor do Batalhão de Artilharia,

Gaspar Manoel de Figueroa, capitão do Corpo de Linha, Luís Bartholomeu da Silva Oliveira, tenente do Corpo de Linha, Jeronimo de Castanhese Vasconcelos Pimentel Capitão-ajudante do Batalhão de Artilharia de 2ª Linha, Severo Gomes Machado, ajudante de 2ª Linha, José Barboza Pereira, o 1º sargento de 1ª Linha, Antônio Machado de Miranda e Antônio da Serra, e enviada da Província do Rio de Janeiro para o deputado da Província do Espírito Santo na Assembleia Geral, assim descrito:

A brilhante aurora da Regeneração Política, que despertou no Orizotes do Brazil, envolta nas densas nuvens do Despotismo, ainda não communicado com suas benéficas luzes aos habitantes da Provincial do Espírito Santo, ainda em 1822, por cabala de hum punhado de facciosos empunha a vara da justiça, e se enumera na respeitável classe dos Executores da lei aquelles que a mesma lei tem proscripto: ainda a Força Armada se vê entregue a mãos assassinas e traiçoeiras que invertendo os fins de sua instituição não duvidão, por fins sinistros, emprega-la contra aquelles mesmos, cuja segurança lhes é confiada: ainda, finalmente, se prostergão os sagrados direitos da liberdade, segurança e Prosperidade do Cidadão: [...]. (p.1).

No documento pedem providências contra o presidente da Junta Governativa Provisória, e reivindicam em primeiro lugar, a nomeação de um juiz de fora do cível, crime e órfãos, em segundo, e o cumprimento da Carta Régia de 29 de maio de 1809, pela Junta da Fazenda Nacional, limitando a sua jurisdição, do Rio Macaé pelo Norte, até o Rio São Mateus pelo Sul, e finalmente, solicitam recursos para fazer frente as despesas para a manutenção da paz com os índios botocudos cujos ataques, comprometem a navegação do Rio Doce.

Em 7 de setembro de 1822, ocorre em São Paulo, às margens do Riacho Ipiranga, a proclamação da Independência do Brasil por D. Pedro I, sendo o ato é comunicado a todas as províncias brasileiras.

Fatos posteriores a 7 de setembro de 1822 na Província Capixaba

Em 8 de setembro de 1822, o príncipe regente D. Pedro, faz uma proclamação no Paço Imperial, aonde discorre sobre os motivos que o levaram a tomar a decisão de se separa de Portugal, e que: “A Divisa do Brazil deve ser – INDEPENDÊNCIA OU MORTE – Sabei que, quando Trato da Causa, Publica, não tenho amigos, e validos em occasião alguma”, (Coleção de Leis, 1822, p.142).

Após a proclamação da Independência o primeiro decreto que efetivamente tem efeito jurídico em todas as províncias brasileiras, foi baixado no dia 18 de setembro de 1822, quando, o príncipe regente. D. Pedro I decide que: “Fica concedida amnistia geral a todas as passadas opiniões políticas até a data deste Meu Real Decreto, excluídos, todavia della aquelle, que já se acharem presos, e em processo”, (p.46), assim, todos os residentes na Província do Espírito Santo que não estivessem presos ou respondendo a processos por crimes de opiniões, estavam anistiados.

No mesmo Decreto de 18 de setembro de 1822, o príncipe regente do Brasil, determina ainda que: “Todo o Portuguêz Europeu, ou o Brasileiro, que abraçar o actual systema do Brazil, e estiver prompto a dedendel-o usará por distincção da flôr verde dentro do angulo de ouro no braço esquerdo, com a legenda – INDEPENDÊNCIA ou MORTE”, (p.46), o que abrange a todos aqueles que apoiarem abertamente o sistema político imperial brasileiro.

No dia 1º de outubro de 1822, conforme Daemon (2010), instala-se a Junta Provisória de Governo da Província do Espírito Santo, às 15 horas, em sessão solene, sendo o fato comunicado ao Ministro do Império, José Bonifácio de Andrada e Silva.

No dia 12 de outubro de 1822, é prestado o juramento, e Dom Pedro I é aclamado como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Império do Brasil, com reconhecimento de todas as Câmaras da Província do Espírito Santo, à exceção da Câmara de São Mateus -ES, e na mesma data, (p.63), o imperador D. Pedro I, concede perdão a todos os militares dos diferentes Corpos de Linha das Províncias do Brasil, pelos crimes de 1ª, 2ª e 3ª deserção, inclusive a todos que já estivessem respondendo a processos e aos condenados que estivessem cumprindo pena pelo citado crime, em todas as províncias brasileiras.

O jornal, *O Volantim* do Rio de Janeiro, publica no dia 15 de outubro de 1822, sob a manchete “A NOVA PÁTRIA DE PEDRO”, uma reportagem sobre a construção de um obelisco de arcos triunfais, como marco da aclamação a ser inaugurado na data de aniversário do imperador D. Pedro I, e descreve que, haverá na frente de cada um: “gravados os nomes das dezenove Províncias, que constituem este novo Império”, e são as seguintes:

Sul. Cis-Platina, Rio Grande, Santa Catharina, Rio de Janeiro (Centrais) São Paulo, Mato Grosso, Goyas, Minas Geraes.
Norte. Espírito Santo, Bahia, Seregipe d’el Rey, Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, Seará, Piauí, Maranhão, Gram Pará, (p.151, grifo nosso).

Assim, após a aclamação de D. Pedro I, como imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822, na citada divisão regional brasileira, a Província do Espírito Santo aparece situada na Região Norte do País.

Na proclamação de 21 de outubro de 1822, D. Pedro I, faz um vasto pronunciamento dirigido aos portugueses, sobre o Brasil não ser mais, desde dia 12 de outubro de 1822, parte integrante do governo português, e que, as animosidades que podem causar um conflito mais violento entre brasileiros e portugueses, “só poderá acabar com reconhecimento da Independência do Brazil, ou com ruína da ambos os Estados”, (Coleção de leis, 1822, p. 144).

Visando estabelecer a isonomia de vencimentos dos militares que prestam serviços em todas as Províncias brasileiras, com os que servem na Corte e Província do Rio de Janeiro, D. Pedro I, faz publicar o Decreto de 11 de novembro de 1822, o qual concede a todos os militares do País, as vantagens previstas pelos Decretos de 7 de março, 22 de abril, 8 de maio e 24 de agosto de 1821, as quais somente recebiam os militares do Rio de Janeiro.

Em decisão do Império de nº 132, em 11 de novembro de 1822, o imperador D. Pedro I, ordena aos governos e câmaras das Províncias brasileiras, que promovessem uma devassa contra os integrantes do partido que faziam demagogia contra o governo imperial:

Tendo-se felizmente descoberto pelo brioso e leal Povo e Tropa desta Corte, e pelos Procuradores Geraes das Províncias, no dia 30 de-Outubro, uma facção occulta e tenebrosa de furiosos demagogos e anarchistas, contra, quem se está devassando judicialmente, os quaes para se exaltarem aos mais lucrativos empregos do Estado sobre as ruinas do Throno Imperial e da felicidade do Brazil, ousavam temerários com o maior machiavelismo, calumniar a indubitável Constitucionalidade do Nosso Augusto Imperador, e dos seus mais fiéis Ministros, incutindo nos Cidadãos incautos mal fundados receios do velho Despotismo, que nunca mais terminará; ao mesmo tempo que, com a maior perfídia se serviam das baixas e nojentas adulações para pre-

tenderem illudir a :v1j'lanein de S. M. Imperial e do Governo: E constando ter sido um dos pré-vios cuidados dos solapados demagogos ganhar partidários em todas as Províncias, para o que espalhavam emissários, que abusassem do zelo, que ellas devem ter pela sua Liberdade Constitucional, liberdade que Sua Magestade Imperial tantas vezes Jurara e que tanto Tem Promovido com todas as Suas Forças, como é patente ao Mundo inteiro: Tendo ja o Mesmo A. S. conhecido os traidores, e seus perversos e manhosos desígnios, com que se propunham plantar e disseminar desordens, sustos e anarquia, abalando igualmente a reputação do Governo, e rompendo assim o sagrado elo, que deve unir todas as Províncias, deste grandioso Império ao seu centro natural e commum, união donde somente lhe póde provir força, prosperidade e gloria: Manda pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império ,que os Governos e Câmaras das Províncias, a quem esta for expedida, cuidem sem perda de tempo em vigiar e descobrir com todo o esmero e actividade quaesquer ramificações deste infernal partido, indagando quaes sejam seus agentes e emissarios, por meio da mais rigorosa Devassa; e logo quo estejam sufficientemente illustrados a este respeito, tomem immediatamente com cautela e energia todas c quaesquer providencias, que exigir a paz e socego da Provincia e a salvação do Estado, isto debaixo da mais rigorosa responsabilidade ao Imperador e Nação; o de todo o seu justo procedimento darão immediata conta pela competente Secretaria do Estado, para subir tudo á Augusta Presença, de S. M. Imperial, [...], José Bonifácio de Andrada e Silva, (p; 94-5).

Em 21 de novembro de 1822, o jornal *Gazeta do Rio* publica a relação dos deputados eleitos pelas províncias brasileiras, sendo o “deputado eleito Província do Espírito Santo. O Doutor Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio” (p.5), com 35 votos.

A sagração e coroação de D. Pedro I, como imperador do Brasil, conforme diversos autores, foi realizado no dia 1º de dezembro de 1822, e como marco comemorativo da data, o imperador do Brasil criou no mesmo dia, a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, a primeira comenda brasileira, simbolizando o poder imperial.

Pelo Decreto de 4 de dezembro de 1822, o imperador do Brasil, baixa as instruções determinando que as promoções do Exército, até Coronel, sejam gerais em cada Província e Arma de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e de Milícias.

Em 5 de dezembro de 1822, o jornal, a *Gazeta do Rio*, publica os autos de Independência, de aclamação do primeiro Imperador Constitucional do Brasil, D. Pedro I, pelas Câmaras das Vilas de Nova Almeida e Itapemirim, e no dia 7 de dezembro de 1822, em Decisão de nº 153 do Ministério da Fazenda do Brasil, da Coleção de Leis do Império, “manda que as juntas de Fazenda das Províncias”, inclusive a do Espírito Santo, “não cumpram ordem alguma de Portugal” (p.117).

Em 10 de dezembro de 1822, o jornal, *O Espelho do Rio de Janeiro* publica correspondências provenientes de diversos países e províncias brasileiras, abordando a Aclamação de Sua Majestade Imperial, D. Pedro I sendo uma delas enviada da Província do Espírito Santo, nos seguintes termos:

Na Villa da Victória, capital da Província do Espírito Santo, postou-se na praça a tropa com todo luzimento commandada pelo Tenente Coronel Commandante das Armas Fernando Telles da Silva, leu-se a Acta da Camara, pelo Escrivão da Camara, e desenrolando o estandarte se arvorou a bandeira da Independência, o que fez lançar repetidos vivas, e cada Membro do governo soltou das janellas da Casa da Camara com um laço de fita verde hum papel, em que estava escrita e firmado a sua fala, (s/n)

E a correspondência é concluída com a informação de que as comemorações finais ocorreram no nono dia, com a celebração de uma missa e Te Deum e oração recitada pelo vigário de Itapemirim com participação do governo, seguido de um jantar festivo e concluído com uma solene procissão.

Visando adotar medidas contra as hostilidades do governo português, D. Pedro I, através do Decreto de 11 de dezembro de 1822, resolve promover o sequestro de:

1º. Todas as mercadorias existentes nas Alfândegas deste Império, e pertencentes aos subditos do Reino de Portugal; 2º. Todas as mercadorias, ou a sua importância, que existirem em poder de negociantes deste Império; 3º. Todos os prédios rústicos e urbanos, que estiverem nas mesmas circunstancias; e 4º. Finalmente, as embarcações ou parte dellas, que pertencerem a negociantes daquelle Reino: sendo, porém, exceptuadas deste sequestro as Acções do Banco Nacional, as das Casas de Seguro, e as da. Fábrica de Ferro da Villa de Sorocaba. (p.97).

E, esta foi a última publicação que o imperador do Brasil, D. Pedro I, baixou com a determinação para adoção de certas medidas a serem adotadas por parte de todas as províncias imperiais brasileiras, sendo que na Província do Espírito Santo ao encerrar o ano de 1822, ainda ficara pendente, o reconhecimento da Independência do Brasil por parte da Comarca de São Mateus-ES.

Considerações finais

E assim, encerra-se o período histórico da Província do Espírito Santo com os principais acontecimentos ocorridos durante todo

o ano de 1822, ano em que, no dia 7 de setembro, foi proclamada a Independência do Brasil, a qual completou 200 anos neste ano de 2022, cuja pendência de reconhecimento da mesma por parte da Cidade de São Mateus, no norte da Província capixaba, segundo Vasconcelos (1858), somente seria solucionado face aos boatos de rebelião, após a chegada das tropas de Linha e da Milícia naquela localidade, quando então, em “22 de janeiro de 1823”, (p. 136), a citada comarca voltaria a ser reintegrada a Província do Espírito Santo, ocasião em que aderiu e jurou a Independência do Brasil.

Referências

BRASIL (Biblioteca Nacional). *Cidade de Victória, capital da Província do Espírito Santo*, 1821. http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconegrafia/icon1231173.html Acesso em 25 abr. 2022.

_____. *Documento sobre administração correios Província do Espírito Santo*. Disponível em: www.bn.gov.br/content/. Acesso em 5 maio 2022.

_____. Hemeroteca Digital Brasileira. *Jornais da Província do Rio de Janeiro*, 1822.

_____. *Manuscritos do Espírito Santo*. 1822. Disponíveis em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1485212/mss1485212.pdf. Acesso em 25 abr.2022.

_____. *Regimento dos Capitães-Mores de 10 de dezembro de 1570*. Disponível em: www.arqnet.pt/exercito/1570capitãesmores.html,

_____. *Regimento de 23 de janeiro de 1627*. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1928_00006.pdf

ESPIRITO SANTO (Arquivo Público). *Fundos de Governadoria nº 751*, Vitória: APE-ES, 195-96, livro A 134, 1831-33.

_____. (Arquivo Público). *Fundo Governadoria. Série Documental Accioly Nº 3º*. Correspondência Governo do Reino. Vitória: APE-ES, 1822

_____. *Fundo Governadoria Série 751*. Livro nº 22 e 27. Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória: APE-ES, 1822.

_____. *Fundo Governadoria Série 383*. Livro 208 Ofícios recebidos Presidente de Província do Espírito Santo. Vitória: APE-ES, 1822.

_____. *Fundo Governadoria Catálogo da Série 751*. Registro de Ofícios do Governo Provisório. Vitória: APE-ES, 1822.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 2008.

VASCONCELOS, José Marcellino Pereira [de]. *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Tipographia P. A. D'Azereido, 1858.

GABRIEL BITTENCOURT E O ESTUDO DA INDEPENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO¹

*Getúlio Marcos Pereira Neves**

Este texto tem como área de interesse a Metodologia da História; cuida de um trabalho específico, que se situa nos primórdios dos estudos sistemáticos sobre temas específicos da História do Espírito Santo. Concomitantemente, pretende-se atribuir o devido valor a pesquisador de prestígio, mas que infelizmente começa a ser esquecido. Refiro-me ao presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo Gabriel Augusto de Mello Bittencourt, e ao seu texto “Espírito Santo: alguns aspectos da Independência — 1820/1824”, elaborado em 1977 — portanto, há quarenta e cinco anos.

Devo dizer que não sou especialista na obra de Gabriel Bittencourt, obra vasta e que se desenvolve nos meandros do Direito Constitucional e da História Econômica; sou simplesmente amigo do professor Gabriel Bittencourt, com quem tive o privilégio de conviver em três casas de cultura, onde somos confrades: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e a Academia Espírito-santense de Letras. Considero o texto em questão de grande importância na historiografia do e sobre o Espírito Santo, e tentarei demonstrar por quê. Na análise utilizarei o texto da segunda edição, aumentada, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo em 1985, e

* Magistrado e escritor. Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Espírito-santense de Letras e do PEN Clube do Brasil. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

¹ Texto compilado da palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo na mesa redonda “Aspectos da Independência no Espírito Santo”, em 29/06/2022.

que pode ser consultada por quem se interessar na nossa Biblioteca Augusto Lins.

Iniciaremos com uma breve referência biobibliográfica sobre o autor, seguiremos localizando o texto de Bittencourt no contexto da produção historiográfica contemporânea, faremos referência às apreciações que dele fizeram estudiosos da História a quem fora apresentado para parecer, e finalmente avançaremos uma apreciação do texto e das fontes consultadas pelo autor.

Gabriel Bittencourt e a Metodologia da História

Como dito, “Espírito Santo: aspectos da independência – 1820/1824” conheceu duas edições. Concluído pelo seu autor, como também já dito, em 1977, visando a obtenção de créditos para finalização do primeiro semestre do curso, foi inicialmente publicado em 1981, em edição própria, e posteriormente, em 1985, pelo IHGES. À altura da elaboração do texto Gabriel Bittencourt, licenciado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, cursava pós-graduação na Universidade Federal Fluminense, onde foi aluno do historiador José Honório Rodrigues, referência contemporânea (e que ainda hoje persiste) em matéria de metodologia.

O nosso autor nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, em 21 de dezembro de 1942. É Livre-Docente e Mestre em História Econômica, Mestre e Doutor em Direito e técnico agrícola de nível superior; é diplomado em *Etudes de l’Amérique Latine* pela Universidade Sorbonne Paris III. Foi professor da Universidade Federal do Espírito Santo; é membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, de que é presidente de honra, e da Academia Espírito-santense de Letras, de que foi presidente. Tem inúmeros livros e estudos publicados,

de que vão listados alguns, sem preocupação com cronologia, para dar uma ideia da amplitude temática de que se ocupou ao longo da carreira:

- 1) *Espírito Santo: alguns aspectos da independência – 1820/1824*;
- 2) *Notícias do Espírito Santo*;
- 3) *Estudos jurídicos e político-constitucionais*;
- 4) *Palácio Anchieta: de colégio a casa da governadoria*;
- 5) *Bittencourt: a saga – dez séculos de história*;
- 6) *Açúcar e legislação*;
- 7) *A formação econômica do Espírito Santo (o roteiro da industrialização)*;
- 8) *Constituição e desenvolvimento*;
- 9) *Café e modernização (O Espírito Santo no século XIX)*;
- 10) *Jesuítas e governantes do Espírito Santo (1551-2008): o Palácio Anchieta de Vitória*;
- 11) *Espírito Santo: a indústria de energia elétrica (1889 – 1978)*.

Como se vê, o seu interesse na História Econômica o levou a pesquisar as culturas do açúcar e do café e a industrialização, privilegiando aí o exame da eletrificação. Também com esse interesse aprofundou-se no estudo da atividade dos jesuítas no Espírito Santo, economicamente atuantes nos dois primeiros séculos da nossa história, e posteriormente dedicando-se ao estudo da imigração. O seu último livro publicado, *Imigração: a moderna ocupação e povoamento do Brasil e do Espírito Santo*, saiu em 2017. De lá para cá, acometido de enfermidade incapacitante, nosso presidente de honra não mais produziu. A historiografia capixaba muito deve a ele. É a ideia central que desejo passar nesta comunicação.

Fazer História, como se sabe, requer cuidado no manuseio das fontes. Podemos dizer que essa preocupação, se bem que quase instintiva, foi pela primeira vez referida entre pesquisadores da História local por Brás da Costa Rubim, nos seus trabalhos sobre o

Espírito Santo publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No texto Memórias Históricas e Documentadas da Província do Espírito Santo, publicada no número XXIV da *Revista do IHGB*, de 1861, diz o autor que “com algum cuidado, aplicação e diligência na busca dos documentos necessários, esforçamo-nos por descobrir a verdade no meio de um tecido de fábulas, contradições e absurdos que têm passado de geração”. A metodologia utilizada por Brás Rubim foi elogiada pelo exigente Afonso Cláudio de Freitas Roza no seu *História da Literatura do Espírito Santo*.

Essa ideia foi a tônica da construção do livro *História do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira, em 1951, que era “estrangeiro”, trabalhando fora daqui. A mesma preocupação com o correto manuseio das fontes foi a tônica da construção do “Espírito Santo: alguns aspectos da Independência – 1820/1824” por Gabriel Bittencourt. Que, aliás, se ocuparia de apresentar, numa Semana de História ocorrida em Franca/SP, em 1979, um “Levantamento das fontes primárias da História do Espírito Santo”, atestando a sua preocupação com os registros que possibilitem testar hipóteses e tirar conclusões sobre os fatos históricos locais, as suas causas e consequências. Já em 1981 publicava na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* o texto “Pesquisa de fontes primárias e a produção historiográfica no Espírito Santo” (vol. 332, jul/set), onde lista a produção historiográfica sobre o Espírito Santo até à altura. Esse levantamento é posteriormente, em 2006, enriquecido, pela publicação do texto “Historiadores acadêmicos do Espírito Santo” na *Revista da Academia Espírito-santense de Letras*, onde lista trabalhos historiográficos dos membros da Academia Espírito-santense, quase todos ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Em ambos os textos Bittencourt faz menção a Brás Rubim entre os memorialistas do século XIX que se ocuparam do Espírito Santo, mas refere de passagem a provável influência do pai,

Francisco Alberto Rubim, na catalogação dos dados apresentados por ele. Essa celeuma (teria sido Brás Rubim mero repetidor dos dados compilados pelo pai?), que não vale a pena aprofundar aqui, a examinei na minha comunicação de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e está publicada no meu livro *Reflexões sobre o IHGES*.

Mas qual a importância, nesse contexto da Historiografia, do texto de Gabriel Bittencourt sobre a independência no Espírito Santo, de que nos ocupamos? Sobre o tema, a Independência, é interessante registrar que até os anos 2000 o único texto publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* fora “A Independência nacional na Capitania do Espírito Santo”, de Mário Aristides Freire, no número 09, de 1935. Para contextualizar o problema metodológico vou me servir das palavras do próprio Gabriel Bittencourt, no texto de 2006 já referido, que muito bem sintetizam o problema, ao mesmo tempo dando pistas da motivação que o levou a buscar novas maneiras de tratar o fato histórico, com base na Metodologia da História:

Em que pese, porém, o valor das obras publicadas no século XIX para a memória capixaba [*de destacar, entre elas, a Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a Capitania do Espírito Santo em 1811; Memórias para servir a História até o ano de 1817 e Breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, de Francisco Alberto Rubim; Ensaios sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo, de José Marcelino Pereira de Vasconcelos; História da Província do Espírito Santo, de Misael Ferreira Pena; Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística de Basílio Carvalho Daemon*] elas formavam, no seu conjunto, um quadro historiográfico insatisfatório para a interpretação da formação espírito-santense,

caracterizado pelo auto-didatismo e técnicas de pesquisa e de investigação quase sempre superadas, calcadas, via de regra, nas mesmas fontes e temas. Essas obras tradicionais ficavam apegadas à cronologia e aos eventos, sem a preocupação das conexões estruturais, ou, ainda, da História cultural, não se questionando o passado em nível e profundidade exigidos pela sociedade contemporânea. (acréscimos meus)

No entanto, como reconheceu o próprio Gabriel Bittencourt, a situação contemporânea era praticamente a mesma em todo o país. Foi o interesse pela Micro-História que a partir dos anos 50 do século XX determinou um incremento nos estudos de História regional, fortalecendo a atuação dos Institutos Históricos e Geográficos estaduais. Foi essa, também, a época da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras por aqui. Mas o incremento maior no manuseio da metodologia da História se deu quando professores do Departamento de História da UFES começaram a desenvolver seus estudos de pós-graduação, a partir de 1975, o que determinou a necessidade do manuseio de fontes primárias pelo pesquisador, que com isso passou a frequentar com assiduidade os arquivos. A atuação de Gabriel Bittencourt de que se cuida se deu exatamente nesse contexto.

E é a partir daí que se entendem as apreciações críticas do texto que estamos comentando. O texto foi apresentado a alguns pareceristas, cujas considerações o autor transcreveu em forma de introdução, prefácio e orelha à publicação. Os nomes escolhidos pelo autor se justificam: José Honório Rodrigues foi seu professor na pós-graduação e influenciou seu modo de lidar com a ciência histórica; Renato Pacheco capitaneava, na época, os estudos culturais em geral no Espírito Santo, pontificando na Universidade, na Academia de Letras e neste Instituto Histórico e Geográfico; Elmo

Elton foi mentor intelectual de Bittencourt, tendo-o de certa maneira “apresentado” ao meio cultural de Vitória.

Vejamos o que cada um deles diz a respeito do “Espírito Santo: alguns aspectos da Independência”:

O estudo se concentra sobre o Espírito Santo entre 1820 e 1824, tentando revelar a estrutura e a conjuntura da província na hora mesma da construção da sua autonomia. [...] Os anexos foram bem escolhidos com textos significativos da história daquela época, e sua bibliografia é excelente, sobretudo as fontes primárias, que somente as novas gerações de historiadores capixabas vêm consultando e valorizando suas pesquisas. (José Honório Rodrigues, na Apresentação, 1980).

Os estudos históricos em nosso estado têm se caracterizado – em geral – por histórias globais, e muitas vezes incompletas, fruto mais de compilação que de pesquisa de fontes.

Em boa hora, o promissor especialista inicia com esta monografia novo rumo de nossa historiografia – em vez de arar superficialmente o solo, ele o perfura em busca de suas mais profundas riquezas.

Releva notar, como ponto alto deste trabalho, o correto uso das fontes primárias – foi colhê-las o Autor no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Público Estadual de Vitória, sem desprezar, todavia, os que antes dele – Daemon, Stella de Novaes, Teixeira de Oliveira principalmente – tinham versado o mesmo assunto. (Renato Pacheco no Prefácio, 1977).

O autor não se limita a estudar a questão apenas de modo superficial, porque, se assim o fizesse, estaria naturalmente repetindo coisas já ditas e sabidas, mas foi ao âmago das causas que leva-

ram o povo do Espírito Santo a exigir, politicamente, nossa emancipação do jugo português. Valorizando as fontes primárias sem, contudo, abandonar a bibliografia existente sobre a matéria, em síntese valiosa, põe ao alcance da visão dos que o leram todos os contornos e nuances do movimento libertador. (Elmo Elton, na Orelha, 1984).

A monografia

A monografia “Alguns Aspectos da Independência – 1820/1824” tem aproximadamente 35 laudas impressas de texto, mais os anexos (em número de 10) e bibliografia. Como dito, conheceu duas edições, uma do autor, em 1981, outra do IHGES, em 1985. O texto está dividido em três capítulos mais a breve conclusão.

O primeiro capítulo trata-se de um breve estudo da conjuntura nacional e uma visão panorâmica da evolução econômica do Espírito Santo até a quadra de 1820. Serve-se o autor na sua maioria de dados coletados pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que aqui esteve por essa época e se tratava de observador rigoroso. No segundo capítulo Bittencourt desenvolve propriamente a sua argumentação, tomando como base autores consagrados, mas aprofundando questões com apoio nas fontes primárias – notadamente, ofícios de e para a governadoria da Província no período de que se ocupa, 1820 a 1824. Expõe a situação política local, põe em relevo a atuação de personagens de influência, pelos cargos que ocupavam, situando essa atuação no clima de polarização contemporânea, registrando a adesão da Capitania ao movimento deflagrado no Rio de Janeiro e a tardia adesão da localidade de São Mateus, que embora juridicamente revista pela Ouvidoria de Porto Seguro, administrativamente pertencia ao Espírito Santo, sendo sujeita pelas forças

militares vindas de Vitória e obrigada a aclamar o Imperador. No terceiro capítulo o autor examina brevemente economia e finanças no final do período estudado, para concluir que

quando instalado o autogoverno brasileiro, apesar do sistema altamente centralizado, começará a atender melhor as deficiências regionais e disto aproveitar-se-á o Espírito Santo, cujas potencialidades, favoráveis à cafeicultura, sobretudo o solo virgem e desabitado, oferecerão ao Governo Central a motivação para aplicação de investimentos na infraestrutura local.

As fontes utilizadas pelo autor para construir a sua argumentação foram, conforme já referido, correspondências remetidas e recebidas pela governadoria da capitania/província. O drama pessoal do governador, de saúde abalada e vítima de campanha contrária nos pasquins afixados nos muros da cidade, também o resgata Bittencourt das fontes que manejou. Refere expressamente na bibliografia os dois livros do arquivo nacional e os três do estadual de onde retirou os ofícios utilizados para compor o texto. Alguns deles, aliás, transcritos como anexo, valendo mencionar o *corpus* juntado pelo autor nessa rubrica:

- 1) O Anexo I trata-se de trecho do Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce, de Auguste de Saint-Hilaire, publicado em 1833;
- 2) O Anexo II trata-se de ofício do governador Baltazar de Souza Botelho consultando quanto a substituição no cargo de Capitão das Armas da Capitania;
- 3) O Anexo III, do mesmo autor, se trata de comunicação sobre a constituição do Governo Provisório, depois de jurada a Constituição Portuguesa;
- 4) O Anexo IV, do mesmo autor, dá conta de atentado que sofreu na sua residência;

- 5) O Anexo V trata-se de ofício da Junta Provisória de Governo participando ter assumido funções;
- 6) O Anexo VI, da lavra do governador sucedido pela Junta Provisória, a respeito das rendas reais do Distrito de Campos, à época sujeito ao Espírito Santo em matéria tributária;
- 7) O Anexo VII, do mesmo governador, participando a finalização da estrada entre o Espírito Santo e Minas Gerais;
- 8) O Anexo VIII, da Junta Provisória, submete à Coroa a recusa do governo do Espírito Santo a que a Vila de São Mateus se reportasse à Vila de Cachoeira, na Bahia, após ser sujeita pelas forças militares do Espírito Santo;
- 9) O Anexo IX trata-se de trecho da História do Brasil, de John Armitage, dando conta do apresamento de embarcações que, saídas de São Mateus, destinavam-se a levar provisões para os resistentes na Bahia;
- 10) O Anexo X trata-se das atas de aclamação de D. Pedro I, da proclamação e finalmente da adesão da Câmara de São Mateus ao movimento já à altura vitorioso.

Conclusão

A preocupação de Gabriel Bittencourt com o correto manuseio das fontes será uma constante na sua atuação como pesquisador, o que não surpreende nos dias de hoje, passados quase cinquenta anos. No entanto, com outros colegas, Bittencourt consolidava entre nós essa metodologia para lidar com o fato histórico, sendo sua monografia das primeiras publicadas a partir dessa época. As linhas de força da abordagem às suas áreas de interesse foram delineadas nas pesquisas iniciadas nos anos 80, vindo posteriormente vários acréscimos e aprofundamentos, que resultariam nas obras de cará-

ter mais geral publicadas por ele mais recentemente. Em 1981, altura da publicação do “Espírito Santo: aspectos da independência”, o autor tinha dado a prelo apenas “Espírito Santo: a Indústria de energia elétrica – 1889/1978”, elaborada nos mesmos moldes, também no âmbito do curso de pós-graduação e por encomenda da Escelsa, saindo pelo Instituto Jones dos Santos Neves em 1979.

O aprofundamento do estudo sobre a obra histórica de Gabriel Bittencourt, o que seria interessante neste ano em que o pesquisador completa oitenta anos de idade, deve passar inicialmente pelo cotejo entre essas duas primeiras publicações, elaboradas ainda sob forte influência acadêmica, e que permitem acompanhar o início da sua formação como pesquisador.

Pretendemos deixar aqui uma provocação para que a obra do professor Gabriel Bittencourt seja mais conhecida e consequentemente mais utilizada pelos pesquisadores contemporâneos, dentro e fora da Universidade e das organizações culturais locais, espaços onde o pesquisador desenvolveu sua brilhante carreira intelectual.

ANCESTRAIS DE D. PEDRO I (10 GERAÇÕES)

*Paulo Stuck Moraes**

O primeiro imperador brasileiro nasceu em Portugal. Aparentemente, seria um português de “quatro costados”, visto ser membro da família real. Isto é apenas meia-verdade.

Pelo lado paterno, mantém uma “varonia” até Afonso I, Henriques (1109-1185), passando antes pela casa ducal de Bragança, oriunda de bastardia de D. João I (1357-1433), este, também, bastardo de D. Pedro I (1320-1367), e que se estende mais no tempo, até Hugo Capet (941-996), rei da França, no século X. Essa ascendência paterna, que se concentra pelo casamento endogâmico¹ de D. Maria I (1734-1816) com seu tio paterno D. Pedro III (1717-1786), liga-se ao Sacro Império Romano Germânico e ao reino da França. Para confirmar essa concentração, Felipe V (1683-1746) e Elisabete Farnese (1655-1720) aparecem três vezes entre os oito casais de trisavós de D. Pedro I, além de D. João V (1689-1750) e Maria Ana Josefa (1683-1754), que aparecem duas vezes, uma entre os bisavós e outra entre os trisavós. Mesmo tendo entre seus ancestrais paternos Felipe V, da Espanha e Luiz XIV (1638-1715), da França, esmiuçando-se sua ascendência paterna, teremos uma gama enorme de integrantes da pequena nobreza, principalmente da Espanha e da França, dada a proximidade e interesses de Estado.

Pelo lado materno, sua ascendência parte da casa real da Espanha, passando pela da França, pela alta nobreza da Itália e da Alemanha, chegando à Prússia, à Polônia e à Rússia, além de transitar, também, pela pequena nobreza franco-germânica.

* Pesquisador, historiador e genealogista. Titular da Cadeira n.º 24 do Colégio Brasileiro de Genealogia.

¹ Casamento entre pessoas da mesma família, casta ou classe social.

Médicis, Farnese, Habsburgo, Valois e Bourbon são tradicionais nomes de famílias nobres que se inscrevem na árvore de costados do Imperador.

Este trabalho, que é a unificação de várias pesquisas divulgadas pela Internet, apresenta apenas um início da ancestralidade, relacionando os ancestrais até os oitavos avós, mas já mostrando as tendências genealógicas que compõem a ascendência de nosso primeiro Imperador:

1. **Pedro I**, * 12.10.1798 em Queluz, Lisboa-Portugal,² † 24.09.1834 em Queluz, Lisboa-Portugal,³ sepultamento 27.09.1834 em Lisboa-Portugal, ocupação (1822-1831) 1º Imperador do Brasil, ocupação (1826) 29º Rei de Portugal.

C.c. (1) Maria Leopoldina, 13.05.1817 em Viena-Áustria,⁴ * 22.01.1797 em Viena-Áustria,⁵ † 11.12.1826 em Rio de Janeiro (RJ),⁶ ocupação (1822-1826) Imperatriz do Brasil.

C.c. (2) Amélia de Beauharnais, 02.08.1829 em Munich, Baviera-Alemanha,⁷ * 31.07.1812 em Munich, Baviera-Alemanha,⁸ † 26.01.1873 em Lisboa-Portugal.⁹

Relacionamento com (3) Maria Benedita de Castro Canto e Melo, * 13.12.1792 em São Paulo (SP),¹⁰ † 05.03.1857 em Rio de Janeiro (RJ),¹¹ ocupação Baronesa de Sorocaba.

² ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 727/Vol. 1.

³ *Ibidem*.

⁴ MELLO FRANCO, Afonso Arinos e LACOMBE, Américo Jacobina (supervisores). *D. Pedro I* (1974), 55.

⁵ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 744/Vol. 1.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*.

Relacionamento com (4) Domitila de Castro Canto e Melo, * 27.12.1797 em São Paulo (SP), † 03.11.1867 em São Paulo (SP), ocupação Marquesa de Santos.

Relacionamento com (5) Henriette Josephine Clemence Saisset.

Relacionamento com (6) Joana Mosqueira.

Relacionamento com (7) Maria Libânia Ramos, * c.de 1815,¹² † 11.11.1880 em Lisboa-Portugal,¹³ ocupação Açafata da Rainha D. Maria II.

Genitores

2. **João VI**, * 13.05.1767 em Lisboa-Portugal,¹⁴ † 10.03.1826 em Lisboa-Portugal,¹⁵ ocupação (1816-1826) 28º Rei de Portugal. C.c. Carlota Joaquina, 05.04.1790 em Lisboa-Portugal.¹⁶

3. **Carlota Joaquina**, * 25.04.1775 em Aranjuez, Madrid-Espanha,¹⁷ † 07.01.1830 em Queluz, Lisboa-Portugal.¹⁸

Avós

4. **Pedro III**, * 05.07.1717 em Lisboa-Portugal,¹⁹ † 25.05.1786 em Lisboa-Portugal,²⁰ ocupação (1777-1786) Rei de Portugal. C.c. Maria I, 06.06.1760 em Lisboa-Portugal.²¹

¹⁰ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 10.06.2022.

¹¹ *Ibidem*.

¹² *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 28.05.2022.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 657/Vol. 1.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Wikipédia, Artigo da Internet, em 30.05.2016.

¹⁷ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 699/Vol. 1.

¹⁸ *Ibidem*.

5. **Maria I**, * 17.12.1734 em Lisboa-Portugal,²² † 20.03.1816 em Rio de Janeiro (RJ),²³ ocupação (1777-1816) 27º Rainha de Portugal.

6. **Carlos IV**, * 11.11.1748,²⁴ † 19.01.1819,²⁵ ocupação Rei da Espanha. C.c. Maria Luiza de Bourbon-Parma, 04.09.1765.²⁶

7. **Maria Luiza de Bourbon-Parma**, * 09.12.1751, † c.de 1819.

Bisavós

8. **João V**, * 22.10.1689 em Lisboa-Portugal,²⁷ † 31.07.1750 em Lisboa-Portugal,²⁸ ocupação (1706-1750) 25º Rei de Portugal. C.c. Maria Ana Josefa, 09.06.1708 em Lisboa-Portugal.²⁹

9. **Maria Ana Josefa**, * 07.09.1683 em Linz-Áustria,³⁰ † 14.08.1754 em Lisboa-Portugal,³¹ ocupação Arquiduquesa de Áustria.

10. **José I**, * 06.06.1714 em Lisboa-Portugal,³² † 24.02.1777 em Lisboa-Portugal,³³ ocupação (1750-1777) 26º Rei de Portugal. C.c.

¹⁹ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 647/Vol. 1.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 636/Vol. 1.

²² *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>)

²³ *Ibidem*.

²⁴ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 569/Vol. 1.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 600/Vol. 1.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*.

Maria Ana Vitória de Bourbon, 19.01.1729 em Elvas, Portalegre -Portugal.³⁴

11. **Maria Ana Vitória de Bourbon**, * 31.03.1718 em Madrid-Espanha,³⁵ † 15.01.1781 em Lisboa-Portugal,³⁶ ocupação Infanta de Espanha.

12. **Carlos III**, * 1716, † 1788, ocupação Rei da Espanha. C.c. Maria Cristina Amália da Saxônia, 08.05.1738 em Dresden, Saxônia -Alemanha.

13. **Maria Cristina Amália da Saxônia**, * 24.11.1724 em Dresden, Saxônia-Alemanha, † 27.09.1760 em Madrid-Espanha.

14. **Filipe I**, * 15.03.1720 em Madrid-Espanha, † 18.07.1765, ocupação Duque de Parma. C.c. Maria Luiza Isabel de Bourbon, 26.08.1739.

15. **Maria Luiza Isabel de Bourbon**, * 14.08.1727, † 06.12.1759.

Trisavós

16. **Pedro II**, * 26.04.1648 em Lisboa-Portugal,³⁷ † 01.12.1706 em Lisboa-Portugal,³⁸ ocupação (1683-1706) 24º Rei de Portugal. C.c. (1) Maria Francisca de Sabóia, 02.04.1668,³⁹ * 21.06.1646 em

³² ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 609/Vol. 1.

³³ *Ibidem*.

³⁴ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 624/Vol. 1.

³⁵ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 622/Vol. 1.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 545/vol. 1.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ Wikipédia, Artigo da Internet, em 11.10.2016.

Paris-França,⁴⁰ † 27.12.1683 em Lisboa-Portugal.⁴¹ C.c. (2) Maria Sofia Isabel, 02.07.1687 em Heidelberg-Alemanha.⁴²

17. **Maria Sofia Isabel**, * 06.08.1666 em Brewath, Juliers-Alemanha,⁴³ † 04.08.1699 em Lisboa-Portugal.⁴⁴

18. **Leopoldo I**, * 09.06.1640 em Viena-Áustria,⁴⁵ † 05.05.1705 em Viena-Áustria,⁴⁶ ocupação Imperador do Sacro Império Romano. C.c. Eleonora de Neubourg, 14.12.1676 em Passau, Baviera-Alemanha.⁴⁷

19. **Eleonora de Neubourg**, * 06.01.1655 em Düsseldorf, Renânia-Alemanha,⁴⁸ † 19.01.1720 em Viena-Áustria.⁴⁹

20. **João V**, (Parece a mesma pessoa acima # 8) * 22.10.1689 em Lisboa-Portugal,⁵⁰ † 31.07.1750 em Lisboa-Portugal,⁵¹ ocupação (1706-1750) 25º Rei de Portugal. C.c. Maria Ana Josefa, 09.06.1708 em Lisboa-Portugal.⁵²

21. **Maria Ana Josefa**, (Parece a mesma pessoa acima # 9) * 07.09.1683 em Linz-Áustria,⁵³ † 14.08.1754 em Lisboa-Portugal,⁵⁴ ocupação Arquiduquesa de Áustria.

⁴⁰ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 540/vol. 1.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 561/Vol. 1.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 27.06.2022.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 569/Vol. 1.

⁵¹ *Ibidem*.

22. **Filipe V**, * 19.12.1683 em Versailles-França, † 09.07.1746, ocupação Rei da Espanha. C.c. Elisabete Farnese, 1714.

23. **Elisabete Farnese**, * 25.10.1692 em Parma-Itália, † 11.11.1766 em Aranjuez, Madrid-Espanha.

24. **Filipe V**, (Parece a mesma pessoa acima # 22) * 19.12.1683 em Versailles-França, † 09.07.1746, ocupação Rei da Espanha. C.c. Elisabete Farnese, 1714.

25. **Elisabete Farnese**, (Parece a mesma pessoa acima # 23) * 25.10.1692 em Parma-Itália, † 11.11.1766 em Aranjuez, Madrid-Espanha.

26. **Augusto III**, * 17.10.1696 em Dresden, Saxônia-Alemanha,⁵⁵ † 05.10.1763 em Dresden, Saxônia-Alemanha,⁵⁶ ocupação Rei da Polónia. C.c. Maria Josefa da Áustria.

27. **Maria Josefa da Áustria**, * 08.12.1699 em Viena-Áustria, † 17.11.1757.

28. **Filipe V**, (Parece a mesma pessoa acima # 24) * 19.12.1683 em Versailles-França, † 09.07.1746, ocupação Rei da Espanha. C.c. Elisabete Farnese, 1714.

29. **Elisabete Farnese**, (Parece a mesma pessoa acima # 25) * 25.10.1692 em Parma-Itália, † 11.11.1766 em Aranjuez, Madrid-Espanha.

⁵² ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, Nobreza de Portugal e do Brasil (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 600/Vol. 1.

⁵³ *Ibidem.*

⁵⁴ *Ibidem.*

⁵⁵ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

⁵⁶ *Ibidem.*

30. **Luiz XV**, * 15.02.1710, † 10.05.1774, ocupação Rei da França. C.c. Maria Leszczyńska, 05.09.1725 em Fontainebleau-França.⁵⁷

31. Maria Leszczyńska, * 23.06.1703 em Poznan-Polônia,⁵⁸ † 24.06.1768 em Versailles-França,⁵⁹ ocupação Princesa da Polônia.

Tetravós

32. **João IV**, * 19.03.1604 em Vila Viçosa, Évora-Portugal,⁶⁰ † 06.11.1656 em Lisboa-Portugal,⁶¹ ocupação (1640-1656) 22º Rei de Portugal. C.c. Luiza de Gusmão, 12.01.1633 em Elvas, Portalegre-Portugal.⁶²

33. **Luiza de Gusmão**, * 13.10.1613 em Huelva-Espanha,⁶³ † 27.02.1666 em Lisboa-Portugal.⁶⁴

34. **Filipe Guilherme de Neuborg**, * 24.11.1615,⁶⁵ † 02.09.1690 em Viena-Áustria,⁶⁶ ocupação Eleitor Palatino. C.c. Madalena de Hesse-Darmstadt, 03.09.1653.⁶⁷

35. **Madalena de Hesse-Darmstadt**, * 20.03.1635,⁶⁸ † 04.08.1709,⁶⁹ ocupação Landgravina de Hesse-Darmstadt.

⁵⁷ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 10.06.2022.

⁵⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 499/vol. 1.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 511/vol. 1.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ *Ibidem*.

36. **Fernando III**, * 1608, † 1675, ocupação Imperador do Sacro Império Romano. C.c. (1) Maria Ana, 1631. C.c. (2) Leonor Gonzaga, ocupação Princesa de Mantova.

37. **Maria Ana**, * 1606, † 1646.

38. **Filipe Guilherme de Neuborg**, (Parece a mesma pessoa acima # 34) * 24.11.1615,⁷⁰ † 02.09.1690 em Viena-Áustria,⁷¹ ocupação Eleitor Palatino. C.c. Madalena de Hesse-Darmstadt, 03.09.1653.⁷²

39. **Madalena de Hesse-Darmstadt**, (Parece a mesma pessoa acima # 35) * 20.03.1635,⁷³ † 04.08.1709,⁷⁴ ocupação Landgravina de Hesse-Darmstadt.

44. **Luiz de França**, * 01.11.1661, † 14.04.1711. C.c. Maria Ana da Baviera.

45. **Maria Ana da Baviera**.

46. **Eduardo Farnese**, * 12.08.1666 em Colorno, Parma-Itália,⁷⁵ † 12.09.1693 em Parma-Itália.⁷⁶ C.c. Dorotéia Sofia de Neuborg, 17.09.1690 em Parma-Itália.⁷⁷

47. **Dorotéia Sofia de Neuborg**, * 05.07.1670, † 15.09.1748 em Parma-Itália.⁷⁸

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 23.01.2021.

52. **Augusto II**, * 12.05.1670 em Dresden, Saxônia-Alemanha, † 01.02.1733 em Varsóvia-Polônia, ocupação (1697-1704), (1709-1733) Rei da Polônia e Duque da Lituânia. C.c. Cristiana Everadina de Brandemburgo-Bayreuth, 20.01.1693.

53. **Cristiana Everadina de Brandemburgo-Bayreuth**.

54. **José I**, * 26.07.1678 em Viena-Áustria, † 17.04.1711 em Viena-Áustria, ocupação Imperador do Sacro Império Romano. C.c. Guilhermina Amália, 24.02.1699 em Viena-Áustria.⁷⁹

55. **Guilhermina Amália**, * 21.04.1673 em Hannover-Alemanha,⁸⁰ † 10.04.1742 em Viena-Áustria,⁸¹ ocupação Duquesa de Brunswick-Lüneburg-Hannover.

60. **Luiz de França**, * 16.08.1682, † 18.02.1712, ocupação Duque de Borgonha e Delfim. C.c. Maria Adelaide de Sabóia.

61. **Maria Adelaide de Sabóia**.

62. **Estanislau I Leszczyński**, * 20.10.1677 em Lviv-Polônia,⁸² † 23.02.1766 em Lunéville, Meurthe-et-Moselle-França,⁸³ ocupação Rei da Polônia. C.c. Katarzyna Opalinska, 10.05.1698 em Cracóvia-Polônia.⁸⁴

63. **Katarzyna Opalinska**, * 03.09.1680 em Poznan-Polônia,⁸⁵ † 19.03.1747 em França.⁸⁶

⁷⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 10.06.2022.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ *Ibidem*.

Pentavós

64. **Teodósio II**, * 28.04.1568 em Vila Viçosa, Évora-Portugal,⁸⁷ † 26.11.1630 em Vila Viçosa, Évora-Portugal,⁸⁸ ocupação (1583-1630) 7º duque de Bragança. C.c. Ana de Velasco e Giron, 17.06.1603 em Elvas, Portalegre-Portugal.⁹⁰

65. **Ana de Velasco e Giron**, * 1585,⁹⁰ † 07.11.1607 em Vila Viçosa, Évora-Portugal.⁹¹

66. **Juan Manuel de Guzmán El Bueno y de Silva**, ocupação 8º Duque de Medina Sodonía. C.c. Juana de Sandoval y de La Cerda.

67. **Juana de Sandoval y de La Cerda**.

68. **Wolfgang Wilhelm**, * 10.1578 em Neuburg, Baviera-Alemanha,⁹² † 20.03.1653 em Düsseldorf, Renânia-Alemanha,⁹³ ocupação Conde palatino de Neuburg. C.c. Madalena, 11.11.1613 em Munich, Baviera-Alemanha.⁹⁴

69. **Madalena**, * 04.07.1587 em Munich, Baviera-Alemanha,⁹⁵ † 25.09.1628 em Neuburg, Baviera-Alemanha,⁹⁶ ocupação Duquesa da Baviera.

70. **Jorge II de Hesse-Darmstadt**. C.c. Sofia Leonor da Saxônia, 01.04.1627.

⁸⁷ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 11.08.2014.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ *Ibidem*.

71. **Sofia Leonor da Saxônia**, * 23.11.1609.

72. **Fernando II**, * 1578, † 1637, ocupação Imperador. C.c. Maria Ana da Baviera, 23.04.1600 em Graz-Aútria.⁹⁷

73. **Maria Ana da Baviera**, * 18.12.1574 em Munich, Baviera -Alemanha,⁹⁸ † 08.03.1616 em Graz-Aútria.⁹⁹

74. **Filipe III**, * 14.04.1578 em Madrid-Espanha, † 31.03.1621, ocupação (1598-1621) Rei da Espanha, ocupação (1598-1621) 20º Rei de Portugal. C.c. Margarida da Áustria, 18.04.1599 em Valencia -Espanha.¹⁰⁰

75. **Margarida da Áustria**, * 25.12.1584 em Graz-Aútria,¹⁰¹ † 03.10.1611 em Madrid-Espanha.¹⁰²

88. **Luiz XIV**, * 05.09.1638 em Saint-Germain-en-Laye, Ile de France, Paris-França,¹⁰³ † 01.09.1715 em Versailles-França,¹⁰⁴ ocupação (1643-1715) Rei da França. C.c. (1) Maria Teresa de Espanha, 09.06.1660.¹⁰⁵ C.c. (2) Francisca Atenas de Rochechouart, ocupação Marquesa de Montesperan.

89. **Maria Teresa de Espanha**, * 10.09.1638, † 30.07.1683.

90. **Fernando Maria**, ocupação Eleitor da Baviera. C.c. Henriqueta Adelaide Maria, 25.06.1652 em Munich, Baviera-Alemanha.¹⁰⁶

⁹⁷ *Ibidem.*

⁹⁸ *Ibidem.*

⁹⁹ *Ibidem.*

¹⁰⁰ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 08.07.2017.

¹⁰¹ *Ibidem.*

¹⁰² *Ibidem.*

¹⁰³ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 18.08.2022.

¹⁰⁴ *Ibidem.*

¹⁰⁵ *Ibidem.*

91. **Henriqueta Adelaide Maria**, * 06.11.1636 em Turim-Itália,¹⁰⁷ † 18.03.1676 em Munich, Baviera-Alemanha,¹⁰⁸ ocupação Princesa de Sabóia.

92. **Rainúncio II**, ocupação Duque de Parma e Piacenza. C.c. Maria Isabel d'Este, 18.02.1664 em Módena, Itália.¹⁰⁹

93. **Maria Isabel d'Este**, * 1635, † 1666.

94. **Filipe Guilherme de Neuborg**, (Parece a mesma pessoa acima # 38) * 24.11.1615,¹¹⁰ † 02.09.1690 em Viena-Áustria,¹¹¹ ocupação Eleitor Palatino. C.c. Madalena de Hesse-Darmstadt, 03.09.1653.¹¹²

95. **Madalena de Hesse-Darmstadt**, (Parece a mesma pessoa acima # 39) * 20.03.1635,¹¹³ † 04.08.1709,¹¹⁴ ocupação Landgravina de Hesse-Darmstadt.

104. **João Jorge III**, * 20.07.1647 em Dresden, Saxônia-Alemanha, † 12.09.1691, ocupação Eleitor da Saxônia. C.c. Ana Sofia da Dinamarca.

105. **Ana Sofia da Dinamarca**, * 01.09.1647, † 01.07.1717.

106. **Cristiano Ernesto de Brandemburgo-Bayreuth**. C.c. Sofia Luiza.

¹⁰⁶ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

¹¹⁰ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ *Ibidem*.

107. **Sofia Luiza.**

108. **Leopoldo I**, (Parece a mesma pessoa acima # 18) * 09.06.1640 em Viena-Áustria,¹¹⁵ † 05.05.1705 em Viena-Áustria,¹¹⁶ ocupação Imperador do Sacro Império Romano. C.c. Eleonora de Neubourg, 14.12.1676 em Passau, Baviera-Alemanha.¹¹⁷

109. **Eleonora de Neubourg**, (Parece a mesma pessoa acima # 19) * 06.01.1655 em Düsseldorf, Renânia-Alemanha,¹¹⁸ † 19.01.1720 em Viena-Áustria.¹¹⁹

110. **João Frederico**, * 25.04.1625, † 18.12.1679, ocupação Duque de Brunswick-Lüneburg. C.c. Benedita Henriqueta, 30.11.1668 em Paris-França.¹²⁰

111. **Benedita Henriqueta**, * 14.03.1652 em Paris-França,¹²¹ † 12.08.1730 em Paris-França,¹²² ocupação Condessa palatina de Simmern.

120. **Luiz de França**, (Parece a mesma pessoa acima # 44) * 01.11.1661, † 14.04.1711. C.c. Maria Ana da Baviera.

121. **Maria Ana da Baviera**, (Parece a mesma pessoa acima # 45).

122. **Vítor Amadeu II**, ocupação Rei da Sardenha. C.c. Ana Maria.

¹¹⁵ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 27.06.2022.

¹¹⁶ *Ibidem.*

¹¹⁷ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

¹¹⁸ *Ibidem.*

¹¹⁹ *Ibidem.*

¹²⁰ *Ibidem.*

¹²¹ *Ibidem.*

¹²² *Ibidem.*

123. **Ana Maria**, ocupação Princesa de Órleães.

124. **Rafael Leszczynski**, * c.de 1650 em Varsóvia-Polônia,¹²³ † 31.01.1703 em Olésnica-Polonia.¹²⁴ C.c. Ana Catarina Jablonowska, 15.02.1676 em Cracóvia-Polônia.¹²⁵

125. **Ana Catarina Jablonowska**, * c.de 1658 em Lwow-Ucrânia,¹²⁶ † 29.08.1727 em Loir-et-Cher, Chambord-França.¹²⁷

126. **Jan Karol Opalinski**. C.c. Sofia Ana Czarnkowska.

127. **Sofia Ana Czarnkowska**, † 08.12.1701 em Breslau. Silésia -Polônia.¹²⁸

Hexavós

128. **João I**, * c.de 1543,¹²⁹ † 22.02.1583 em Vila Viçosa, Évora -Portugal,¹³⁰ ocupação (1563-1583) 6º Duque de Bragança.¹³¹ C.c. Catarina, 08.12.1565 em Lisboa-Portugal.¹³²

129. **Catarina**, * 18.01.1540 em Lisboa-Portugal,¹³³ † 15.11.1614 em Vila Viçosa, Évora-Portugal.¹³⁴

¹²³ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 11.08.2014.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ VAN DE PAS, Leonardus Franciscus Maria, Leo's Genealogics Web-site (<http://www.genealogics.org/index.php>)

¹³² *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 11.08.2014.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ *Ibidem*.

130. **Juan Fernández de Velasco**, ocupação 5º Duque de Frias.¹³⁵

C.c. Maria Téllez-Giron.

131. **Maria Téllez-Giron**, * 02.1553 em Morón de la Frontera.

132. **Alonso de Guzmán El Bueno**, ocupação 7º Duque de Medina Sidonia.¹³⁶ C.c. Ana de Silva y Mendoza.

133. **Ana de Silva y Mendoza**.

134. **Francisco de Sandoval Rojas y de Borja**, ocupação 1º Duque de Lerma.¹³⁷ C.c. Catalina de La Cerda.

135. **Catalina de La Cerda**.

136. **Filipe Luiz**, * 02.10.1547 em Zweibrücken, Renânia-Palatinado-Alemanha,¹³⁸ † 22.08.1614 em Neuburg, Baviera-Alemanha,¹³⁹ ocupação Duque de Neuburg. C.c. Ana de Cleves, 27.09.1574 em Neuburg, Baviera-Alemanha.¹⁴⁰

137. **Ana de Cleves**, * 01.03.1552,¹⁴¹ † 16.10.1632.¹⁴²

138. **Guilherme V**, * 29.09.1546,¹⁴³ † 17.02.1626,¹⁴⁴ ocupação Duque da Baviera. C.c. Renata, 22.02.1568 em Munich, Baviera-Alemanha.¹⁴⁵

¹³⁵ VAN DE PAS, Leonardus Franciscus Maria, Leo's Genealogics Website (<http://www.genealogics.org/index.php>)

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 23.01.2021.

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

139. **Renata**, * 20.04.1544 em Nancy-França,¹⁴⁶ † 22.05.1602 em Munich, Baviera-Alemanha,¹⁴⁷ ocupação Princesa de Lorena.

140. **Luiz V**, ocupação Conde de Hesse-Darmstadt. C.c. Madalena de Brandemburgo.

141. **Madalena de Brandemburgo**.

142. **João Jorge I**, ocupação Eleitor da Saxônia. C.c. Madalena Sibila da Prússia.

143. **Madalena Sibila da Prússia**.

144. **Carlos**, * 03.06.1540 em Viena-Áustria,¹⁴⁸ † 10.07.1590 em Graz-Áustria,¹⁴⁹ ocupação Arquiduque de Áustria. C.c. Maria Ana, 26.08.1571 em Viena-Áustria.¹⁵⁰

145. **Maria Ana**, ocupação Duquesa da Baviera.

146. **Guilherme V**, (Parece a mesma pessoa acima # 138) * 29.09.1546,¹⁵¹ † 17.02.1626,¹⁵² ocupação Duque da Baviera. C.c. Renata, 22.02.1568 em Munich, Baviera-Alemanha.¹⁵³

147. **Renata**, (Parece a mesma pessoa acima # 139) * 20.04.1544 em Nancy-França,¹⁵⁴ † 22.05.1602 em Munich, Baviera-Alemanha,¹⁵⁵ ocupação Princesa de Lorena.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 08.07.2017.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ *Ibidem*.

148. **Filipe II**, * 21.05.1527, † 13.09.1598, ocupação (1555-1598) Rei da Espanha, ocupação (1580-1598) 19º Rei de Portugal. C.c. (1) Maria, 1543, * 1527, † 1545. C.c. (2) Maria I, 15.07.1554 em Winchester-Inglaterra,¹⁵⁶ * 18.02.1516 em Greenwich, Londres-Inglaterra,¹⁵⁷ † 17.11.1558 em Londres-Inglaterra,¹⁵⁸ ocupação (1553-1558) Rainha da Inglaterra. C.c. (3) Isabel de Valois. C.c. (4) Ana.

149. **Ana**.

150. **Carlos**, (Parece a mesma pessoa acima # 144) * 03.06.1540 em Viena-Áustria,¹⁵⁹ † 10.07.1590 em Graz-Áustria,¹⁶⁰ ocupação Arquiduque de Áustria. C.c. Maria Ana, 26.08.1571 em Viena-Áustria.¹⁶¹

151. **Maria Ana**, (Parece a mesma pessoa acima # 145) ocupação Duquesa da Baviera.

176. **Luiz XIII**, * 27.09.1601 em Fontainebleau-França,¹⁶² † 14.05.1643 em Paris-França.¹⁶³ C.c. Ana da Áustria, 18.10.1615 em Burgos-Espanha.¹⁶⁴

177. **Ana da Áustria**, * 22.09.1601 em Valladolid-Espanha,¹⁶⁵ † 20.01.1666 em Paris-França.¹⁶⁶

¹⁵⁶ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 18.03.2019.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 08.07.2017.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² Wikipédia, Artigo da Internet, em 11.10.2016.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 08.07.2017.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

178. **Filipe IV**, * 08.04.1605 em Valladolid-Espanha, † 17.09.1665, ocupação (1621-1665) Rei da Espanha, ocupação (1621-1640) 21º Rei de Portugal. C.c. Isabel da França.

179. **Isabel da França**, * 22.11.1603 em Fontainebleau-França,¹⁶⁷ † 04.10.1644 em Madrid-Espanha.¹⁶⁸

180. **Maximiliano I**, * 17.04.1573,¹⁶⁹ † 27.09.1651,¹⁷⁰ ocupação Eleitor da Baviera. C.c. Maria Ana.

181. **Maria Ana**, ocupação Arquiduquesa de Áustria.

182. **Vítor Amadeu I**, ocupação Duque de Sabóia. C.c. Cristina Maria, 10.02.1619.¹⁷¹

183. **Cristina Maria**, * 10.02.1606,¹⁷² ocupação Princesa de França.

184. **Eduardo I Farnese**, ocupação Duque de Parma. C.c. Margarida de Médici.

185. **Margarida de Médici**, ocupação Princesa da Toscana.

186. **Francisco I d'Este**, ocupação Duque de Módena. C.c. Maria Farnese.

187. **Maria Farnese**, ocupação Princesa de Parma.

208. **João Jorge II da Saxônia**. C.c. Madalena Sibila de Brandemburgo-Bayreuth.

¹⁶⁷ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² *Ibidem*

209. **Madalena Sibila de Brandemburgo-Bayreuth.**

210. **Frederico III**, * 18.03.1609 em Haderslev-Dinamarca,¹⁷³ † 19.02.1670 em Copenhague-Dinamarca,¹⁷⁴ ocupação (1648-1670) Rei da Dinamarca e da Noruega. C.c. Sofia Amália de Brunswick-Luneburgo.

211. **Sofia Amália de Brunswick-Luneburgo**, * 24.03.1628,¹⁷⁵ † 20.02.1685.¹⁷⁶

212. **Erdmann Augusto**, ocupação Marquês hereditário de Brandemburgo-Bayreuth. C.c. Sofia de Brandemburgo-Ansbach.

213. **Sofia de Brandemburgo-Ansbach**, ocupação Princesa.

214. **Everardo III**, ocupação Duque de Württemberg. C.c. Ana Catarina de Salm-Kyrburg.

215. **Ana Catarina de Salm-Kyrburg**, ocupação Princesa.

220. **Jorge**, ocupação Duque de Brunswick-Luneburgo. C.c. Ana Leonor de Hesse-Darmstadt.

221. **Ana Leonor de Hesse-Darmstadt.**

222. **Eduardo**, * 05.10.1625 em Haia-Holanda, † 13.03.1663 em Paris-França, ocupação Conde Palatino de Simmern. C.c. Ana Gonzaga.

223. **Ana Gonzaga.**

¹⁷³ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 15.08.2019.

¹⁷⁴ *Ibidem.*

¹⁷⁵ *Ibidem.*

¹⁷⁶ *Ibidem.*

244. **Carlos Manoel II**, ocupação Duque de Sabóia, rei titular de Chipre. C.c. Maria Joana Batista de Sabóia-Nemours, 10.05.1665 em Turim-Itália.¹⁷⁷

245. **Maria Joana Batista de Sabóia-Nemours**, * 11.04.1644,¹⁷⁸ † 15.03.1724.¹⁷⁹ C.c. (1) Carlos V Leopoldo, c.de 1622,¹⁸⁰ * 03.04.1643 em Viena-Áustria,¹⁸¹ † 18.04.1690,¹⁸² ocupação Duque de Lorena. C.c. (2) Carlos Manoel II, 10.05.1665 em Turim-Itália.¹⁸³

246. **Filipe I**, * 21.09.1640,¹⁸⁴ † 19.06.1701,¹⁸⁵ ocupação Duque de Orleães. C.c. (1) Henriqueta Ana de Inglaterra. C.c. (2) Isabel Carlota do Palatinado.

247. **Henriqueta Ana de Inglaterra.**

248. **Boguslaw**, * c.de 1614,¹⁸⁶ † 21.09.1659 em Varsóvia-Polónia,¹⁸⁷ ocupação Conde Leszczynsk. C.c. Ana, 25.04.1638.¹⁸⁸

249. **Ana**, ocupação Condessa de Dönhoff.

250. **Stanislaw Jan Jablonowski**, * 02.04.1634,¹⁸⁹ † 02.04.1702.¹⁹⁰ C.c. Maria Ana Kazanowska, 02.1658 em Lwow-Ucrânia.¹⁹¹

¹⁷⁷ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

¹⁷⁸ *Ibidem.*

¹⁷⁹ *Ibidem.*

¹⁸⁰ *Ibidem.*

¹⁸¹ *Ibidem.*

¹⁸² *Ibidem.*

¹⁸³ *Ibidem.*

¹⁸⁴ Wikipédia, Artigo da Internet, em 11.10.2016.

¹⁸⁵ *Ibidem.*

¹⁸⁶ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

¹⁸⁷ *Ibidem.*

¹⁸⁸ *Ibidem.*

¹⁸⁹ *Ibidem.*

¹⁹⁰ *Ibidem.*

¹⁹¹ *Ibidem.*

251. Maria Ana Kazanowska, * 27.03.1643 em Lwow-Ucrânia,¹⁹² † 23.02.1687 em Lwow-Ucrânia.¹⁹³

252. Krzysztof Opaliński, * c.de 1609,¹⁹⁴ † 07.01.1656.¹⁹⁵ C.c. Teresa Konstancya Czarnkowska, 18.05.1634.¹⁹⁶

253. Teresa Konstancya Czarnkowska, * c.de 1615,¹⁹⁷ † 11.05.1660.¹⁹⁸

254. Adam Uryel Czarnkowski, † 26.11.1675.¹⁹⁹ C.c. Teresa Zaleska.

255. Teresa Zaleska.

Heptavós

256. Teodósio I, * c.de 1510 em Vila Viçosa, Évora-Portugal,²⁰⁰ † 22.09.1563 em Vila Viçosa, Évora-Portugal,²⁰¹ ocupação 5º Duque de Bragança.²⁰² C.c. Isabel, 25.06.1542 em Lisboa-Portugal.²⁰³

257. Isabel, * c.de 1520 em Monforte-Portugal,²⁰⁴ † 24.08.1558 em Lisboa-Portugal.²⁰⁵

¹⁹² *Ibidem.*

¹⁹³ *Ibidem.*

¹⁹⁴ *Ibidem.*

¹⁹⁵ *Ibidem.*

¹⁹⁶ *Ibidem.*

¹⁹⁷ *Ibidem.*

¹⁹⁸ *Ibidem.*

¹⁹⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 10.06.2022.

²⁰⁰ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 11.08.2014.

²⁰¹ *Ibidem.*

²⁰² VAN DE PAS, Leonardus Franciscus Maria, Leo's Genealogics Web-site (<http://www.genealogics.org/index.php>)

²⁰³ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 11.08.2014.

²⁰⁴ *Ibidem.*

²⁰⁵ *Ibidem.*

258. **Duarte**, * 07.09.1515 em Lisboa-Portugal,²⁰⁶ † 20.10.1540 em Lisboa-Portugal,²⁰⁷ ocupação 4º duque de Guimarães. C.c. Isabel de Bragança, 23.04.1537 em Vila Viçosa, Évora-Portugal.²⁰⁸

259. **Isabel de Bragança**, † 16.06.1576 em Vila Viçosa, Évora-Portugal.²⁰⁹

260. **Iñigo Fernández de Velasco y Tovar**, ocupação 4º duque de Frias. C.c. Ana Perez de Guzmán y Aragon.

261. **Ana Perez de Guzmán y Aragon**.

262. **Pedro Téllez-Giron**. C.c. Leonor Ana Perez de Guzmán y Aragon.

263. **Leonor Ana Perez de Guzmán y Aragon**.

264. **Juan Carlos de Guzmán El Bueno**. C.c. Leonor Manrique de Zúñiga y Sottomayor.

265. **Leonor Manrique de Zúñiga y Sottomayor**.

266. **Rui Gomes de Silva**, * c.de 1516 em Chamusca, Santarém-Portugal,²¹⁰ † 09.07.1573 em Madrid-Espanha,²¹¹ ocupação Príncipe de Eboli, 1º duque de Estremera e Pastrana. C.c. Ana Hurtado de Mendoza y la Cerda, 18.04.1553 em Madrid-Espanha.²¹²

267. **Ana Hurtado de Mendoza y la Cerda**, * 29.06.1540 em Cifuentes, Guadalajara-Espanha,²¹³ † 02.02.1592 em Pastrana, Guadalajara-Espanha,²¹⁴ ocupação Princesa de Éboli.

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ *Ibidem*.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ *Ibidem*.

²¹⁰ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

²¹¹ *Ibidem*.

²¹² *Ibidem*.

268. **Francisco Gomes de Sandoval Rojas y Zuñiga**, ocupação 4º Marques de Denia, 3º Conde de Lerma.²¹⁵ C.c. Isabel de Borja.

269. **Isabel de Borja**.

270. **Juan II de La Cerda**, ocupação 4º Duque de Medinaceli. C.c. Joana de Portugal-Noronha.

271. **Joana de Portugal-Noronha**.

272. **Wolfgang do Palatinado-Zweibrücken**. C.c. Ana de Hesse.

273. **Ana de Hesse**.

274. **Guilherme V**, ocupação Duque de Cleves. C.c. Maria da Áustria.

275. **Maria da Áustria**, * 15.05.1531 em Praga-República Tcheca, † 11.12.1581, ocupação Arquiduquesa da Áustria.

276. **Alberto V**, * 1528, † 1579, ocupação Duque da Baviera. C.c. Ana da Áustria, 04.07.1546 em Regensburg (Ratisbona)-Alemanha.²¹⁶

277. **Ana da Áustria**, * 07.07.1528 em Praga-República Tcheca,²¹⁷ † 17.10.1590 em Munich, Baviera-Alemanha.²¹⁸

278. **Francisco I**, * 28.08.1517,²¹⁹ † 12.06.1545,²²⁰ ocupação Duque de Lorena. C.c. Cristina.

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ *Ibidem*.

²¹⁵ VAN DE PAS, Leonardus Franciscus Maria, Leo's Genealogics Web-site (<http://www.genealogics.org/index.php>)

²¹⁶ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 20.08.2018.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ *Ibidem*.

279. **Cristina**, ocupação Princesa da Dinamarca. C.c. (1) Francesco II Sforza, ocupação Duque de Milano. C.c. (2) Francisco I.

280. **Jorge I**, * 10.09.1547,²²¹ † 07.02.1596,²²² ocupação Conde de Hesse-Darmstadt. C.c. Madalena de Lippe.

281. **Madalena de Lippe**.

282. **João Jorge**, * 11.09.1525,²²³ † 08.01.1598,²²⁴ ocupação (1571-1598) Eleitor de Brandemburgo. C.c. (1) Sofia de Legnica, c.de 1545. C.c. (2) Isabel de Anhalt-Zerbst.

283. **Isabel de Anhalt-Zerbst**, * 15.09.1563, † 08.11.1607.

284. **Cristiano I**, * 29.10.1560 em Dresden, Saxônia-Alemanha,²²⁵ ocupação Eleitor da Saxônia. C.c. Sofia.

285. **Sofia**, * c.de 1568, † c.de 1622.

286. **Alberto Frederico**, ocupação Duque da Prússia. C.c. Maria Leonor de Cleves.

287. **Maria Leonor de Cleves**, * 15.06.1550 em Cleves, Düsseldorf, Renânia do Norte-Vestfália-Alemanha,²²⁶ † 01.06.1608.²²⁷

288. **Fernando I**, * 10.03.1503 em Madrid-Espanha,²²⁸ † 25.07.1564 em Viena-Áustria,²²⁹ ocupação Imperador do Sacro Império Romano. C.c. Ana, 25.05.1521 em Linz-Áustria.²³⁰

²¹⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 27.06.2022.

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ *Ibidem*.

²²² *Ibidem*.

²²³ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 15.08.2019.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ *Ibidem*.

289. **Ana**, * 23.07.1503 em Praga-República Tcheca,²³¹ † 27.01.1547 em Praga-República Tcheca,²³² ocupação Princesa da Boemia e Hungria.

290. **Alberto V**, (Parece a mesma pessoa acima # 276) * 1528, † 1579, ocupação Duque da Baviera. C.c. Ana da Áustria, 04.07.1546 em Regensburg (Ratisbona)-Alemanha.²³³

291. **Ana da Áustria**, (Parece a mesma pessoa acima # 277) * 07.07.1528 em Praga-República Tcheca,²³⁴ † 17.10.1590 em Muni-ch, Baviera-Alemanha.²³⁵

296. **Carlos I**, * 24.02.1500 em Gante-Bélgica, † 21.09.1558, ocupação (1506-1555) Rei da Espanha e Imperador do Sacro Império Romano-Germânico. C.c. Isabel, 10.03.1526.

297. **Isabel**, * 24.10.1503, † 1558.

298. **Maximiliano II**, * 31.07.1527, † 12.10.1576, ocupação Imperador do Sacro Império Romano. C.c. Maria da Áustria, 13.09.1548.

299. **Maria da Áustria**, * 21.06.1528 em Madrid-Espanha, † 26.02.1603, ocupação Imperatriz.

352. **Henrique IV**, * 13.12.1553 em Pau-França,²³⁶ † 14.05.1610 em Paris-França,²³⁷ ocupação (1589-1610) Rei da França. C.c. (1)

²²⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 20.08.2018.

²²⁹ *Ibidem.*

²³⁰ *Ibidem.*

²³¹ *Ibidem.*

²³² *Ibidem.*

²³³ *Ibidem.*

²³⁴ *Ibidem.*

²³⁵ *Ibidem.*

Marguerite de Valois, 18.08.1572,²³⁸ * 14.05.1553, † 27.03.1615 em Paris-França,²³⁹ ocupação Princesa da França. C.c. (2) Maria de Médici, 27.10.1600 em Lion-França.²⁴⁰ C.c. (3) Gabrielle d'Estrées.

353. **Maria de Médici**, * 26.04.1574 em Florença, Toscana-Itália,²⁴¹ † 03.07.1642 em Koln, Alemanha,²⁴² ocupação Princesa da Toscana.

354. **Filipe III**, (Parece a mesma pessoa acima # 74) * 14.04.1578 em Madrid-Espanha, † 31.03.1621, ocupação (1598-1621) Rei da Espanha, ocupação (1598-1621) 20º Rei de Portugal. C.c. Margarida da Áustria, 18.04.1599 em Valencia-Espanha.²⁴³

355. **Margarida da Áustria**, (Parece a mesma pessoa acima # 75) * 25.12.1584 em Graz-Áustria,²⁴⁴ † 03.10.1611 em Madrid-Espanha.²⁴⁵

356. **Filipe III**, (Parece a mesma pessoa acima # 354) * 14.04.1578 em Madrid-Espanha, † 31.03.1621, ocupação (1598-1621) Rei da Espanha, ocupação (1598-1621) 20º Rei de Portugal. C.c. Margarida da Áustria, 18.04.1599 em Valencia-Espanha.²⁴⁶

357. **Margarida da Áustria**, (Parece a mesma pessoa acima # 355) * 25.12.1584 em Graz-Áustria,²⁴⁷ † 03.10.1611 em Madrid-Espanha.²⁴⁸

²³⁶ Wikipédia, Artigo da Internet, em 11.10.2016.

²³⁷ *Ibidem*.

²³⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 20.08.2018.

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 08.07.2017.

²⁴¹ *Ibidem*.

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ *Ibidem*.

²⁴⁴ *Ibidem*.

²⁴⁵ *Ibidem*.

²⁴⁶ *Ibidem*.

358. **Henrique IV**, (Parece a mesma pessoa acima # 352) * 13.12.1553 em Pau-França,²⁴⁹ † 14.05.1610 em Paris-França,²⁵⁰ ocupação (1589-1610) Rei da França. C.c. (1) Marguerite de Valois, 18.08.1572,²⁵¹ * 14.05.1553, † 27.03.1615 em Paris-França,²⁵² ocupação Princesa da França. C.c. (2) Maria de Médici, 27.10.1600 em Lion-França.²⁵³ C.c. (3) Gabrielle d'Estrées.

359. **Maria de Médici**, (Parece a mesma pessoa acima # 353) * 26.04.1574 em Florença, Toscana-Itália,²⁵⁴ † 03.07.1642 em Koln, Alemanha,²⁵⁵ ocupação Princesa da Toscana.

360. **Guilherme V**, (Parece a mesma pessoa acima # 146) * 29.09.1546,²⁵⁶ † 17.02.1626,²⁵⁷ ocupação Duque da Baviera. C.c. Renata, 22.02.1568 em Munich, Baviera-Alemanha.²⁵⁸

361. **Renata**, (Parece a mesma pessoa acima # 147) * 20.04.1544 em Nancy-França,²⁵⁹ † 22.05.1602 em Munich, Baviera-Alemanha,²⁶⁰ ocupação Princesa de Lorena.

362. **Fernando II**, (Parece a mesma pessoa acima # 72) * 1578, †

²⁴⁷ *Ibidem.*

²⁴⁸ *Ibidem.*

²⁴⁹ Wikipédia, Artigo da Internet, em 11.10.2016.

²⁵⁰ *Ibidem.*

²⁵¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 20.08.2018.

²⁵² *Ibidem.*

²⁵³ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 08.07.2017.

²⁵⁴ *Ibidem.*

²⁵⁵ *Ibidem.*

²⁵⁶ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

²⁵⁷ *Ibidem.*

²⁵⁸ *Ibidem.*

²⁵⁹ *Ibidem.*

²⁶⁰ *Ibidem.*

1637, ocupação Imperador. C.c. Maria Ana da Baviera, 23.04.1600 em Graz-Aústria.²⁶¹

363. **Maria Ana da Baviera**, (Parece a mesma pessoa acima # 73) * 18.12.1574 em Munich, Baviera-Alemanha,²⁶² † 08.03.1616 em Graz-Aústria.²⁶³

364. **Carlos Manoel I**, ocupação Duque de Sabóia, príncipe de Piemonte. C.c. Catarina Micaela de Áustria, 11.03.1585 em Zaragoza-Espanha.²⁶⁴

365. **Catarina Micaela de Áustria**, * 10.10.1567 em Madrid-Espanha,²⁶⁵ † 06.11.1597 em Turim-Itália,²⁶⁶ ocupação Infanta de Espanha.

366. **Henrique IV**, (Parece a mesma pessoa acima # 358) * 13.12.1553 em Pau-França,²⁶⁷ † 14.05.1610 em Paris-França,²⁶⁸ ocupação (1589-1610) Rei da França. C.c. (1) Marguerite de Valois, 18.08.1572,²⁶⁹ * 14.05.1553, † 27.03.1615 em Paris-França,²⁷⁰ ocupação Princesa da França. C.c. (2) Maria de Médici, 27.10.1600 em Lion-França.²⁷¹ C.c. (3) Gabrielle d'Estrées.

367. **Maria de Médici**, (Parece a mesma pessoa acima # 359) * 26.04.1574 em Florença, Toscana-Itália,²⁷² † 03.07.1642 em Koln, Alemanha,²⁷³ ocupação Princesa da Toscana.

²⁶¹ *Ibidem.*

²⁶² *Ibidem.*

²⁶³ *Ibidem.*

²⁶⁴ *Ibidem.*

²⁶⁵ *Ibidem.*

²⁶⁶ *Ibidem.*

²⁶⁷ Wikipédia, Artigo da Internet, em 11.10.2016.

²⁶⁸ *Ibidem.*

²⁶⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 20.08.2018.

²⁷⁰ *Ibidem.*

²⁷¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 08.07.2017.

368. **Rainúncio I Farnese**, ocupação Duque de Parma. C.c. Margarida Aldobrandini, 07.05.1600 em Roma-Itália.²⁷⁴

369. **Margarida Aldobrandini**, * 05.1585 em Roma-Itália,²⁷⁵ † 09.08.1646 em Parma-Itália,²⁷⁶ ocupação Princesa de Carpugnano.

370. **Cosme II de Médici**. C.c. Maria Madalena de Áustria, 19.10.1608 em Graz-Áustria.²⁷⁷

371. **Maria Madalena de Áustria**, ocupação Grã-duquesa da Toscana.

372. **Afonso III**, ocupação Duque de Módena. C.c. Isabel.

373. **Isabel**, ocupação Princesa de Sabóia.

374. **Rainúncio I Farnese**, (Parece a mesma pessoa acima # 368) ocupação Duque de Parma. C.c. Margarida Aldobrandini, 07.05.1600 em Roma-Itália.²⁷⁸

375. **Margarida Aldobrandini**, (Parece a mesma pessoa acima # 369) * 05.1585 em Roma-Itália,²⁷⁹ † 09.08.1646 em Parma-Itália,²⁸⁰ ocupação Princesa de Carpugnano.

416. **João Jorge I**, (Parece a mesma pessoa acima # 142) ocupação Eleitor da Saxônia. C.c. Madalena Sibila da Prússia.

417. **Madalena Sibila da Prússia**, (Parece a mesma pessoa acima # 143).

²⁷² *Ibidem.*

²⁷³ *Ibidem.*

²⁷⁴ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

²⁷⁵ *Ibidem.*

²⁷⁶ *Ibidem.*

²⁷⁷ *Ibidem.*

²⁷⁸ *Ibidem.*

²⁷⁹ *Ibidem.*

²⁸⁰ *Ibidem.*

418. **Cristiano de Brandemburgo-Bayreuth.** C.c. Maria da Prússia.

419. **Maria da Prússia,** ocupação Marquesa de Brandemburgo-Bayreuth.

420. **Cristiano IV,** * 12.04.1577,²⁸¹ † 28.02.1648,²⁸² ocupação (1588-1648) Rei da Dinamarca e da Noruega. C.c. Ana Catarina de Brandemburgo.

421. **Ana Catarina de Brandemburgo.**

422. **Jorge,** (Parece a mesma pessoa acima # 220) ocupação Duque de Brunswick-Luneburgo. C.c. Ana Leonor de Hesse-Darmstadt.

423. **Ana Leonor de Hesse-Darmstadt,** (Parece a mesma pessoa acima # 221).

424. **Cristiano de Brandemburgo-Bayreuth,** (Parece a mesma pessoa acima # 418). C.c. Maria da Prússia.

425. **Maria da Prússia,** (Parece a mesma pessoa acima # 419) ocupação Marquesa de Brandemburgo-Bayreuth.

426. **Joaquim Ernesto,** ocupação Marquês de Brandemburgo-Ansbach. C.c. Sofia de Solms-Laubach.

427. **Sofia de Solms-Laubach,** * 15.05.1594, † 16.05.1651.

428. **João Frederico de Württemberg.** C.c. Bárbara Sofia de Brandemburgo.

429. **Bárbara Sofia de Brandemburgo.**

²⁸¹ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 15.08.2019.

²⁸² *Ibidem.*

430. **Otto II de Salm**. C.c. Dorotéia de Solms-Laubach.

431. **Dorotéia de Solms-Laubach**.

440. **Guilherme de Brunswick-Luneburgo**. C.c. Dorotéia da Dinamarca..

441. **Dorotéia da Dinamarca**.

442. **Luiz V**, (Parece a mesma pessoa acima # 140) ocupação Conde de Hesse-Darmstadt. C.c. Madalena de Brandemburgo.

443. **Madalena de Brandemburgo**, (Parece a mesma pessoa acima # 141).

444. **Frederico V**. C.c. Isabel Stewart, 24.02.1613 em Londres -Inglaterra.²⁸³

445. **Isabel Stewart**, * 19.08.1596 em Fife-Escócia,²⁸⁴ † 23.02.1662 em Londres-Inglaterra,²⁸⁵ ocupação Princesa de Inglaterra.

446. **Carlos I de Gonzaga-Nevers**, ocupação Duque de Mântua e Monferrato. C.c. Catarina de Mayenne.

447. **Catarina de Mayenne**.

448. **Vítor Amadeu I**, (Parece a mesma pessoa acima # 182) ocupação Duque de Sabóia. C.c. Cristina Maria, 10.02.1619.²⁸⁶

449. **Cristina Maria**, (Parece a mesma pessoa acima # 183) * 10.02.1606,²⁸⁷ ocupação Princesa de França.

²⁸³ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 18.03.2019.

²⁸⁴ *Ibidem*.

²⁸⁵ *Ibidem*.

²⁸⁶ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

²⁸⁷ *Ibidem*.

490. **Carlos Amadeu de Sabóia**, * 12.04.1624,²⁸⁸ † 30.07.1652 em Paris-França,²⁸⁹ ocupação 4º duque de Aumale e duque de Nemours. C.c. Isabel de Bourbon.

491. **Isabel de Bourbon**, ocupação Senhora de Vendôme.

492. **Luiz XIII**, (Parece a mesma pessoa acima # 176) * 27.09.1601 em Fontainebleau-França,²⁹⁰ † 14.05.1643 em Paris-França.²⁹¹ C.c. Ana da Áustria, 18.10.1615 em Burgos-Espanha.²⁹²

493. **Ana da Áustria**, (Parece a mesma pessoa acima # 177) * 22.09.1601 em Valladolid-Espanha,²⁹³ † 20.01.1666 em Paris-França.²⁹⁴

494. **Carlos I**, * 19.06.1600,²⁹⁵ † 30.01.1649,²⁹⁶ ocupação (1625-1649) Rei da Inglaterra. C.c. Henriette Marie de Bourbon.

495. **Henriette Marie de Bourbon**, * 26.11.1609,²⁹⁷ ocupação Princesa de França.

496. **Rafal Leszczynski**, * 10.1579,²⁹⁸ † 29.03.1636.²⁹⁹ C.c. Ana Radziminska.

497. **Ana Radziminska**, * c.de 1586,³⁰⁰ † 14.01.1635.³⁰¹

²⁸⁸ *Ibidem.*

²⁸⁹ *Ibidem.*

²⁹⁰ Wikipédia, Artigo da Internet, em 11.10.2016.

²⁹¹ *Ibidem.*

²⁹² *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 08.07.2017.

²⁹³ *Ibidem.*

²⁹⁴ *Ibidem.*

²⁹⁵ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

²⁹⁶ *Ibidem.*

²⁹⁷ *Ibidem.*

²⁹⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

²⁹⁹ *Ibidem.*

498. **Kaspar**, * 01.10.1587,³⁰² † 04.01.1647,³⁰³ ocupação Conde de Dönhoff. C.c. Aleksandra Koniecpolska.

499. **Aleksandra Koniecpolska**.

500. **Jan Stanislaw Jablonowski**. C.c. Ana Ostrorozanka, 02.1658 em Lwow-Ucrânia.³⁰⁴

501. **Ana Ostrorozanka**.

502. **Dominik Aleksander Kazanowski**. C.c. Ana Potocka.

503. **Ana Potocka**, * c.de 1615,³⁰⁵ † c.de 1690.³⁰⁶

504. **Piotr Opalinski**, * c.de 1586, † 13.01.1624 em Poznan-Polônia.³⁰⁷ C.c. Sofia Kostczanka, c.de 1607.³⁰⁸

505. **Sofia Kostczanka**.

506. **Adam Sedziwoj Czarnkowski**. C.c. Katarzyna Leszczynska.

507. **Katarzyna Leszczynska**.

508. **Franciszek Kazimierz Czarnkowski**, * c.de 1615,³⁰⁹ † c.de 1653.³¹⁰ C.c. Konstancja Lubomirska, 01.02.1637.³¹¹

³⁰⁰ *Ibidem*.

³⁰¹ *Ibidem*.

³⁰² *Ibidem*.

³⁰³ *Ibidem*.

³⁰⁴ *Ibidem*.

³⁰⁵ *Ibidem*.

³⁰⁶ *Ibidem*.

³⁰⁷ *Ibidem*.

³⁰⁸ *Ibidem*.

³⁰⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 10.06.2022.

³¹⁰ *Ibidem*.

509. **Konstancja Lubomirska**, * c.de 1618,³¹² † c.de 09.1646.³¹³

510. **Remigian Zaleski**, † 22.04.1645 em Varsóvia-Polónia.³¹⁴
C.c. Ana Mielzynska.

511. **Ana Mielzynska**.

Octavós

512. **Jaime I**, * c.de 1479,³¹⁵ † 20.09.1532 em Vila Viçosa, Évora-Portugal,³¹⁶ ocupação (1483-1532) 4º Duque de Bragança.³¹⁷ C.c. (1) Leonor de Guzmán. C.c. (2) Joana de Mendonça, c.de 1520,³¹⁸ † 1580.

513. **Leonor de Guzmán**.

514. **Diniz de Castro Portugal**, ocupação Conde de Lemos.
C.c. Brites de Castro Osório.

515. **Brites de Castro Osório**, * c.de 1485,³¹⁹ † 11.11.1570 em Valladolid-Espanha,³²⁰ ocupação 6ª Condessa de Lemos.³²¹

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² *Ibidem*.

³¹³ *Ibidem*.

³¹⁴ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 10.06.2022.

³¹⁵ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 11.08.2014.

³¹⁶ *Ibidem*.

³¹⁷ VAN DE PAS, Leonardus Franciscus Maria, Leo's Genealogics Web-site (<http://www.genealogics.org/index.php>)

³¹⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 11.08.2014.

³¹⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

³²⁰ *Ibidem*.

³²¹ VAN DE PAS, Leonardus Franciscus Maria, Leo's Genealogics Web-site (<http://www.genealogics.org/index.php>)

516. **Manoel I**, * 31.05.1469 em Alcochete, Setúbal-Portugal,³²² † 13.12.1521 em Lisboa-Portugal,³²³ ocupação (1495-1521) 5º Duque de Viseu, 4º Duque de Beja e 15º Rei de Portugal. C.c. (1) Isabel de Castela, 10.1497,³²⁴ * 02.10.1470 em Dueñas, Palência-Espanha,³²⁵ † 24.08.1498 em Zaragoza-Espanha.³²⁶ C.c. (2) Maria de Castela e Aragão, 1500. C.c. (3) Eleonor, 24.11.1518 em Crato, Portalegre-Portugal,³²⁷ * 15.11.1498 em Bruxelas-Bélgica, † 18.02.1558 em Toledo-Espanha.³²⁹

517. **Maria de Castela e Aragão**, * 29.06.1482, † 07.03.1517.

518. **Jaime I**, (Parece a mesma pessoa acima # 512) * c.de 1479,³³⁰ † 20.09.1532 em Vila Viçosa, Évora-Portugal,³³¹ ocupação (1483-1532) 4º Duque de Bragança.³³² C.c. (1) Leonor de Guzmán. C.c. (2) Joana de Mendonça, c.de 1520,³³³ † 1580.

519. **Leonor de Guzmán**, (Parece a mesma pessoa acima # 513).

520. **Juan de Tovar de Velasco**, * c.de 1500, † c.de 1540, ocupação 1º marquês de Berlanga. C.c. Juana Enriquez de Ribera.

521. **Juana Enriquez de Ribera**.

³²² *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 28.02.2018.

³²³ *Ibidem*.

³²⁴ *Ibidem*.

³²⁵ *Ibidem*.

³²⁶ *Ibidem*.

³²⁷ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 20.08.2018.

³²⁸ *Ibidem*.

³²⁹ *Ibidem*.

³³⁰ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 11.08.2014.

³³¹ *Ibidem*.

³³² VAN DE PAS, Leonardus Franciscus Maria, *Leo's Genealogics Web-site* (<http://www.genealogics.org/index.php>)

³³³ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 11.08.2014.

522. **Juan Alfonso Pérez de Guzmán**, ocupação 6º duque de Medina Sidonia. C.c. Ana de Aragón y Gurrea.

523. **Ana de Aragón y Gurrea**, * c.de 1502,³³⁴ † c.de 1549.³³⁵

524. **Juan Téllez-Giron**, * 25.04.1494 em Osuna, Sevilha-Espanha,³³⁶ † 19.05.1558 em Osuna, Sevilha-Espanha,³³⁷ ocupação 4º conde de Ureña. C.c. Maria de La Cueva y Toledo, c.de 1535.³³⁸

525. **Maria de La Cueva y Toledo**, † 19.04.1566 em Madrid-Espanha.³³⁹

526. **Juan Alfonso Pérez de Guzmán**, (Parece a mesma pessoa acima # 522) ocupação 6º duque de Medina Sidonia. C.c. Ana de Aragón y Gurrea.

527. **Ana de Aragón y Gurrea**, (Parece a mesma pessoa acima # 523) * c.de 1502,³⁴⁰ † c.de 1549.³⁴¹

528. **Juan Alfonso Pérez de Guzmán**, (Parece a mesma pessoa acima # 526) ocupação 6º duque de Medina Sidonia. C.c. Ana de Aragón y Gurrea.

529. **Ana de Aragón y Gurrea**, (Parece a mesma pessoa acima # 527) * c.de 1502,³⁴² † c.de 1549.³⁴³

³³⁴ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

³³⁵ *Ibidem*.

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ *Ibidem*.

³³⁸ *Ibidem*.

³³⁹ *Ibidem*.

³⁴⁰ *Ibidem*.

³⁴¹ *Ibidem*.

³⁴² *Ibidem*.

³⁴³ *Ibidem*.

530. **Francisco de Sottomayor**. C.c. Teresa de Zúñiga y Guzmán.

531. **Teresa de Zúñiga y Guzmán**, † 25.11.1565 em Sevilha-Espanha,³⁴⁴ ocupação 3º duquesa de Bejar.

532. **Francisco Gomes da Silva**, ocupação 4º senhor da Chamusca e Ulme. C.c. Maria de Noronha Menezes.

533. **Maria de Noronha Menezes**, † c.de 1552 em Chamusca, Santarém-Portugal.³⁴⁵

534. **Diego Hurtado de Mendoza**. C.c. Catarina de Silva y Andrade.

535. **Catarina de Silva y Andrade**.

536. **Luiz de Sandoval Rojas y Enriquez**, ocupação 3º Marques de Denia. C.c. Catarina de Zuñiga y Enriquez.

537. **Catarina de Zuñiga y Enriquez**.

538. **Francisco de Borja y de Aragão**, * 28.10.1510 em Gandia, Valencia-Espanha,³⁴⁶ † 01.10.1572 em Roma-Itália,³⁴⁷ ocupação Santo. C.c. Leonor de Castro Melo e Menezes, 09.1526 em Madrid-Espanha.³⁴⁸

539. **Leonor de Castro Melo e Menezes**.

540. **Juan I de La Cerda**, ocupação 2º Duque de Medinaceli. C.c. Maria de Silva.

³⁴⁴ *Ibidem*.

³⁴⁵ *Ibidem*.

³⁴⁶ *Ibidem*.

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ *Ibidem*.

541. **Maria de Silva.**

542. **Sancho I de Portugal-Noroña**, ocupação 3º Conde de Odemira, 2º Conde de Faro. C.c. Angela de Fabra y Centellas.

543. **Angela de Fabra y Centellas.**

544. **Luiz II do Palatinado-Zweibrücken.** C.c. Isabel de Hesse.

545. **Isabel de Hesse.**

546. **Filipe I de Hesse.** C.c. Cristina da Saxônia.

547. **Cristina da Saxônia**, * 25.12.1505,³⁴⁹ † 15.04.1549.³⁵⁰

548. **João III**, ocupação Duque de Jülich-Cleves-Berg. C.c. Maria.

549. **Maria.**

550. **Fernando I**, (Parece a mesma pessoa acima # 288) * 10.03.1503 em Madrid-Espanha,³⁵¹ † 25.07.1564 em Viena-Áustria,³⁵² ocupação Imperador do Sacro Império Romano. C.c. Ana, 25.05.1521 em Linz-Áustria.³⁵³

551. **Ana**, (Parece a mesma pessoa acima # 289) * 23.07.1503 em Praga-República Tcheca,³⁵⁴ † 27.01.1547 em Praga-República Tcheca,³⁵⁵ ocupação Princesa da Boemia e Hungria.

³⁴⁹ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 15.08.2019.

³⁵⁰ *Ibidem.*

³⁵¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 20.08.2018.

³⁵² *Ibidem.*

³⁵³ *Ibidem.*

³⁵⁴ *Ibidem.*

³⁵⁵ *Ibidem.*

552. **Guilherme IV**, * 1493, † 1550, ocupação Duque da Baviera. C.c. Maria Jacoba de Baden, 03.10.1522 em Munich, Baviera-Alemanha.³⁵⁶

553. **Maria Jacoba de Baden**, * 25.06.1507,³⁵⁷ † 16.11.1580 em Munich, Baviera-Alemanha.³⁵⁸

554. **Fernando I**, (Parece a mesma pessoa acima # 550) * 10.03.1503 em Madrid-Espanha,³⁵⁹ † 25.07.1564 em Viena-Áustria,³⁶⁰ ocupação Imperador do Sacro Império Romano. C.c. Ana, 25.05.1521 em Linz-Áustria.³⁶¹

555. Ana, (Parece a mesma pessoa acima # 551) * 23.07.1503 em Praga-República Tcheca,³⁶² † 27.01.1547 em Praga-República Tcheca,³⁶³ ocupação Princesa da Boemia e Hungria.

556. **Antonio II de Lorena**, ocupação Duque de Lorena. C.c. Renata de Bourbon-Montpensier.

557. **Renata de Bourbon-Montpensier**.

558. **Cristiano II**, ocupação Rei da Dinamarca. C.c. Isabel de Austria, 12.08.1515 em Copenhague-Dinamarca.³⁶⁴

559. Isabel de Austria, * 18.07.1501 em Bruxelas-Bélgica,³⁶⁵ † 19.01.1525 em Gante-Bélgica,³⁶⁶ ocupação Infanta de Espanha.

³⁵⁶ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 09.07.2017.

³⁵⁷ *Ibidem*.

³⁵⁸ *Ibidem*.

³⁵⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 20.08.2018.

³⁶⁰ *Ibidem*.

³⁶¹ *Ibidem*.

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ *Ibidem*.

³⁶⁴ *Ibidem*.

³⁶⁵ *Ibidem*.

560. **Filipe I de Hesse**, (Parece a mesma pessoa acima # 546).
C.c. Cristina da Saxônia.

561. **Cristina da Saxônia**, (Parece a mesma pessoa acima # 547)
* 25.12.1505,³⁶⁷ † 15.04.1549.³⁶⁸

562. **Bernardo VIII**, * 06.12.1527,³⁶⁹ † 15.04.1563,³⁷⁰ ocupação
Senhor de Lippe. C.c. Catarina de Waldeck-Eisenberg, 08.05.1550.³⁷¹

563. **Catarina de Waldeck-Eisenberg**, * 01.01.0524,³⁷² †
18.06.1583.³⁷³

564. **Joaquim II Heitor**, ocupação Príncipe-Eleitor de Bran-
denburgo. C.c. Madalena da Saxônia.

565. **Madalena da Saxônia**, * 07.03.1507 em Dresden, Saxônia
-Alemanha,³⁷⁴ † 25.01.1534 em Berlin-Alemanha.³⁷⁵

566. **Joaquim Ernesto**, * 21.10.1536, † 06.12.1586, ocupação
Príncipe de Anhalt. C.c. (1) Inês de Barby-Mühlingen. C.c. (2) Ele-
anore de Wurttemberg.

567. **Inês de Barby-Mühlingen**.

568. **Augusto da Saxônia**, * 31.07.1526,³⁷⁶ † 11.02.1586,³⁷⁷ ocu-
pação Duque da Saxônia. C.c. Ana da Dinamarca, 05.10.1548.³⁷⁸

³⁶⁶ *Ibidem*.

³⁶⁷ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 15.08.2019.

³⁶⁸ *Ibidem*.

³⁶⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 27.06.2022.

³⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷¹ *Ibidem*.

³⁷² *Ibidem*.

³⁷³ *Ibidem*.

³⁷⁴ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 15.08.2019.

³⁷⁵ *Ibidem*.

569. **Ana da Dinamarca.**

570. **João Jorge**, (Parece a mesma pessoa acima # 282) * 11.09.1525,³⁷⁹ † 08.01.1598,³⁸⁰ ocupação (1571-1598) Eleitor de Brandemburgo. C.c. (1) Sofia de Legnica, c.de 1545. C.c. (2) Isabel de Anhalt-Zerbst.

571. **Isabel de Anhalt-Zerbst**, (Parece a mesma pessoa acima # 283) * 15.09.1563, † 08.11.1607.

572. **Alberto**, * 17.05.1490, † 20.03.1568, ocupação 1º Duque da Prússia. C.c. Ana Maria de Brunswick-Luneburgo.

573. **Ana Maria de Brunswick-Luneburgo.**

574. **Guilherme V**, (Parece a mesma pessoa acima # 274) ocupação Duque de Cleves. C.c. Maria da Áustria.

575. **Maria da Áustria**, (Parece a mesma pessoa acima # 275) * 15.05.1531 em Praga-República Tcheca, † 11.12.1581, ocupação Arquiduquesa da Áustria.

576. **Filipe I**, * 22.06.1478 em Brugges-Bélgica,³⁸¹ † 26.09.1506 em Burgos-Espanha,³⁸² ocupação (1504-1506) Rei da Espanha. C.c. Joana, 12.11.1496 em Liera-Espanha.³⁸³

577. **Joana**, * 06.11.1479 em Toledo-Espanha,³⁸⁴ † 12.04.1555 em Valladolid-Espanha,³⁸⁵ ocupação (1504-1506) Rainha de Espanha.

³⁷⁶ *Ibidem.*

³⁷⁷ *Ibidem.*

³⁷⁸ *Ibidem.*

³⁷⁹ *Ibidem.*

³⁸⁰ *Ibidem.*

³⁸¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>)

³⁸² *Ibidem.*

³⁸³ *Ibidem.*

578. **Ladislau II**, * 01.03.1456 em Cracóvia-Polónia,³⁸⁶ † 13.03.1516 em Buda-Hungria,³⁸⁷ ocupação Rei da Boêmia e Hungria. C.c. Ana de Foix, 06.10.1502 em Buda-Hungria.³⁸⁸

579. **Ana de Foix**, * c.de 1484,³⁸⁹ † 26.07.1506 em Buda-Hungria.³⁹⁰

592. **Filipe I**, (Parece a mesma pessoa acima # 576) * 22.06.1478 em Brugges-Bélgica,³⁹¹ † 26.09.1506 em Burgos-Espanha,³⁹² ocupação (1504-1506) Rei da Espanha. C.c. Joana, 12.11.1496 em Liera-Espanha.³⁹³

593. **Joana**, (Parece a mesma pessoa acima # 577) * 06.11.1479 em Toledo-Espanha,³⁹⁴ † 12.04.1555 em Valladolid-Espanha,³⁹⁵ ocupação (1504-1506) Rainha de Espanha.

594. **Manoel I**, (Parece a mesma pessoa acima # 516) * 31.05.1469 em Alcochete, Setúbal-Portugal,³⁹⁶ † 13.12.1521 em Lisboa-Portugal,³⁹⁷ ocupação (1495-1521) 5º Duque de Viseu, 4º Duque de Beja e 15º Rei de Portugal. C.c. (1) Isabel de Castela, 10.1497,³⁹⁸ *

³⁸⁴ *Ibidem.*

³⁸⁵ *Ibidem.*

³⁸⁶ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 20.08.2018.

³⁸⁷ *Ibidem.*

³⁸⁸ *Ibidem.*

³⁸⁹ *Ibidem.*

³⁹⁰ *Ibidem.*

³⁹¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>)

³⁹² *Ibidem.*

³⁹³ *Ibidem.*

³⁹⁴ *Ibidem.*

³⁹⁵ *Ibidem.*

³⁹⁶ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 28.02.2018.

³⁹⁷ *Ibidem.*

³⁹⁸ *Ibidem.*

02.10.1470 em Dueñas, Palência-Espanha,³⁹⁹ † 24.08.1498 em Zaragoza-Espanha.⁴⁰⁰ C.c. (2) Maria de Castela e Aragão, 1500. C.c. (3) Eleonor, 24.11.1518 em Crato, Portalegre-Portugal,⁴⁰¹ * 15.11.1498 em Bruxelas-Bélgica,⁴⁰² † 18.02.1558 em Toledo-Espanha.⁴⁰³

595. **Maria de Castela e Aragão**, (Parece a mesma pessoa acima # 517) * 29.06.1482, † 07.03.1517.

596. **Fernando I**, (Parece a mesma pessoa acima # 554) * 10.03.1503 em Madrid-Espanha,⁴⁰⁴ † 25.07.1564 em Viena-Áustria,⁴⁰⁵ ocupação Imperador do Sacro Império Romano. C.c. Ana, 25.05.1521 em Linz-Áustria.⁴⁰⁶

597. **Ana**, (Parece a mesma pessoa acima # 555) * 23.07.1503 em Praga-República Tcheca,⁴⁰⁷ † 27.01.1547 em Praga-República Tcheca,⁴⁰⁸ ocupação Princesa da Boemia e Hungria.

598. **Carlos I**, (Parece a mesma pessoa acima # 296) * 24.02.1500 em Gante-Bélgica, † 21.09.1558, ocupação (1506-1555) Rei da Espanha e Imperador do Sacro Império Romano-Germânico. C.c. Isabel, 10.03.1526.

599. **Isabel**, (Parece a mesma pessoa acima # 297) * 24.10.1503, † 1558.

³⁹⁹ *Ibidem.*

⁴⁰⁰ *Ibidem.*

⁴⁰¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 20.08.2018.

⁴⁰² *Ibidem.*

⁴⁰³ *Ibidem.*

⁴⁰⁴ *Ibidem.*

⁴⁰⁵ *Ibidem.*

⁴⁰⁶ *Ibidem.*

⁴⁰⁷ *Ibidem.*

⁴⁰⁸ *Ibidem.*

704. **Antonio de Bourbon**, * 22.04.1518,⁴⁰⁹ † 17.11.1562,⁴¹⁰ ocupação Duque de Vendôme. C.c. Joana III.

705. **Joana III**, ocupação Rainha de Navarra.

706. **Francisco I de Médici**, * 25.03.1541 em Florença, Toscana-Itália,⁴¹¹ † 19.10.1587 em Florença, Toscana-Itália,⁴¹² ocupação Grão-duque da Toscana. C.c. Joana, 18.12.1565 em Florença, Toscana-Itália.⁴¹³

707. **Joana**, * 24.01.1547 em Praga-República Tcheca, † 06.04.1578 em Florença, Toscana-Itália, ocupação Arquiduquesa de Áustria.

728. **Manoel Felisberto**, ocupação Duque de Sabóia. C.c. Margarida de Valois.

729. **Margarida de Valois**, * 05.06.1523 em Saint-Germain-en-Laye, Ile de France, Paris-França,⁴¹⁴ † 14.09.1574 em Turim-Itália,⁴¹⁵ ocupação Duquesa de Berry.

730. **Filipe II**, (Parece a mesma pessoa acima # 148) * 21.05.1527, † 13.09.1598, ocupação (1555-1598) Rei da Espanha, ocupação (1580-1598) 19º Rei de Portugal. C.c. (1) Maria, 1543, * 1527, † 1545. C.c. (2) Maria I, 15.07.1554 em Winchester-Inglaterra,⁴¹⁶ * 18.02.1516 em Greenwich, Londres-Inglaterra,⁴¹⁷ † 17.11.1558 em Londres-Inglaterra,⁴¹⁸ ocupação (1553-1558) Rainha da Inglaterra. C.c. (3) Isabel de Valois. C.c. (4) Ana.

⁴⁰⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 10.02.2019.

⁴¹⁰ *Ibidem*.

⁴¹¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 08.07.2017.

⁴¹² *Ibidem*.

⁴¹³ *Ibidem*.

⁴¹⁴ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 10.06.2022.

⁴¹⁵ *Ibidem*.

731. **Isabel de Valois**, * 22.11.1545,⁴¹⁹ † 03.10.1568.⁴²⁰

736. **Alexandre Farnese**, ocupação Duque de Parma. C.c. Maria de Portugal, 11.1565 em Bruxelas-Bélgica.⁴²¹

737. **Maria de Portugal**, * 08.12.1538,⁴²² † 09.07.1577 em Parma-Itália.⁴²³

738. **Gianfrancesco Aldobrandini**. C.c. Olímpia Aldobrandini.

739. **Olímpia Aldobrandini**, ocupação Princesa de Rossano Calabro.

740. **Fernando I de Médici**, ocupação Grão-duque da Toscana. C.c. Cristina.

741. **Cristina**, ocupação Princesa de Lorena.

742. **Carlos**, (Parece a mesma pessoa acima # 150) * 03.06.1540 em Viena-Áustria,⁴²⁴ † 10.07.1590 em Graz-Áustria,⁴²⁵ ocupação Arquiduque de Áustria. C.c. Maria Ana, 26.08.1571 em Viena-Áustria.⁴²⁶

743. **Maria Ana**, (Parece a mesma pessoa acima # 151) ocupação Duquesa da Baviera.

⁴¹⁶ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 18.03.2019.

⁴¹⁷ *Ibidem*.

⁴¹⁸ *Ibidem*.

⁴¹⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

⁴²⁰ *Ibidem*.

⁴²¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

⁴²² *Ibidem*.

⁴²³ *Ibidem*.

⁴²⁴ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 08.07.2017.

⁴²⁵ *Ibidem*.

⁴²⁶ *Ibidem*.

744. **César d'Este**, ocupação Duque de Módena. C.c. Virgínia de Médici.

745. **Virgínia de Médici**, ocupação Princesa da Toscana.

746. **Carlos Manoel I**, (Parece a mesma pessoa acima # 364) ocupação Duque de Sabóia, príncipe de Piemonte. C.c. Catarina Micaela de Áustria, 11.03.1585 em Zaragoza-Espanha.⁴²⁷

747. **Catarina Micaela de Áustria**, (Parece a mesma pessoa acima # 365) * 10.10.1567 em Madrid-Espanha,⁴²⁸ † 06.11.1597 em Turim-Itália,⁴²⁹ ocupação Infanta de Espanha.

836. **João Jorge**, (Parece a mesma pessoa acima # 570) * 11.09.1525,⁴³⁰ † 08.01.1598,⁴³¹ ocupação (1571-1598) Eleitor de Brandemburgo. C.c. (1) Sofia de Legnica, c.de 1545. C.c. (2) Isabel de Anhalt-Zerbst.

837. **Isabel de Anhalt-Zerbst**, (Parece a mesma pessoa acima # 571) * 15.09.1563, † 08.11.1607.

838. **Alberto Frederico**, (Parece a mesma pessoa acima # 286) ocupação Duque da Prússia. C.c. Maria Leonor de Cleves.

839. **Maria Leonor de Cleves**, (Parece a mesma pessoa acima # 287) * 15.06.1550 em Cleves, Düsseldorf, Renânia do Norte-Vestfália-Alemanha,⁴³² † 01.06.1608.⁴³³

⁴²⁷ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 26.12.2018.

⁴²⁸ *Ibidem*.

⁴²⁹ *Ibidem*.

⁴³⁰ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 15.08.2019.

⁴³¹ *Ibidem*.

⁴³² *Ibidem*.

⁴³³ *Ibidem*.

840. **Frederico II**, ocupação Rei da Dinamarca. C.c. Sofia de Mecklemburgo-Güstrow.

841. **Sofia de Mecklemburgo-Güstrow**, ocupação Duquesa de Mecklemburg-Güstrow.

842. **Joaquim III Frederico**, ocupação Eleitor de Brandemburgo. C.c. Catarina de Brandemburgo-Küstrin.

843. **Catarina de Brandemburgo-Küstrin**.

852. **João Jorge**, (Parece a mesma pessoa acima # 836) * 11.09.1525,⁴³⁴ † 08.01.1598,⁴³⁵ ocupação (1571-1598) Eleitor de Brandemburgo. C.c. (1) Sofia de Legnica, c.de 1545. C.c. (2) Isabel de Anhalt-Zerbst.

853. **Isabel de Anhalt-Zerbst**, (Parece a mesma pessoa acima # 837) * 15.09.1563, † 08.11.1607.

854. **João Jorge I de Solms-Laubach**. C.c. Margarida de Schönburg-Glauchau.

855. **Margarida de Schönburg-Glauchau**.

856. **Frederico I**, ocupação Duque de Württemberg. C.c. Sibila de Anhalt.

857. **Sibila de Anhalt**.

858. **Joaquim III Frederico**, (Parece a mesma pessoa acima # 842) ocupação Eleitor de Brandemburgo. C.c. Catarina de Brandemburgo-Küstrin.

859. **Catarina de Brandemburgo-Küstrin**, (Parece a mesma pessoa acima # 843).

⁴³⁴ *Ibidem*.

⁴³⁵ *Ibidem*.

860. **João VIII de Salm**. C.c. Ana de Hohenlohe-Waldenburg.

861. **Ana de Hohenlohe-Waldenburg**.

862. **João Jorge I de Solms-Laubach**, (Parece a mesma pessoa acima # 854). C.c. Margarida de Schönburg-Glauchau.

863. **Margarida de Schönburg-Glauchau**, (Parece a mesma pessoa acima # 855).

880. **Ernesto I**, ocupação Duque de Brunswick-Luneburgo. C.c. Sofia de Mecklemburgo-Schwerin.

881. **Sofia de Mecklemburgo-Schwerin**.

882. **Cristiano III**, ocupação Rei da Dinamarca. C.c. Doroteia.

883. **Doroteia**, ocupação Duquesa de Saxe-Lauenburg-Ratzeburg.

888. **Frederico IV**. C.c. Luiza Juliana de Nassau.

889. **Luiza Juliana de Nassau**, ocupação Princesa de Orange.

890. **Jaime I**, * 19.06.1566 em Edimburgo-Escócia,⁴³⁶ † 27.03.1625,⁴³⁷ ocupação (1603-1625) Rei de Inglaterra, Escócia e Irlanda. C.c. Ana, 23.11.1589 em Oslo-Noruega.⁴³⁸

891. **Ana**, * 12.12.1574,⁴³⁹ † 02.03.1619,⁴⁴⁰ ocupação Princesa da Dinamarca.

⁴³⁶ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 09.02.2019.

⁴³⁷ *Ibidem*.

⁴³⁸ *Ibidem*.

⁴³⁹ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 15.08.2019.

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

892. **Luiz Gonzaga**, ocupação Duque de Nevers. C.c. Henriqueta de Nevers.

893. **Henriqueta de Nevers**.

980. **Henrique I de Sabóia**, * 02.11.1572 em Paris-França,⁴⁴¹ † 07.10.1632 em Paris-França,⁴⁴² ocupação Duque de Nemours e de Aumale. C.c. Ana de Lorena-Guise, 18.04.1618 em Bruxelas-Bélgica.⁴⁴³

981. **Ana de Lorena-Guise**, * c.de 1600,⁴⁴⁴ † 10.02.1638,⁴⁴⁵ ocupação Duquesa de Aumale.

982. **César de Bourbon**, * 03.06.1594 em Coucy-le-Château, Auffrique-França,⁴⁴⁶ † 22.10.1665 em Paris-França,⁴⁴⁷ ocupação Duque de Vendôme. C.c. Francisca de Lorena, 07.07.1609 em Fontainebleau-França.⁴⁴⁸

983. **Francisca de Lorena**, * c.de 1592,⁴⁴⁹ † 08.09.1669 em Paris-França,⁴⁵⁰ ocupação Condessa de Penthièvre.

988. **Jaime I**, (Parece a mesma pessoa acima # 890) * 19.06.1566 em Edimburgo-Escócia,⁴⁵¹ † 27.03.1625,⁴⁵² ocupação (1603-1625)

⁴⁴¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 27.06.2022.

⁴⁴² *Ibidem*.

⁴⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁴⁶ Wikipédia, Artigo da Internet, em 11.10.2016.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁴⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 27.06.2022.

⁴⁴⁹ *Ibidem*.

⁴⁵⁰ *Ibidem*.

⁴⁵¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 09.02.2019.

⁴⁵² *Ibidem*.

Rei de Inglaterra, Escócia e Irlanda. C.c. Ana, 23.11.1589 em Oslo-Noruega.⁴⁵³

989. **Ana**, (Parece a mesma pessoa acima # 891) * 12.12.1574,⁴⁵⁴ † 02.03.1619,⁴⁵⁵ ocupação Princesa da Dinamarca.

990. **Henrique IV**, (Parece a mesma pessoa acima # 366) * 13.12.1553 em Pau-França,⁴⁵⁶ † 14.05.1610 em Paris-França,⁴⁵⁷ ocupação (1589-1610) Rei da França. C.c. (1) Marguerite de Valois, 18.08.1572,⁴⁵⁸ * 14.05.1553, † 27.03.1615 em Paris-França,⁴⁵⁹ ocupação Princesa da França. C.c. (2) Maria de Médici, 27.10.1600 em Lion-França.⁴⁶⁰ C.c. (3) Gabrielle d'Estrées.

991. **Maria de Médici**, (Parece a mesma pessoa acima # 367) * 26.04.1574 em Florença, Toscana-Itália,⁴⁶¹ † 03.07.1642 em Koln, Alemanha,⁴⁶² ocupação Princesa da Toscana.

992. **Andrzej Leszczyński**. C.c. Ana Firlejówna.

993. **Ana Firlejówna**.

994. **Stanislaw Radziminski**. C.c. Teodora Sanguszkówna.

995. **Teodora Sanguszkówna**, * c.de 1565,⁴⁶³ † c.de 1598.⁴⁶⁴

⁴⁵³ *Ibidem*.

⁴⁵⁴ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 15.08.2019.

⁴⁵⁵ *Ibidem*.

⁴⁵⁶ Wikipédia, Artigo da Internet, em 11.10.2016.

⁴⁵⁷ *Ibidem*.

⁴⁵⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 20.08.2018.

⁴⁵⁹ *Ibidem*.

⁴⁶⁰ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 08.07.2017.

⁴⁶¹ *Ibidem*.

⁴⁶² *Ibidem*.

⁴⁶³ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 17.06.2022.

⁴⁶⁴ *Ibidem*.

996. Gerhard V, de Dönhoff, * c.de 1554,⁴⁶⁵ † c.de 1598.⁴⁶⁶ C.c. Margarete de Zweiffeln.

997. Margarete de Zweiffeln.

998. Aleksander Koniecpolski. C.c. Ana Sroczycka.

999. Ana Sroczycka.

1000. Maciej Jablonowski. C.c. Katarzyna Klomnicka.

1001. Katarzyna Klomnicka.

1002. Jan Ostroróg. C.c. Sofia Zaslawska.

1003. Sofia Zaslawska.

1004. Marcin Kazanowski. C.c. Katarzyna Starzycka.

1005. Katarzyna Starzycka.

1006. Stefan Potocki, ocupação Conde palatino de Braclaw. C.c. Maria.

1007. Maria, * c.de 1590,⁴⁶⁷ † 10.12.1638,⁴⁶⁸ ocupação Princesa de Mohylanka.

1008. Jan Opalinski, * 13.07.1546 em Poznan-Polônia.⁴⁶⁹ C.c. Bárbara Ostrorozanka.

1009. Bárbara Ostrorozanka.

1010. Krzysztof Kostka. C.c. Ana Pilecka.

⁴⁶⁵ *Ibidem.*

⁴⁶⁶ *Ibidem.*

⁴⁶⁷ *Ibidem.*

⁴⁶⁸ *Ibidem.*

⁴⁶⁹ *Ibidem.*

1011. **Ana Pilecka.**

1012. **Wojciech Czarnkowski**, † 20.02.1578.⁴⁷⁰ C.c. **Jadwiga Sierpska.**

1013. **Jadwiga Sierpska.**

1014. **Jan Leszczynski.** C.c. **Sofia Jadwiga Opalinska.**

1015. **Sofia Jadwiga Opalinska.**

1016. **Adam Sedziwoj Czarnkowski**, (Parece a mesma pessoa acima # 506). C.c. **Katarzyna Leszczynska.**

1017. **Katarzyna Leszczynska**, (Parece a mesma pessoa acima # 507).

1018. **Stanislaw Lubomirski**, * c.de 1583,⁴⁷¹ † 17.06.1649 em Wisnicz-Polônia,⁴⁷² ocupação Príncipe. C.c. **Sofia Ostrogska**, 10.02.1613 em Jaroslaw-Polônia.⁴⁷³

1019. **Sofia Ostrogska**, * c.de 1590,⁴⁷⁴ † 01.1623.⁴⁷⁵

1020. **Mikolaj Zaleski.** C.c. **Katarzyna Beldowska.**

1021. **Katarzyna Beldowska.**

1022. **Lukasz Mielzynski**, † 02.02.1628.⁴⁷⁶ C.c. **Elzbieta Czacka**, c.de 1593.⁴⁷⁷

1023. **Elzbieta Czacka.**

⁴⁷⁰ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 10.06.2022.

⁴⁷¹ *Ibidem.*

⁴⁷² *Ibidem.*

⁴⁷³ *Ibidem.*

⁴⁷⁴ *Ibidem.*

⁴⁷⁵ *Ibidem.*

⁴⁷⁶ *Ibidem.*

⁴⁷⁷ *Ibidem.*

ARTIGOS

CARTOGRAFIA HOLANDESA DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XVII

*Fabio Paiva Reis**

Os Países Baixos e a Cartografia Moderna

A cartografia holandesa foi uma das mais significativas nos primeiros séculos da modernidade. Centrada em Amsterdã, dedicou-se a partir do século XVII a institucionalizar suas fronteiras e a de cada uma das províncias dos Países Baixos, então encabeçados pelo Príncipe de Orange. Eles utilizaram dos poderes expositivos dos mapas para defender sua independência da Espanha. A cartografia se tornou um símbolo da nacionalidade holandesa.¹

Além disso, depois que a províncias dos Países Baixos assinaram a União de Utrecht e se tornaram independentes da Espanha, os holandeses conquistaram diversas terras coloniais que pertenciam a Portugal ou a Espanha e precisaram também estabelecer um controle sobre um vasto império ultramarino. E a cartografia, devido às suas várias e diferentes qualidades, fascinava: “a habilidade de abranger, com um único olhar, a expansão territorial de um reino, o perfil de uma cidade, o contorno de um terreno em particular ou

* É doutor em História pela Universidade do Minho, em Portugal. Especialista em Espírito Santo Colonial, criou o site historiacapixaba.com, onde reúne documentos históricos do estado, e também o podcast História Capixaba, onde conversa com especialistas em Espírito Santo.

¹ “A unidade geográfica através da península Ibérica, como vista neste mapa [o atlas de van den Wyngaerde], parecia ser testemunha de sua unidade nacional, um corpo cujo coração era seu monarca em Madrid”. No original: Spain’s geographic unity across the Iberian Peninsula, as seen in this map, seemed to bear witness to its national unity, one body whose heart was its monarch in Madrid (Mundy, 1996, p.7-8).

linha de fronteira: tudo podia agradar ao soberano moderno – por vários motivos e de acordo com circunstâncias diferentes” (Kagan & Schmidt, 2007, p.678).

Os cartógrafos holandeses foram fortemente influenciados pela cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII. A expansão ultramarina das duas nações ajudou no crescimento da produção cartográfica. Inclusive, os holandeses tiveram uma participação importante no processo de reconhecimento do sertão da América portuguesa. Sua cartografia foi um resultado desse reconhecimento, incentivado por Maurício de Nassau nos anos da ocupação holandesa na Bahia e em Pernambuco. A expedição organizada pelos Países Baixos para a América produziu uma imensa quantidade de materiais: “o príncipe Maurício reuniu homens peritos em história natural e em cartografia, e também em desenho e pintura”, em um conjunto de habilidades que “se sobrepunham e ainda não haviam sido utilizadas para a nossa satisfação” (Alpers, 1999, p.309).

Graças a esse esforço, a República Holandesa produziu um conjunto pictórico único de sua parte do Brasil. E nesse conjunto, encontramos importantes mapas manuscritos do Espírito Santo colonial.

Jan Canin e o *Reys-Boeck*

O exemplar mais antigo desses mapas é, na verdade, uma vista presente em um dos mapas do *Reys-boeck van het rijcke Brasilien...*, ou *Livro de viagem ao reino Brasileiro...*, que é um conjunto de relatos de viagens holandês. Este livro teria sido impresso por Jan Canin a pedido de Nicolas van Geelkerchen, cujo nome aparece abreviado na obra como “N.V.G” (Reis, 2001, p.370).

Geelkerchen (1585-1656) era um cartógrafo e gravador holandês especializado em mapas. Antes dessa etapa de sua carreira, foi



Mapa 1: Brasilía , de ca. 1624.



Mapa 2: Recorte do mapa Brasilía , onde aparece o Espírito Santo.

também profissional de livros, escrevendo, ilustrando, traduzindo e publicando textos, notícias e mapas sobre as novidades do Novo Mundo (Raymond & Moxham, 2016, 353). Protestante, lamentou em suas obras a derrota do protestantismo na Alemanha durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), mas viu nas vitórias holandesas na América motivo para comemorar e defender a predestinação protestante para o sucesso.

Daí teria surgido o *Reys-Boeck*, livro publicado em 1624 em que o autor não só contava as notícias sobre a conquista de Salvador, na Bahia, naquele mesmo ano, como também apresentava uma descrição da terra conquistada nos mapas que acompanharam a obra. O website *Archive of Early American Images*, da Biblioteca John Carter Brown (pertencente à Brown University nos Estados Unidos), apresenta a seguinte descrição:

Mapa da costa leste do Brasil com o norte para a direita. Elementos cartográficos incluem escala, rosa dos ventos, graus de latitude e longitude, nomes de rios e assentamentos. Inclui peixes e barcos. Inclui inserções de vistas aéreas [vistas de pássaro] do Espírito Santo e mapa da Bahia de todos los Santos no atual estado da Bahia. Cartucho inclui pães de açúcar e homem nativo Americano segurando remo e vestindo cocar e saia de penas. Inclui também soldados e grupo de mulas próximo a Pernambuco (John Carter Library, 2014).

Ao observar o mapa completo, vemos interessantes elementos cartográficos. A perspectiva do Espírito Santo é apenas um pequeno quadro neste mapa do Brasil, mas considero importante olhar todo o conjunto.

Em geral, a carta do Brasil presente no *Reys-Boeck* apresenta uma região em construção. Nele há monstros, embarcações, pes-

soas e riquezas expostas em terra, no mar ou no cartucho, algo que não acontece em muitos mapas que representam o Espírito Santo. Não há muitas informações sobre o interior, mas as pessoas que aparecem estão em situações que representam o dia a dia da colônia, marchando, navegando.

Na parte superior, as perspectivas da “*Baya de todos los Santos*” e do “*Espiritu Santo*” parecem ter grande importância. Essas regiões foram dois dos principais focos de ataques e tentativas de ocupação por parte dos holandeses na primeira metade do século XVII. Afinal, ocuparam Salvador entre 1624 (ano de publicação do mapa) e 1625 e, neste último ano, tentaram também invadir Vitória.

Sobre o quadro do Espírito Santo, este é uma perspectiva da região, em uma posição imaginária em diagonal (e não completamente de cima) do leste para o oeste, que não termina, mas desaparece no horizonte ocidental.

A imagem difere do que encontramos nos mapas portugueses do Espírito Santo, entre os quais não há perspectivas, ou vistas de cidades. Nestor Goulart Reis afirma que “a estampa sobre Vitória obedece aos mesmos padrões [da estampa de São Vicente], com um esquema geográfico muito sumário” (Reis, 2001, p.355). Esses padrões seriam: desenho esquemático, com alguns equívocos, posições das vilas e fortes pouco claras, com linhas de arquitetura gótica, com alguns elementos representados na margem errada do canal. O autor ainda faz algumas observações:

No desenho aparecem duas torres de igrejas. A mais afastada poderia ser a do Colégio dos jesuítas [Colégio de Santiago] e a mais próxima a da Matriz [de Nossa Senhora da Vitória]. Ao fundo, sobre uma colina, o que seria então a pequena igreja dos frades franciscanos [Convento de São Francisco]. As casas são apresentadas como se fizessem frente para a praia, à margem do canal. De fato,

situavam-se então na borda da Cidade Alta, no mesmo nível das demais. Nesse caso, o que parece ser a frente das casas, voltadas para o canal, seria de fato seu fundo, na parte alta (Reis, 2001, p.355).

Também Luciene Pessoti de Souza escreveu sobre esse mapa, destacando a “indicação de um morro elevado à frente da capitania”, a fortaleza em forma circular (“provavelmente um fortim”) e repara a falta das outras defesas e dos engenhos, principalmente porque estes aparecem em mapas posteriores portugueses (Souza, 2006, p.6). Souza fala também sobre a representação esquemática de Vitória, com destaque para as torres de “templos religiosos”, e arrisca ainda que elas sejam da Igreja Matriz e da Companhia de Jesus, assim como faz Nestor Goulart.

Diversos autores dos séculos XVI e XVII escrevem sobre as ilhas à entrada para a Vila de Vitória, à qual se chega através de um rio. Aqui, vemos três ilhas próximas à entrada do “rio de Espírito Santo”, que dá em uma vila. Ela, entretanto, parece estar situada no continente, e não em uma ilha, como de fato estava.

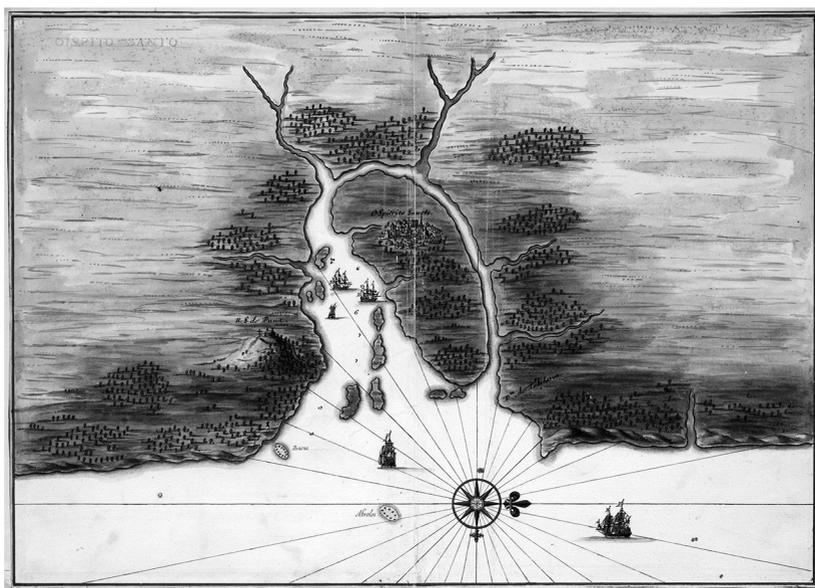
Mais próximo do mar vê-se a Vila Velha, corretamente menor. De frente para ela, do outro lado do rio, há um morro alto. Ele corresponde, sem dúvidas, ao Pão de Açúcar ou Penedo, que também surge em diversos textos. Só que sua posição está errada, já que ele está realmente no continente, do lado esquerdo do rio. O Penedo aparece em praticamente todos os mapas dos arredores das vilas do Espírito Santo, mas nunca há muita informação sobre ele, além da sua própria existência. Nem mesmo entre os textos escritos na época.

O terreno é ocupado por muitos morros e elevações menores, além de arbustos e o que parecem ser palmeiras ou coqueiros. Algumas das construções são mais simples, outras, como as igrejas, são feitas com mais detalhe. Entretanto, com os erros cometidos pelo cartógrafo, a liberdade tomada pelo autor com a paisagem e a ma-

neira genérica com que ela é feita, parece claro que essa perspectiva do Espírito Santo foi desenhada a partir de informações simples e básicas sobre a região. Acredito, portanto, que o autor do mapa não buscava representar construções específicas da vila de Vitória: ele simplesmente desenhou uma vila do jeito que achou melhor.

A perspectiva da capitania, por fim, segue as informações encontradas nos relatos holandeses sobre a capitania do período. Isso me leva a afirmar que ela é como um resumo do que se sabia sobre o Espírito Santo, mesmo com os seus erros já comentados.

Johannes Vingboons e o *Atlas Vingboons*



Mapa 3: O Espírito Santo, de 1665. [Escala ca. 1:35000].

O forte interesse holandês no Brasil corresponderia a uma necessidade dos holandeses de obter mais informações do que aquelas conseguidas através dos mapas. “[...] desejavam os da Companhia

das Índias Ocidentais imagens tridimensionais obtidas de melhor forma na pintura e nos desenhos desde o natural” (Instituto Cultural Bandepe, 2003, p.6).

Assim, quando ocuparam parte do Brasil, colocaram nas mãos de George Marcgraf e, posteriormente, de Cornélio Golijath, a responsabilidade de fazer o levantamento das informações sobre a terra, passando a produzir material cartográfico para a Companhia das Índias Ocidentais e também para Maurício de Nassau que, encantado com essas informações, fez questão de guardar.

No caso da Capitania do Espírito Santo, um dos mapas que foi resultado desse trabalho é a carta presente no *Atlas Vingboons*, produzido pelo artista e cartógrafo holandês Johannes Vingboons.

Johannes Vingboons nasceu em Amsterdã em 1616, filho de um gravurista e miniaturista reconhecido. Ele e alguns de seus irmãos receberam privilégios dos Estados Gerais e conseguiram se estabelecer como cartógrafos e com permissões para produção e distribuição de mapas e informações das Companhias das Índias. Johannes foi o parceiro mais importante de Joan Blaeu, pois trabalhava no atelier de seu pai, Willem Bleau há anos. Apesar de não ter a patente de cartógrafo e, por isso, não poder assinar seus trabalhos, ele se tornou um dos cartógrafos holandeses mais relevantes do século XVII. Com a ajuda mútua, além da colaboração dos irmãos Philip e Justus, ele fez cerca de duzentos mapas, cartas, perspectivas e planos manuscritos.

Vingboons ficou conhecido por seus trabalhos manuscritos. Feitos com base em relatos e rascunhos que recebeu de oficiais, mercantes e viajantes, seus desenhos foram muitas vezes doados aos diretores das Companhias como presentes e, assim, usados de maneira privada como elementos artísticos. Um desses diretores, Samuel Blommaert, ficou tão impressionado com os trabalhos de Vingboons que organizou seu maravilhoso atlas manuscrito em três volumes.

De acordo com o catálogo da exposição *Desenhos da Terra: Atlas Vingboons*, realizada em Recife em 2003, “o atlas deve ser apreciado sob dois importantes aspectos: pelo valor documental e estratégico para o século XVII e pela beleza e domínio da técnica da aquarela, fundamental para os cartógrafos da época” (Instituto Cultural Bandepe, 2003, p.6).

Hoje, existem cinco grandes conjuntos de cartas de Vingboons, além de algumas cartas separadas. Os atlas estão: um na Biblioteca Apostólica Vaticana, que é conhecido como *Atlas Christina* (porque pertenceu à Rainha Christina da Suécia); um na Biblioteca Nacional de Viena; mais um na *Biblioteca Medicea Laurenziana* em Florença; outro no Arquivo Histórico da Holanda (ca.1665); e aquele no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, no Brasil (IAHGP, ca.1660). Aqui, apresento mapas do Espírito Santo dos dois últimos conjuntos citados.

Nesse atlas o cartógrafo colocou o que Zee Zandvliet chama de *padrón real* da Companhia das Índias Ocidentais sobre o Oceano Atlântico (Zandvliet, 2007, p.1452). Assim como o *padrón real* espanhol do século XVII, o *Atlas Zingboons* continha toda a informação conhecida pelos holandeses daquela região.

Nele, vemos como o cartógrafo se dedicou à reprodução de informações hidrográficas que os Países Baixos tinham dos territórios ao redor do Atlântico. Não é à toa que seus atlas manuscritos foram considerados exclusivos para diretores das Companhias holandesas e para ministros e nobres políticos na segunda metade do século XVII. Basta olhar para o mapa para perceber a qualidade do trabalho, apesar de não trazer, talvez, a mesma quantidade de informações dos mapas portugueses.

Vingboons utilizou mapas e levantamentos cartográficos realizados previamente pelo naturalista holandês Georg Marcgraf. O que vemos, portanto, é uma interpretação de trabalhos preexis-

tentes nos arquivos holandeses. E mostram o conhecimento que a Holanda tinha de territórios além daqueles ocupados por eles no nordeste do Brasil.

Sobre o mapa de Vitória, especificamente, Nestor Goulart escreve:

O sítio de Vitória aparece como situado em um local mais elevado, com declividade em relação ao canal, bem como aos dois braços de mar que envolvem a vila, que facilitavam de início o desembarque das canoas e outras pequenas embarcações e mais tarde desapareceram, com sucessivos aterros. São indicadas duas igrejas, com suas torres, que poderiam ser a Matriz e a igreja dos jesuítas (Goulart apud. Reis, 2001, p.355.).

São poucos os topônimos nos mapas do Espírito Santo. Além da vila, com o título de “O Spirito Sancto”, ou “Spiritus Sancto”, há “Nossa Senhora do Puna”, “Barra”, “Abrolos” e a “Ponta do Tobitaron”. Como é possível ver, a grafia de alguns deles é diferente daquela normalmente encontrada nos mapas portugueses.

A vila foi desenhada com um estilo diferente daquele visto nos mapas portugueses: seu formato é circular, com um centro bem definido pelas igrejas (as únicas com telhados azuis — as demais construções têm telhados vermelhos); a região é completamente plana, algo praticamente inexistente na costa do Brasil devido à proximidade entre o planalto atlântico e o litoral.

No rio que vai até a vila, há navios portando bandeiras espanholas, brancas com uma cruz vermelha em diagonal. De acordo com Paz Cabello Carro, do *Museu de América*, em Madri, esta é a *Cruz de Borgoña*, um símbolo da Coroa espanhola:

[...] a Cruz de San Andrés, também chamada cruz de Borgoña que era o símbolo dos duques de Borgonha, senhores soberanos dos Países Baixos [até o início do século XVII] [...]. Depois da morte de Carlos V [1558], a casa de Orange (hoje

reinante na Holanda), acabou fazendo-se com o poder dos Países Baixos e introduziu sua própria heráldica. Assim, a partir do final do século XVI (e, definitivamente de meados do XVII) a Cruz de Borgonha ficou associada com a Espanha (Carro, 2006, p.155-156).

A existência daqueles cinco navios em um mapa holandês marca a presença espanhola na região poucos anos após o fim da Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), que culminou na independência dos Países Baixos e em um período em que tanto os Países Baixos quanto a Espanha estavam em guerra com Portugal. As datas dos mapas (1660 e ca. 1665) indicam que estava chegando ao fim a Guerra Luso-Holandesa (1663) e as duas Coroas ibéricas não estavam mais unidas, mas estavam em um momento de conclusão dos conflitos que levariam à paz em 1668: o mapa de Vingboons é do mesmo ano da Batalha de Montes Claros, a última grande batalha da Guerra da Restauração.²

Defendo que isso está relacionado às influências que os holandeses sofreram da cartografia portuguesa do período filipino, dedicada principalmente ao litoral. Como o trabalho de Vingboons era um trabalho de cópia e adaptação de mapas já existentes, chegando ele a ser considerado “um excelente e fidedigno copista, revelando também qualidades artísticas” (Mello Neto, 1976, p.20), acredito

² “Apesar dos acontecimentos que se sucederam a partir de 1665 — a morte de Felipe IV (1665), a deposição de Castelo Melhor e o impedimento de Afonso VI (1667) — estimularem especulações sobre a interrupção das negociações, elas caminharam. Pelo lado espanhol, a ansiedade por um desfecho aparecia revestida de exigências que o tempo e as condições políticas e militares, na Península e na Europa, desmontaram. As derrotas de 1665, particularmente a batalha de Montes Claros, associada à conjuntura europeia — conflito entre Inglaterra e Holanda, negociação entre Inglaterra e França e a invasão francesa a Flandres — trabalharam no sentido de um acordo de paz” (Cosentino, 2012).

que essas bandeiras tinham como objetivo destacar a presença estrangeira espanhola na região, considerando que nos anos anteriores, houve conflitos em vários pontos da costa brasileira.

Ele pode refletir, por exemplo, os conflitos de 1625 e 1640, quando holandeses enfrentaram portugueses e espanhóis no litoral brasileiro: nesse período, como sabemos, os holandeses ocuparam partes importantes do Norte do Brasil colonial, principalmente em Pernambuco e na Bahia.

Em março de 1625, o Almirante Piet Heyn à frente de uma frota holandesa se aproximou da região. Ele vinha da África para apoiar a defesa holandesa diante da armada espanhola no nordeste do Brasil. Impedidos de invadir a vila da Vitória, foram dois meses depois derrotados em Salvador.

A segunda tentativa ocorreu 15 anos depois. Sob um comandante de nome Koin, (o mesmo Johann Von Koin que participou da tomada de São Luís do Maranhão em seguida), nova armada holandesa, agora já estruturada a partir de Recife, tentou tomar o Espírito Santo. Foi nos mares da capitania que Salvador Correia de Sá e Benevides, partindo do Rio de Janeiro em direção à Bahia em 1640, derrotou a frota holandesa já em retirada (Leite, 1945, p.138).

Os ataques holandeses levantaram as antigas preocupações dos colonos sobre ataques na capitania e no século XVII há muitos pedidos para construção e reforma de fortificações, para equipá-las com pólvora, munição, além de armar e pagar os soldados.

Esta obra de Vingboons é limitada em espaço e topônimos, mas não deixa de ser um grande exemplo de como os holandeses estavam presentes no Brasil. Na verdade, é uma sombra do interesse holandês no Brasil, pois, datado de ca. 1665, teria sido feito 4 anos depois que foi assinado o Tratado de Haia em que a República Holandesa reconhecia a soberania portuguesa sobre os territórios do nordeste brasileiro.

Este mapa da Capitania do Espírito Santo, apesar de não trazer novidades sobre a região e nem ter informações muito precisas sobre as vilas e sobre a baía, nos dá uma ideia do conhecimento que os holandeses tinham. Esse conhecimento foi útil nos anos em que eles ocuparam parte do Brasil e, como vimos, tentaram ocupar o Espírito Santo.

Na periferia do império, o Espírito Santo tinha dificuldades em construir e manter ativas suas proteções contra invasores. A falta de investimento dos donatários na proteção de suas capitanias facilitou os ataques estrangeiros, saques e tentativas de ocupação. O maior e mais importante caso, entretanto, se deu em uma região de capitanias controladas pelo próprio governo português, em Pernambuco e na Bahia. Talvez pela concentração de poder e de riqueza na região, foi ali que a Holanda decidiu atacar, minando as riquezas que a Coroa unida tirava do Brasil e entrando no mercado marítimo internacional com o açúcar brasileiro.

Johannes Van Keulen e o *Zee-Atlas*

Dos mapas holandeses, da região da Capitania do Espírito Santo, o de Vingboons e o publicado por Jan Canin limitam-se às proximidades de Vitória, mas o *Pas-Kaart van de zee-kunsten van Brazilia, tusschen Rio das Contas en Cabo S. Thome*, do cartógrafo Joannes Van Keulen, mostra uma região bem maior.

Sua história começou quando Johannes Van Keulen (1654-1715) obteve a patente do governo necessária para publicar atlas e guias de navegação. Ele comprou todas as placas feitas por Hendrik Doncker, de Amsterdã, para iniciar seus trabalhos. Doncker já havia publicado vários atlas até 1680, incluindo mapas que continham informações consideradas secretas, como as primeiras imagens da *Hollandia Nova*, a Austrália (Ritchie, 1979, p.322-323).

Além disso, como cartógrafo-mor da Companhia das Índias, adquiriu o ateliê de Joan Blaeu, onde Johannes Vingboons trabalhou por diversos anos, e certamente utilizou os desenhos de Vingboons para compor suas obras. Adquirindo e utilizando informações de outros cartógrafos, a família van Keulen conseguiu se manter no ramo até finais do século XIX (Instituto Cultural Bandepe, 2003, p.33).

Os van Keulen dos Países Baixos tiveram pelo menos cinco gerações de cartógrafos entre os séculos XVII e XIX, que foi o período auge da cartografia holandesa. Seus descendentes atuaram não só na produção de mapas, mas também na venda deles, e de instrumentos e livros sobre navegação. Isso começou a acontecer em 1680 quando ele obteve permissão dos Estados Gerais para a publicação de atlas marítimos e guias de navegação.

Nas palavras de Günter Schilder,

A cartografia marítima holandesa alcançou um ponto alto quanto Johannes van Keulen publicou seu *De Grootte Nieuwe Vermeerderde Zee-Atlas ofte Water-Werelt* (1680) e um novo livro de navegação em formato grande em cinco partes *De Nieuwe Grootte Lichtende Zee-Fakkell* (1681-84). É à casa de publicação dessa família de cartógrafos que continuou publicando novas edições desse trabalho, que Amsterdã deve sua posição internacional no campo da cartografia marítima até cerca de 1725, já que *Zee-Fakkell* particularmente reflete o apogeu de Amsterdã como o centro mundial de navegação, transporte e comércio (Schilder, 1981, p.449).³

Até o começo do século XX havia ainda alguma dúvida sobre o ano da primeira publicação do *Zee-Atlas*, onde está o mapa da Capitania do Espírito Santo. Van Eeghen apontou o início do ano

³ Tradução minha.

de 1680 com “certeza considerável”, a data mais antiga indicada em diversas cartas, apesar de a edição mais antiga conhecida por ele ser do ano seguinte. Segundo o autor, há indícios de que o *Zee-Atlas* é, na verdade, uma junção de cartas independentes, que eram copiadas e unidas em uma única publicação de acordo com os interesses dos compradores (Van Eeghen, 1905, p.33), e feitas pelo menos a duas mãos: Claes Jansz Vooght ficou a cargo dos textos e Jan Luyken ficou a cargo das ilustrações.

Como cada edição do atlas trazia as cartas que serviam aos propósitos dos compradores, o conteúdo variava. Em seu conjunto, este atlas é considerado o “ponto culminante da cartografia náutica holandesa no final do século XVII” porque ele foi o “primeiro (ou principal) trabalho de levantamento, em bases científicas, de todos os litorais de todos os continentes” da Holanda (Miceli, 2002, p.43).

No grandioso *De Grootte Nieuwe Vermeerderde Zee-Atlas ofte Water-Werelt*, há dez cartas náuticas que mostram o litoral do Brasil. Sobre elas, há um curto texto no livro *A cartografia impressa do Brasil: os 100 mapas mais influentes – 1506-1922*, de Max Justo Guedes:

Joannes Van Keulen (1654-1715) foi importante editor neerlandês, natural de Deventer e posteriormente estabelecido em Amsterdã, onde realizou suas mais notórias publicações de atlas marítimos e guias de navegação. Seu primeiro trabalho conhecido foi a edição do *Zee Atlas*, de 1680, uma obra composta de 38 mapas e textos de Claes Jansz Vooght. Os dez mapas desta seção representam segmentos distintos da costa do Brasil, retratados com diversas figuras decorativas de homens e mulheres desempenhando trabalhos diversos e emoldurando as cartilhas que contêm as legendas. Nota-se, ainda, a ilustração de naus, indicando as rotas de navegação (Guedes, 2012, p.132).

Guedes apresenta 10 cartas do litoral do Brasil que estão na sessão Kaart van de Zee-Zusten van Brazilia do atlas, de uma coleção particular.

No artigo *Mapping the Dutch World Overseas in the Seventeenth Century*, da *History of Cartography*, Zees Zandvliet deixa claro que, logo após sua fundação em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais comprou todas as cartas de Petrus Plancius, considerado o “pai fundador” da cartografia holandesa do ultramar e que teve acesso a informações e cartas portuguesas da região (Zandvliet, 2007, pp. 1433-1444). Ainda de acordo com Zandvliet, no século XVI, toda a cartografia holandesa foi influenciada direta ou indiretamente pela Espanha e por Portugal, então os principais centros de cartografia da Europa. Enquanto os Países Baixos eram parte do império espanhol, seus cartógrafos (como Abraham Ortelius e Gerardus Mercator) eram apoiados em seus esforços para produzir globos e mapas de alta qualidade e tinham acesso relativamente fácil a mapas e cartógrafos ibéricos. Concluindo,

Em grande medida, a expansão da VOC [Companhia das Índias Orientais] teve lugar à custa do comércio e de estabelecimentos portugueses. Copiando os mapas portugueses, o conhecimento local foi obtido de forma indireta pela VOC [...] Assim, enquanto os holandeses estavam atrás dos espanhóis e dos portugueses na posse de informação cartográfica no final do século XVI, em 1632, um oficial da WIC [Companhia das Índias Ocidentais] anunciou com orgulho que eles os tinham alcançado (Zandvliet, 2007, pp. 1444 e 1450).

Isso parece claro, como afirmado acima, ao observar os mapas da Capitania do Espírito Santo. Enquanto os mapas portugueses parecem acrescentar informações com o passar dos anos, os mapas

holandeses parecem copiar informações já existentes, preenchendo assim as lacunas em sua cartografia do Brasil.

Em uma época de grande interesse dos holandeses pelas colônias portuguesas, mapas a descrever com grande detalhe a costa das Capitâneas eram de importância indescritível para a navegação. O *Zee-Atlas* se destacou porque outras publicações que poderiam competir com ele nos Países Baixos não tinham o mesmo número de perspectivas, nem a mesma quantidade de detalhes.

Este é o mapa do Espírito Santo que possui o maior número de topônimos únicos (que não se repetem em outros mapas) no século XVII. Isso se dá por ele representar uma área relativamente maior que a da Capitania do Espírito Santo — praticamente todos os nomes que surgem entre o Cabo de São Tomé e os abrolhos aparecem também na cartografia portuguesa, mas há diversos outros mais ao norte, até o “Rio das Contas”, que não estão no escopo desta dissertação. Na verdade, o mapa engloba também a Capitania de Porto Seguro e até a de Ilhéus: a região exatamente a sul da Bahia e Pernambuco, território ocupado pelos holandeses no Brasil na primeira metade do século XVII.

Talvez o seu maior desta seja os detalhes presentes nos arredores da ilha de Vitória, onde é possível reconhecer um trapiche e três engenhos, vistos em muitos dos mapas portugueses no mesmo século: o de Francisco Aguiar (grafado “Francisco de Agur”, de Azevedo (“Azaredo”) e de Leonardo Froes (“Leonhardo Froes”).

Esse é um mapa importante para o estudo das representações da capitania. Seus diversos topônimos mostram como o reconhecimento do litoral não só do Brasil, mas dessa região específica já estava bastante avançado em finais do século XVII. Ao mesmo tempo, ao notar os erros de grafia e as imprecisões no mapa, ele dá sinais de que a cartografia ainda estava caminhando em direção à precisão e rigor científico.

Por fim, acredito que o *Zee-Atlas* é, ao mesmo tempo, uma declaração do conhecimento holandês e português do litoral da Capitania do Espírito Santo e uma evolução do espaço cartografado no Espírito Santo, já que os topônimos parecem todos vir da cartografia portuguesa de meados do século XVII, mas em quantidade inigualável, reunindo em si grande parte do conhecimento que se tinha da região então.

Conclusão

A perspectiva da capitania presente no *Reys-Boeck* se destaca por ser a única representação no formato de vista de cidade, ou olho de pássaro. Essa obra é um indício dos interesses holandeses na região e do conhecimento detalhado que eles tinham da capitania, seguindo fontes textuais do período a fim de criar uma imagem da região, mas, como ficou claro, ele é, de maneira geral, genérico, com detalhes feitos de acordo com a imaginação de seu autor.

Também o *Atlas Vingboons* mostra principalmente os arredores de Vitória. Feito por Johannes Vingboons em ca. 1665, traz apenas os detalhes mais gerais da capitania no mapa, que se destaca principalmente pelos navios espanhóis pintados na entrada das duas vilas da capitania — lembranças dos conflitos que envolveram Portugal, Espanha e Países Baixos na segunda metade do século XVII.

Porém, talvez o mapa holandês mais impressionante seja o do famoso *Zee-Atlas*, de ca. 1680. Nesse atlas, o Espírito Santo tem a sua representação mais ampla em todo o século. O mapa regional vai desde o sul do Rio de Janeiro até o fim da capitania de Ilhéus. Focado no litoral, reúne grande número de topônimos da capitania. Entretanto, pouquíssimos deles são realmente novos: o cartógrafo replica topônimos das cartas portuguesas e, apesar do esforço, não é inovador.

Esses mapas ajudaram a criar a imagem que a Europa teve do Espírito Santo durante todo um século de existência. A Capitania do Espírito Santo que a cartografia seiscentista cria mostra os engenhos e a produção econômica da região, a presença religiosa em suas igrejas e muito mais. Uma imagem da preocupação de Portugal com o domínio da região, das fortificações e da proteção contra a Espanha e a Holanda.

É essa, por fim, a imagem que os holandeses tinham do Espírito Santo no século XVII. Sua produção cartográfica tinha o objetivo criar para os europeus um espelho do mundo, uma imagem da América com a qual eles pudessem interagir com o distante Novo Mundo. Com esses mapas, reis, ministros e nobres puderam fazer suas vontades acontecer – ou pelo menos assim tentaram – no Espírito Santo colonial.

Referências

- Alpers, S. (1999). *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Bueno, B. P. S. (2004). Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, 12, 193-2004.
- Buisseret, D. (2003). *The mapmakers' quest: depicting new worlds in Renaissance Europe*. New York: Oxford University Press.
- Carro, P. C. (2006). Continuidad prehispánica y mestizaje en Perú. Una historia de conquistadores narrada en un vaso de libaciones incaico. *Anales del Museu de América*, 14, 145-174.
- Cosentino, F. C. (2012). Governadores gerais do Estado do Brasil pós Restauração: guerra e carreira militar. *Varia História*, 28(48). Disponível em: <http://ref.scielo.org/3v8fnt>
- Guedes, M. J. (2012). *A cartografia impressa do Brasil: 1506-1922: os 100 mapas mais influentes*. Rio de Janeiro: Capivara.

- Hale, J. (2007). Warfare and Cartography, ca. 1450 to ca. 1640. In D. Woodward (Ed.), *The History of Cartography* (Vol. 3, pp. 719-737). Chicago: The University of Chicago Press.
- Harley, J. B. (2001). *The new nature of maps: Essays in the History of cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Instituto Cultural Bandepe. (2003). *Desenhos da Terra: Atlas Vingboons*. Recife.
- John Carter Library. *Archive of Early American Images*. Acesso em: 16/01/2014, Disponível em: <http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCB~1~1~3894~6130002:Brasilia->
- Kagan, R. L. & Schmidt, B. (2007). Maps and the early Modern state: official cartography. In Woodward (Ed.), *The History of Cartography* (Vol. 3, pp. 661-679). Chicago: University of Chicago Press.
- Leite, S. (1945). *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Vol. VI). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- Lestringant, F. (2009). *A oficina do cosmógrafo, ou a imagem do mundo no Renascimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Machiavelli, N. (1996). *O Príncipe / Nicolau Maquiavel* (M. J. Goldwasser, Trans. 2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Mello Neto, J. A. (1976). *A cartografia holandesa do Recife: Estudo dos principais mapas da cidade do período 1631-1648*. Recife: IPHAN/MEC.
- Miceli, P. (2002). *O Tesouro dos Mapas*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos.
- Monmonier, M. (1996). *How to lie with maps*. Chicago: The Chicago University Press.
- Mundy, B. E. (1996). *The mapping of new Spain: indigenous cartography and the maps of the Relaciones Geograficas*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Reis, N. G. (2001). *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Raymond, J.; Moxham, N. (eds.) (2016). *News networks in early Modern Europe*. Leiden; Boston: Brill.

Ritchie, G. S. (1979). Marine Atlases. *Revista da Universidade de Coimbra*, XXVII.

Schilder, G. (1981). *A manuscript sea atlas, drawn by Romeyn de Hooghe in 1681*. Coimbra: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

Van Eeghen, P. (1905). *The work of Jan and Casper Luyken* (Vol. I). Amsterdam: F. Muller & Co.

Zandvliet, Z. (2007). Mapping the Dutch World Overseas in the Seventeenth Century. In D. Woodward (Ed.), *The History of Cartography* (Vol. 3: Cartography in the European Renaissance Part 2, pp. 1433-1462). Chicago: The University of Chicago Press.

“VIVA A NOSSA RELIGIÃO, VIVA O THRONO IMPERIAL, VIVA P’RA O BEM DA NAÇÃO – O PARTIDO LIBERAL”: ELEMENTOS DO LIBERALISMO NA IMPRENSA DO ESPÍRITO SANTO

*Jefferson Ferreira Alvarenga**

Resumo: O presente artigo se propõe a investigar os conceitos do liberalismo presentes na imprensa capixaba entre as décadas de 1850 e 1860. Portanto, parte-se do seguinte questionamento: quais os conceitos liberais disseminados pelos jornais *A Regeneração*, *O Amigo do Povo* e *O Tempo*, nas décadas de 1850 a 1860 na província do Espírito Santo? A nossa hipótese central é que os periódicos se constituíram em elementos difusores do partido liberal e conseqüentemente do liberalismo. Para entendermos a doutrina liberal no Brasil, referenciamos-nos nos estudos de Christian Edward Cyril Lynch, Carlos Estevam Martins, Tâmis Peixoto Parron, Roberto Schwarz, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Maria Emília Prado. Já os estudos de Karulliny Silverol Siqueira, Fabíola Martins Bastos tornam-se um caminho plausível para esta investigação, na medida em que elas procuraram entender a circulação de ideias na imprensa local da província do Espírito Santo. As fontes jornalísticas utilizadas para compor este artigo foram pesquisadas no site da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, onde encontramos a hemeroteca digital, na qual há centenas de periódicos de todo Brasil publicados em diversos anos, incluindo o recorte temporal considerado. Vale observar que, cada diário selecionado para compor este artigo tinha apenas um exemplar.

Palavras-chaves: Imprensa. Liberalismo. Espírito Santo.

* Possui graduação em Ciências Sociais-Bacharelado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006), graduação em Ciências Sociais – Licenciatura pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006) e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012). Atualmente é doutorando em História Social das Relações Políticas (2020), técnico pedagógico – Secretaria do Estado de Educação do Espírito Santo, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LABTEMPO – UFES).

Introdução

Para compreendermos o liberalismo no Brasil, é preciso inicialmente entendermos como esse conceito foi desenvolvido. Desse modo, partimos primeiramente da análise de Roberto Schwarz (1973) em seu artigo intitulado: “As ideias fora do lugar”. Em seu texto, Schwarz (1973) verifica as disparidades presentes no conceito do liberalismo na sociedade escravista brasileira. De acordo com o autor, havia uma diferença notável entre a economia europeia, caracterizada por ser racional e burguesa, e a economia da sociedade escravista. Não apenas o pensamento econômico se encontrava no campo da contradição, mas também o conjunto doutrinário do liberalismo se chocou com as ideias que sustentavam a escravidão. Apesar de os princípios liberais terem composto o corpo doutrinário das jovens nações americanas recém-emancipadas, a presença da escravidão indicava que a doutrina não havia sido plenamente absorvida. Dessa forma, Schwarz (1973) conclui que havia uma contradição entre a citada doutrina e a própria instituição da escravidão. Logo, segundo o investigador, as ideias estavam fora do lugar.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976), em entrevista ao Caderno de Debates, alega que as concepções liberais estavam no seu devido lugar, pois o próprio liberalismo já conviveu com contradições em praticamente todas as partes do mundo, contrariando essa autoria, assim, com o argumento de Schwarz (1973), que afirmava que os conceitos liberais foram importados para o Brasil, inclusive o modo de produção. Enquanto Franco (1976) afirmava que as relações escravistas por si só já são contraditórias dentro da sociedade brasileira. Entretanto, as relações mercantis erguidas durante a escravidão submeteram aos laços de estima e afeição, camuflando a diferenciação social entre os indivíduos. Logo, do ponto de vista do liberalismo, todos os indivíduos são potencialmente iguais, mas,

em condições desiguais, lutam para empreender a sua conquista. Por outro lado, essa situação individual revela os desequilíbrios da condição social e da exploração (FRANCO, 1976, p. 63).

De acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976), o conceito de liberdade e igualdade absorvido entre os senhores do século XIX eram aqueles definidos pelos códigos jurídicos. Notamos que o conceito de igualdade erigido no processo de constituição de dominação socioeconômica se vinculou ao direito à propriedade, encobrindo as relações contraditórias no interior da sociedade. Dessa maneira, a miséria brasileira não era o resultado da importação de uma cultura europeia que aqui teria perdido o vínculo com a realidade. Ao contrário, a teoria liberal se ajustou à estrutura social e política do Brasil, mergulhando a nação no retrocesso (FRANCO, 1976, p. 63).

O sociólogo Carlos Estevam Martins, em seu artigo: “O liberalismo: o direito e o avesso”, defende que o liberalismo e a democracia têm princípios contrapostos. O conceito de democracia perde o sentido quando absorvido pela expressão liberal-democracia (MARTINS, 2003, p. 620).

Conforme aponta Martins (2003), o liberalismo dos anos de 1880 a 1900 se constituiu de três elementos essenciais: ênfase na liberdade positiva, preocupação com a justiça social e o desejo de substituir a economia do *laissez-faire* (MARTINS, 2003, p. 629).

Ainda o estudioso ressalta que a liberdade e a igualdade são valores antiéticos, não sendo possível realizar plenamente um sem limitar fortemente o outro. Logo, uma sociedade liberal é inevitavelmente não igualitária, assim como uma sociedade igualitária é inevitavelmente não liberal (MARTINS, 2003, p. 637). Desse ponto de vista, um liberal concebe que a pobreza é opção exclusivamente realizada por cada indivíduo, e essas decisões não dizem respeito a ninguém. Dessarte, os ideais de justiça social ignoram as condições

requeridas por aquela ordem e as desrespeitam (MARTINS, 2003, p. 642).

Da perspectiva política, o liberal opta por um sistema eleitoral de sufrágio restrito, argumentando que ao Estado não cabe ir além das funções ordenadoras das relações formais entre os indivíduos; portanto, não cabe à esfera política assumir a regulação da esfera privada.

Há muitas teses acerca do nascimento do liberalismo no Brasil. O pesquisador Cyril Lynch (2007), em seu artigo: “O conceito de liberalismo no Brasil (1710-1810)” argumenta que esse conceito diferiu em relação aos demais países da América Ibérica. Conforme Cyril Lynch (2007), a legislação colonial portuguesa, até 1808, impedia a introdução de tipografias em território brasileiro, o que ocasionou, de um lado, a ausência de circulação de jornais e livros impressos nessa época e, de outro, a introdução de livros clandestinos vindos da Europa. Ademais, diferentemente das políticas coloniais espanholas, Portugal evitou criar nos territórios ultramarinos centros de difusão de cultura superior, como universidades ou faculdades. O conhecimento ficava restrito ao público, por meio das bibliotecas, dos conventos e das poucas escolas primárias e secundárias mantidas por religiosos. Os filhos das elites¹ eram obrigados a se deslocar até Portugal, onde faziam os estudos superiores na Universidade de Coimbra e absorviam os valores metropolitanos (CYRIL LYNCH, 2007, p. 213).

A conjuntura política atrelada ao processo de independência da América contribuiu para o convencimento da elite política e econômica brasileira sobre a necessidade um movimento de emancipação pactuada, com base na concepção de que o governo mo-

¹ Grande número deles se integrava a administração do Império. Por tudo isso, até as vésperas da independência, não havia consciência de uma identidade brasileira própria: os habitantes brancos e livres do Brasil se entendiam como os portugueses da América (CYRIL LYNCH, 2007, p. 213).

nárquico constitucional era a saída mais segura, se comparado ao governo republicano. Apesar de haver ideais de liberdade anteriores à chegada da família real, os ideais republicanos foram entendidos pela elite colonial como ameaçadores e propícios a contagiar os pobres e os escravos.

De acordo com Cyril Lynch (2007), é naquele momento histórico que iniciou a propagação, no Brasil, de uma noção moderna de liberdade; ou seja, emergiu daí o ideal não mais de liberdade das antigas repúblicas clássicas ou de liberdade como privilégio, mas de uma liberdade caracterizada pelos direitos e garantias individuais, baseados em critérios isonômicos (CYRIL LYNCH, 2007, p. 217). Não apenas o liberalismo político começou a ser difundido, mas também o liberalismo econômico por meio de José da Silva Lisboa (1756-1835), o futuro Visconde de Cairú, que convenceu o príncipe regente a abrir os portos do Brasil às outras nações.

No dicionário de 1831, encontramos o sentido da palavra liberal ganhando um viés econômico e não político. Também iniciaram a circulação de ideias de liberdade de imprensa, defendendo-se abertamente a necessidade de reformar a monarquia. A circulação de ideias políticas iniciou em 1821 por causa da Revolução do Porto, a partir disso o republicanismo se tornou fundamento dos questionamentos em relação à monarquia.

Neste íterim, o liberal era apresentado tanto como aquele que almejava “o bem de sua pátria” e “a liberdade” quanto também como alguém que “ama o monarca, respeita-o, quando é respeitável, amaldiçoa-o quando é indigno e tirano, e prefere a morte a um jugo insuportável”. (CYRIL LYNCH, 2007, p. 220-221). Em outras palavras, ser liberal era querer a Constituição e o governo representativo em um contexto em que o povo teria direito de escolher o sistema de leis que deveria ser regido. Desse ponto de vista, o liberalismo sugere que a melhor forma de governo é aquela que as-

segura os direitos de cada indivíduo e que obriga-o a submeter-se à Constituição.

Inquestionavelmente, a independência trouxe discussões mais profundas em relação ao modelo político a ser adotado numa nova nação. A monarquia representativa, desta perspectiva, era considerada uma modalidade entre a democracia e a monarquia pura e misturava elementos da aristocracia, configurando-se uma forma de governo misto. Ela seria o equilíbrio entre os poderes constituídos, sendo o limitador dos excessos e do arbítrio.

A dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, ocorreu em virtude de conflitos entre os liberais de direita e de esquerda e por causa de dissídios em favor da construção de um novo país. Por consequência dos embates, D. Pedro I dissolveu a Assembleia com a pretensão de criar uma Constituição mais liberal do que a elaborada pelo legislativo anteriormente. Essa foi a solução encontrada, após a pactuação de interesse entre as elites, para viabilizar o modelo liberal num novo Estado nacional, o que se caracterizou amplamente pelo mote “o reformismo pelo alto”.

O período da Regência no Brasil (1831-1840) se caracterizou pela hegemonia dos antigos liberais, agora chamados de moderados, já que combatiam os antigos realistas que desejavam a restauração da monarquia de D. Pedro I e o Senado vitalício. Os exaltados almejavam o federalismo baseados no modelo institucional norte-americano e visavam a descentralização administrativa. (CYRIL LYNCH, 2007, p. 227). Desse modo, o Ato Adicional de 1834 foi considerado o verdadeiro liberalismo, visto que promovia o enfraquecimento do Poder Executivo e a descentralização político-administrativa.

Na década de 1830, o sistema monárquico constitucional era interpretado com base na teoria de Montesquieu, que considerava a Câmara dos Deputados como a legítima representante do povo, o

Senado vitalício como o leal representante da aristocracia e a Coroa como o poder imbuído das funções executivas. Dessa maneira, o sistema político se constituiu por meio da separação de poderes.

Esse foi o modelo político adotado no império brasileiro. Com a morte de D. Pedro I em Portugal, a ameaça separatista se intensificou, principalmente em razão das rebeliões e guerras civis nas províncias do Norte e do Sul. Dessa feita, a ala direita dos moderados ganhou destaque por aliar-se aos antigos realistas e fundar o Partido Conservador ou Saquarema. Este partido defendia a centralização político-administrativa no regime monárquico e o combate à anarquia (CYRIL LYNCH, 2007, p. 229). A defesa desses conceitos por parte do partido conservador foi denominada de regresso. Esses partidários entendiam que o progresso nacional somente poderia se dar dentro da ordem e que, para isso, teriam de reformar a ordem reformada para retrogradar o tanto quanto possível até a época anterior ao predomínio “democrático” da Regência; ou seja, até o tempo do reinado de Pedro I, quando pontificava o “princípio monárquico”. Assim, os conservadores brasileiros absorveram o discurso monárquico precedente, criando um interessante governo parlamentar pautado, entretanto, pela tutela da Coroa (CYRIL LYNCH, 2007, p. 229-230).

A fundação do Partido Conservador² implicou a criação do Partido Liberal, que deixou neste momento de ser antônimo de ab-

² Os saquaremas recorriam ao conservadorismo britânico de Hume e Burke. Haja vista que “a ideia do mundo não é a do movimento, e melhor lhe pode caber a denominação de ideia de resistência”, as reformas deveriam ser promovidas somente depois de se “chegar ao verdadeiro conhecimento dos verdadeiros interesses do país” [...]. [...] Citando expressamente o “profundo” Guizot, o fluminense Paulino José Soares de Sousa, Visconde de Uruguai (1807-1866), entendia que cabia ao Estado dar “o impulso geral aos melhoramentos morais e materiais que convém introduzir nos negócios públicos” (CYRIL LYNCH, 2007, p. 232).

solutista para se tornar sinônimo de indivíduos de ideias avançadas e progressista, evidentemente contrários aos conservadores ou regressistas (CYRIL LYNCH, 2007, p. 230). Inegavelmente, os liberais defendiam a liberdade e o progresso individual, pois o sujeito, por sua capacidade superior e meritocrática, destacava-se no meio da multidão, contribuindo para a civilização através da ampliação das liberdades individuais (CYRIL LYNCH, 2007, p. 231).

Dessa perspectiva, o conservadorismo entendia que deveria usar todos os meios para salvar o país do espírito revolucionário para que não se produzisse a anarquia, uma vez que esta destrói e mata a liberdade. Portanto, de acordo com os conservadores a nação somente poderia prosperar com a ordem. Por isso, eles exigiam a centralização da autoridade do Estado, para que este se transformasse em agente civilizatório capaz de impor os direitos civis ao povo.

Por causa desse pensamento conservador, a partir de 1858 o Dicionário Moraes passou a compreender o liberalismo como um sistema de adoção de ideias contrário ao servilismo (CYRIL LYNCH, 2007, p. 234).

Outro estudo que devemos considerar foi realizado pelo pesquisador Tâmis Peixoto Parron, que em sua Tese intitulada *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*, discute sobre as defesas políticas feitas em torno do tráfico negreiro e da escravidão negra no Império do Brasil entre 1826 e 1865.

Parron (2009) enfatiza que durante o período regencial houve mudanças drásticas no Brasil, uma vez que no país ocorreram as primeiras eleições para cargo do executivo. Com a aprovação do Ato Adicional, a máquina pública entrou em operação, instituindo em cada província uma Assembleia Legislativa (PARRON, 2009, p. 97). Ademais, o investigador salienta que o regresso foi um ato que possibilitou a defesa incondicional do contrabando e a garantia da propriedade escrava ilegal, bem como podou os poderes das pro-

venciais para criarem cargos judiciários e indicar ocupações de postos policiais. Em conclusão, a opção conservadora se diferenciou sensivelmente da liberal por não permitir que bancadas provinciais ditassem o rumo das mudanças, nem indicassem ocupantes de cargos locais (PARRON, 2009, p. 102).

Esse interregno também fomentou a eclosão de sucessivas revoltas regionais, a exemplo da Farroupilha, Balaiada, Cabanagem e Sabinada. Dessa forma, os políticos imperiais estudaram maneiras de robustecer o braço burocrático do governo nas localidades, sobretudo naquelas sob domínio rebelde (PARRON, 2009, p. 101).

Durante as reformas judiciárias, também existiu a propaganda pró-contrabando e pró-escravista, que resultaram num número espetacular de africanos traficados para o Brasil, ainda na primeira metade do século XIX. Assim, durante a década de 1840, mesmo quando não ocupavam ministérios, os saquaremas procuraram reduzir os espaços para o exercício de uma política antitráfico (PARRON, 2009, p. 103).

Bernardo de Vasconcellos afirmava que o cativo se enquadrava em nossos costumes e vinha ao encontro dos interesses da nação. Além disso, argumentava que o tráfico trazia benesses espirituais aos bárbaros, além de vantagens materiais e sociais que os africanos gozariam em uma monarquia representativa. Portanto o tráfico seria primeiro de interesse público e depois aos particulares, dando a ver que ele seria mais vital aos interesses nacionais, logo o Estado brasileiro era o grande beneficiário do contrabando humano. Por outro lado, alguns conservadores entendiam que a proibição do tráfico propagava a imoralidade. Consequentemente, eles ameaçaram o Estado oferecendo-lhe resistência armada para impedir a alienação de seus bens (PARRON, 2009, p. 106).

Não obstante, o pensamento conservador justificava que o contrabando de africanos era fundamentado no direito natural; desse

modo, era legítimo a isenção penal aos traficantes, aos fazendeiros e às autoridades públicas implicadas (PARRON, 2009, p. 110). A explicação para o tráfico negreiro era também baseada no binômio civilização e barbárie, sendo o continente africano descrito como um ambiente permanente em estado de guerra; ou seja, um local eterno de horror (PARRON, 2009, p. 118). Dessarte, os deputados asseguravam que se deveria resgatar os africanos das mãos bárbaras e cruéis e trazê-los para um país cristão, educá-los e ensinar-lhes a religião. Consoante os deputados regressistas, o evangelho não falava claramente contra a escravidão. Ademais, de acordo com alguns conservadores, os africanos eram descendentes de Cam, portanto haveria o direito de escravizá-los. Não há dúvidas que o Regresso fixou novos pontos na política de contrabando negreiro, tanto na esfera do governo central quanto no parlamento.

É inegável que a abdicação de D. Pedro I implicou o ensaio republicano em plena monarquia brasileira, de modo que os aspectos jurídicos e políticos se transformaram profundamente para abrigar uma concepção de Estado nacional independente, por meio do equilíbrio entre os poderes executivo e legislativo, todavia essas transformações vieram acompanhadas de arbitrariedades institucionais e da permanência da escravidão. Cabe ainda destacar que a reorganização do poder judiciário resultou em poderes extraordinários a magistrados não-togados.

Criar um Estado nacional significava organizar um governo centralizado com a missão de modernizar o Império, o que seria possível somente com a implementação de reformas profundas, entre elas: o fim da escravidão. Esse era o pensamento da alta burocracia ilustrada dos anos de 1820, a exemplo de Hipólito José da Costa, José Bonifácio, Antônio Carlos de Andrada, Montezuma. Ao contrário desses intelectuais, os grupos provinciais atrelados à produção agrária e cativa, após a abdicação de D. Pedro I, atuavam no sentido de descentralizar

o aparelho de Estado. De certo modo, eles queriam evitar quaisquer reformas que modificassem os fundamentos da sociedade escravista (PARRON, 2009, p. 137). Assim, a escravidão foi assunto central durante o nascimento do Império, implicando a ação dos políticos do Regresso, que consequentemente formaram o Partido Conservador com o propósito de defender os seus interesses e princípios.

Inegavelmente, o tráfico foi um assunto de interesse de um grupo social e político restrito; isto é, de uma fração da classe senhorial, e gerou a hegemonia dos fazendeiros fluminenses e do grupo político do Regresso, que exerceram sua influência até 1850. Desse modo, a política imperial é mais complexa do que a mera oposição entre conservadores e liberais, dado que há infinitas articulações políticas, alianças regionais e cruas disputas de poder pelo poder central, às quais provinham com as nomeações em cargos regionais.

Em 1839, a interferência diplomática do governo britânico no tráfico de escravos provocou negociações de tratados com países da América que estabeleciam o fim do comércio negreiro, incluindo, no bojo desse movimento, o Brasil. A nação inglesa autorizou o aprisionamento de barcos brasileiros equipados para o tráfico. O julgamento desses traficantes ocorreu nas comissões mistas do Rio de Janeiro e de Serra Leoa (PARRON, 2009, p. 147). Evidentemente, a ação britânica despertou a reação do Brasil logo no decorrer da década de 1840, de modo que a tolerância à censura do cativo e do tráfico transatlântico sofreram considerável redução. Esteve expressa em discursos parlamentares na imprensa, em publicação de livros e também na seleção de altos funcionários públicos, como juízes e ministros que defendiam o sistema de cativo. Dessa forma, a opinião pública colocava-se favorável à defesa do cativo (PARRON, 2009, p. 148). A razão para isto era que o Brasil precisava de escravos por causa da manutenção econômica do país, esta manutenção era mais urgente do que as considerações de humanidade e filantropia.

Bernardo Pereira de Vasconcelos sustentava que a escravidão talvez fosse até mesmo algo natural, visto que ela existiu em todos os tempos e em todos os povos do mundo. Outrossim, enfatizava que a escravidão permitiu o progresso e o aperfeiçoamento da humanidade. O deputado também foi autor do projeto de terras devolutas que tratava de duas questões centrais para o Império: o acesso a terrenos rurais e o abastecimento de mão-de-obra. Em seus artigos, o deputado previa que terras devolutas não poderiam ser adquiridas senão pela compra. Aquelas já em posse de fazendeiros sofreriam taxaço, fossem ou não cultivadas; a receita das taxas e vendas seria empregada na importação de colonos livres, porém os imigrantes não poderiam efetuar compra, aforamento, arrendamento nem aquisição de terras antes de três anos de residência no Império. Essa lei foi confeccionada para conduzir o Brasil do universo antiquado e escravista para o mundo moderno e assalariado (PARRON, 2009, p. 158). Apesar desta lei, Vasconcelos continuava defendendo a permanência da escravidão e do tráfico, afirmando seguidamente que a África civilizava a América, uma vez que dos cativos provinham toda a riqueza do país. O deputado também refutava o trabalho livre europeu, arrazoando que não eram compatíveis com as nossas terras. Embora os escravos africanos fossem inseridos no tecido do Império, os filhos de escravos nascidos na América eram reconhecidos como cidadãos pela Constituição de 1824, desde que libertados.

Sem dúvida, o tráfico de escravos se tornou uma política de Estado que impulsionou a vida imperial, e essa política somente decaiu com as pressões inglesas sobre o governo brasileiro, embora Eusébio de Queiroz afirmasse que a Inglaterra não teve méritos pelo fim do comércio de escravos.

Outra obra digna de ser mencionada foi organizada pelas professoras Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Maria Emília Prado, intitulada *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*.

O livro demonstra, com propriedade, a organização dos elementos constituintes do liberalismo no Brasil imperial. Trata-se de uma coletânea de artigos em que destaco o texto de Lúcia Maria Bastos P. Neves, intitulado: “Liberalismo no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823)”. Neste texto, a pesquisadora enfatiza que o liberalismo trouxe para o Brasil uma concepção de progresso, e esse progresso somente poderia ser realizado pelo homem intelectualizado. Essa ideia circulou no Brasil por meio das tipografias.

A defesa pela emancipação política implicou também a justificativa dos direitos individuais, garantias consideradas essenciais para os direitos do cidadão, além dos direitos à liberdade de expressão, de imprensa e da reunião de associação. Todos esses direitos deveriam estar contidos numa constituição, que limitasse o poder do soberano, e desse voz à sociedade. Em geral, o contexto político citado nos demonstra que estava nascendo uma nova cultura política, porém, restrita a algumas facções políticas.

As ideias liberais disseminadas pela imprensa formavam a opinião pública. A preocupação central dessas ideias era atacar o governo despótico e expor as concepções do liberalismo, constitucionalismo monárquico, soberania popular e liberdade. Esta última concepção era um atributo da ordem social, mas também significava uma defesa da democracia. Além disso, o liberal representava aquele que desejava tanto o bem da pátria quanto a liberdade, transformando-se em amigo da ordem e das leis. Esse era o cidadão ideal que acreditava na livre opinião, portanto teria direito de influir na administração do governo, evitando as arbitrariedades despóticas e visando o bem comum (NEVES, 2001, p. 86).

Primeiramente, o liberalismo no Brasil estava ligado ao ideal separatista de Portugal, posteriormente essa doutrina passou a ser próxima ao ideal de reformas políticas e sociais que estariam unidas à monarquia constitucional liderada por uma elite. Esta teria um

único propósito: orientar a opinião pública para a liberdade dentro da ordem e, também, a igualdade dentro da lei, condição inseparável para o exercício da cidadania.

Não há dúvidas que o liberalismo se adequou a nossa realidade, expressando normas coletivas para todos os cidadãos. Podemos citar como exemplo as concepções de que todos são iguais perante a lei, a ideia de abolição dos privilégios, das distinções e das hierarquias que não resultariam em mérito individual (o que asseguraria aos cidadãos as liberdades individuais) e finalmente o direito à propriedade.

O artigo de Lúcia Maria Paschoal Guimarães intitulado “Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)” esclarece que o florescimento da nação independente implicou a ascensão do poder político nas mãos de um grupo social ligado à propriedade de terra e à economia agrária dependente do trabalho cativo. Assim, no Brasil o discurso liberal se acomodou a suas especificidades. Dito de outro modo, a doutrina liberal no Brasil foi ao mesmo tempo revolucionária, do ponto de vista da emancipação política, e também se acomodou no sentido de sustentar a ordem vigente (GUIMARÃES, 2001, p. 104).

De certo modo, o sete de abril de 1831 foi a vitória dos liberais, que lutavam contra as arbitrariedades do imperador D. Pedro I. Eles defendiam o civismo e os interesses coletivos. Além disso, algumas frações liberais orientavam suas ações a fim de coibir a agitação de mestiços, libertos e escravos afetados pelas crises políticas e econômicas do final do Primeiro Reinado. Desse modo, alguns liberais moderados fundamentaram sua leitura sobre Edmund Burke e acreditavam que a massa poderia mostrar resistência ao governo arbitrário, porém essa resistência deveria ser feita dentro da ordem.

Por outro lado, a regência, do ponto de vista liberal, seria a instituição capaz de restaurar o pacto entre a casa de Bragança e as elites nativas, numa configuração em que a monarquia seria o ele-

mento fundamental de governança, além da defesa da propriedade privada. A manutenção do trabalho servil, a liberdade do comércio, os respeitos aos preceitos constitucionais e a representatividade centrada na administração do Império foram elementos fundamentais na construção do Estado nacional brasileiro.

O artigo de Maria Emília Prado intitulado “Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambiguidades do Império no Brasil” relata as incompatibilidades entre o liberalismo e a escravidão.

Inquestionavelmente, a Constituição não falou sobre o fim da escravidão, tão pouco regulou a condição dessa última. Tal contradição é fundamental para se compreender a dificuldade que a nação tinha na integração à civilização. Desse modo, a escravidão impedia que um dos princípios fundamentais do liberalismo fosse concretizado: a liberdade. Apesar de esse sentimento ter sido o elemento fundamental para viabilizar o processo de independência, após este evento a política de Estado procurou revitalizar a economia agrária e, conseqüentemente, o cativo.

Alguns iluministas do século XVIII e XIX questionavam qualquer tipo de escravidão. Desse ponto de vista José Bonifácio refutava a argumentação que procurava conceber a escravidão como uma oportunidade oferecida aos negros para que recebessem a luz do evangelho e os caminhos da civilização (PRADO, 2001, p. 168). Outrossim, a escravidão obstaculizava o progresso nacional, sendo que a lavoura não era lucrativa sob o efeito do trabalho escravo, já que a indústria não conseguia se desenvolver.

As ideias de Bonifácio não encontraram espaço político, conseqüentemente não foram discutidas. Por outro lado, a Constituição de 1824, no artigo 6º determinava que os libertos eram considerados cidadãos brasileiros. Ou seja, o pacto liberal era difícil de ser compreendido no ambiente do Império brasileiro. Apesar das mudanças trazidas por esse pensamento, a ordem vigente não

poderia ser desestruturada. Concluímos que o liberalismo presente no Império brasileiro proporcionava um processo de ambiguidade, uma vez que a escravidão acomodava a manutenção da economia, ao mesmo tempo que se defendia a liberdade e a igualdade. Inegavelmente, a sociedade do Império se considerava civilizada e, por conseguinte, teria que arcar com a contradição de estar atrelada ao braço escravo.

Essas ambiguidades eram visíveis, visto que os liberais justificavam que os representantes do povo deviam atender os interesses de suas bases eleitorais; por outro lado, concebiam que a prática da representação consistia em trazer para a Assembleia os diferentes interesses da sociedade, de modo que pudessem ser negociados, evitando, desse modo, o predomínio de uma facção sobre a outra. A função primordial da Assembleia era atender as demandas da nação (PRADO, 2001, p. 186). Entretanto esses mecanismos políticos modernos se atritavam com a instituição escravista, pois este era o traço marcante da sociedade imperial. Curiosamente, depois da independência a construção do Estado-nação se associou aos pressupostos do liberalismo e do constitucionalismo, mesmo em um ambiente político e social profundamente hierarquizado.

1. A Imprensa no Espírito Santo

Com o propósito de entendermos a imprensa no estado do Espírito Santo, iremos nos fundamentar na dissertação de Karulliny Silverol Siqueira e a tese de Fabíola Martins Bastos.

A primeira, intitulada: *“Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia”*: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da Província do Espírito Santo, 1860-1880, discorre sobre a imprensa e o campo político estadual.

É importante ressaltar que a propagação das ideias políticas proporcionou o desenvolvimento de uma cultura política local, dessa maneira a imprensa cumpriu o papel de divulgar os novos conceitos, prioritariamente os liberais. A primeira tipografia instalada na província do Espírito Santo data da década de 1840 e era de propriedade de Aires de Albuquerque Tovar, que publicou apenas um número do periódico *Estafeta*. Após essa publicação, somente em 1849 a imprensa voltou a atuar no campo sociopolítico capixaba, através do *Correio da Victória* (SIQUEIRA, 2011, p. 13).

Siqueira (2011) esclarece que a atuação da imprensa no cenário da política capixaba provocou a intensificação das discussões partidárias em novos espaços públicos de sociabilidade; dito de outro modo, a gênese de uma opinião pública, ainda que embrionária, foi importante para o surgimento de novas ideias, que concretizaram o arcabouço político capixaba oitocentista (SIQUEIRA, 2011, p. 22). Todavia, a pesquisadora salienta que a província do Espírito Santo era politicamente pacífica em relação às demais.

No decorrer do processo de independência, a investigadora ressalta que houve a aceitação imediata das causas emancipacionistas no Espírito Santo. Inegavelmente, a própria elite política local lutou em prol dessas causas, conseguindo sufocar qualquer possível levante que contrariasse as ordens do Defensor Perpétuo do Brasil. Dessa maneira, a pesquisadora destaca que houve a ausência de conflitos nos movimentos de independência e no outorgamento da Constituição de 1824.

Contrariamente, o sete de abril trouxe para a província capixaba conflitos locais, principalmente em São Mateus, onde houve uma certa resistência em favor do Imperador, contudo as autoridades locais perceberam que havia chegado o momento de entrar em ação, com o intuito de cessar a desordem. A partir disso, a província do Espírito Santo abraçou a causa da Regência e declarou

a repulsa aos restauradores favoráveis a D. Pedro I (SIQUEIRA, 2011, p. 39).

De acordo com Siqueira (2011), os Partidos Liberal e Conservador da província teriam sido formados entre as décadas de 1820 a 1830. O primeiro foi formado pelo orador e advogado Padre Inácio Bermudes e o segundo foi formado pelo Coronel Dionísio Álvaro Resende. Segundo a historiadora, a origem dos partidos estava ligada ao conflito religioso entre duas irmandades: os Peroás e os Caramurus, as quais, inicialmente, não se constituíam como uma organização política possuidora de ideologia e programas definidos.

Segundo Siqueira (2011), a elite política capixaba apoiou a Regência Provisória e, conseqüentemente, o Ato Adicional de 1834, que autorizou a formação das Assembleias Legislativas nas províncias. Em 1º de fevereiro de 1835 ocorreu a instalação da primeira Legislatura da Assembleia, dando agora ao legislativo local poderes para legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da província (SIQUEIRA, 2011, p. 52).

Os saquaremas iniciaram seu governo em 1848, formando uma forte articulação política com o apoio da Câmara de deputados e do Conselho de Estado. Na província do Espírito Santo, Siqueira (2011) ressalta que a articulação política constituía um ambiente de paz e tranquilidade.

Como ressaltado anteriormente, a primeira tipografia instalada na província publicou apenas um número. Depois, somente em 1849, com o *Correio de Victória*, a imprensa voltou ao cenário estadual. Conforme Siqueira (2011), a partir de 1860 percebeu-se na província do Espírito Santo uma explosão da imprensa política, introduzindo uma nova cultura política na vida dos espírito-santenses, estremecendo, assim, as bases da pequena província e alterando sua tranquilidade por meio de folhas impressas e através das

discussões que se destacavam no âmbito da Assembleia Legislativa Provincial (SIQUEIRA, 2011, p. 68).

A Tese de Fabíola Martins Bastos intitulada: *A Política na Antessala do Parlamento: imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, nos anos de 1840 a 1889*, analisa a trajetória das sociabilidades políticas e sua contribuição para a formação da esfera pública de opinião em Vitória durante a segunda metade dos Oitocentos. Dessa forma, a sociabilidade da esfera pública também é caracterizada pela posição da imprensa no estado, e, por conseguinte, esta reflete na política estadual e nas concepções popularizadas no século XIX.

Da mesma forma que Karulliny Silverol Siqueira, Fabíola Martins Bastos parte do pressuposto de que, no Espírito Santo, os capixabas viviam em plena ordem, sossego e tranquilidade. Embora não existam jornais de relevância na província durante a primeira metade do século XIX, não é possível afirmar que existia um isolamento, visto que houve acesso aos jornais de outras províncias. Bastos (2016) afirma em sua tese que foi possível encontrar cartas de capixabas publicadas em periódicos da Corte, o que indica que os jornais de fora eram lidos com certa frequência pela população local, sendo possível que as folhas viessem junto com as malas do correio nas embarcações que atracavam na barra da Ilha de Vitória, a cada cinco dias (BASTOS, 2016, p. 121).

Decerto Bastos (2016) argumenta que não podemos mensurar quando começou a circulação desses jornais. Entretanto, essa circulação propiciou a formação de uma rede de comunicação entre os leitores e os redatores das províncias do Espírito Santo e Rio de Janeiro. É possível que o acesso a esses jornais fosse adquirido através de contratos assinados pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, com as tipografias do Rio de Janeiro para impressão dos atos oficiais (BASTOS, 2016, p. 125-126). Em conclusão, a imprensa de

fora constituiu parte da articulação política estadual na década de 1840. Em algumas cartas é possível perceber o conteúdo sobre as disputas políticas na Província do Espírito Santo, escritos por capixabas, a imprensa da Corte e de outras regiões próximas, conforme publicações no Diário do Rio de Janeiro (BASTOS, 2016, p. 127).

A tese de Bastos (2016) é coerente com o que se observa nas fontes, na medida em que a imprensa capixaba esteve entrelaçada à política regional. A primeira tipografia não foi bem-sucedida. Ela iniciou sua atividade em 1840 e finalizou em 1841, porque seu proprietário foi infectado por tuberculose. Posteriormente, nasceram outros periódicos importantes na província, a saber: *A Actualidade*, *A Folha da Victoria*, *A Idea-órgão da mocidade*, *A Liga*, *A Província do Espírito Santo*, *A Regeneração*, *Correio da Victoria*, *Gazeta do Comércio*, *Jornal da Victoria*, *Lucifer*, *O Amigo do Povo*, *O Balaruarte*, *O Cidadão*, *O Echo dos Artistas*, *O Espírito-Santense*, *O Horisonte*, *O Liberal*, *O Meteoro*, *O Monarquista*, *O Semanário: jornal de instrução e recreio*, *O Tempo*, *Opinião Liberal*, *Pyrilampo*, *Sete de Setembro*, *Vasco Coitinho* (BASTOS, 2016, p. 144-145). Esses jornais datam das décadas de 1840 a 1880 e estavam geralmente localizados nas ruas da cidade de Vitória.

Concluimos que a imprensa no Espírito Santo foi muito atuante a partir de 1860, principalmente no que diz respeito às disputas políticas regionais.

2. A Regeneração

O objetivo principal deste artigo é investigar quais concepções liberais circulavam na província do Espírito Santo. Entre os periódicos, mencionamos o jornal *A Regeneração*, que era publicado nas quartas-feiras e sábados de cada semana. O proprietário era Manuel

Ferreira das Neves, professor e deputado provincial. A Tipografia e o escritório se localizavam na Rua Grande, e o jornal circulou entre anos de 1853-1856. Apenas tivemos acesso a um exemplar, publicado em 11 de janeiro de 1854. Encontramos esse exemplar disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

Evidentemente, o jornal tem um lado político em sua primeira página. O periódico defende que as aulas do sistema escolar vigente à época deveriam ocorrer duas vezes ao dia. Essa medida foi realizada pelo presidente Evaristo Ladisláo e Silva, antecessor do presidente Barão de Itapemirim. Todavia, o Barão anulou a medida do seu antecessor. Desde então esse político passou a ser alvo de críticas do periódico.

O periódico alegava que a educação era uma utilidade pública e atendia os princípios da igualdade. De acordo com o diário, a educação pública deveria estender-se a todas as classes da sociedade, especialmente aos pobres. Na visão do jornal, a ação era injusta com os necessitados e não visava nem o interesse público e tampouco a concepção de progresso. A ação do Barão foi considerada pelo periódico como inconstitucional, pois as escolas das províncias passaram a privilegiar determinados grupos.

3. *O Amigo Do Povo*

O escritório do jornal *O Amigo do Povo* estava localizado na Rua Santa Luzia, sendo que o periódico circulou no ano de 1863. Apenas tivemos acesso a um exemplar publicado em 8 de agosto de 1863, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

O diário era publicado em dias incertos, com distribuição gratuita, e defendia o Partido Liberal, tal qual o jornal *A Regeneração*.

De acordo com Bastos (2016), o nome *O Amigo do Povo* é bastante sugestivo, pois revisita a palavra povo, cujos sentidos foram delineados na imprensa capixaba pela primeira vez em 1860, com o jornal *A Liga* (BASTOS, 2016, p. 219). Ademais, o vocábulo também evidenciava o possível público aspirado pelo jornal, quais sejam, os indivíduos com direitos políticos.

O adjetivo amigo indicava tratar-se de um jornal com a pretensão de inspirar simpatia, amizade, confiança e desejava o bem ao povo. E esse bem seria materializado na garantia à liberdade política com o livre exercício do voto (BASTOS, 2019, p. 220). Ademais, o nome do periódico era igual ao diário publicado por Jean Paul Marat durante o processo revolucionário francês.³

No diário, destaca-se a concepção de que o Partido Liberal era a única opção política para o progresso do país. Observamos que as publicações de *O Amigo do Povo* se concentraram no tema da eleição ocorrida em 1863 para a Câmara de Deputados, promovendo debates sobretudo acerca da legitimidade dos candidatos. Outrossim, o referido periódico discutiu conceitos importantes do vocabulário político em construção na imprensa capixaba daqueles anos. Desse modo, quanto à palavra capixaba, por exemplo, expuseram uma pretensa relação de pertencimento, certa identidade que deveria ser compartilhada pelos habitantes da Província (BASTOS, 2016, p. 224).

Dessa forma, o periódico sustentava que o voto é um ato de soberania e ação de um povo livre, que sabe com dignidade sustentar a sua liberdade e os direitos garantidos pela Constituição (*O AMIGO DO POVO*, 1863, p. 1). Como um amigo, o jornal advertia que os candidatos conservadores eram desleais com o povo, cabendo, portanto, ao próprio povo, único e legítimo juiz, a tomada de deci-

³ COQUARD, Olivier. Marat. *O amigo do povo*. São Paulo: Scritta, 1996.

são por meio do voto. Além disso, o periódico sugere que os leitores seguissem os ideais do Partido Liberal.

O *Amigo do Povo* denunciava a violência das eleições, sobretudo os cascudos, nome, aliás, dado aos conservadores. Conforme o noticiário, os cascudos espalhavam sangue em várias freguesias da Província. Assim, o diário pedia aos vigários que enchessem de água os templos de Deus, a fim de lavá-los, depois da degolação dos inocentes (*AMIGO DO POVO*, 1863, p. 4).

E continua:

[...] Quem quiser fazer sarapatel appareça no domingo a porta da matriz que os cascudos promettem fornecer sangue aos baldes. Berlinda, Cabeça de boi (*Amigo do povo*, 1863, p.4).

[...] No palácio das sete portas fornece-se no domingo, a todos os votantes cascudos, facas, pistolas, carabinas, navalhas e punhaes. As seis horas começa a destruição [...] (*AMIGO DO POVO*, 1863, p. 4).

Nas notas acima, evidencia-se que os liberais frequentemente acusavam os conservadores de violência, contrariando a ética e consequentemente destruindo a liberdade de voto do povo.

4. O Tempo

O jornal *O Tempo* era publicado nas terças-feiras e sextas-feiras de cada semana. Os proprietários eram José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Stanislau Vanderley. O primeiro foi jurisperito, deputado provincial, deputado geral, vereador e juiz de paz. Sobre o segundo, não temos informações.

O Tempo era uma tipografia liberal, e os seus 16 acionistas, além de proprietários, eram também os responsáveis pelos escritos desse

veículo. A referida tipografia se localizava na Rua dos Porto dos Padres e circulou em 1861. Apenas tivemos acesso a um exemplar publicado em 10 de dezembro de 1861, que encontramos disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

O periódico se alinhava às concepções liberais e, por causa das suas publicações, era denominado pelos seus opositores como anarquistas, revolucionários, sediciosos, inimigos das autoridades e até inimigos do povo. Em contraposição, o jornal afirmava defender as causas do povo, recusava o rótulo de anarquista e de inimigo da ordem e declarava exercitar o respeito aos ditames sagrados da Constituição.

Além do mais, o jornal argumentava que desejava a economia do dinheiro público e o engrandecimento do país. Por isso, para o periódico a população era cerceada cruelmente de suas garantias em razão da medonha prática do sistema oligarca em utilizar os mecanismos públicos para os próprios interesses. Entre esses oligarcas, *O Tempo* cita a corrupção dos funcionários públicos e também a corrupção eleitoral que ocorria por meio da compra de votos.

No periódico, encontramos uma correspondência sem autoria, sendo apenas possível identificar a localidade: Guarapari-ES. Na carta o expositor diz que o jornal *O Tempo* é aplaudido, pois os homens não se deixam influenciar pelas imposições dos governantes. Também explicita que as ideais liberais irão surgir de todas as formas e cheias de animação, e esse fato mudará a província do Espírito Santo, pois, de acordo com a carta, as fileiras liberais irão engrossar, já que muitos cidadãos abastados e ilustres pactuavam com aquelas ideias. Também se uniriam às concepções liberais homens ilustrados e honrados, com a finalidade de exercerem empregos e tratarem da economia do cofre público.

Conforme Bastos (2016), *O Tempo* também evidenciou, na província, o surgimento de identidades partidárias conservadoras

e liberais. De certo modo, a imprensa de *O Tempo* incentivava a sociedade a denunciar os abusos e lutar por justiça, direcionando esse combate, no entanto, para o plano das ideias e das opiniões (BASTOS, 2016, p. 216).

Para os redatores de *O Tempo*, os periódicos deveriam trabalhar para o bem comum do país e da humanidade, sendo esta a missão civilizadora da imprensa: a de propagar a liberdade, sem temer represálias e perseguições.

Considerações Finais

Inicialmente, este artigo partiu da seguinte pergunta: quais os conceitos liberais disseminados pelos jornais *A Regeneração*, *O Amigo do Povo* e *O Tempo*, nas décadas de 1850 a 1860 na província do Espírito Santo? Nossa hipótese é que os periódicos se constituíram em elementos difusores do Partido Liberal e consequentemente do liberalismo.

Com base nessas interrogações, podemos analisar o nosso objeto-problema junto às análises acerca das concepções liberais no Brasil. Roberto Schwarz (1973) enfatizou que os conceitos liberais estariam fora do lugar. Esta convicção, provavelmente equivocada, contrapõe-se ao pensamento de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976). A referida pesquisadora argumentava que as ideias estariam no lugar; isto é, não haveria contradições entre as concepções liberais e o modelo escravista no Brasil, visto que esses conceitos por si só já seriam conflitantes em qualquer lugar do mundo. Desse modo, não é difícil concluir que o liberalismo e a democracia têm princípios contrapostos, uma vez que, para a primeira doutrina, as desigualdades entre os indivíduos são resultantes das péssimas escolhas individuais, não cabendo ao Estado resolver essas escolhas porque,

segundo o liberalismo, é importante haver uma separação entre a esfera pública e a privada.

O conceito de liberalismo no Brasil, inegavelmente, diferiu em relação aos demais países da América Ibérica. Logo, o processo de emancipação política girou em torno da pactuação de interesses entre as elites políticas e econômicas, do mesmo modo que a Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, pactuou a permanência do sistema de escravidão baseado na economia agroexportadora.

Apesar de a carta constitucional ter um teor eminentemente liberal em razão da forte defesa aos direitos de cidadania e separação dos poderes, o modelo político adotado continuou no firme propósito de manter a separação desigual entre os indivíduos. Desse modo, concluímos que a doutrina liberal se adequou às contradições políticas e econômicas presentes na sociedade brasileira. Essas contradições permitiram, de acordo com Parron (2009), a convivência pacífica entre a doutrina liberal e a escravidão.

De acordo com Neves (2001), as ideias liberais no Brasil Imperial propagadas para a opinião pública eram o constitucionalismo monárquico, soberania popular, liberdade e o bem da pátria. Logo, a cidadania ideal era aquela de livre opinião, a que possibilita ao cidadão influir na administração do governo, evitando as arbitrariedades despóticas e visando o bem comum. No entanto, a defesa desses conceitos não significava a defesa da democracia.

Evidentemente, o sistema escravista foi o maior problema encontrado pela doutrina liberal, posto que impedia que a liberdade fosse vivida em sua plenitude. Dessa maneira, a escravidão obstaculizava o progresso nacional daquela sociedade que se considerava civilizada.

No caso do Espírito Santo, a imprensa possibilitou a disseminação das ideias liberais e, por consequência, proporcionou o desen-

volvimento de uma cultura política local. Aliás, a imprensa do Espírito Santo foi responsável por evidenciar as disputas políticas locais.

Não obstante, é possível que as concepções liberais estivessem circulando na província desde a primeira metade do século XIX, dado que Bastos (2016) em sua pesquisa constata que havia cartas enviadas por capixabas à corte imperial. Dessa forma, é provável que os jornais de outras províncias circulassem na província capixaba.

Para a composição deste artigo utilizamos três jornais de circulação nesta província. O primeiro deles, *A Regeneração*, teve um importante papel na expansão da doutrina liberal, ao defender a educação pública para todas as classes da sociedade, precipuamente para as mais pobres, concretizando, assim, o interesse público. Portanto, a crítica do periódico foi direcionada ao Barão de Itapemirim, que tinha limitado o acesso educacional aos mais necessitados.

O segundo jornal, *O Amigo do Povo*, se configurou como o responsável por disseminar as concepções de liberdade de voto como um ato de soberania de um povo livre. Ademais, vale destacar que esse periódico veiculou advertências acerca dos candidatos conservadores, também tachados nas matérias jornalística de desleais e contrários ao povo, ao mesmo tempo que difundiu a ideia de que o povo é que deveria ser o juiz da nação.

O terceiro jornal, *O Tempo*, protagonizou a defesa da economia do dinheiro público como uma estratégia que pudesse engrandecer o país. O diário sustentou que o problema brasileiro era o sistema oligárquico, dada a primazia ao favorecimento dos interesses das elites ante os interesses do povo. Assim, um dos maiores desafios da nação era, de um lado, a corrupção de funcionários públicos e, de outro, a corrupção eleitoral, ambas as quais deveriam ser combatidas.

Em resumo, os ideais liberais estavam sendo propagados pela imprensa do Espírito Santo nas décadas de 1850 a 1860. Apesar da

defesa à liberdade, à soberania popular e à igualdade, nenhum desses ideais questionou o problema da escravidão, a qual continuava a ser defendida por seus opositores. Esse quadro nos esclarece que as ideias liberais não estavam fora do lugar e, sim, que elas se acomodaram às circunstâncias brasileiras.

Referências

CYRIL LYNCH, C. E. *O Conceito de Liberalismo no Brasil (1750-1850)*. Araucária, [S. l.], v. 9, n. 17, 2007. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1156>. Acesso em: 8 jan. 2022.

SCHWARZ, Roberto. (1973). *Idéias fora do lugar*. Estudos CEBRAP, 5, 151-161.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As ideias estão no lugar*. Cadernos de debate. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão do Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado – Programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Liberalismo político no Brasil: Ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: Origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revam: UERJ, 2001. 189p.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal P. Liberalismo Moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: Origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revam: UERJ, 2001. 189p.

PRADO, Maria Emília. Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: As ambiguidades do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: Origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revam: UERJ, 2001. 189p.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: Origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revam: UERJ, 2001. 189p.

MARTINS, Carlos Estevam. *Liberalismo: o direito e o avesso*. Dados [online]. 2003, v. 46, n. 4 [Acessado 21 janeiro 2022], pp. 619-660. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000400001>>. Epub 20 Abr 2004. ISSN 1678-4588. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000400001>.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. “Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia”: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BASTOS, Fabíola Martins. *A política na antessala do parlamento: imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, nos anos de 1840-1889*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

A Regeneração. Victória, p. 1 a 4. Anno I, nº 8, 11 jan. 1854. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 20 jan. 2022.

O Amigo do povo. Victória, p. 1 a 4. Anno I, nº 5, 8 ago. 1863. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 20 jan. 2022.

O Tempo. Victória, p. 1 a 4. Anno I, nº 42, 10 dez. 1861. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 20 jan. 2022.

O INÍCIO DO USO DAS PRAIAS EM VITÓRIA COMO LAZER

*Willis de Faria**



Podemos afirmar na linguagem popular, que a praia e o lugar mais democráticos do mundo. Todos são iguais, sem distinção de classes. Enfim, e um bem público de uso comum. E também, somos um país tropical, abençoado por Deus. Sol, calor e mar.

Um lugar de pleno lazer compartilhando. Mas para os que pensam que sempre foi assim, está enganado. A praia ou zona balnear e algo novo, se aperfeiçoou em meados do século 20.

Vamos contar esta história.

Surgiu na Europa, o modelo de praia, onde, seguiu sendo aperfeiçoado e deveria ter algumas qualidades consideradas necessárias ao solo (arenoso, plano e duro) e especialmente ao ar, com ausência de pântanos e florestas, visando reduzir ao mínimo as exalações maléficas.

O uso da praia como espaço de lazer começou em meados do século XVIII. Nessa época, um renomado médico britânico chamado John Floyer desenvolveu pesquisas que investigavam as propriedades terapêuticas que a água poderia ter.

* Geógrafo pós graduado, professor e escritor. Associado remido do IHGES.



O uso dos banhos de mar teve início no século XVII, mas, só se firmou como prática social a partir do século XIX, quando foi associado à terapias medicinais para alívio dos sintomas de diversas doenças.

Em suas investigações, registradas em uma publicação chamada “História do Banho Frio”, acabou chegando à conclusão de que a água salgada teria uma extensa capacidade de reverter doenças entre as quais se incluía até a paralisia.

Esse modelo de banho de mar é, portanto, diferente dos “banhos populares”. Sua prática induzia a uma ordenação ou codificação determinada pelo médico que estabelecia a estação, a duração, o lugar dos exercícios e o número de banhos por temporada.

Curioso mencionar que o usuário ia desfrutar não o sol, cujo único papel era purificar, mas, sim, o ar marítimo e os benefícios da água fria.

Após certos horários, evitava o contato com os raios solares, protegendo-se sob a sombra das árvores, condição para manter

“um tom pálido, macilento, funéreo, sinal de distinção daqueles que não precisavam trabalhar sob o sol”.

A partir dos primeiros anos do século XX, entretanto, o banho de água salgada deixou de ser exclusivamente terapêutico e se tornou um hábito mais corriqueiro, sendo a praia mais um espaço público ocupado pelas elites que experimentavam a modernidade.

Engraçado que, se voltássemos uns duzentos anos no tempo, ir à praia como nós vamos hoje não seria nada normal. Muito pelo contrário: tomar banho de mar era muito estranho e usar biquíni ou calção, ainda mais em público, nem pensar! É isto mesmo o que você deve estar pensando: até o lazer tem história.

Esta nossa história começa em 1810, e foi da Europa que os desesperados médicos de Dom João VI foram buscar a receita para curar o rei que vivia no Brasil havia dois anos.

Crença curiosa do mesmo período diz respeito ao poder purificador da roupa: acreditava-se que o tecido “absorvia” a sujeira do corpo. Bastaria, portanto, trocar de camisa todos os dias para manter-se limpinho.

Já no século XIX, o rei português dom João VI — o fujão que estabeleceu sua corte no Rio de Janeiro — mostrava-se descrente até da troca de camisas, que ele literalmente deixava apodrecer no corpo.

Pouco depois de a corte portuguesa chegar ao Rio de Janeiro e Don João VI, em 1810 com a perna infeccionada por conta de uma picada de carrapato, o rei seguiu as recomendações médicas e tomou um belo banho de mar — dentro de um barril, por medo dos caranquejos — e inaugurou oficialmente a temporada da praia na cidade.

O recipiente que lhe serviu de roupa tinha o fundo tapado. Na lateral havia um pequeno buraco, por onde a água entrava. Conforme as exigências do monarca, apenas suas pernas podiam ser molhadas.

A doença do monarca curou. O banho de mar terapêutico logo virou mania na alta sociedade carioca, que pagava uma fortuna

para entrar na água do mar com todo o conforto e ter um lugar para trocar e guardar as roupas.

Sem querer, ele inaugurou o costume que hoje lota as praias de banhistas e vendedores de queijo coalho.

Com o sucesso, os banhos atraíram a corte portuguesa alojados no país. Logo surgiram as primeiras casas de banhos terapêuticos, que ofereciam aos banhistas, piscinas com água do mar e locais para se trocar e guardar as roupas.

Pois até 1810 ninguém tomava banho de mar no Brasil. Mulher nenhuma se esticava na areia de biquíni fio dental até torrar como um camarão. Não tinha futebol ainda e muito menos futebol de areia.

Não tinha surf, nem rodinhas de banhistas descansando sob guarda-sóis. Ninguém considerava costumeiro nem civilizado lagartear na areia até 1810.

O uso das praias como área de lazer foi uma conquista bastante lenta e dependeu de uma forte mudança de hábitos por parte da população.

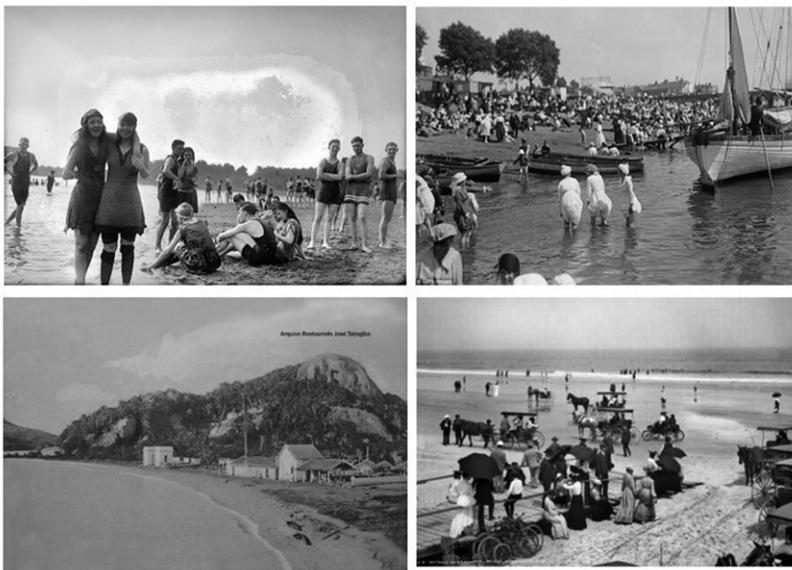
Bem, em Vitória, o uso das praias passou a ter uso apenas no início do século XX, e já vamos contar como isto aconteceu.

Havia a Rua da Praia. Bem que podia se chamar Rua da Maré, dos Mangues ou dos Caranguejos. Mas, por uma questão de bairrismo, os habitantes preferiam chamá-la Rua da Praia.

No entanto, praia nenhuma existia por ali e, de rua, o que havia era um caminho escorregadio à beira do mangue. A cidade de Vitória, na realidade estava situada no interior, cujos mangues se fartavam em suas margens.

Não havia porções de areia que se dessem condições de uso de como lazer. Com a maré baixa, formavam-se extensos manguezais fétidos.

É oportuno lembrar que, apesar da geografia insular de Vitória, até o final do século XIX a Capital ainda se restringia basicamente à região atual do Centro.



Não existia uma faixa de terra livre às margens do mar, característica de uma praia onde os usuários pudessem se recostar, ou melhor, colocar-se em posição de descanso.

Além disso, as praias ao norte e ao noroeste da Ilha ainda eram consideradas muito ermas e distantes, o que pode justificar parcialmente a preferência inicial por Vila Velha.

Diante disso, seria possível deduzir que a ausência dessa faixa de terra, associada à proximidade com áreas alagadiças, à ocupação das margens da Baía de Vitória por construções e à presença de inúmeros cais, pudesse impossibilitar a consolidação do espaço praia na área central ocupada de Vitória.

Em verdade, pelos motivos expostos, esse espaço acabou por não se constituir, o que não significa que tenha inviabilizado os banhos de mar nesse perímetro nuclear da cidade.

Os inúmeros relatos mencionados anteriormente sobre o estado fétido e sujo das praias do núcleo de ocupação da Capital, dão

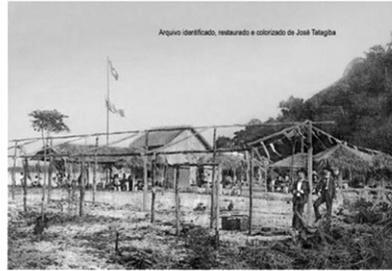
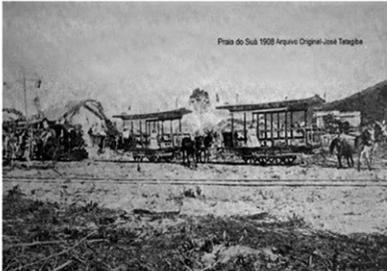
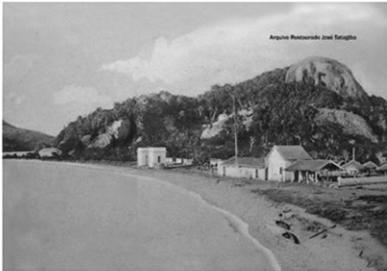
subsídios para afirmar que certamente estas não foram características almejadas pelos adeptos do banho terapêutico, ou seja, membros da classe ociosa, habituados aos serviços de uma criadagem.

Eram comuns as temporadas em balneários litorâneos, em geral mais afastados da cidade, nos quais as classes mais abastadas experimentavam uma liberdade inesperada, porém controlada.

De fato, a população capixaba, em especial a mais favorecida, procurou, no final do século XIX, o isolamento e a privacidade que as praias dos arrabaldes seriam capazes de proporcionar.

As vestimentas utilizadas eram determinadas pelo pudor e pelo medo da violação ocular das mulheres que, para proteger sua privacidade, se agrupavam num setor separado da praia.

Na virada dos séculos XIX a XX, no Rio de Janeiro, “as vestimentas das senhoras iam dos pés ao pescoço e deste aos punhos, com touca obrigatória na cabeça. Os homens usavam calças até os joelhos e camisa e blusa.”



O início de frequentar as praias em vitória.

O primeiro relato afora esse intervalo é datado de 1900 e é de autoria de um cidadão de Vitória que escrevia sob o suposto nome de Aristophanes.

Nesse relato, o cidadão menciona uma excursão organizada por um grupo de pessoas com destino à Pirahem para folgar o dia e realizar um piquenique.

A Praia do Suá – A Vila de Pescadores Transforma-se em Balneário

O bairro Praia do Suá tem esse nome porque, antigamente, era uma praia mesmo. Só existia o Centro e a Cidade Alta. Até o final dos anos 1800, não existia acesso às praias, a pé enxuto.

Era tudo mangue e água. Em março de 1905, o comerciante Aristides Navarro foi autorizado a montar uma linha de bondes, puxados por animais (burros), para transportar mercadorias e passageiros.

Primeiro foi feito o aterro em uma grande reta sobre terrenos de mangues a áreas alagadas, ligando a Vila Monjardim (Jucutuquara) a Praia do Sua.

Este aterro recebeu o nome de reta do Constantino, onde se estendeu as linhas de bonde e posteriormente ferro-caril, e depois se denominou Avenida Vitoria.

Dia 18 de fevereiro de 1907, um navio ancorou em Vitória e trouxe três bondes e material para montar a empresa Carril & Suá. O primeiro trecho, do Porto dos Padres ao Forte São João, foi inaugurado quatro meses depois.

A linha de bondes ajudou a povoar a zona norte de Vitória. Os bondinhos passaram a levar a nata da sociedade para convescotes na praia do Suá, onde foi montada uma estrutura com barracas e banheiro.

Ao final da primeira década do século XX, a Ilha do Boi, situada a leste da ilha de Vitória, também foi mencionada em periódico local como destino de camadas mais favorecidas que se utilizavam dessa região para realização de piqueniques como forma de socialização.

A publicação deixa claro que as horas de lazer ali desfrutadas promoviam, entre outras atividades recreativas, o usufruto da paisagem natural.

Apesar de haver o dia amanhecido obumbrado por nuvens pardacentas, vento ajudado pelo sol dissipou as ameaças de chuva, convertendo em alegria, o presságio de tristeza, animando, assim, os mais animados a levarem a efeito o projetado “pic-nic” na Ilha do Boi.

Se a concorrência de famílias não foi grande pelo motivo exposto, a alacridade não deixou, contudo, de transparecer no semblante de todos ao aprazível logradouro.

Enfim, hoje a Praia do Suá, a nossa Praia classificada como a primeira ZONA BALNEAR OFICIAL DE LAZER desapareceu com os aterros a partir dos anos 50.

Conseqüentemente a partir dos anos 80, as Praias de Santa Helena, Praia Comprida e Praia do Canto, também com aterros internos dos enrocamentos de proteção da entrada da baía de Vitória, dando lugar a uma praia artificial, oriunda de aterro, que é a nossa CURVA DA JUREMA.

Na região continental expandiu-se a partir dos anos 80 a Praia de Camburi.

Referências

Coleção Eutychio d'Oliver. Acervo IPHAN-ES - 1910.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória/Secretaria de Cultura e Turismo, 1995.

ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: Instituto Jones do Santos Neves, 1986.

FREITAS, José Francisco Bernardino. *Aterros e decisões políticas no município de Vitória: efeito cascata*. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2004. v. 8, p.17. Disponível em:

HARTT, Charles Frederick. *Geologia e geografia física do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Disponível em:

MARQUES, Cezar Augusto. *Diccionario historico, geographico e estatistico da provincia do Espirito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

PEREIRA, AMÂNCIO. *Homens e cousas espírito-santenses*. Victória -ES: Artes Graphicas, 1914.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Itatiaia, 1974.

TATAGIBA, José. *A história das primeiras ruas, ladeiras praças e monumentos históricos – Vitória, Cidade Presépio*. Vitória, 2008, p. 163. Disponível em:

Periódicos:

AGUA, luz e exgottos. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 1, 19 jan. 1909.

ARISTOPHANES. Da Capichaba a Maruhipe. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 1, 10 dez. 1899a.

ARISTOPHANES. No Jardim Municipal. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 1, 17 dez. 1899b.

ARISTOPHANES. Pirahem. *O Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 1, 4 fev. 1900a.

ARISTOPHANES. Ilhas das Caieiras. *O Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 1, 18 mar. 1900b.

ATHAYDE, Antonio Francisco de. Construção de kiosques. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, 4 nov. 1896. Avisos e editaes, p. 2.

- BANHOS no Suá. *Diário da Manhã*, Vitória, 30 ago. 1910. Secção livre, p. 3.
- BANHOS de mar no Suá. *Diário da Manhã*, Vitória, p. 4, 31 out. 1910.
- BAR hanseático. *Diário da Manhã*, Vitória, p. 1, 1 set. 1916.
- BARBOSA, Benevides L. Volteando. *O Diário*, Vitória, p. 2, 29 abr. 1912.
- BONDS do Suá. *O Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 2, 26 jul. 1907.
- CAMPOS, Arthur de Lima. Melhoramento do porto da Victoria. *O Diário*, Vitória, p. 1, 9 dez. 1912.
- CARVALHO, João Chrysostomo de. [Sem título]. *Correio da Victoria*, Vitória, 24 set. 1859. Editaes, p. 4.
- CASA na Praia do Suá. *Diário da Manhã*, Vitória, p. 4, 11 maio 1911.
- CASSAS do high-life. *O Estado do Espírito Santo*, Vitória, 5 abr. 1891. Secção anuncios, p. 4.
- CHRONICA local: a agua do Marinho deve ser utilizada para os diferentes misteres domesticos menos para ser bebida. *A Província do Espírito Santo*, Vitória, 9 abr. 1889a. *A Província do Espírito Santo*, p. 2.
- COSTA, C. No Jardim Municipal. *O Espirito-Santense*, Vitória, 16 mar. 1882. Variedades, p. 2
- DAEMON, Basilio Carvalho. Obras feitas pelo Partido Conservador. *O EspiritoSantense*, Vitória, 19 jan. 1882a. *O Espirito-Santense*, p. 1.
- DAEMON, Basilio Carvalho. Limpeza da cidade. *O Espirito-Santense*, Vitória, p. 1, 19 nov. 1882b.
- DAEMON, Basilio Carvalho. Um pouco de tudo. *O Espirito-Santense*, L.L. *O Estado do Espirito Santo e o seu actual governo. Diário da Manhã*, Vitória, p. 1, 10 nov. 1910.
- LYRIO, Alvim. O Dr. Jeronymo Monteiro e o governo de S. Exa. *Diário da Manhã*, Vitória, 27 fev. 1909. Collaboração, p. 3.
- MARCO, Julia Cesar de. Impressões da Victoria. *O Diário*, Vitória, p. 1, 26 jul. 1912a.
- MARCO, Julia Cesar de. Impressões de Victoria. *O Diário*, Vitória, p. 1, 18 ago. 1912b.
- MELHORAMENTO necessário. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 1, 23 set. 1909.

MELHORAMENTOS da capital: as inaugurações. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 2, 29 set. 1909.

M.F. Um mysterio. *Diário da Manhã*, Vitória, 27 ago. 1916a. Colaboração, p. 2.

Diário da Manhã, Vitória, 4 mar. 1911. Através do *Estado do Espírito Santo*: as belas da capital, p. 2.

ODINETTE. Bilhetes femeninos. *O Olho*, Vitória, p. 1-2, 8 dez. 1912c.

O CORSO. Diário da Manhã, Vitória, p. 1, 16 jul. 1908.

OLHO que vê. *O Olho*, Vitória, p. 2, 13 out. 1912.

PARQUE Moscoso. *Diário da Manhã*, Vitória, p. 1, 29 jun. 1916.

PELO remo. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 2, 13 jun. 1911.

PEREIRA, Amancio. [Sem título]. *Diário da Manhã*, Vitória, p. 3, 26 abr. 1917.

PEREIRA, Cleto Nunes. Averbção de marinhas. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, 15 jul. 1896. Governo Municipal, p. 1.

PIC NIC. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, 23 mar. 1909. Interesse local, p. 1.

SANEAMENTO da capital: cartas á redacção d' *O Estado do Espírito Santo* – Parte I. *O Estado do Espírito Santo*, Vitória, 9 jan. 1890a. *O Estado do Espírito Santo*, p. 2.

SANEAMENTO da capital: cartas á redacção d' *O Estado do Espirito-Santo* - Parte II. *O Estado do Espírito Santo*, Vitória, 10 jan. 1890b. *O Estado do Espírito Santo*, p. 2.

SANEAMENTO da capital: cartas á redacção d' *O Espirito-Santo* – Parte VII. *O Estado do Espírito Santo*, Vitória, 25 jan. 1890e. *O Estado do Espírito Santo*, p. 2.

SECRETARIA DO GOVERNO. Expediente do dia 23 de outubro. *Correio da Victoria*, Vitória, p. 1, 27 out. 1849.

SECRETARIA DO GOVERNO. Despachos. *Diário da Manhã*, Vitória, 19 jan. 1912. Actos officiaes, p. 1.

SENRA, Alberio. O Espírito-Santo antigo e moderno. *O Diário*, Vitória, p. 1, 21 ago. 1912.

SOARES, Gerson de Macedo. A sahida é o contrario da entrada! *Diário da Manhã*, Vitória, 23 jun. 1916. Impressões da Victoria, p. 1.

THOMPSON, Arthur. [Sem título]. *Diário da Manhã*, Vitória, 20 fev. 1909. Editaes, p. 3.

TOLEDO, Raul de. Queixumes de amor. *Diário da Manhã*, Vitória, 27 ago. 1916. Colaboração, p. 2.

VAPÔR e triumpho >> o empresario: Urbano Batalha. *A Província do Espírito Santo*, Vitória, 27 jan. 1883. Declarações, p. 4.

SIMÓN BOLÍVAR — O LIBERTADOR DA AMÉRICA — ACLAMADO E REPROVADO

*Ester Abreu Vieira de Oliveira**

Era o fim. O general Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios ia embora para sempre. Tinha arrebatado ao domínio espanhol um império cinco vezes mais vasto que as Europas, tinha comandado vinte anos de guerras para mantê-lo livre e unido, e o tinha governado com pulso firme até a semana anterior, mas na hora da partida não levava sequer o consolo de acreditarem nele.

(Gabriel García Márquez. *O General em seu Labirinto*. p. 3)

Resumo: Este artigo procura apresentar a vida de enaltecimentos e humilhações do General Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar idealizador de uma união da América do Sul sob o domínio espanhol. Para isso apresenta um preâmbulo histórico sobre o processo de independência das colônias espanholas na América do Sul e o papel que Simón Bolívar ocupa nesse movimento, com base no estudo realizado por Cesare Cantu in *História Universal*. Apoiando-se na narrativa de Gabriel García Márquez, em *O General em seu Labirinto*, destaca os derradeiros e tristes acontecimentos desse político, chamado O Libertador da América, e seus mais íntimos companheiros.

* Professora Emérita da Ufes, escritora (autora de ensaios, poemas, crônicas e contos, e de traduções), pertence a instituições culturais no exterior e no país, e, no Espírito Santo, à Academia Espírito-santense de Letras, Academia Feminina Espírito-santense de Letras, Academia Capixaba de Letras e Artes de Poetas Trovadores, Associação de Professores de Espanhol e ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

1- Preâmbulos Históricos Da Ruptura Colonial

Fluye el tiempo inmortal y en su latido
sólo palpita estéril insistencia,
sorda avidez de nada, indiferencias,
pulso de arena, azogue sin sentido.
Octavio Paz, “Monumento”.

Após o triunfo da Revolução Francesa, em julho de 1789, processo revolucionário com inspiração nas ideias iluministas contra a monarquia, os colonos líderes (os “*criollos*”¹) da América Latina organizaram movimentos para uma mudança na forma de governo. Por esse anseio de liberdade surgem revoltas tanto nas colônias espanholas como na colônia de Portugal, o Brasil.²

Na América Hispânica destacam-se a luta em Tupac Amaru, no Peru, em Tupac Katari, no Alto Peru, atual Bolívia. Buscavam os insurretos a se oporem às injustiças cometidas pelo governo colonial, reagindo-se contra a despótica política da coroa espanhola que tentava maximizar os lucros obtidos com a exploração em suas colônias, especialmente na área mineral do ouro, da prata e das pedras preciosas e semipreciosas.

Em 1807, a invasão napoleônica na Península Ibérica trouxe consequências políticas e ampliou o desejo de as possessões espanholas se livrarem do jugo castelhano. Nesse aspecto é relevante lembrar, na parte geopolítica – administrativa, o Vice-Reino de Nova Granada (em castelhano *Virreinato de Nueva Granada*), uma jurisdição colonial do Reino de Espanha no noroeste da América do Sul, correspondendo na atualidade aos atuais países: Colômbia,

¹ Filhos de abastadas famílias espanholas nascidos na América.

² Aqui nos referimos aos colonos das coroas: espanhola e portuguesa, pois no Brasil, ocorreram revoltas como a da Independência Mineira no desejo de se libertar do jugo português.

Panamá, Equador e Venezuela, além de pequenas porções dos territórios atuais de Guiana, Trindade, Tobago, Brasil, Peru e Argentina. A capital desse virreinato era a cidade de Santa Fé de Bogotá, atual Bogotá, capital da Colômbia. Essa administração da coroa espanhola foi dissolvida nas primeiras décadas do século XIX, quando as províncias alcançaram a independência. Nesse processo de reformulação política, dois líderes se destacaram para instigar a nacionalidade entre os colonos: Simon Bolívar e José de San Martín.

Criar a unidade política das Províncias Unidas de Nova Granada não foi difícil. Porém, a capital, Santa Fé, que ficava numa região montanhosa e isolada, não aderiu a essa união, formando o Estado da Cundinamarca. Mas logo uma série de guerras entre a Cundinamarca e as Províncias Unidas teve início.

Em 1810, as regiões da atual Colômbia, começaram a formar suas Juntas de Governo: Cartagena (22 de maio), Cali, Socorro e Pamplona (no dia 3 de julho) — e, em 20 de julho, Santa Fé (atual Bogotá). Em 25 de maio desse ano, a Argentina proclamou sua independência, em 11 de setembro o Chile, e em 15 de maio de 1811 o Paraguai.

Em 1814, Simon Bolívar, líder do processo de independência na Venezuela refugiou-se em Nova Granada. A partir de então, e até 1816, Nova Granada viveu um processo de guerras civis. Enquanto isso, algumas regiões preferiram manter lealdade à Espanha, como Pasto e Santa Maria (na Colômbia) — e o Panamá. Esse período ficou conhecido como Pátria Boba (período de desunião).

Em 1819 nasceu de decisões do Congresso de Angostura, de forma não oficial, a Grã-Colômbia, constituída dos Estados modernos da Colômbia, da Venezuela, do Panamá e do Equador, tendo como capital a cidade de Bogotá. Porém, a Grã-Colômbia só conseguiu o status oficial de nação unificada em 1921. Mas como essa unidade estava repleta de conflitos, só se manteve até a morte de

Simon Bolívar, seu principal defensor. Foi uma nação efêmera criada sob a liderança dos *criollos*, alicerçada, sobretudo pelas ideias do venezuelano Simón Bolívar — o Libertador da América — que compreendia e defendia a ideia de uma nação territorialmente ampla e unida por fatores comuns, como o idioma espanhol e a religião católica.

SIMÓN BOLÍVAR



Simón Bolívar - Bing images

Bolívar [...] É l era aéreo, rápido, metálico, todo anticipación, ciencia de vuelo, Pablo Neruda

Bolívar planejava uma unificação da América, mas depois do Congresso Anfictiônico do Panamá,³ ocorrido de junho a julho de 1826, seu ideal fracassou. A própria Nova Granada se fragmentou em Colômbia, Venezuela e, mais tarde, Equador. As separações continuaram. O Peru e o Alto

Peru⁴ se dividiram tornando-se Peru e Bolívia (nome dado em homenagem a Bolívar). Por sua vez, o Paraguai rompeu os seus laços com a Espanha em 20 de novembro de 1821 e, em 15 de setembro desse ano aconteceu a rescisão dos laços com a Espanha dos países

³ O Congresso do Panamá ou Congresso Anfictiônico do Panamá realizado no Panamá tinha como meta criar uma confederação hispano-americana, ideal de união de Bolívar.

⁴ O Alto Peru, mais tarde denominado Bolívia, dependia do vice-reinado do Rio da Prata desde 1776.

de Centro América: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, e Costa Rica, e, em 27 de setembro, do México. Em 6 de agosto de 1825 consolidou-se a independência da Bolívia e pôs fim ao poder espanhol na América do Sul Hispânica e Simón Bolívar tornou-se o primeiro presidente da Bolívia.

Simón Bolívar, José de San Martín e Bernardo O'Higgins do Chile organizaram os exércitos coloniais que enfrentaram durante quase 10 anos, as tropas enviadas por Madri para garantir o controle sobre a América. Pouco a pouco, libertaram e conquistaram, militarmente, a independência dos vários vice-reinados e capitânias sul-americanas, que passaram a ser repúblicas.

O General Domingos de Monteverde, defensor da coroa espanhola no Virreinato de Nova Granada, era o grande adversário dos militantes. Durante os anos de 1812 e 1813 combateu a causa revolucionária de independência americana, acabou com a I República da Venezuela, em 1812. Em 1813 foi vencido pelas forças comandadas por Simón Bolívar.

Simón Bolívar nasceu na Nova Granada em 24 de julho de 1783, filho de uma rica e nobre família de Caracas. Pôde ter uma educação exemplar para a sua época, como ter como professor Andrés Bello⁵ e estudar na Espanha e visitar países europeus. Assitiu, em 1804, à coroação de Bonaparte. Visitou Roma, onde jurou emancipar sua pátria do jugo político espanhol. Julgava que toda a América deveria unir-se na revolução de cada província e para isso era necessário dar um grande golpe para uma autonomia integral, mas não só de distritos. Libertou Cartagena, penetrou na Venezuela para emancipá-la com um reduzido exército “libertador”. Propagou

⁵ André Bello filólogo venezolano, autor da Gramática Castellana, humanista, diplomata, poeta, legislador, filósofo e educador. Suas obras políticas e literárias constituem uma parte importante da cultura hispano-americana.

a revolução (em 1813), e guiou o seu exército por florestas e desertos, montes nevados e pelo rio Orenoco e lagos.

Bolívar atravessou os Andes, alcançou vitórias e foi proclamado capitão geral de duas repúblicas.

Com o nome de Colômbia, em 17 de dezembro de 1819, Bolívar uniu as províncias de Nova Granada e da Venezuela, regendo-a com um governo popular e representativo, que nunca fosse propriedade de qualquer mando de nenhuma família e de nenhum indivíduo e com imprensa independente.

Bolívar auxiliou os insurretos do resto da América. Em 1821 deu o último golpe no domínio espanhol e em abril de 1826 voltou a uma Colômbia de ambiente intranquilo. Não foi bem quisto. Devido às medidas enérgicas que tomou foi considerado por um grupo de pessoas de atentar contra a liberdade ou contra a glória do país e de seu ideal considerado uma usurpação, ou seja, uma tendência à tirania. Essas acusações ou suposições levam Bolívar a apresentar ao Congresso de Bogotá em 5 de fevereiro de 1827 a sua renúncia expondo os motivos e justificando que abdicava para sempre a presidência da república: “Eu não sou de todo despido de ambição; ora, por amor da minha fama desejo tirar do temor a meus concidadãos, e assegurar-me, depois da morte, uma memória digna da liberdade”.(CANTU, 1957, p. 186). Em 25 de setembro de 1828 tentam assassinar Bolívar em Bogotá. Mas sua amada Manuela Sáenz⁶ evita o atentado com perspicácia e coragem.

⁶ Manuela Sáenz era amante de Bolívar, uma revolucionária, que junto com Simon Bolívar luta pela independência das colônias espanholas na América do Sul Comandou batalhões e desempenhou importante papel na tática da espionagem e da propaganda pela independência. Na construção da República da Grã-Colômbia previu problemas graves e propôs soluções. Descobriu e desarticulou traições e atentados e doou recursos financeiros pessoais à causa revolucionária.

Bolívar foi aclamado e amado, desprestigiado e odiado. Em 17 de dezembro de 1830, na quinta de San Pedro Alejandrino, com poucos amigos morreu o Libertador da América, de enfermidade pulmonar.

Entre a história e a ficção o escritor colombiano prêmio Nobel Gabriel García Márquez recria o mito de Simon Bolívar na obra singular *O General em seu Labirinto* (1989)⁷, publicada pela Editora Três, traduzida por Moacir Wernek de Castro, ilustrada por Gonzalo Ivan Carcamo, e dividida em oito partes.

Digo singular, pois se pode inseri-la em romance, ou em memória. Nela são colocados relatos contendo uma imagem negativa de um herói da América em seus derradeiros e angustiantes meses de vida quando tuberculoso, febril, debilitado, procura expatriar-se e tem como servidor fiel e confidente José Palácio e uns poucos amigos.

2- *O General Em Seu Labirinto* (GL)

Cuando sobre el papel la pluma escribe,
a cualquier hora solitaria,
¿A quién escribe el que escribe por mí,
orilla hecha de labios y de sueño,
quieta colina, golfo,
hombro para olvidar al mundo para siempre?
Octavio Paz, “Escritura”

O narrador de *O General em seu labirinto* evoca acontecimentos específicos da vida de Simon Bolívar que se passam num

⁷ García Márquez nasceu em Arataca, Colômbia, em 1928, e faleceu na Cidade do México em 2014. Em 2082 lhe foi outorgado o Prêmio Nobel de Literatura. Além de *O General em seu labirinto*, desse escritor (periodista, romancista e contista), cito as obras: *O enterro do Diabo* (1955), *Os funerais de Mamã Grande* (1961), *Cem anos de Solidão* (1967) e *O Outono do Patriarca* (1975).

ambiente de 1830, num período em que muitas colônias espanholas já haviam adquirido sua independência,⁸ durante a viagem que Bolívar fez de Santa Fe de Bogotá à costa caribenha (Cartagena de Índias) para se exilar na Europa, desejo que lhe será frustrado, e época que marca que as pessoas que o haviam acolhido como Presidente da Gran Colômbia estavam insatisfeitas com ele e o ultrajavam.



<https://bit.ly/3g1Te3b>

O narrador aponta a paixão do General não só pela glória da batalha, mas também pelas mulheres e lembra suas participações em festins babilônicos. Apresenta muitos personagens, mas entre eles destacarei três; José Palácio, Manuela Sáenz e Miranda Lyndsay, pela aproximação mais afetiva com o personagem principal Simón Bolívar.

⁸ As únicas colônias que não estavam ainda independentes eram Cuba e Porto Rico que a alcançaram em 1898.

O narrador descreve o cuidado do General com o asseio pessoal, o seu trajar, indisposições orgânicas, temperamento e anseios, mesmo estando enfermo. Ele abandona uma visão heroica do “Libertador da América” e destaca a figura de um velho prematuro, doente e exausto, registrando o tempo “que lhe resta mal dá para chegar ao túmulo”

Era o fim. O general Simon José Antonio de la Santíssima Trinidad Bolívar y Palacios ia embora para sempre. Tinha arrebatado ao domínio espanhol um império cinco vezes mais vasto que as Europas, tinha comandado vinte anos de guerras para mantê-lo livre e unido, e o tinha governado com pulso firme até a semana anterior, mas na hora da partida não levava sequer o consolo de creditarem nele. O único que teve bastante lucidez para saber que na realidade ia embora, e para onde ia, foi o diplomata inglês, que escreveu num relatório oficial a seu governo: “O tempo que lhe resta mal dá para chegar ao túmulo.” (GL, 1ª parte, p. 22.).

O governo da Colômbia mudou e em Bogotá Cartagena e algumas cidades de Nova Granada há manifestações pedindo a Bolívar para voltar ao governo. E, mesmo enfermo, em setembro, e esperando o visto para partir para Europa, repetindo a frase “Estou velho, doente, cansado, desiludido, fustigado, caluniado e mal pago” (GL. 7ª parte, p.5), ele faz minucioso plano militar para defender o governo vigente de Urdaneta. Com seus oficiais traçou a estratégia com precisão:

[...] descrevendo os acidentes do terreno, movendo exércitos inteiros como peças de xadrez, antecipando-se aos propósitos mais secretos do inimigo. Não tinha formação acadêmica sequer comparável à de qualquer dos seus oficiais, na maioria formados nas melhores escolas milita-

res da Espanha, mas era capaz de conceber uma situação completa até os últimos detalhes. Sua memória visual era tão surpreendente que podia prever um obstáculo visto muitos anos antes, e embora longe de ser um mestre nas artes da guerra, ninguém o superava em inspiração. (GL, 7ª parte, p.5),

A expedição saiu em 25 de setembro de Cartagena com dois mil homens, e o general segue em primeiro de outubro e vai encontrar-se com a expedição em marcha para Maracaíbo, segundo declara o narrador: “[...] já não era um aposentado que fugia, vencido, para o desterro: era um general em campanha” (7ª part, p.6). Apesar de doente, esforçava-se por demonstrar suas atividades do passado, dava instruções sobre cartas, procurava com sua influência beneficiar pessoas, fez testamento. Seus amigos procuravam ocultar as manobras políticas negativas. Ele traçava planos militares considerados loucura pelos ouvintes. Seu físico mirrava tanto que era preciso “[...] dar uma volta a mais nos punhos da camisa e cortar uma polegada nas calças, [e já tinha], atravessado quatro vezes o Atlântico e percorrido a cavalo os territórios libertados mais do que qualquer outro em qualquer tempo [...]” (8ª parte, p.12). Porém, no final desse ano, falece no dia 17 de dezembro cercado de poucos amigos e:

[...] à uma hora e sete minutos [...] cruzou os braços contra o peito e começou a ouvir as vozes ruidosas dos escravos cantando a salve-rainha das seis nos trapiches, e avistou o céu pela janela o diamante de Vênus que ia embora para sempre, as neves eternas, a trepadeira nova cujas campânulas amarelas não veria florescer no sábado seguinte na casa fechada pelo luto, os últimos fulgores da vida que nunca mais pelos séculos dos séculos, tornaria a se repetir. (8ª parte, p.17)

Objetiva o autor de *O General em seu labirinto* destacar o esmaecimento de uma vitalidade e de um fugir de glória, de uma forte personalidade que se mostrara sempre inabalável, como mostra o fragmento

Sempre encarara a morte como um risco profissional sem remédio. Tinha feito todas as suas guerras na linha de perigo, sem sofrer um arranhão, e movia-se em meio ao fogo contrário com uma serenidade tão insensata que até seus oficiais se conformaram com a explicação fácil de que se julgava invulnerável. Saíra ileso de todos os atentados a ele urdidos, e em vários salvou a vida por não estar dormindo em sua cama. Andava sem escolta, comia e bebia sem nenhum, cuidado com o que lhe ofereciam por onde andasse [...] (parte 1ª p. 7)

Durante a narrativa emergem duas modalidades de vida do General Simon Bolívar: a do apogeu de um homem, respeitado e louvado, que tinha vivido de forma grandiosa e intensa, como comprovam os suntuosos banquetes por ele oferecidos, e a decadência física de uma pessoa corrompida pela febre, que vê junto a esse aquebramento corporal dissolver-se a sua riqueza material, afastarem-se os que diziam amigos e sufocarem-se as aclamações.

Nos primeiros anos de poder, o general não perdia ocasião de oferecer banquetes concorridos e esplêndidos, incitando os convidados a comer e beber até a embriaguez. Desse passado régio lhe ficaram os talheres pessoais com seu monograma gravado, que José Palacios levava para as festas. (GL. 3ª parte, p. 2-3)

A ação inicia num chuvoso, frio e ventoso “sábado, oito de março do ano de trinta, dia da Santíssima Virgem medianeira de todas as graças” (1ª parte, p. 5-6), quando o General sai de Santa

Fé de Bogotá, “a dois mil e seiscentos metros acima do nível do mar longínquo” (GL, 1ª parte, p.6) com poucos oficiais fieis, que o seguiam para evitar atentados contra ele, e se dirige para o porto de Cartagena de Indias, com o objetivo de esperar o passaporte para deixar a Colômbia e ir para a Europa.

Na noite anterior o General recebeu a visita de Manuela Sáenz,



<https://bit.ly/3Featmu>

aguerrida quitenha que o amava, mas que não o seguiria até a morte. Ficava como sempre com a incumbência de manter o general bem informado de tudo o que ocorresse em sua ausência, pois fazia muito tempo que ele não confiava em ninguém mais. Deixava-lhe em custódia algumas relíquias sem outro valor senão o de terem sido suas, bem como alguns livros mais apreciados e dois cofres com arquivos pessoais. (GL, 1ª parte, p. 6)

Essa personagem é apresentada viril e delicada ao mesmo tempo. Veste-se como homem, fuma cachimbo, determinada e livre, usa perfume, é atenciosa para com o general, lê para ele com ênfase declamatória, adequando-se ao estilo do autor, procurando distraí-lo. O narrador afirma que Bolívar não se casou mais depois da morte de sua mulher Maria Teresa Rodriguez del Toro y Alayza, quando ainda jovem, mas era amado por Manuela Sáenz e recebia muitas visitas de mulheres.

Manuela Sáenza astuta indômita, casada com um velho médico inglês, James Thom, acompanha Bolívar desde a morte de Maria Teresa sua esposa. Ela o salvou de tentativa de assassinato na noite de 25 de setembro de 1828. O general lhe escreve durante a viagem e ela também, mas o carteiro não entregava as cartas dela.

José Palacios, analfabeto, “[...] mas capaz de lembrar qualquer frase ouvida” (GL, parte 2ª, p. 12), era o mordomo, amigo e confiante de Bolívar. Zeloso com o amigo, ele procurava fazê-lo descansar, preocupava-se com o seu alimento, ajudava-o a vestir-se depois do banho e observava que estava fisicamente decadente e frágil e tinha a triste expectativa de que o General não teria um ano de vida:

Ao vestir-se a calça de camurça que não usava desde as noites babilônicas de Lima, descobrira que ia diminuindo de estatura à medida que perdia peso. Até sua nudez era diferente: tinha o corpo pálido e a cabeça e as mãos queimadas de sol. Completara quarenta e seis anos no último mês de julho, mas já sua áspera grenha caribe ficara cinzenta: tinha os ossos desmantelados pela decrepitude prematura, e todo ele se via tão desfeito que não parecia capaz de durar até o próximo julho [...] (1ª parte, p. 5).

José Palácio é o personagem que coloca Bolívia no contexto de uma vida cotidiana. É quem servirá ao narrador para mencionar acontecimentos e datas. Ele gostava e cuidava de dois cachorros que acompanhavam a comitiva, sofria por ver Bolívar por vê-lo sair às escondidas quando fora tão estimado e festejadas suas chegadas e fazia tão pouco tempo.

Apenas três anos antes, quando regressou das estereis guerras do sul sob o peso da maior quantidade de glória que qualquer americano vivo ou morto jamais havia merecido, foi alvo de uma recepção espontânea que marcou época. [...] Ninguém teria acreditado ser ele o mesmo de então, nem que fosse a mesma aquela cidade taciturna que abandonava para sempre com cautelas de foragido. [...] O governo postara guardas invisíveis até nos lugares de menor perigo, e isso impediu que saíssem no seu encalço as maltas coléricas

que o haviam executado em efígie na noite anterior, mas em todo o trajeto se ouviu um mesmo grito distante: “Longaniizo!”. (GL, 2ª parte, p. 2)

Esse personagem caminhava ao lado de Bolívar com elegância. Era tão pomposa sua roupa que algumas vezes, segundo o narrador era confundido com o General. Segue uma descrição de seu vestuário.

[...] vestido como sempre, até no fragor das batalhas, com a sobrecasaca sacramental, o prendedor de topázio na gravata de seda, as luvas de cabritilha e o jaleco de brocado com as duas correntes cruzadas de seus relógios gêmeos. As guarnições do arreiço eram de prata de Potosi, e as esporas, de ouro [...]. (GL, 2ª parte, p. 2)

Destaca-se ainda Miranda Lyndsay, mulher de muita beleza que Simón Bolívar tinha conhecido em Kingston, na Jamaica Britânica, em maio de 1815, já fazia 15 anos, durante um almoço na casa do diplomata inglês num engenho de açúcar. Ele procurou conquistá-la. À noite, ao receber um convite dela, foi ao seu encontro, supondo ter um momento amoroso. Mas não passou de uma amável conversa. Truque que ela utilizou para evitar que fosse assassinado, porque como confessou ao pai não se impressionou com ele e o achou arrogante:

com suíças e bigodes ásperos de mulato e o cabelo comprido até os ombros. Trajava à inglesa, como os jovens da aristocracia *criolla* com gravata branca e uma sobrecasaca grossa demais para o clima, e a gardênia dos românticos na abotoadura. (GL, 3ª parte, p.5)

Miranda salvou o General de um assassinato, numa época em que era o mais obstinado a lutar pela independência (GL, 3ª parte,

p. 6-7). E, o narrador de GL, apresenta Miranda em visita ao General, em Cartagena, nesse percurso do Libertador para o desejado exílio e ela recordando de como era o General quando o conheceu em Jamaica e a diferença dele agora ao vê-lo sem as suíças e o bigode juvenil com o cabelo branco e ralo, com aspecto tão decadente que lhe pareceu estar falando com um defunto, aparentando ter mais idade do que tinha. (idem p. 8) .

Em *O General em seu labirinto* deparamos com um narrador heterodiegético (não é um personagem da ação, ele conta a história), ele se limita à visão que os diferentes personagens que rodeiam Simón Bolívar têm da história e com suas ações e falas contribuem para o entendimento do personagem principal: Simón Bolívar. Ele conhece os desejos, os pensamentos do personagem. Tem um papel de um historiador que conta a história como aconteceu, e como foi documentada, mas não se trata de uma biografia histórica.

O que nos mostra a narrativa é o aclamado “O Libertador” que libertou grande parte do continente sul americano não ter deixado nunca a América do Sul. Nunca ter saído de sua labiríntica vida transcorrida como em um labirinto de enredados caminhos ilusórios, com complexos desafios. Sua viagem terminou em Santa Maria: fraco, enfermo e com poucos amigos. Morreu na pobreza, com 46 anos, viúvo de Maria Teresa Rodriguez del toro y Alayza, amado por Manuela Sáenz.

Referências

CANTU, Cesare. *História Universal*. São Paulo: Editora da Américas, 1957, vol. 29.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O General em seu labirinto*. Tradução de Moacir Werneck de Castro, ilustração de Gonzalo Ivan Carcamo Luna. São Paulo: Editora Três Ltda., 1995.

NERUDA, Pablo. XXVI. *Canto General*. In: *Poesías Escogidas*. Madrid: Aguilar, 1980, p. 362.

PAZ, Octavio. Monumento. In: *Libertad bajo palabra*. Madrid: Cátedra, 1990. p. 132.

PAZ, Octavio. Escritura. In: *Libertad bajo palabra*. Madrid: Cátedra, 1990. p. 133.

SOBRE O NASCIMENTO DE VASCO FERNANDES COUTINHO

Paulo Stuck Moraes*

Muito se fala da data de nascimento de Vasco Fernandes Coutinho, o primeiro donatário da capitania do Espírito Santo. Alguns autores chegam a falar em 1480, como provável ano de nascimento dele, sem se aprofundar nisso.

João de Barros (c.de 1496-1570), em *Décadas da Índia*,¹ por ocasião de um ato heróico, em 1510, o cita como “em sendo bem moço”. Daí podemos deduzir idade bem precoce, algo em torno de 16 ou 17 anos.

Voltando um pouco no tempo, a vida de outro Vasco Fernandes Coutinho vai ser determinante para estabelecer de forma mais provável o nascimento do primeiro donatário do Espírito Santo. Esse outro Vasco é o avô do donatário. Nascido por volta de 1440, casou-se por volta de 1474,² com Maria de Lima. Este casal gerou 3 filhos: Fernão, que faleceu muito jovem, Leonel, que faleceu em 1510, já na Índia, e Branca, a mãe do donatário.

Esse casamento, e o nascimento de Branca Coutinho, já colocam por terra a data de 1480, pois Branca, nesta ocasião, não teria mais que quatro ou cinco anos de idade. Na hipótese que ela seja a segunda filha do casal, colocaria seu nascimento por volta de meados de 1475. Sendo a terceira filha, seu nascimento deve ter ocorri-

* Pesquisador e genealogista. Membro do Colégio Brasileiro de Genealogia (CBG), Cadeira n. 24, e da Associação Brasileira de Pesquisadoras de História e Genealogia (ASBRAP).

¹ BARROS, João de. *Décadas da Ásia, Década Segunda*, Livro V, capítulo X, folha 123v. Lisboa: 1628, Jorge Rodrigues.

² COSTA, João Paulo Oliveira e. “Vasco Fernandes Coutinho – construtor do Estado da Índia e do Brasil”. in: *D. João III e a formação do Brasil*. CEPCEP. Braga, 2004.

do no final de 1476, posto que seu pai Vasco Fernandes Coutinho foi um dos que faleceram na famosa Batalha de Toro, ocorrida em 01 de março de 1476.

Branca Coutinho casou-se com Jorge de Melo, o Lágio, em tenra idade, por volta do final de 1490, ou início de 1491. O casal teve pelo menos 6 filhos e, a considerar as informações de genealogistas³ famosos para a sequência de nascimento dos filhos, o donatário Vasco seria o segundo filho do casal, o que colocaria seu nascimento por volta de 1492 ou início de 1493.

Já na Índia em 1509, levado por seu tio Leonel Coutinho (c.de 1476-1510), integrantes que foram da armada do 6º marechal do Reino, Fernando Coutinho (?-1510)⁴, também parente deles, portanto, em 1510, não teria mais que 16 ou 17 anos, por ocasião do feito heroico relatado por João de Barros:

em sendo bem moço, ao enfrentar um muçulmano, em carga da cavalaria sobre ele, desvia-se, e, segurando as rédeas do animal, crava-lhe a espada abatendo, ao mesmo tempo, cavalo e cavaleiro.⁵

No complemento dessa mesma passagem, é citado como filho de Jorge de Mello, que foi morto pelos mouros, em Mazagão, onde deduz-se que seu pai faleceu antes de 1510.⁶

³ Alão de Moraes afirma categoricamente que é o segundo filho, em sua *Pedatura Lusitana* (tomo 1, volume 1, página 521).

⁴ Fernando e Leonel morreram na tentativa de tomada de Calicute, em 04.01.1510, onde também se feriu Afonso de Albuquerque, governador da Índia.

⁵ BARROS, João de. *Décadas da Ásia, Década Segunda*, Livro V, capítulo X, folha 123v. Lisboa: 1628, Jorge Rodrigues.

⁶ Na realidade, antes de 18.11.1506, pois documento na Chancelaria de D. Manoel, Livro 38, fl.12v., sobre o casamento de sua filha Guiomar atesta que já era falecido.

Assim, não cabe mais dizer que o primeiro donatário Vasco Fernandes Coutinho nasceu por volta de 1480. Fica evidente que a data mais apropriada flutua entre 1492 e 1493, posto que tudo indica que seja o segundo filho do casal Branca Coutinho e Jorge de Melo. A presunção dessas datas é corroborada pelo mestre João de Barros, ao escrever sobre os feitos heroicos do donatário, em sua estada nas Índias.

PROF. AMÉRICO MENEZES

*Regina Menezes Loureiro**

“A verdade existe,
A verdade é o bem,
A verdade é Deus.
Este é o meu lema”

Américo Barbosa de Menezes Junior

Por compromisso moral, estima e admiração pelo tio Américo, recomponho memórias e construo a linda História do Professor Américo Menezes. Lembro com saudade dos momentos que desfrutamos de sua companhia, de seus ensinamentos e faço uma aquarela de opiniões sobre o que o Professor Américo foi como pessoa e profissional.

Ao elaborar este documento, transcrevo depoimentos que colhi para me distanciar do laço familiar/afetivo que me une ao Professor Américo. Reporto-me aos que vieram antes de nós, construíram estradas, povoaram vilas e cidades e deixaram marcas com seus exemplos de vida.

Neste momento em que o País busca estabelecer modelos de desenvolvimento, é oportuno fazer uma releitura, mesmo que singela, do legado deixado pelo Professor Américo Menezes.

Neste documento faço uma retrospectiva, em gratidão por todos aqueles que povoaram este torrão farto.

* Advogada e escritora. Associada do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

A História Primeira

Vindo de Telões, Portugal, Francisco Antônio de Carvalho e Cunha, c/c Ana Vieira de Jesus, instalou-se no Rio de Janeiro construindo fazendas, formando família. Foram os pais de José Vieira de Carvalho Milagres e de Francisco Vieira de Carvalho Milagres, tronco dos Vieira de Carvalho.

Em 1860, o Governo Imperial (Lei de 14 de setembro de 1859) doava a praças da Guerra do Paraguai, um lote de 22.500 braças quadradas de terras no Espírito Santo, para povoar e plantar, no quinhão Capixaba, ao oeste, traçado ao meio pelo rio Doce. O clima quente da região, castigado pelo sol nas terras baixas do rio Doce e do rio Guandu, onde o território não possui montes muito altos, mesmo no correr da cordilheira que o separa de Minas Gerais. Eram terras propícias para plantação de cafezais. Os viajantes criaram núcleos e formaram famílias.

Só José Vieira de Carvalho Milagres, conhecido como Major, abastado agricultor fluminense, de Cantagalo, praça de Guerra do Paraguai, veio ao Espírito Santo, em companhia de seu irmão Francisco Vieira de Carvalho. Mais tarde, o Major como era conhecido, trouxe o filho, José Vieira de Carvalho Júnior, para reconhecimento das terras no Rio Doce. Decidiram fixar-se na barra do Guandu.

Depois de cultivar terras capixabas, construir residência e armazéns na barra do Guandu, José Vieira de Carvalho Júnior, filho do Major, desceu o rio Lage até chegar ao rio Santa Joana, maior afluente do rio Doce pela margem direita. Ali criou a fazenda Portela nas terras do rio Sobreiro, afluente do rio Santa Joana, para receber sua filha, Porcina Vieira de Carvalho Barbosa de Menezes c/c Fortunato Barbosa de Menezes.

Em 1879, sai de Cantagalo – RJ, Fortunato Barbosa de Menezes c/c Porcina Vieira de Carvalho Barbosa de Menezes, para a Fazenda Portela. Ali se instalaram com a família.

Em 01/11/1879, nasce Américo Barbosa de Menezes, terceiro filho do casal e primeiro capixaba da família Barbosa de Menezes.

Américo Barbosa de Menezes c/c Anna Mascarenhas de Menezes, são os pais de Américo Barbosa de Menezes Júnior, o Professor Américo, que nasceu em 17/02/1917 na Fazenda Panorama, Itaguaçu, Espírito Santo. Era neto de Fortunato Barbosa de Menezes (n. 08/06/1847 – f. 23/06//1914) e de Porcina Barbosa de Menezes. (n.12/03/1855, f. 23/08/1945).

Américo Barbosa de Menezes Jr. escritor capixaba, pioneiro da Piscicultura no Espírito Santo, advogado, professor catedrático da Língua Portuguesa, exerceu o magistério por vários anos. Foi diretor de dois grandes colégios em Vitória, Espírito Santo: Escola Pedro II, tradicional estabelecimento de ensino oficial, e a Academia de Comércio, da qual era um dos proprietários. Como advogado militante, por concurso tornou-se procurador federal, cargo que ocupou por trinta anos. Em Brasília desempenhou a função de chefe de gabinete no Ministério do Trabalho. Foi conselheiro da OAB e membro efetivo do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. Teve uma coluna em A Gazeta intitulada “Do interior para a cidade”. É considerado precursor da agricultura familiar e do agronegócio. Faleceu em 06 de janeiro de 2019.

Professor Américo Menezes n. em 17/02/1917, na Fazenda Panorama, em Itaguaçu. O Professor Américo, como é conhecido, tem a felicidade de — nos seus 101 anos — estar desfrutando de plena lucidez. E o mais importante, o Professor, nesta longa vida, não perdeu o interesse pela cultura e pelo seu consistente trabalho literário. Basta dizer que são mais de dez livros publicados, vários deles em edição nacional e uma infinidade de artigos publicados em jornais de grande circulação do Espírito Santo. Volta e meia é demandado para sobrescritar um dos seus livros para amigos do seu círculo familiar.

Exerceu o magistério durante longos anos da sua vida profissional, lecionando várias matérias, com destaque para a língua portuguesa, matéria na qual se tornou Catedrático através de rigoroso concurso público. Foi diretor da Escola Normal Pedro II, um dos mais tradicionais educandários do nosso Estado na segunda metade de século passado. Exerceu também o cargo de Procurador Federal até a sua aposentadoria por tempo de serviço, em 1972, função interrompida durante dois anos, quando aceitou ao convite para exercer o cargo de Secretário para Assuntos Gerais do Ministério do Trabalho, no Distrito Federal.

Como atividade paralela, foi um dos precursores da aquicultura no Espírito Santo. A partir de uma pequena criação de tilápias no seu sítio em Domingos Martins, não só se encantou por esta atividade, como se dedicou ao estudo da aquicultura; foi fundador da ACQUA, entidade associativa que reuniu inúmeros criadores de peixes no ES, e ainda escreveu e publicou três livros sobre esta matéria: *Peixes – Criação Simples e Rentável*; *Aquicultura na Prática*; e *Aquicultura*.

O Professor Américo é membro da Academia de Letras do Espírito Santo, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Como educador, nutre seu maior carinho pelo seu livro *Educação Nacional – Formação do Caráter*, prefaciado pelo ex-reitor da Universidade Federal do Espírito Santo.

Foi casado com Ilza Prado de Menezes (falecida), com quem teve três filhos – Luiz Carlos, Rogério e Maria do Carmo, todos engenheiros, contando hoje com nove netos e onze bisnetos.

Professor Rômulo Augusto Penina. Ex-Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo.

Livros:

01 - *Peixes – uma criação no Espírito Santo* (1984, Ed. Nobel de São Paulo, uma lição completa de Psicultura, as principais criações, da tilápia ao black bass, tanques e ceveiros.

[...] Na criação de peixes vislumbrou uma esplêndida solução, fácil e ao alcance de todos, para fornecimento de proteínas aos que moram na roça.

[...] Sua iniciativa teve êxito, o que o levou a empreender uma campanha individual, pela imprensa e outros meios de comunicação, divulgando seus experimentos e conhecimentos, estimulando, assim, pequenos e grandes proprietários e até órgãos oficiais, a tomar interesse real pelo problema de tão fácil solução.

[...] Não se encerra aí, porém a cruzada empreendida por Américo Menezes que vai continuar, como pioneiro dedicado na extensão infinita de sua obra humanitária e facilmente realizável, como transparece de tudo quanto está escrito neste livro.

A ele nossos aplausos, parabéns e apoio decidido.
Carlos Fernando Monteiro Lindenberg – ex-Governador de Estado.

02 - *Brasil: subeducação & subdesenvolvimento* (1991, lançado nacionalmente pela Edicon, São Paulo, em 2ª edição, em 1994), em segunda edição, lançada na XIV Bienal Internacional, em São Paulo, livro recomendado especialmente aos Professores e Diretoras de colégios, realizando uma grande defesa do magistério.

[...] Nós, que na década de 40, 50, 60, nos dedicamos à formação de jovens e pudemos ver os frutos de nosso trabalho sério, não conseguimos ficar indiferentes ao descaso a que foi lançado o ensino em todos os níveis. A preocupação e o louvabilíssimo propósito de continuar esse meri-

tório esforço, que não pode esmorecer, levaram o professor Américo a escrever: BRASIL – SUBEDUCAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO, em cujos capítulos são tratados, com objetividade e conhecimento de causa, palpitantes questões da Educação nacional.

[...] louvo o seu trabalho, que é útil e oportuno, podendo-se ajuntar-lhe, em epígrafe: “clama, ne cesses”!

Dr. Aylton Rocha Bermudes – Professor Catedrático, advogado e Vice-Presidente da Academia Espírito-santense de Letras..

03 - *Pais permissivos, filhos “Problema”* (Rio de Janeiro, Artes & Contos, 1995), focalizando com muita evidência pais-filhos na atualidade. Discute o problema da permissividade dos pais, até onde ela pode ir, sem se tornar uma porta aberta a vícios e drogas. A importância da família na educação, a televisão, educação sexual. É um livro dedicado especialmente aos pais. Em PAIS PERMISSIVOS FILHOS “PROBLEMA” – autoridade moral, amor verdadeiro e boa disciplina é a temática do Prof. Américo. Excelente contribuição para pais e educadores.

[...] O tema é de fundamental importância para o nosso desenvolvimento, pois é urgente a reversão do processo educacional que tem produzido adolescentes e adultos inseguros, fracos, indisciplinados e despreparados para a vida real.

O Brasil necessita urgentemente de criaturas fortes e dispostas a todo o tipo de esforço e sacrifício para que possamos finalmente realizar o sonho possível de sermos uma grande nação.

[...] Finalmente, gostaria de ressaltar a minha concordância com o Professor Américo Menezes acerca da educação. Ela corresponde à “medicina preventiva” da psicologia e da psiquiatria. É o elemento mais importante para a felicidade

individual e para a evolução dos povos. É dinheiro mais bem gasto pelas famílias e também pelos povos. Oxalá nossos governantes se apercebam disto em tempo. Não há desenvolvimento individual e social sem uma educação capaz de formar gerações cada vez mais competentes e preparadas do que as que as antecedem.

Flávio Girovate é médico, psicoterapêutico, diretor de psicoterapia do Instituto de Psicoterapia de São Paulo.

04 - *A Geografia do Espírito Santo e o Turismo* (1996), trabalho que fez parte de comprovações que permitiram a eleição do autor para o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, tem comentários Marzia Figueira e fotos de Paulo Bonino.

Ao publicar *Geografia do Espírito Santo e o Turismo*, o Professor Américo produziu um livro que pode servir de guia para o turista e se tornar obrigatória para quem pretende conhecer melhor o Estado.

[...]

O professor Américo é adepto — e aconselha — do turismo ecológico, “uma experiência muito gratificante”, além de ser “coisa séria, porque desperta o amor pela natureza”. Ele faz uma referência oportuna ao agroturismo, que hoje é digno de registro no Espírito Santo. Pode ganhar terreno cada vez mais, desenvolvendo as atividades sociais e econômicas que podem muito obstar o êxodo das pequenas cidades para as grandes, fenômeno muito comum e de malfadados efeitos”. Marzia Figueira, jornalista na sua reportagem em A GAZETA, 08/01/97

05 - *Domingos José Martins e a Revolução de 1817 – O Maior Herói Capixaba*” que precisa ser mais conhecido e cultuado diante de sua bravura e do efeito heroico de sua vida;

06 - *O Venerável Anchieta* – ressaltando o vulto carismático do “Santo Padre” a quem o Espírito Santo tanto deve, e defendendo a tese da sua canonização.

07- *Educação Nacional – Formação do caráter* (2008, 3ª edição pela EDICON);

[...]

O primeiro compromisso de qualquer livro é com a qualidade, onde a paixão pela atividade educacional é incompatível com o silêncio, com a submissão. Na presente obra, o autor busca e consegue escapar de dois vícios históricos: o pensamento conservador (muitas vezes reacionário) e a arrogante presunção de monopolizar o saber. Em toda sua vida, o grande professor defende o direito de ter qualquer ideia, na liberdade de pensar, crer e descrever.

Rômulo Augusto Penina ex-Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo.

08 - *Aquicultura – na prática* (2010, 4ª edição revista e ampliada e atualizada, Ministério da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca), com mais de 30 anos no cultivo de animais aquáticos, o Professor Américo Menezes, interessado nesta vantajosa forma de investimento, compartilha toda sua experiência com o leitor.

[...]

Com a grande aproximação que temos com a vida cultural do professor Américo Menezes e com o conhecimento das suas lides passadas e presentes, especialmente na área da educação, parabenizamos-lo efusivamente por Aquicultura na prática, augurando grande sucesso para o seu livro embasado num admirável pragmatismo que soube muito bem realizar a difícil didática

de conciliar teoria e prática em sua obra.

Ryon Braga – Editor, consultor de universidades, conferencista e escritor.

10 - *A idade da capacidade* (2016). Quem datilografou este livro disse para quem o escreveu, que não cobrava nada, mas queria um exemplar do livro com dedicatória, porque gostou muito do trabalho.

Tio Américo Barbosa de Menezes... Um grande orgulho para nossa família. Sou fã dele desde criança, quando acompanhava minha mãe nos lançamentos de seus livros. Uma águia intelectual na teoria e na prática, quando o assunto é educação, em especial a infantil. Me lembro como se fosse hoje, quando lançou o livro “Pais Permissível, Filhos Problema” [...] Um show de educação no livro e na prática, na criação de seus filhos, Luiz Carlos e Rogério, os quais tive o prazer de conhecer. Quando escreveu o livro *Apicultura na Prática*, como eu já estava maior e já fotografando, tive a honra e oportunidade de andar com ele e fotografar tanto para o livro, quanto para ele. Sempre muito ponderado, equilibrado, tolerante e simples, sempre que abria a boca para falar sobre algum assunto, era uma grande aula, assim com nosso primo, Nyder Barbosa de Menezes. Eu achava os dois muito parecidos em termos de comportamento. Assim como Regina, tio Américo sempre valorizou muito a família e adorava ir a Itaguaçu. Uma vez fomos juntos, passeando, apenas por diversão, e a viagem foi uma delícia. Apesar de nossa diferença enorme de idade, tio Américo sempre foi uma companhia extremamente agradável e acolhedora. Faz muita falta... E seu legado de educador, fez história e deixa saudades em todos.

Carlos Bruno de Menezes Valença – Jornalista e fotógrafo.

O Professor Américo também criou a campanha, de caráter genuinamente ruralista-social que o levou a fundar a Associação Capixaba de Aquicultura, com a finalidade de resolver o problema da alimentação da família capixaba.

Como educador ele sempre me deu lições de grandeza de alma. Dedicava-se à leitura de clássicos e a cada leitura mais se empolgava. Era grande seu entusiasmo pelos textos de Santo Agostinho.

Para escrever este depoimento, lembrei-me de duas pérolas sempre mencionadas por ele em conversas:

Tenha ânimo forte. Não desista. Sorria. Esforce-se.

Acredite no valor do pensamento positivo.

O Prof. Américo era versátil. Homem notável, professor, advogado, escritor, cristão católico e rotariano, tem muito a nos ensinar. A língua seu foi objeto de amor. Estudioso, amava Padre Vieira, orador, filósofo e Mestre da língua portuguesa, Fernando Pessoa, o poeta filósofo e dramaturgo ensaísta e tradutor português; e Drummond o poeta, contista e cronista brasileiro considerado por muitos o mais influente poeta brasileiro.

Era uma pessoa de figura imponente, sempre bem-humorado, gostava de contar histórias e fatos de sua trajetória como professor.

Prof. Américo, chefe trabalhador, chefe ativo, chefe da casa, amava e terra de seus antepassados com todas as características históricas e geográficas, culturais e étnicas

Nunca esqueceu suas raízes.

– Sob o título *Subeducação e Subdesenvolvimento* trouxe questões a serem analisadas no laboratório das famílias.

– Em *Pais Permissivos, Filhos “Problemas”* ele apresenta mais um importante trabalho neste campo, trazendo amostras para análise das famílias e professores. Nesta obra o Prof. Américo dissecou o tecido contaminado da atual educação

familiar invadido pelo vírus da permissividade, adotada como doutrina pelas gerações de pais e que agora repelida pela constatação de seu fracasso.

Jones Santos Neves Filho é engenheiro civil.

Não há dúvida de que, sempre com responsabilidade de cidadão educador, o Professor Américo Menezes nos deixa importante legado literário que o imortaliza como escritor maior na literatura capixaba. Sua obra obrigatória para todos aqueles que se interessam pelo grandioso tema da educação.

E quem, no Brasil, pode se dar ao luxo de não se interessar pelo tema da educação?

Referências

01. Arquivo de família;
02. Livros do autor;
03. Loureiro, Regina Menezes – Itaguaçu – primeiras fazendas aos dias atuais;
04. Idem . Fazenda Portela- raízes, rimas e ritmo;
05. Doc. AESL

INESQUECÍVEL AMIGO SOLIDÁRIO

*Aldo José Barroca**

Lauro Pereira Coimbra, alfaiate e músico trombonista, em 1948 incorporou como soldado na Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), ficando como responsável pela então existente alfaiataria da PM. Em 1965 foi promovido a 2º tenente e, posteriormente, a 1º tenente do Quadro de Oficiais Administrativos. Primo de meu pai, Cel. PMES Alfredo Pacheco Barroca.

Casado com a costureira Stela Vieira Loureiro Coimbra, tiveram quatro filhos:

José Coimbra (abaixo qualificado). Marlucia Coimbra Martins, médica efetiva aposentada da prefeitura Municipal de Vitória (PMV). Welington Coimbra (Lelo Coimbra) médico sanitarista, foi deputado estadual, vice-governador, secretário de saúde, delegado da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho (DRMT), secretário-chefe da Casa Civil, secretário de Educação e deputado federal por três mandatos consecutivos. Lauro Coimbra (Laurinho), advogado, delegado da Polícia Civil (PCES).

(Lauro faleceu em 15 de abril de 1973, no cargo de 1º Tenente da PMES. É nome de rua no bairro de Santo Antônio e sua esposa também foi homenageada, na Prainha de Santo Antônio, com a Praça de Lazer Stela Vieira Loureiro Coimbra. Residiram no bairro por muitos anos, com destacada atuação, inclusive Lauro foi regente da banda dos padres pavonianos).

José Coimbra (conhecido como Zé Coimbra) nasceu na Ilha do Príncipe, Vitória (ES), em 6 de agosto de 1946. Posteriormente, sua

* Associado ao IHGES. Jornalista articulista. Associado à Associação. Espírito-Santense de Imprensa (AEI). Acadêmico da Academia de Letras e Artes da Serra

família foi morar em Santo Antônio, bairro onde viveu por mais de cinquenta anos. Sua última residência foi no bairro de Jardim da Penha.

Fez o curso primário no Grupo Escolar Auxiliar da Obra Social São José e o curso ginásial no Ginásio Santo Antonio, ambos no bairro.

Cursou o científico no Colégio Estadual do Espírito Santo.

(O primário e o ginásial foram unificados no Ensino Fundamental, começando aos seis anos, durando nove anos, e o científico agora é Ensino Médio).

Fez o pré-vestibular no Colégio Salesiano do Forte São João (não existia o de Jardim Camburi).

Curso Superior na Faculdade de Direito de Colatina (ES), Fundação Gildásio Amado (Diploma Registrado sob nº 707, folha 29 V/ processo no 5224/78). Formado em fevereiro de 1978.

Atividades Profissionais:

Em 1962, serviços gerais no Departamento de Imprensa Oficial (DIO), Em 1966 foi promovido a revisor do Diário Oficial. Em 1969 ficou à disposição da Secretaria Estadual de Saúde como auxiliar administrativo. Em 1972, mediante decreto, foi removido para a Secretaria Estadual da Indústria e Comercio Em 1975 retornou para a Imprensa Oficial. Em 1983 afastou-se do serviço público Estadual, mediante licença sem vencimentos.

Exerceu a advocacia, na área criminalista.

Em 1992 foi eleito Vereador de Vitória, sendo eleito por três mandatos consecutivos (1993 a 1996, 1997 a 2000 e 2001 a 2004). Em 1998 ocupou o cargo de Presidente da Câmara.

Autor de importantes projetos, sobretudo nas áreas de educação, saúde e meio ambiente. Um dos projetos de sua autoria determinou que o Poder executivo Municipal incluísse nas atividades

curriculares natação, incorporada à disciplina de Educação Física.

Casado com Regina Pimentel Coimbra (Funcionária Pública Federal), tiveram os filhos:

Maristela Pimentel Coimbra, nascida em 26 de janeiro de 1977 e Bruno Pimentel Coimbra, nascido em 31 de agosto de 1983.

Outras Funções:

Diretor Social, Diretor de Relações Públicas, 1º Secretário, Tesoureiro Geral, Vice Presidente de Patrimônio, Conselheiro, Vice Presidente Social, Vice Presidente Geral e Presidente do Clube Náutico Brasil. iniciando no ano de 1978, permanecendo até maio de 2011.

Em março de 1976, Presidente do Sport Clube João Nery de Santo Antonio, com mandato até agosto de 1979.

Em março de 1982 participou da Fundação da Associação dos Advogados Criminalistas do Espírito Santo, sendo Conselheiro Nato.

De 2008 a 2009, Presidente da Federação de Remo do Espírito Santo.

Em 22 de outubro de 1997 foi fundado o Clube de Pesca de Santo Antonio, (sócio fundador). Presidente do Clube durante dez anos.

Conselheiro da Confederação Brasileira de Pesca e Lançamento, da Confederação Brasileira de Pesca.

Maçom, foi Deputado Estadual da Loja Maçônica Victoria, do Grande Oriente do Brasil de 2011 a 2019.

Diretor da Liga Independente das Escolas de Samba do Espírito Santo (LIESES).

Presidente da Escola de Samba Novo Império, onde tinha participação ativa. Recebeu o título de Presidente de Honra da agremiação.

Sempre solidário e parceiro com todos que com ele conviveram, um viver intimamente ligado à advocacia criminal, aos esportes náuticos, a uma vida comunitária e associativa.

Internado há 40 dias no Hospital Santa Mônica, em Vila Velha, na Grande Vitória, veio a óbito em 8 de abril de 2017, um sábado. O velório foi domingo, no cemitério de Santo Antônio, local do sepultamento.

Seu irmão Lelo, na época Deputado Federal, declarou:

Grande perda para a família! Irmão mais velho, com o falecimento de nosso pai, ajudou a todos nós e à nossa mãe. Sempre solidário e parceiro com todos que com ele conviveram. Fica a saudade e a boa lembrança de tê-lo tido ao nosso lado. Sempre intimamente ligado aos esportes náuticos, à vida comunitária e associativa, fortalecidas nos três mandatos de vereador que exerceu em Vitória.

Mesmo residindo bem longe de Santo Antônio, fui cedo para o velório. Chegando ao cemitério, nossos antigos amigos do bairro foram solidários comigo. O pároco do Santuário-Basilica de Santo Antonio realizou uma bonita cerimônia cristã, citando a bondade de Coimbra. E nos acompanhou na despedida, no sepultamento. Muita gente compareceu, entre políticos, colegas e principalmente amigos.

Eu o chamava de Coimbra. Passagens inesquecíveis de nossa convivência:

Eu era criança, fui com Lauro à residência na Ilha do Príncipe. Eu e Coimbra logo fizemos amizade, nos considerando como primo-irmão. Fomos à casa de seu amiguinho Tico. Contando um caso, sentando em uma cadeira Coimbra perguntou “Não é, tico?”. A cadeira estava bamba e meu primo foi ao chão. Nós três rimos gostosamente. (Ao escrever essa passagem, não pude conter o riso).

Em Santo Antônio, tivemos ótima convivência. Lauro ia sempre à nossa casa e eu ia à casa dele.

Em 1961 minha família se mudou do bairro. Depois, ambos necessitando trabalhar, ficamos muito tempo sem nos ver.

Várias vezes nos encontramos por acaso, como em um shopping ele me viu, foi atrás de mim, nos abraçamos e conversamos.

Dei aulas na escola estadual Major Alfredo Pedro Rabaioli (antigo polivalente, localizada na Curva do Rabaioli). Minha irmã Alone era professora de Matemática. Como o local pertencia ao bairro de Santo Antônio (agora pertence ao bairro Mário Cypreste), Alone foi fazer um lanche na Praça da Bandeira (em frente ao cemitério), encontrou Coimbra, ele perguntou por mim, como ela falou que eu era professor da escola ele foi lá, saber como eu estava. Mais um agradável bate-papo.

Quando foi vereador, eu ia à Câmara e nossas conversas eram agradáveis, cada um contando como estava vivendo.

Tivemos outros encontros, uns causais, outros combinados.

A última vez que estivemos juntos foi em sua residência, no bairro Jardim da Penha. Levei os livros de minha autoria para ele e para os irmãos. Apertei a campainha, ele meu viu da janela, veio me atender. Em seu apartamento, agradeceu os livros, parabenizando por eu ser escritor, conversamos animadamente e ele afirmou não querer saber mais de política, mas o Lelo continua político. Poucos meses antes de seu falecimento.

Como declarou Lelo Coimbra, “Fica a saudade e a boa lembrança de tê-lo tido ao nosso lado”.

Sim, meu primo-irmão inesquecível deixou a saudade, mas não a tristeza, pois ao me lembrar dele recordo a pessoa amiga e solidária que foi.

DISCURSOS
E
PRONUNCIAMENTOS

ASSOCIADOS FALECIDOS IHGES 2021–2022

*Manoel Goes Neto**

Boa noite a todos e a todas.

Sempre chega para todos nós o momento das despedidas e lembranças. Memórias dos nossos associados do IHGES falecidos em 2021 e 2022. Todos com importante legado de história de vida e atividades profissionais. Verdadeiras poesias recitadas no tempo em que permaneceram fisicamente entre nós. Seres humanos diferenciados, que sempre colocaram as pessoas em primeiro lugar, doando parte do seu tempo para o bem coletivo. Todos visionários e empreendedores. Todo o nosso respeito e homenagens.

Desembargador Ewerly Grandi Ribeiro

Desembargador aposentado, 90 anos, nascido em Cachoeiro de Itapemirim, em 11 de dezembro de 1930. Falecido em Vitória em 12 de abril de 2021, aos 90 anos. Foi presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo entre os anos de 1996 a 1997. Uma referência importante perda para a magistratura. Sempre exemplar, correto, sério e deixa um legado para os jovens. Exemplo na defesa dos interesses da sociedade.

Antonio Carlos Antolini

Desembargador. Nascido em 01 de fevereiro de 1935, em Colatina, ES. Faleceu em Vila Velha, ES, em 19 de dezembro de 2020, aos 85 anos. Pai de 03 filhos. Vida pessoal e profissional pautada pela retidão. Considerado um dos expoentes do judiciário capixa-

* Discurso proferido pelo associado orador do IHGES na Sessão Solene de 8 de Junho de 2022.

ba. Atuou com destaque como desembargador no Tribunal de Justiça do ES de 2002 à 2010, quando se aposentou. Foi presidente da Mantenedora da UNESC – Colatina.

Orlando da Silva Rosa Bomfim Netto

Roteirista, diretor, fotógrafo e cineasta. Nascido em Belo Horizonte, MG em 07 de março de 1941 e falecido no Rio de Janeiro 19 de julho de 2021, aos 79 anos. Agraciado com a Comenda Rubem Braga da Secult-ES e membro da Comissão Espírito-santense de Folclore. Foi o primeiro cineasta a registrar de forma sistemática aspectos da história e da cultura do Espírito Santo, em documentários que se tornaram um importante patrimônio para a cinematografia capixaba. Defensor também do patrimônio natural. Filho de Orlando da Silva Bomfim Junior, ele viveu para encontrar o paradeiro do pai, desaparecido na época da ditadura militar no Brasil, que foi preso nas proximidades da Vila Isabel, o pai do cineasta nunca mais foi visto.

Sonia Maria Demoner

Advogada, professora e escritora. Nascida em Itaguaçu, Espírito Santo, em 01 de março de 1939. Faleceu em Vila Velha, em 27 de outubro de 2021, aos 82 anos. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Espírito-santense de Letras, da Academia Feminina Espírito-santense de Letras e da Academia de Letras de Vila Velha. Foi quem melhor relatou em livro a história da polícia militar do ES. Como também a história dos missionários capuchinos no ES, registro histórico antes desconhecido.

Pergentino de Vasconcellos

Nascido em Baixo Guandu, ES em 26 de agosto 1925. Falecido em Colatina em 18 de novembro de 2021, aos 96 anos. Empresário

e professor. Um pioneiro da área do ensino superior nas regiões Norte e Noroeste do Espírito Santo, ao fundar em 1966 o Centro Universitário do Espírito Santo, UNESC, em Colatina, contribuindo para que o ES fosse visto como um Estado capaz de abrigar instituições privadas sólidas, éticas e comprometidas com o social. Um grande líder da educação. Cidadão de Vitória, e membro da Associação Espírito-santense de Imprensa. Recebeu a Medalha Renato Pacheco do IHGES.

João Miguel Filho

Magistrado aposentado. Nascido em 17 de março de 1962. Faleceu em 30 de novembro de 2021, aos 59 anos em Vitória, ES. Membro da Loja Maçônica União e Progresso. Recebeu a Medalha Renato Pacheco do IHGES.

Durval Cardoso

Professor aposentado do Departamento de Direito de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE, da Universidade Federal do ES. Foi procurador do Estado e teve grande representatividade na advocacia trabalhista. Também diretor do Sindicato dos Advogados e conselheiro da OAB-ES. Recebeu do IHGES a Medalha Renato Pacheco. Nasceu em 05 de fevereiro de 1925, em Guaçuí, ES. Falecido em 20 de fevereiro de 2022, aos 97 anos em Vitória, ES.

Romulo Salles de Sá

Meu professor na UFES, nos anos 1970, de saudosa lembrança. Nascido em Muqui, ES em 30 de novembro de 1923. Faleceu em Vitória, ES em 23 de fevereiro de 2022, aos 98 anos. Presidente de honra e decano da Academia Espírito-santense de Letras. Destaque na carreira jurídica. Recebeu a Medalha Renato Pacheco do IHGES. Foi promotor público e juiz de direito em diversas comarcas do estado e

desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Além de vice-presidente, corregedor e presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Um intelectual que na juventude fundou a Academia Capixaba dos Novos 1946, que por muito tempo movimentou a cena cultural de Vitória. Professor atuante, com contribuição indelével a cultura capixaba.

Luiz Carlos Biasutti

Nascido em Santa Teresa, ES em 09 de julho de 1934, faleceu em Belo Horizonte, MG em 04 de abril de 2022, aos 87 anos. Desembargador, de brilhante carreira. Integrou o Conselho Editorial da Revista MagisCultura, da Amagis, desde o primeiro volume, ajudando a transformá-la em uma publicação referência no cenário cultural do País. Escritor, professor de Direito Penal e Direito Penal Econômico na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Minas Gerais. Membro da Academia de Letras de São João Del Rei, MG. Recebeu a Comenda Ceciliano Abel de Almeida.

Plínio Martins Marchini

Jornalista de formação tempestuosa, nascido em uma época virulenta (1936) nos meios da imprensa local, atingindo a maturidade de sua carreira numa fase em que era contratado com a finalidade única de fazer editorias apaixonados, quase sempre em defesa de políticos que eventualmente acumulavam as funções de diretor-presidente dos jornais da terra. Na realidade, Plínio teve de enfrentar inúmeras vezes a justiça, sendo que apenas do então governador Carlos Lindenberg sofreu nada menos que 11 processos. Mas o tempo se encarregou de apagar vestígios e até mesmo de, ironicamente, conduzir o mesmo indefectível Plínio Martins Marchini a um honroso cargo de confiança na prospera empresa jornalística do ex-governador Lindenberg. Nascido em Jerônimo

Monteiro, em 22 de fevereiro de 1936, Faleceu em 26 de maio de 2022 em Cabo Frio, Rio de Janeiro, aos 86 anos. Tem o título de Cidadão de Vitória.

Maria Lúcia Grossi Corrêa Zunti

Professora, historiadora e escritora, nascida em 03 de março de 1941, na cidade de Mercês, Minas Gerais, fixou residência em 1968 em Linhares, e desde então conquistou a admiração de muitos. As suas contribuições para a comunidade foram expressivas e beneficiaram várias gerações. Falecida recentemente, no último dia 02 de junho, aos 81 anos. Casada com o engenheiro agrônomo Aduino Corrêa Zunti. Mãe de 5 filhos e 10 netos

Enquanto lecionava, Maria Lúcia aprimorava a formação acadêmica. Coursou História pelo Centro Universitário do Espírito Santo (1974), especializou-se em Planejamento em Educação pela Universidade Salgado de Oliveira (1992), fez mestrado em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo (2000) e aperfeiçoamento em Instituições Políticas Brasileiras na Universidade Federal de Minas Gerais (2008)

Disposta a socializar os conhecimentos, escreveu e lançou livros sobre a história do município (Panorama Histórico de Linhares, duas edições), de poesias e o resumo de sua dissertação de mestrado — com foco na história da Educação no Espírito Santo. Teve artigos científicos publicados em revistas do PPGE/Ufes e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Escreveu crônicas, ensaios e poesias para antologias da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras, tendo sido organizadora de uma dessas antologias. E publicou crônicas e ensaios em jornais, sites e revistas de Linhares. Colaboradora da D. Porto Editora, escreveu diversos textos para o *Jornal TERRAL*, *Revista da TERRA* e o site jornalterral.com.br

Tornou-se membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do ES (IHGES) em 1990 e membro correspondente da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras em 2002. Recebeu o título de Cidadã Linharensense e a Comenda Caboclo Bernardo, maior honraria do município, concedida pela Câmara de Linhares em 1993.

Foi uma das fundadoras da Serlihges (Seccional Regional de Linhares do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo) em 29 de abril de 1992 e, como presidente, promoveu diversas ações e deu visibilidade à entidade.

Finalizando registramos definições de suas filhas Adalucia e Christiane, aspas:

Definimos nossa mãe em duas palavras: paixão e dedicação. Mamãe sempre passou isso para a gente. Para ela, tudo deveria ser intenso e real, escrevendo, dando aula, atuando como profissional da Educação, na Serlihges, enfim, em todas as situações nas quais estava inserida.

Fazia todas as coisas com prazer. Ela exalava isso na alma e no corpo. Pensava de forma abrangente, de como poderia ajudar outras pessoas a entenderem o que aconteceu ou está acontecendo. Ela nos ensinou isso, a fazer as coisas bem feitas.

NOS 75 ANOS DE INSTALAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

*Getúlio Marcos Pereira Neves**

Senhores integrantes da mesa.

Senhoras e senhores,

A 19 de setembro de 1947 era instalada a Justiça Militar deste estado, para julgamento das forças policiais nos crimes militares assim definidos em lei. Trata-se de uma data significativa, porque a Justiça Militar, o seu funcionamento e sobretudo a sua competência, continuam sendo pouco conhecidos dos chamados operadores do Direito e muito menos do público em geral. Trata-se, como é evidente, de uma Justiça Especializada, que tem previsão constitucional, a exemplo do Tribunal Popular do Juri. Sendo assim, esta competência não pode ser suprimida — e não seria o caso, por conta da sua mecânica especial de funcionamento, que seria complicado reproduzir em outras Unidades Judiciárias. No entanto, esta é a competência jurisdicional que mais se pretende alterar, quando não suprimir, e os estudos e debates a respeito têm se mostrado cíclicos ao menos por todo esse tempo da minha atuação nesta Unidade Especializada.

Longe de condicionar a nossa atuação, esses debates frequentes se prestam para nos ajudar no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Dotada de um duplice sentido prático — o resguardo da Corporação contra a atuação irregular de seus próprios integrantes, e a fiscalização da prestação do serviço à população — o nosso ju-

* Discurso e palestra proferidos em 23 de setembro de 2022 no salão do júri do Fórum Criminal de Vitória pelo associado Getúlio Marcos Pereira Neves, Juiz de Direito da Justiça Militar do Espírito Santo e presidente do IHGES.

risdicionado é exclusivamente o militar estadual, o integrante da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Portanto, o serviço que nesta Unidade Judiciária prestamos consiste em garantir, tanto quanto possível, que duas das organizações estatais que à população dispensam serviços essenciais, funcionem da melhor maneira possível - inclusive, e principalmente, no ato da prestação desse serviço. E daí determinou o legislador constituinte a nossa dúplice forma de atuação na seara criminal: O Conselho de Justiça Militar atua no resguardo da ordem interna da Corporação, por conhecer de crimes militares praticados por militar contra a Administração Militar ou contra outro militar, e o Juízo Singular, em que o juiz de direito, civil, atua sozinho na investigação dos crimes praticados contra civis no desempenho da função militar estadual.

Justamente por termos consciência da dificuldade na apreensão pelo público em geral da nossa competência e da nossa forma de atuação é que colhemos de todas as oportunidades para divulgar o nosso trabalho, fazendo públicas, como regra, as audiências, e fazendo acessível todo tipo de informação que não seja resguardada por lei. Mas sobretudo hoje, aqui, colhemos da oportunidade de estreitar laços com as instituições sem as quais, quis o legislador constituinte, não podemos trabalhar: além do Ministério Público e da Defesa, que são indispensáveis à prestação da justiça, as próprias Corporações Militares estaduais, que integram o órgão julgador. E mais, até há pouco tempo nos cediam inclusive pessoal cartorário, para um melhor desempenho das nossas funções.

O fato é que, destes 75 anos de funcionamento, eu participei pessoalmente de 19 deles, e encerrado o atual período de substituição no Tribunal de Justiça, para cá retornarei. Nesse meio tempo quero agradecer não só aos servidores da Auditoria de Justiça Militar, já acostumados a minhas ausências nos últimos anos, mas também aos drs. Luiz Guilherme Risso, Ricardo Chiabai e ao dr. Roney Guerra

Duque, que veio ultimamente se juntar a nós e parece ter-se agradado da nossa Justiça Militar. O ideal é que os colegas juízes se interessem mais por esta Unidade Judiciária, e sabem todos que estamos sempre prontos a ajudar no que for preciso. Costumo dizer que a judicatura na Justiça Militar é um constante exercício de criatividade dentro da lei; que não nos entenda mal o eminente desembargador corregedor, aqui presente: é que aqui estamos acostumados no nosso dia a dia a afastar dificuldades, sejam elas práticas, sejam jurídicas.

Sendo assim, nessa minha fala inicial eu agradeço a presença de todos, das autoridades que nos prestigiam, e em especial me dirijo aos senhores alunos oficiais, futuros juízes militares dos nossos Conselhos de Justiça Militar, a quem dou as boas-vindas à nossa Auditoria de Justiça Militar.

Retorno a palavra ao cerimonial.

PALESTRA:

Agradeço aos oradores que me antecederam, senhores oficiais do Conselho de Justiça Militar, Ministério Público e Advogado, e com a permissão dos senhores vou falar umas breves palavras sobre a Auditoria de Justiça Militar e a nossa forma de funcionamento. Dirijo-me não só ao público convidado, mas em especial aos nossos alunos oficiais, pois se trata de uma oportunidade de com eles compartilhar experiências.

Como já foi dito mais de uma vez nesta solenidade, a instalação da Justiça Militar entre nós data de 1947. Quero chamar a atenção para o fato de que desde 1917 a sistemática de julgamento de crimes militares fora estendida das tropas de 1. linha às forças militarizadas dos estados, que a partir de então poderiam passar a ser reservas

daquelas. O Estado do Espírito Santo aderiu a essa disposição em 1923, passando as nossas forças policiais a “reservas da Primeira Linha”. Em 1934 essa disposição — reservas do Exército — se tornou constitucional para as polícias estaduais. Em 1936 a lei 192, de 7 de janeiro, veio regulamentar a implantação dessa alteração constitucional. Alguns estados se adiantariam também na instalação da Justiça Militar, organizando-a de acordo com a referida lei. Entre nós, no entanto, aguardou-se expressa disposição constitucional, o que acabou sucedendo na forma do disposto no inciso XII do art. 124 da Constituição Federal de 1946, dispondo que os estados tivessem a sua própria Justiça Militar. Criada pela nossa Lei de Organização Judiciária de 1946, a instalação da Justiça Militar se deu junto à então 4. Vara Criminal da Capital, cuja competência incluía crimes comuns, júri e execução criminal, e cujo titular na altura era o futuro desembargador Eurípides Queiroz do Valle. A instalação, como já foi dito, se fez a 19 de setembro de 1947, no salão do júri do fórum da capital, onde nos encontramos hoje.

A competência militar foi ao longo do tempo deslocada para outras Varas criminais da Capital, até que em 16 de novembro de 1983, na presidência do Desembargador Geraldo Correia Lima, foi instalada, cumprindo disposição da Lei de Organização Judiciária de 1982, a Vara Especializada da Auditoria de Justiça Militar. Então, senhoras e senhores, em 2023 a Polícia Militar do Espírito Santo completará 100 anos como reserva do Exército; completar-se-ão 40 anos do ingresso das mulheres na carreira policial militar, pela formação da primeira turma de sargentos femininos; a Auditoria de Justiça Militar completa 40 anos de instalação e eu, seu titular, completo 20 anos de atuação nesta Unidade Judiciária, se me permitem a imodéstia do registro.

O que interessa dizer é que essa forma de atuação, de julgamento de infrações cometidas por militares por meio de um escabinato,

isto é, um juiz togado civil juntamente com oficiais militares, vem desde a criação do cargo de condestável no Exército português, em meados do século XIV, e foi definida no seu formato atual em 1763, pelo famoso Regulamento para a Disciplina do Exército, do Conde de Lippe. Ouso dizer que, se houvesse maneira melhor de realizar esses julgamentos, em todos estes anos já o teriam descoberto. Portanto, em delitos que envolvam militares, ou em que a vítima é a própria Administração Militar, atuamos de uma forma já consolidada por um longo e reiterado uso.

Mas é certo que a diferenciação doutrinária entre crime militar e transgressões disciplinares teve de aguardar a alteração estrutural do funcionamento do Estado, o que, como sabemos, só se deu no século XVIII. Se formos verificar a legislação que mais tempo regulou a disciplina nas forças militares no Brasil, os chamados Artigos de Guerra do Conde de Lippe, de 1763, havia lá disposições penais juntamente com disposições que posteriormente se tornaram disciplinares, o que não vem ao caso aprofundar. O que importa é que nas Auditorias Militares Estaduais, desde 2004, vem hoje em dia desaguar a repressão aos delitos militares propriamente e ainda a discussão judicial acerca das punições disciplinares. Estas últimas, como sabemos, porque por determinação constitucional, nada pode deixar de ser levado ao conhecimento do Poder Judiciário.

Então, como todos sabemos também, o que distingue a atuação da Justiça Militar é este órgão julgador, consistente num colegiado integrado pelo juiz de direito, civil, e os oficiais militares da Corporação a que pertence o réu. Não nos alonguemos aqui sobre diferenças entre Conselho Permanente e Conselhos Especiais de Justiça Militar — diga-se, apenas, que o primeiro está sempre em função, e seus integrantes são trocados, por sorteio, de três em três meses. Até mesmo por isso, o oficial não se pode negar injustificadamente a funcionar nos Conselhos de Justiça Militar — o art. 340 do

CPM tipifica essa recusa indevida como crime militar. Obviamente o oficial poderá pedir dispensa, desde que justificadamente, e sua justificativa será analisada, às vezes até mesmo ouvido o Comando Geral, e então será decidida.

Mas afinal, como atua o oficial num Conselho de Justiça Militar? Inicialmente, deve-se esclarecer que na composição e funcionamento dos Conselhos de Justiça Militar a Lei de Organização Judiciária do Espírito Santo nos remete à Lei de Organização Judiciária Militar da União, a Lei 8.457/1992. Portanto, para julgamento das praças, o Conselho Permanente de Justiça Militar é integrado por um oficial superior (na AJMES usualmente um Major) e três oficiais intermediários. Tanto na instrução como no julgamento os juizes militares têm voz e voto. Deve-se desde logo afastar qualquer alegação de semelhança com os jurados que integram o Conselho de Sentença no Tribunal do Juri: os jurados são leigos, respondem a quesitos que lhes são apresentados. O juiz militar, por conta da sua formação superior, que inclui o Direito, deve fundamentar as suas decisões, como exige a Constituição Federal dos órgãos do Poder Judiciário. Neste ponto relembro que o Conselho de Justiça Militar é órgão do Poder Judiciário Estadual, na forma do inciso VI do art. 101 da Constituição do Estado do Espírito Santo.

Em suma, na instrução dos feitos, os juizes militares perguntam livremente às testemunhas e ofendidos, no interesse da elucidação dos fatos e da investigação da conduta que se acusa de criminosa. A ordem do funcionamento é sempre do mais moderno para o mais antigo, de forma que depois do juiz de direito terá a palavra o 4. Juiz militar, e assim sucessivamente, até chegar a vez de o oficial superior se pronunciar. Da mesma maneira nos julgamentos: após o pronunciamento do juiz auditor, que relata brevemente o feito e profere voto para condenar ou absolver, o primeiro a se manifestar é o oficial mais moderno. Se este concorda com a solução proposta

pelo juiz de direito, pode simplesmente acompanhar o voto, sempre sendo possível fazer acréscimos no sentido do reforço da argumentação. Se discorda, deve obrigatoriamente fundamentar o seu voto divergente. Essa fundamentação não será necessariamente jurídica, podendo ser simplesmente fática. O que importa é que é com base na fundamentação da decisão que as partes interporão eventuais recursos, se assim o desejarem. Para isso é que todos os fundamentos são transcritos na sentença, mesmo os dos votos divergentes. Cabe ao juiz auditor redigir a sentença, ainda que tenha restado vencido na decisão final. Porque a decisão é tomada por maioria de votos: 5 x 0, 4 x 1 ou 3 x 2. Todos os votos têm o mesmo peso, e por isso todos os juízes militares podem se manifestar como quiserem, dispondo o Código de Processo Penal Militar que os oficiais militares são invioláveis por motivo dos votos que proferirem. Vejam os senhores que, se ao oficial mais moderno pode na prática ser difícil se pronunciar em primeiro lugar, por falta de experiência ou um qualquer respeito aos superiores, se a votação chegar até ele empatada caberá ao oficial mais antigo decidir. Essa responsabilidade é parte das atribuições que o posto lhe comete.

Se funcionamos todos em igualdade de condições processuais, na prática quem conduz a audiência é o juiz de direito, que na Justiça Militar estadual preside o Conselho de Justiça desde a Emenda Constitucional 45, de 2004. Cabe a ele, obviamente que com o auxílio dos demais juízes, manter a ordem no recinto e velar pelo bom andamento dos trabalhos.

Como último tópico desta fala devemos tentar responder afinal o que é que chega a nosso conhecimento aqui. Os crimes militares, que até 2017 eram apenas os previstos no Código Penal Militar, desde então passaram a ser as condutas típicas e antijurídicas previstas em todas as leis penais, desde que o agente se encontre numa das situações do famoso art. 9. do Código Penal Militar. Os aprofunda-

mentos sobre o ponto ficarão a cargo do instrutor de vocês, mas em suma, o militar da ativa pratica crime militar se a conduta se verifica em estabelecimento sob jurisdição militar; ou se está em serviço, isto é, escalado para exercer sua função ou se, mesmo não estando em serviço, ele entra em função.

Essas situações, que parecem simples, na prática não são. Tirando os erros grosseiros, por exemplo, de processar lesão corporal causada por militar em serviço nos Juizados Especiais Criminais e algumas outras de que tomamos conhecimento aqui com mais frequência do que gostaríamos, a alínea que dispõe que será crime militar o praticado por militar da ativa contra militar da ativa se presta muito bem a ilustrar essa dificuldade interpretativa, porque vem conhecendo interpretações divergentes ao longo do tempo: se há uns vinte anos bastava serem ambos, agente e vítima, militares na situação de atividade, ou seja, não inativos, para que a ação penal corresse aqui, hoje em dia os tribunais superiores exigem que ao menos o agente, o autor da conduta, esteja em situação de serviço. O que é bom, porque quando cheguei à Auditoria Militar caneladas entre os “craques” das partidas de futebol das quartas-feiras no Clube dos Oficiais da PM geravam inquérito policial militar e às vezes até ação penal. Da mesma maneira, discussão de militares casados entre si, que sequer podiam se desentender por motivos de relacionamento que corriam o risco de serem investigados pelo Conselho de Justiça Militar. Enfim, são muitos os fatos, muitos os detalhes, que não daria para serem abordados aqui.

À Corregedoria das Corporações devemos o nosso funcionamento, são elas que nos municiam de demandas a serem decididas, tanto na esfera criminal como na disciplinar. Por isso, foi com grande prazer que recebi na última sexta-feira a Medalha “Mérito Correicional”, pelo que quero agradecer novamente ao sr. Comandante Geral da PM, Cel. Caus, e ao sr. Corregedor da PM, Cel. Loureiro.

A segunda metade dos anos 2010 foi bastante turbulenta, o que se reflete na nossa atuação. Em 2017 tivemos o movimento paredista da PM, que desregulou totalmente nosso funcionamento, inclusive refletindo sobre a formação de Conselhos de Justiça e as pautas de audiências. Tanto que o último prêmio “Mérito Jurisdicional” que recebemos aqui, eminente desembargador corregedor, foi em 2018. Ao final de 2109 tínhamos a situação administrada, até que em 2020 sobreveio a pandemia de covid-19, que atingiu a todos indistintamente. De qualquer maneira, procedemos a um breve levantamento nos registros cartorários e constatamos que de 2015 a 2019 foram distribuídos para a Auditoria Militar 3.018 IPMs, o que dá uma média de 600 por ano; desses, 649 geraram denúncias de parte do Ministério Público que acabaram recebidas. Aqui, registro que um grande número de IPMs são oriundos de representações nas audiências de custódia, onde muitas vezes não se comprova sequer a materialidade do delito imputado ao militar. Não foi contabilizado nos números apresentados, porque não tem a ver com as atribuições do Conselho de Justiça, o movimento cível, de revisão judicial de punições disciplinares impostas ao efetivo.

Penso que, com estas palavras, consegui trazer a todos os presentes um pouco do nosso dia-a-dia na tarefa de prestar jurisdição, que nesta Unidade Judiciária especializada se faz há exatos 75 anos. Parabênzo a todos nós, e agradeço a todos os senhores, porque, repito, sem todas as peças que integram esta estrutura jurisdicional nós simplesmente não funcionaríamos.

Muito obrigado.

GENEALOGIA

*Paulo Stuck Moraes**

A Genealogia é uma das ciências auxiliares da História. Desde a Antiguidade sempre houve a preocupação com as gerações de ancestrais, para provar uma ascendência nobre, garantir direitos etc.

A própria Bíblia nos mostra, em seu início, as diversas gerações de patriarcas e parte de sua descendência.

A Antiguidade Clássica teve seus momentos, e, o medievo nos legou diversos nobiliários, países a fora.

Portugal não poderia ficar de fora e, desde seus primórdios sempre floresceram diversos nobiliários, muitos deles clássicos e grandes auxiliares das pesquisas modernas, apesar de apresentarem várias falhas, plenamente aceitáveis dadas as condições com que se deparavam esses desbravadores desse tipo de pesquisa.

O período colonial brasileiro nos legou 3 grandes pesquisadores: Pedro Taques, em São Paulo, Jaboatão, na Bahia, e Borges da Fonseca, em Pernambuco. Na esteira deles, vários outros pesquisadores deixaram sua marca na Genealogia nacional, ao longo do século XIX e do século XX.

No século XX surgiram várias associações e institutos que congregavam pesquisadores, Brasil a fora.

No Espírito Santo, a primeira notícia de um trabalho genealógico remonta aos anos 1960, quando surgem dois opúsculos que tratam do tema, ambos da lavra de Joaquim Pires de Amorim: “Genealogia Capixaba” e “Um dos primeiros habitantes de Cachoeiro”.

* Discurso proferido pelo associado orador do IHGES na Sessão Solene de 8 de Junho de 2022.

Depois dele, como produção local, temos Douglas Puppim, que, lançou o clássico “Do Vêneto para o Brasil”, de 1981, e dedicado aos descendentes dos imigrantes italianos que se fixaram na região de Alfredo Chaves.

Depois dele, timidamente, foram surgindo novas pesquisas, e novas publicações. A genealogia capixaba foi crescendo, com o surgimento de muitos pesquisadores.

Isso levou o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo a criar o Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica em 30.03.2009. Esse Colégio teve sua primeira reunião, nas dependências do IHGES, apenas em 2017. Com a presença de uma dezena de pesquisadores, foi lançada a *GENEA – Revista Capixaba de Genealogia*, que, neste mês, completa 5 anos de existência, com 11 volumes e mais de 2.500 páginas publicadas. Obteve, no final de 2021 o registro no ISSN, o que a eleva a um patamar de revista científica, no âmbito nacional. *GENEA* não utiliza recursos do IHGES, e é bancada por recursos próprios de seus adeptos e pesquisadores, o que faz que sua tiragem seja reduzida, entre 50 e 80 exemplares, cada edição.

Em 2018, por ocasião do volume III, foi lançado o brasão do Colégio, criado pelo heraldista mineiro José Roberto Vasconcelos Nunes, associado correspondente do IHGES, com a seguinte descrição heráldica:

Escudo ibérico, tendo em campo de prata um jequitibá de sua cor com raízes de ouro, estas sobre um contra-chefe de azul. Coronel de nobreza de ouro, com dez florões (cinco a vista) formados por orquídeas, com adornos de pérolas. Listel de azul, tendo a denominação do colégio em letras de ouro. Por suportes, dois beija-flores pairantes de azul, com dorso de rosa, bicado e membrado de prata.

Este brasão aparece na quarta capa da revista, desde então.

Em meados de 2018, com o apoio da associada Luzia Toledo, então deputada estadual, foi protocolado o pedido de criação do Dia do Genealogista Capixaba, com o intuito de homenagear os pesquisadores capixabas, que desbravaram arduamente esse campo da História.

Com o fim do mandato e o advento de nova legislatura, o projeto acabou arquivado.

No início deste ano, com auxílio de Sérgio Lemos, antigo assessor de Luzia Toledo, o projeto foi desarquivado e reapresentado pelo deputado Rafael Favato. O projeto n.º 22/2022 já percorreu diversas comissões regulamentares, e está prestes a ter sucesso a empreitada, com a inclusão do dia do Genealogista Capixaba no rol das datas comemorativas constantes do Anexo Único da Lei n.º 11.212, de 29.10.2020.

A escolha da data comemorativa recaiu sobre o dia de nascimento do pesquisador **RUI VIEIRA DA CUNHA**, castelense que teve atuação destacada, como veremos na sua biografia a seguir.

Por coincidência, Rui Vieira da Cunha nasceu em 12 de junho de 1926, dia do 10.º aniversário do IHGES:

Rui Vieira da Cunha¹

Nasceu em Castelo em 12 de junho de 1926, filho do também escritor e historiador dr. **Ciro Vieira da Cunha** (1897-1976) e de **Ilca Vieira da Cunha** (nascida Assis Ribeiro).

¹ Biografia constante da página do Colégio Brasileiro de Genealogia (<https://cbg.org.br/biografia/rui-vieira-da-cunha>), oriunda da antiga página do Jornal Brasileiro de Cultura (JBC), extinta há alguns anos. Efetuei pequenas alterações e inclusões.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1948). Tinha cursos de especialização no Brasil e no exterior: Universidade do Chile, Instituto de Estudos Superiores de Montevideú, Escola de Administração da França, Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Paris, Curso da Escola Superior de Guerra (1963).

Foi advogado militante; técnico de administração e assistente judiciário do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público; assistente judiciário do Ministério da Justiça; chefe do Serviço de Pesquisa Histórica do Arquivo Nacional; diretor da Escola de Serviço Público do DASP; diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério de Educação e Cultura; membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra; secretário-geral do Ministério da Saúde; ministro de Estado (interino) da Saúde; membro da Comissão Nacional de Moral e Civismo; delegado do Brasil na Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde; assessor especial do Diretor da FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-estar do Menor e do Serviço de Promoção Social do Estado de São Paulo.; membro do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD; membro do Conselho Editorial da Bibliex – Biblioteca do Exército; professor-visitante da Faculdade de Filosofia de Marília (SP) e da Universidade Federal do Espírito Santo; professor em curso de Pós-Graduação da Universidade Mackenzie (SP).

Pertencia aos Institutos Históricos do Espírito Santo, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Sorocaba, Juiz de Fora, Uruguaiana, Jaguarão, e Santa Maria; aos Institutos Genealógico Brasileiro, de Estudos Genealógicos do Rio Grande do Sul, Português de Heráldica, Argentino de Ciências Genealógicas e de Estudos Genealógicos do Uruguai; ao Colégio de Armas e Consulta Heráldica do Brasil; à Sociedade Brasileira de

Geografia; às Academia Espírito-santense de Letras (correspondente), Brasileira de Ciências Morais e Políticas, *Internationale d'Héraldique*/Paris-França, e Costarriquenha de Ciências Genealógicas.

Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 11/12/1974 e efetivo a partir de 24/06/1987.

Um dos fundadores do Colégio Brasileiro de Genealogia, em 24 de junho de 1950, onde foi o primeiro ocupante da Cadeira n.º 1, cujo patrono é Carlos da Silveira (1883-1964), eminente professor, historiador e genealogista paulista.

Possuía a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Médico; as medalhas Imperatriz Leopoldina, de Prata Santos Dumont, do Pacificador; a Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica e João Ramalho; as insígnias do Colégio de Armas e Consulta Heráldica do Brasil.

Foi casado por 22 anos com Cenilde Lock Vieira da Cunha, tendo sido pai de dois filhos: Felipe e Fernando. Faleceu em 01 de outubro de 2003.

Publicou, entre outros:

- *A Ilha da Trindade e a desapropriação por utilidade internacional* – 1948 (Prêmio Ruy Barbosa);
- *Para biografia de Elias Antonio Lopes* – 1957;
- *Das armas de Itaboraí* – 1961;
- *À margem das armas do Colégio Brasileiro de Genealogia* – 1967 (separata);
- *Os primeiros reis de armas do Brasil* – 1963 (Separata);
- *A pensão do Visconde de Barbacena* – 1963;
- *Notas de Um Passavante* – 1965;
- Vol. I – (Estudo da Nobreza Brasileira), RJ, 1967 (Cadetes);
- Vol. II – (Fidalgos de Cota de Armas), RJ, 1969, (a esses dois volumes lhe foi conferido o Prêmio Afonso X, El Sabio, pelo Inst. Internacional de Genealogia e Heráldica, de Madrid);
- Vol. III – (Figuras e Fatos da Nobreza Brasileira) – 1975;

- A História, a Geografia e o Poder Nacional – ESG, 1968;
- Vol. IV – (Grandes do Império), Edição do Autor, RJ, 1996;
- Vol. V – (Tratamentos), Edição do Autor, RJ, 1999;
- Vol. VI – (Duques), Edição do Autor, RJ, 2002;
- Vol. VII – (Bispos), Edição do Autor, 2003;
- (Ainda ficou inacabado o VIII Volume da Série);

A Genealogia e a Heráldica capixabas foram acolhidas pelo IHGES, com a criação do Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica. Nesses 5 anos de atividades efetivas mantém a edição da revista, com impressão reduzida, pois esta, só pode ser publicada pela contribuição financeira de seus colaboradores e adeptos, sem ônus para o Instituto e sem visar qualquer lucro com essa publicação. Esperamos editá-la, ainda por muitos anos, divulgando e fazendo crescer as pesquisas tanto da Genealogia como da Heráldica, mostrando nuances da formação das famílias e da História capixaba.

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na gráfica Grafitusa, Vitória-ES, em Dezembro de 2022.

Tiragem: 100 exemplares.